



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOSÉ ALEJANDRO SEBASTIAN BARRIOS DÍAZ

**JOGO DOS ESPELHOS: REJEIÇÃO E ENGAJAMENTO NAS RELAÇÕES
ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE (1975-2015)**

BRASÍLIA

2017

JOSÉ ALEJANDRO SEBASTIAN BARRIOS DÍAZ

**JOGO DOS ESPELHOS: REJEIÇÃO E ENGAJAMENTO NAS RELAÇÕES
ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE (1975-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Área de Concentração: História das Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho.

**BRASÍLIA
2017**

JOSÉ ALEJANDRO SEBASTIAN BARRIOS DÍAZ

**JOGO DOS ESPELHOS: REJEIÇÃO E ENGAJAMENTO NAS RELAÇÕES
ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE (1975-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pio Penna Filho (Presidente)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva (Examinador)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Aninho Mucundramo Irachande (Examinador)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos (Suplente)
Universidade de Brasília (UnB)

Dedico: Everlaine Santos,
Pamela Díaz,
Conceição das Dores Barbosa (*in memoriam*)
às pessoas que lutaram por Moçambique.

No caso de Moçambique, país banhado pelo oceano Índico, entrecruzando-se com culturas disseminadas pela região austral, e com uma vocação histórica virada para o Oriente, a pergunta que se coloca, tirando a posição geográfica que o coloca num oceano (Índico) só compartilhado, em matéria de língua portuguesa, há milhares de quilômetros, por Timor Leste, é a de que laços teremos que estender para compartilhar com os outros, de forma autónoma, a tal irmandade lusófona?

Ungulani Ba Ka Khosa. Moçambique e o Mundo da Língua Portuguesa. Que relação, qual futuro? Luso-Brazilian Review, vol. 50, nº2, 2013.

AGRADECIMENTOS

Há muita leveza no ato de agradecer a vida e as pessoas. Gostaria de começar agradecendo minha companheira Everlaine Santos, parceira que conheci durante a fase mais utópica do doutorado e que, ao avançar o nosso projeto, decidiu me acompanhar, sem hesitar, a uma velha cidade de Portugal chamada Coimbra. Minha mãe, Ximena Pamela Diaz Bermudez, imprescindível em minha vida. Minha família, igualmente importante, agora ampliada leva o agradecimento no nome do nosso pequeno Pablo Giannechini Barrios que nasceu neste ano de 2017.

Meu caro orientador, o professor Dr. Pio Penna, agradeço imensamente pela paciência e por acreditar no meu trabalho. Gostaria de reconhecer a atenção do professor e o fato que as portas de sua sala estiveram sempre abertas à conversa descontraída e aos percalços do dia-a-dia. Recordo-me que, em momentos de dificuldade, o professor Pio me disse algo do tipo: "temos que ser positivos, Alejandro". Muito obrigado.

Aos meus amigos Bruno Maia e Paloma Sanches agradeço todo a presença em minha vida antes durante e depois do doutoramento. São meus melhores amigos. Meu amigo Rodolfo Ilário Silva, professor da Universidade Federal em Tocantins, agradeço os momentos compartilhados.

Em Portugal encontrei muita gente. No Centro de Estudos Sociais, a professora Maria Paula Meneses me acolheu para um estágio doutoral. Foi na Universidade de Coimbra que me aproximei mais da história e da literatura moçambicana. Na Biblioteca Norte-Sul, uma agradável sala amarela no Colégio São Jerônimo, conheci a Maria José Carvalho e a Inês Lima, que carregam a grande responsabilidade de cuidar daquela biblioteca e que se tornaram companheiras de uma jornada que ainda não terminou. Foi muito importante conhecer o CES. Também agradeço minha amiga Luísa Francisco, do Centro de Documentação 25 de Abril em Coimbra, quem me acolheu em um arquivo fabuloso sobre os movimentos de libertação nas colônias portuguesas.

Foi a Luísa quem me apresentou a Dona Alice, senhora portuguesa com a qual morei e cujo marido, meu amigo José Paiva, lutou - pelo lado português - na guerra colonial e continuamos em contato por força da grande amizade que se criou.

Também quero registrar meu agradecimento aos funcionários e funcionárias da Secretaria do Instituto de Relações Internacionais, sobretudo o Anderson Silva e a Vanessa por todo o apoio prestado.

FICHA CATALOGRÁFICA

BJ83d Barrios, Jose Alejandro Sebastian
Diaz / Jose Alejandro Sebastian Barrios; orientador Dr.
Pio Penna. -- Brasília, 2017.
300 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Relações Internacionais) -
Universidade de Brasília, 2017.

1. Relações Internacionais. 2. Moçambique. 3. Política
Externa Brasileira. I. Penna, Dr. Pio, orient. II. Título.

RESUMO

As relações entre Brasil e Moçambique abrigam-se numa longa história que remonta aos tempos coloniais e ao tráfico de escravos. As relações oficiais, a nível de Estado, foram estabelecidas a 15 de novembro de 1975, no contexto da independência moçambicana e da mudança do apoio brasileiro colonialismo português que passa a reconhecer a soberania do novo governo de Maputo, impulsionado por um crescente interesse no continente africano. Antes das independências, as relações do Brasil com as colônias portuguesas em África passavam por Lisboa. O regime fascista do Estado Novo, por sua vez, operava na região da África Austral a partir de uma aliança com governos racistas da Rodésia e da África do Sul em tempos do *apartheid*, com o objetivo de preservar o projeto político contrário aos movimentos de libertação. O objetivo geral desta tese é analisar em perspectiva histórica as relações entre Brasil e Moçambique, de 1975 a 2015, e compreender os elementos de aproximação e distanciamento, sistematizando períodos que sustentem a análise *vis-à-vis* a evolução cronológica dos fatos. Esta investigação está estruturada e fundamentada em três blocos de problemas. Cada bloco diz respeito a um conjunto de problemas específicos, organizados em termos de: (a) *origem* do processo; (b) *trajetória* do relacionamento bilateral; e (c) *rejeição* da presença brasileira em Moçambique. As contradições são elementos transversais da pesquisa e se fazem presentes nos três blocos.

Palavras-Chave: Moçambique; Relações Bilaterais; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

The relations between Brazil and Mozambique are sheltered in a long history that goes back to colonial times and slave traffic. The official relations were established in 15th November, 1975, in the context of the Mozambican independence and in the transformation of the Brazilian support to Portuguese colonialism, recognizing the sovereignty of the new government in Maputo, which was driven by a growing interest in the African continent. Before the independencies of the Portuguese colonies, the relations between them were centered in Lisbon. The fascist regime of the Estado Novo was operating in Southern Africa from an alliance with the apartheid governments of South Africa and Rhodesia in order to preserve the political project opposed to the region's liberation movements. The general objective is to study Brazil - Mozambique relations in a historical perspective from 1975 to 2015 and to understand the elements of rapprochement and distancing and systematizing periods that supports the analysis and the chronological evolution of the facts. The work is designed in three blocks of questions about (a) the *origin* of the process; (b) the *trajectory* of the bilateral agenda and (c) the *rejection* of the Brazilian presence in Mozambique. The contradictions are transversal elements of the research and are present in the three blocks.

Key-Words: Mozambique; Bilateral Relations; Brazilian Foreign Policy.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AHI - Arquivo Histórico do Itamaraty

ANC – African National Congress

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BM – Banco Mundial

CD25a - Centro de Documentação 25 de abril

ECA – Economic Commission for Africa

EUA – Estados Unidos da América

FDA – Food and Drugs Administration

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDS – Inquérito Demográfico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JICA - Japan International Cooperation Agency

MISAU – Ministério da Saúde da República de Moçambique

MS – Ministério da Saúde

MRE – Ministério das Relações Exteriores

ODA – Official Development Assistance

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUMOZ – United Nations Operation in Mozambique

PARPA – Plano de Ação de Redução de Pobreza

PAP – Parceiros de Apoio Programático

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PEN – Plano Estratégico Nacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SADC - South African Development Community

USAID – United States Agency for International Development

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZANU - Zimbabwe African National Union

Lista de Figuras

1. - Tendências nas últimas três décadas da relação ajuda externa como percentual do PIB de Moçambique 135

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Arquivos visitados 32

Tabela 2 - Relação das embaixadas do Brasil em África até a década de 1960 56

Tabela 3 - Empresas brasileiras operando no exterior em 1974 60

Tabela 4 - Versões do PARPA 128

Tabela 5 - Atos internacionais assinados entre Brasil e Moçambique (1986-2002) 168

Tabela 6 - Múltiplos projetos de cooperação internacional 188

Tabela 7 - Oferta de Vagas do PEC-G e PEC-PG em 1989 190

Tabela 8 - Projetos de cooperação internacional 194

Tabela 9 - Exportações e Importações Brasil-Moçambique e Moçambique-Brasil 206

Tabela 10 - Demandas moçambicanas para cooperação com o Brasil 233

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

- 1.1 Objetivos 23
- 1.2 Problema, Pergunta e Hipótese 23
- 1.3 Política Exterior do Brasil 27
- 1.4 Aspectos metodológicos 30
- 1.5 Estrutura da Tese 32

2 O JOGO DOS ESPELHOS 34

- 2.1 Relações Internacionais e Império 37
- 2.2 Angola e Moçambique em um Ciclo Maior 42
- 2.3 Atrasando o inevitável: Brasil e Portugal nos anos 1950 e 1960 45
- 2.4 Política Externa Brasileira e o Continente Africano 53
- 2.5 Um Gesto de Soberania? 60
- 2.6 Considerações Finais 66

3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MOÇAMBIQUE 68

- 3.1 Antecedentes: Reinos Africanos e a Invenção de Moçambique 72
- 3.2 O colonialismo português 76
- 3.3 A colônia no início do século XX 85
- 3.4 Anti-colonialismo 88
- 3.5 Guerra de Libertação Nacional 91
- 3.6 A Frente de Libertação Nacional de Moçambique 95
- 3.7 Observações Finais 102

4 MOÇAMBIQUE: REVOLUÇÃO E AS MÚLTIPLAS TRANSIÇÕES 104

- 4.1 Pós-independência 106
- 4.2 Desestabilização e Guerra Civil 112
- 4.3 As Múltiplas transições: os acordos de paz e as eleições 116
- 4.4 Temas contemporâneos 125

4.5 Limites da Cooperação Internacional em Moçambique 135

3.6 Considerações Finais 139

5 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE 1975-1986 142

5.1 Considerações de Ordem Geral 142

5.2 Cooperação Técnica 149

5.3 Intercâmbio Comercial 155

5.4 Política Interna 160

5.5 Solidariedade nos Anos de Chumbo 164

5.6 Observações Finais 166

6 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE 1987-2002 168

6.1 Relações Bilaterais 172

6.2 Política Interna 179

6.3 O Centro de Estudos Brasileiros em Maputo 184

6.4 Cooperação Internacional 188

6.5 O Brasil na ONUMOZ 199

6.6 Relações Comerciais 203

6.7 Observações Finais 207

7 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE 2003-2015 209

7.1 Relações Bilaterais 210

7.2 Narcotráfico 221

7.3 Relações Comerciais 223

7.4 Cooperação Internacional 231

7.5 ProSavana 238

7.6 Rejeição 242

7.7 Observações Finais 246

CONCLUSÕES 248

O Dividendo Bilateral 248

REFERÊNCIAS 251

ANEXOS 280

Introdução

Surgiu, então, no recesso do Gabinete de Silveira, por iniciativa de Zappa, a ideia, bastante inteligente e original, de criar Representações Especiais, com o status de embaixadas antecipadas, em Moçambique e em Angola. Com nossa simples presença antecipada e neutra, dávamos maior credibilidade internacional aos Acordos de Alvor. Ajudávamos, assim, Portugal a desvencilhar-se das colônias. E ajudávamos as colônias a desvencilhar-se de Portugal - o que satisfazia a "Deus ao Diabo na Terra do Sol" (MELO, Ovídio de Andrade. Recordações de um removedor de mofos no Itamaraty. Brasília: FUNAG, 2009).

As relações entre Brasil e Moçambique abrigam-se numa longa história que remonta aos tempos coloniais e ao tráfico de escravos¹. Para enfrentar o tema das relações bilaterais faz-se necessário reconhecer os laços criados pelo colonialismo e admitir que, ao enfatizar os vínculos históricos na manutenção das relações bilaterais², os governos reativam conexões com o passado colonial/imperial.

De acordo com o investigador Aureliano Rocha (1991, p.269)

As relações permaneceram esporádicas até finais de 700, data a partir da qual o tráfico negreiro passou a se processar com caráter sistemático até meados do século XIX(...). Os laços comerciais e políticos que, desde o século XVI, mantiveram em contato os territórios do Brasil e de Moçambique, foram, sem dúvida, consequência do domínio colonial de Portugal sobre as costas sul-americanas e sul-africanas (ROCHA, Aureliano. Tráfico de escravos, relações políticas e culturais. Uma contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e Brasil - século XIX. Serviço de Documentação Geral da Marinha: Revista Marítima Brasileira, vol. 111, nº 4/6, p.264-305, 1991).

Esse (des)encontro colonial³ impõe pensar a influência na cultura brasileira de povos que habitavam o território moçambicano e considerar que as atividades do tráfico e do comércio de escravos balizaram os interesses que aproximavam Brasil e Moçambique. Essas trajetórias merecem mais atenção para a compreensão das relações em séculos passados. Contudo, esta investigação concentra-se nas últimas quatro décadas (1975-2015) e vem

¹ De acordo com Rocha (1991, p.170) os navios portugueses, que saíam do Estado da Índia, ao qual Moçambique estava administrativamente vinculado até 1752, "tocavam os portos brasileiros e de Moçambique". Para o autor, Quelimane tornou-se um porto de exportação de escravos e os contatos foram estreitando-se.

² Ver o discurso de Luíz Inácio Lula da Silva em Moçambique, em novembro de 2003, em jantar oferecido pelo presidente Chissano no Palácio da Ponte Vermelha e a maneira como esses laços históricos são instrumentalizados. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³ Aqui agradeço todas as observações do Professor Zamparoni. O encontro colonial está mais para um desencontro e não há paridade ontológica entre colonizador e colonizado. Segundo Gurminder Bambra " (...) *the colonial encounter, which was less an encounter and more a conquest, domination and enslavement of peoples and forms of life (...). In a global context, the colonial experience has been one in which contact and communication between human societies and cultures multiplied and intensified*" (BAMBRA, 2007, p.16). Encontros coloniais são processos violentos e constitutivos de sistemas imperiais e estão associados à fase de expansão e de consolidação dos impérios modernos.

recolocar os laços bilaterais em marcos históricos mais amplos. Tal se dá a partir da história de Moçambique, enfatizando o período colonial e a descolonização até os dias atuais.

As relações oficiais entre Brasil e Moçambique a nível de Estado foram estabelecidas a 15 de novembro de 1975 em um contexto em que a independência moçambicana já estava garantida e de mudança do apoio brasileiro ao ultra-colonialismo⁴ português que passa a reconhecer a soberania do novo governo de Maputo, impulsionado por um crescente interesse no continente africano.

Antes das independências, as relações do Brasil com as colônias portuguesas em África passavam por Lisboa. O regime fascista do Estado Novo, por sua vez, operava na região da África Austral a partir de uma aliança com governos racistas da Rodésia e da África do Sul⁵ em tempos do *apartheid*, com o objetivo de preservar o projeto político contrário aos movimentos de libertação. Para Meneses *et al* (2017, p.399) Portugal e África do Sul atuaram em conjunto na região surge em 1955, a partir de "interesses comuns" na manutenção do colonialismo e com um viés anti-comunista. Os três países negociaram em 1970 o Exercício Alcora, um "entendimento militar" para conter as "ameaças contra os seus territórios na África Austral" (MENESES & MCNAMARA, 2013, p.1114).

De forma geral, o Exercício Alcora foi uma aliança para enfrentar os "inimigos comuns" da Rodésia e da África do Sul, que apoiariam as campanhas militares de Portugal em Angola e em Moçambique. Tratava-se, para Meneses & Mcnamara (2013, p.1120) de "um pacto de defesa" e a manifestação militar" de uma aliança entre três regimes autoritários que insistiam em manter o status colonial.

No que se refere, por sua vez, ao papel do Brasil nesse contexto, havia um processo de aproximação à União Sul-Africana desde o fim da Segunda Guerra Mundial e Penna Filho (2008, p.191) argumenta que o interesse "datava (...) do final dos anos 1930, quando o então Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, manifestou o interesse do Brasil em se aproximar da União". O autor sugere que havia interesses mútuos, ao ponto que o Rio de Janeiro um dos onze países em que a União Sul Africana tinha representações diplomáticas.

Outro fator que condicionou o papel do Brasil foi o apoio à Portugal, que perdurou até 1974, tema abordado no próximo capítulo. Deve-se, por isso, tomar cuidado ao compreender

⁴ De acordo com o conceito de Perry Anderson (1996, p.66), o ultracolonialismo, praticado por Portugal em suas colônias africanas, é a modalidade mais radical e "primitiva do colonialismo". O trabalho forçado, que substituiu o trabalho escravo, torna-se a principal ferramenta de exploração.

⁵ De acordo com Meneses *et al* (2017, p.397), o governo português, junto com África do Sul e Rodésia formaram "a little known but crucial white alliance in the subcontinent, code-named 'Exercise Alcora', which aimed to perpetuate the minority regimes in the region". Este tema será explorado no capítulo 3.

o contexto regional da África Austral no momento em que o Brasil reconhece a independência de Moçambique, em setembro de 1975. Os dados disponíveis indicam que Brasil não foi o primeiro país a reconhecer a independência de Moçambique, como no caso de Angola⁶, porque a independência de Moçambique é em 25 de junho de 1975 e o reconhecimento do Brasil ocorre em novembro, seis meses depois. Para o diplomata brasileiro Paulo Woloski (1997, p.6) que viveu em Maputo nos anos 1990, o Brasil foi o 39º país a reconhecer a independência de Moçambique.

A troca de notas entre o embaixador Azeredo da Silveira e o Ministro dos Negócios Estrangeiro, Joaquim Chissano, em 14 de novembro de 1975, não reconhecia a independência, apenas informava, brevemente, que "foram estabelecidas relações diplomáticas a nível de Embaixada".

Os primeiros anos foram marcados pela desconfiança. Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2014, há um movimento de rejeição da presença brasileira. O desenvolvimento da política exterior brasileira para Moçambique dependeu de diversos fatores que contribuíram para seu distanciamento ou aproximação. O Tratado de Amizade e Consulta⁷ com Portugal de 1953, determinou o distanciamento do Brasil de todos os movimentos nacionalistas e de luta de libertação em Moçambique. Não houve qualquer tipo de apoio à independência moçambicana por parte do Estado brasileiro, que chegou a negociar uma aproximação com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) apenas em 1975.

Vale recordar que nos anos 1950, o Brasil não era favorável aos acordos de livre comércio entre o Mercado Comum Europeu e as colônias africanas⁸. Para Saraiva (1997, p.37) a percepção era de que havia concorrência econômica com as colônias pelas exportações ao mercado europeu de café, cacau e algodão, e os países africanos se beneficiavam de tarifas preferenciais ao passo que o Brasil não. Tratava-se, portanto, de um

⁶ Ver o depoimento do embaixador Ovídio de Andrade Melo (2009, p.85) sobre o processo de reconhecimento da independência de Angola em 11 de novembro de 1975. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/601-recordacoes_de_um_removedor_de_mofa_no_itamaraty.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2017.

⁷ Este Tratado será abordado no próximo capítulo, no contexto do apoio brasileiro à política de manutenção das colônias do governo de Salazar. O 25 de abril não se traduziu no fim da guerra de libertação em Moçambique, mas para a diplomacia de Brasília significou que poderia negociar diretamente com a FRELIMO.

⁸ Uma organização internacional criada em 1957 com seis membros da Europa Ocidental (Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Alemanha Ocidental) que deu lugar a atual União Europeia (28 membros). A organização facilitou a emergência de um novo marco econômico, a união alfandegária e o mercado comum, que teve como função liberalizar o comércio entre os países e diminuir barreiras no comércio entre esses países. O Tratado de Roma classificou as colônias em três tipos e cria uma associação econômica com o projeto do Mercado Comum Europeu. Ver mais em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=LEGISSUM:xy0023>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

contexto em que a superação da questão colonial não importava, somente a "concorrência desleal".

As considerações formuladas nesta tese estão fundamentadas nas contradições que envolvem os laços bilaterais entre Brasil e Moçambique. Deve-se reconhecer a importância de Maputo na suposta "política africana"⁹ do Brasil para repensar o relacionamento bilateral em uma perspectiva mais ampla de relações de poder atravessadas por lógicas econômicas, comerciais, políticas e resgatar o fato que Moçambique está inserido em contextos que interessam ao Brasil.

Os períodos de aproximação são bem definidos no tempo: a partir de 1975 há um esforço para estabelecer o relacionamento bilateral com Moçambique e, a partir da primeira visita de Chissano ao Brasil, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, criam-se condições para um engajamento¹⁰. Tal se dá com a superação da desconfiança de Moçambique e a participação brasileira na *United Nations Operations in Mozambique*¹¹ (ONUMOZ), de maneira que desde 2003, a aproximação avança para um engajamento, marcado pela

⁹ A construção epistêmica da categoria "Brasil-África" é abordada criticamente no próximo capítulo. Ver mais sobre a dimensão "africana" na política externa brasileira em: SARAIVA, José Flávio Sombra. Política Exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n°2., p.5-25, 2002. PENNA FILHO, Pio & LESSA, Antônio Carlos. O Itamaraty e a África: origens da política africana do Brasil. *Revista Estudos Históricos*, vol. 1, n°39. PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubistchek (1956-1961): ensaio de mudança. Brasília, Universidade de Brasília (dissertação de mestrado), 1994. PIMENTEL, José Vicente. As relações entre o Brasil e a África subsaariana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.43, n°1, p.5-23, 2000. SARAIVA, José Flávio Sombra. O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: Editora da UnB, 1996. SENS, Diogo Felipe. A política externa brasileira para a África durante o governo Lula. Brasília, Universidade de Brasília (dissertação de mestrado), 2014. RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: Outro Horizonte. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. O Brasil e o Mundo Asia-Africano. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 2012. RIBEIRO, Oliveira Cláudio. Adjustment Changes: A política africana do Brasil no pós-Guerra Fria. *Revista de Sociologia Política*, vol. 18, n°35, p.55-79, 2010. SARAIVA, José Flávio Sombra. The New Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.53, n° esp., 2010. BARRETO, Fernando de Mello. A política externa após a redemocratização. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 2012. LIMA, Sérgio Eduardo Moreira & SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe (org.). Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 2015. RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Crise e Castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.51, n° 2, p.39-59, 2008. SANTANA, Ivo de. Notas e Comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.46, n°2, p.113-137, 2003. DAUVERGNE, Peter & FARIAS, Déborah. The Rise of Brazil as a Global Development Power. *Third World Quarterly*, vol.33, n°5, p.903-917, 2012. JÚNIOR, Wilson Mendonça & FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.58, n° 1, p.55-22, 2015. MAHMOUD, Sodfa Mohamed. The Brazilian Foreign Policy Towards Africa. *African Perspectives*, vol.12, n° 41, p.7-13, 2014. STOLTE, C. Brazil in Africa: Just Another BRICS Country Seeking Resources? Chatham House - The Royal Institute of International Affairs, 2012. VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. Lula's Foreign Policy and the Quest for Autonomy through Diversification. *Third World Quarterly*, vol. 28, n° 7, p.1309-1326, 2007.

¹⁰ O tema do engajamento será abordado ao longo do trabalho e diz respeito a um estímulo deliberado para fortalecer a agenda bilateral entre os países.

¹¹ A missão de paz da ONU em Moçambique deu-se entre 1992 e 1994.

multiplicação das iniciativas da agenda bilateral, articuladas a um discurso diplomático que promoveu a posição do Brasil como um dos líderes do Sul Global¹², no sentido de dar legitimidade a ação externa do país e a sublinhar a importância das associações entre países em desenvolvimento¹³. A aceleração da internacionalização de empresas brasileiras e dos recursos despendidos em projetos de cooperação técnica traduzem a multiplicação dos interesses e do empenho brasileiro em aproximar-se desse país do Índico.

A grande transformação da política exterior brasileira em relação ao continente produziu-se com o reconhecimento das independências dos territórios coloniais portugueses em 1975, data que define o marco temporal do estudo. As pressões sistêmicas inexoráveis, como a crise do petróleo, a Guerra Fria e sua bipolaridade, o regime autoritário e a política interna do Brasil, com as mudanças ocorridas na política externa do governo Geisel¹⁴, tornam-se fatores de aproximação com países africanos, como Angola e Moçambique.

Esse problema encerra um interesse particular para esta investigação, porque o reconhecimento da independência desses dois países é o ponto de partida da inserção do Brasil no continente africano. A presente tese se justifica pela relativa escassez de estudos das relações entre Brasil e Moçambique que, a despeito da proliferação dos estudos sobre ambos os países, permanece restrita a alguns ambientes. Não consta na literatura uma pesquisa sobre o tema na temporalidade aqui proposta¹⁵. Observando mais detidamente o processo, do estudo

¹² Por Sul Global entendo não uma região geográfica do mundo, mas a maneira como diversos países em desenvolvimento se insere nas relações internacionais. É uma visão relacional, que reforça a posição que esses países ocupam nas relações internacionais. Para Boaventura de Sousa Santos (2010, p.22) o Sul Global é uma "metáfora provocada pelo capitalismo global e pelo colonialismo". Segundo Maria Paula Meneses (2016, p.42) o "Sul Global coincide apenas parcialmente com o Sul geográfico" e o primeiro seria uma "proposta epistêmica e política".

¹³ Os países em desenvolvimento ocuparam um lugar central na formulação da diplomacia brasileira durante a era Lula da Silva (2003-2010), porque foram considerados atores-chave na construção do projeto de poder do Brasil. Angola e Moçambique receberam especial atenção do governo. Ver mais em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>. Acesso em 7 de julho de 2016.

¹⁴ A política do Pragmatismo Responsável, o conceito de política exterior do governo do presidente Geisel será abordada no capítulo seguinte.

¹⁵ A produção acadêmica brasileira sobre as relações com Moçambique é limitada no escopo temporal e temático, no sentido de que não realizam uma análise abrangente dos assuntos que as condicionaram. Neste caso, esta pesquisa é inédita. Esses trabalhos focam-se em períodos relativamente menores ou em temas específicos, principalmente a cooperação internacional e/ou outras questões de política exterior. Ver: CAMPOS, Luciana Cristina. Relações Brasil-Moçambique: da desconfiança à cooperação (1975-1985). Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; CAU, Hilário Simões. A construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil, 2011. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; HARTMANN, Alberto. Brasil e África: 30 anos de cooperação entre Brasília e Maputo, 2013. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; BAMBO, Tomé Fernando. Cooperação Sul-Sul: O Acordo Brasil-Moçambique na área de Biocombustíveis, 2014. Dissertação apresentada no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo;

das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique emergem problemas que merecem mais atenção, porque Moçambique tornou-se uma janela da presença brasileira em África e há uma lacuna na área, um vasto campo que desperta a atenção de um número reduzido, porém crescente, de pesquisadores(as) dedicados(as) ao tema.

Deve-se, portanto, reconhecer que o relacionamento bilateral não se enquadra em uma moldura única, porque pode ser colocado na perspectiva histórica das relações com Lisboa; no âmbito estrito da agenda bilateral; na perspectiva regional, da presença do Brasil em África, que faz parte do projeto de poder do país; ou na perspectiva multilateral, das Nações Unidas, ou no âmbito dos países de língua portuguesa. Tampouco ocorrem em um vácuo político, porque as relações bilaterais são produzidas em um quadro de relações de poder desiguais e respondem aos desígnios e aos múltiplos interesses dos governos envolvidos.

A tarefa de avançar no estudo da condução da política exterior do Brasil em Moçambique exige considerar o projeto de poder do Brasil e o lugar do continente africano nesse projeto, e os elementos desestabilizadores na região, como a questão do *apartheid* na África do Sul e, num quadro mais amplo, a dominação colonial em toda a região da África Austral e no continente africano, o papel das descolonizações e dos outros movimentos de resistência que determinaram a política na região.

MATSINHE, Levi Salomão. Moçambique: Uma longa caminhada para um futuro incerto, 2011. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; TATIM, João Marcos. As relações Brasil-Moçambique: A cooperação técnica como propulsora do desenvolvimento moçambicano (2003-2012), 2014. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Relações político-comerciais Brasil-África (1985, 2006).2007. Tese de doutorado apresentada no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. ROSSI, Amanda. Moçambique: o Brasil é aqui: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. CLEMENTS, Elizabeth Alice. Brazilian Policies and Strategies for Rural Territorial Development in Mozambique: South-South Cooperation and the Case of Prosavana. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). SHANKLAND, Alex & GONÇALVES, Euclides. Imaginig Agricultural Development in South-South Cooperation: The Contestation and Transformation of ProSavana. *World Development*, vol.81, n° 46, p.35-46, 2016. CLEMENTS, E. & FERNANDES, B. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. Presented at the International Conference on Global Land Grabbing II, New York, 2012. ALDEN, Chris; CHICHAVA, Sérgio; ALVES, Ana Cristina. Mozambique and Brazil: Forging new partnerships or development dependency? Jacana Media, 2017. FINGERMANN, Natalia Noschese. A cooperação trilateral brasileira em Moçambique. Um estudo comparado: o ProALIMENTOS e o ProSavana. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV, 2014. ALMEIDA, Elga Lessa. Entre o discurso solidário e a ação pragmática da cooperação brasileira em Moçambique: o caso dos projetos de implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o ProSavana. *Cadernos CRH*, vol. 29, n° 76, p.53-68, 2016. MILANI, Carlos & LOPES, Roberta Nunes. Cooperação Sul-Sul e Policy Transfer em Saúde Pública: análise das relações entre Brasil e Moçambique entre 2003 e 2012. *Carta Internacional*, vol. 9, n° 1, p.59-78, 2014. MELO, Vico Dênis Sousa de Melo. A Teoria tem Rosto e Lugar: a cooperação Brasil-Moçambique na área da saúde e o descentramento da agenda teórica em relações internacionais. Tese de Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2016.

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta tese é analisar em perspectiva histórica as relações entre Brasil e Moçambique, de 1975 a 2015, e compreender os elementos de aproximação e distanciamento, sistematizando períodos que sustentem a análise *vis-à-vis* a evolução cronológica dos fatos.

Enquanto objetivos específicos, a pesquisa se propõe a:

- Analisar a formação de Moçambique em perspectiva histórica a partir da colonização e da descolonização;
- Examinar em pormenor as estratégias e medidas de confiança estabelecidas com o reconhecimento da independência;
- Apontar os interesses subjacentes e características da política de aproximação/engajamento adotada pelo Brasil;
- Identificar e analisar as contradições da atuação brasileira a fim de entender as diferentes perspectivas envolvidas;
- Apresentar o processo de resistência à presença do Brasil em Moçambique.

1.2 Problema, Pergunta e Hipótese

Esta investigação está estruturada e fundamentada em três blocos de problemas. Cada bloco diz respeito a um conjunto de problemas específicos, organizados em termos de: (a) *origem* do processo; (b) *trajetória* do relacionamento bilateral; e (c) *rejeição* da presença brasileira em Moçambique. As contradições são elementos transversais da pesquisa e se fazem presentes nos três blocos. No primeiro bloco emergem novas questões ao abordar o reconhecimento da independência à luz de documentos inéditos. O segundo bloco, articula a presença do Brasil em Moçambique com o binômio cooperação-comércio e o terceiro bloco dá voz a um movimento que recusa as políticas de cooperação. Esses problemas são traduzidos nas seguintes perguntas:

Houve, na perspectiva da política exterior brasileira, um esforço para estabelecer relações com Moçambique em 1975? Por que o Brasil se interessou pelo país naquele momento e qual sua importância para a inserção do Brasil em África? Como o Brasil organizou e geriu o relacionamento com Moçambique? Quais eram as possíveis relações entre os interesses brasileiros e moçambicanos naquele período e quais os interesses atuais? Encerrada a etapa de gestação da política brasileira em Moçambique, como se manteve ao

longo das décadas? Após quarenta anos de relações, quais resultados são importantes? De que maneira se conectam as sociedades brasileiras e moçambicanas? Quais são as diferentes perspectivas, em Moçambique, sobre a presença brasileira?

As hipóteses apresentadas são as seguintes: (i) o ano de 1975 é um marco na política externa brasileira (PEB) pelo reconhecimento da independência de Angola e de Moçambique, a partir do qual houve um processo de alargamento da presença brasileira em África, porque apenas nesse momento o Brasil pôde abandonar os "vínculos especiais" que mantinha com Portugal desde 1953. De fato, houve um esforço da diplomacia brasileira no sentido de consolidar as relações com Moçambique a partir de 1975, que se traduziu em no avanço dos interesses em relação ao país.

Por outro lado, a importância de Moçambique para o Brasil não reside apenas em sua posição estratégica no oceano Índico, ou porque é uma peça fundamental no subsistema da África Austral. Em 1975 a relevância de Moçambique foi considerada em parte individualmente, pela possibilidade do Brasil tornar-se uma "referência" no país, e adquirir uma posição-chave naquele continente; e, a partir de uma perspectiva mais ampla, a consideração geopolítica de que todas as ex-colônias portuguesas em África seriam uma "área de influência natural do Brasil" e de conexão com outros países africanos .

Dessa maneira, o Brasil foi eficiente em realizar o objetivo estratégico de estabelecer relações com todos as ex-colônias de Portugal no continente africano em 1975. As observações desta pesquisa põe em evidência, a título de contribuição central deste trabalho, que havia uma estratégia de pivô do Brasil operando no continente, a partir da criação de espaços privilegiados de projeção do Brasil em África, baseados em uma suposta "herança cultural" comum.

Nesse contexto, as relações do Brasil com Moçambique respondem a uma avaliação mais ampla sobre sua inserção no continente africano. Após oscilações entre as posições em respeito à África nos anos 1960, entende-se que o reconhecimento das independências foi uma necessidade da PEB, no sentido de preservar a possibilidade de manter relações com o continente como um todo.

A despeito dos entraves iniciais colocados pelo regime de Machel, a diplomacia de Brasília manteve um grande estímulo às relações, cuja força materializava-se no binômio cooperação-comércio¹⁶.

¹⁶A consolidação das relações não depende somente da celebração de acordos, mas das dinâmicas internas e externas discutidas no texto. A presente pesquisa não atribui unidade a esses países em função da língua portuguesa. São um grupo heterogêneo de Estados soberanos, com suas próprias agendas, culturas, identidades e

(ii) Os principais resultados para a diplomacia brasileira foram alcançados no período 2003-2010, no governo de Lula da Silva, quando há um redimensionamento das relações bilaterais. Esse período é entendido como um engajamento, que evidencia uma escolha no sentido de elevar a relação bilateral a um nível maior de interação. O engajamento no período 2003-2010 tem um conjunto próprio de motivações, como as mudanças realizadas no âmbito da formulação da política exterior brasileira no governo Lula, a importância das associações entre países em desenvolvimento no geral e a percepção de que Moçambique é um país importante do ponto de vista sub-regional. O Brasil se projeta a partir do aumento da cooperação e comércio, que consolidam-se como instrumentos para ampliar as margens de manobra do país.

A diplomacia brasileira assumiu que poderia contribuir no desenvolvimento do país e incrementou os programas e cooperação técnica, principalmente nas áreas de educação, agricultura e saúde, setores prioritários desde 1975, conforme mostram os documentos apresentados. Entretanto, apesar do esforço inicial de estabelecer uma aproximação com o país, questões internas em Moçambique e no Brasil não permitiram maior engajamento nos 1980 e 1990.

(iii) A rejeição da presença brasileira mostra processos políticos e sociais que vinculam as sociedades para além da esfera do Estado. Aborda-se a contestação, rejeição ou negação da presença brasileira que envolve dos movimentos sociais¹⁷, como o Atingidos pela Vale¹⁸, ou a rejeição do Programa ProSavana, que gera tensões e conflitos entre o Estado brasileiro e a sociedade moçambicana. Os movimentos sociais evidenciam a pluralidade de perspectivas nas relações entre Brasil e Moçambique e indica a existência de um processo de silenciamento das vozes que rejeitam a cooperação brasileira.

dinâmicas regionais, mas participaram, em conjunto, de um processo histórico que os vinculou a Portugal e ao Brasil e atualmente cooperam em diversos níveis.

¹⁷ De maneira geral, os movimentos sociais produzem conhecimento que organiza a vida social e o dia-a-dia de várias populações. Em Moçambique, alguns movimentos sociais, como a União Nacional dos Camponeses ou a Liga da Mulher Moçambicana, tem recusado a presença da cooperação brasileira no país e há uma "Campanha Não ao ProSavana", lançada em 2014. A ênfase na *rejeição* é um reconhecimento da resistência desses movimentos, que no âmbito de suas lutas desenvolveram visões acerca o comportamento do Brasil em Moçambique que inspirou a ideia de "jogo dos espelhos". São esses movimentos que refletem outras imagens e perspectivas, menos alvissareiras, no jogo do capitalismo verde e amarelo em África.

¹⁸ A Vale transferiu as famílias que se encontravam dentro de área concessionada para a exploração mineira de Moatize, na província de Tete. Das 1313 famílias transferidas processo em que gastou US\$ 50 milhões. A estratégia de reassentamento é contestada tanto pela população local como por movimentos sociais de expressão nacional e internacional. A distribuição foi separatista e criou dois grupos, o rural e o semi-urbano (MATINSHE, 2011, p.76). Em 2012 o ativista Jeremias Vunjanhe, que participa da ONG Justiça Ambiental e critica a mineradora brasileira em Moçambique, tentou ingressar no Brasil para participar da Rio+20 e foi impedido de entrar no país.

Não obstante a centralidade de questões políticas e históricas, e a enorme preponderância analítica nas questões de *origem, trajetória e contradições*, deve-se reconhecer que as relações econômicas, comerciais e de investimento tem um lugar central na realização de interesses econômicos brasileiros, sobretudo aqueles da internacionalização do setor privado, sendo abordados de maneira mais geral e, portanto, com menos detalhes. Não se pretende, tampouco, proceder a uma avaliação dos processos de formulação e execução dos projetos e programas de cooperação desenvolvidos por Brasil e Moçambique, a exemplo da literatura mencionada. Os propósitos deste trabalho estão mais para compreender o lugar dessas atividades nas quatro décadas de relacionamento.

Na época da independência o Brasil abriu linhas de crédito às suas exportações que se tornaram parte fundamental da dívida externa moçambicana. De acordo com Woloski (1997, p.22) em 1982, as exportações brasileiras chegaram aos US\$ 100 milhões e esses interesses comerciais teriam justificado a extensão do voo da Varig de Luanda à Maputo, suspensos em 1987. Em 1980, pela primeira vez, um chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, foi para Maputo. Na medida em que essa aproximação toma forma, o Brasil se afasta da África do Sul e Sarney crítica o regime na ONU.

No entanto, o Brasil, nos anos 1990 não participou no processo de paz moçambicano, nem contribuiu para os fundos administrados pela ONU ou Banco Mundial a despeito de que foi membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), eleito por mandatos de dois anos entre 1993-94, durante a realização da ONUMOZ¹⁹.

Nos anos 1990, a percepção na embaixada brasileira em Maputo era que o país era alvo de "acirrada disputa internacional por espaços neste território que constitui uma das últimas fronteiras econômicas (da África). O país relaciona-se bem com seus vizinhos é um país pelo qual se movimenta o comércio regional da África Austral. o país é fundador dos Estados da Linha de Frente e da *Southern African Development Community* (SADC).

Moçambique passa a apoiar a candidatura do Brasil ao CSNU como membro permanente²⁰ e, segundo Amorim (2015, p.303-304), foi o primeiro país na XLIX AGNU a mencionar o suporte. A ideia era que Moçambique poderia defender a candidatura do Brasil nas reuniões anuais da Organização da União Africana. Estabelecidos assim os principais

¹⁹ Ver mais sobre os mandatos do Brasil no CSNU em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas> . Acessado em 17 de outubro de 2017.

²⁰ Segundo o embaixador Celso Amorim (2015, p.303-304) "Moçambique foi um dos países que mencionou nominalmente o Brasil como possível membro permanente do Conselho de Segurança na Assembleia Geral de 1994 (...) a decisão do Ministro moçambicano ocorreu na esteira da nossa maior aproximação com os países de língua portuguesa da África, com a proposta de criação da CPLP".

argumentos, podemos observar a multiplicidade de interesses que atravessam as relações bilaterais e a articulação dessa agenda com os compromissos mais globais do Brasil.

1.3 Política exterior do Brasil

Um olhar sobre a presença do Brasil em Moçambique suscita um grande número de perguntas e permite olhar para diversos casos. Não deixa de chamar a atenção esse momento que Moçambique permanece um dos países africanos com os quais o Brasil mantém um maior volume de cooperação internacional²¹ entre os anos 2005 e 2015²². E a cooperação internacional é, para o governo brasileiro, um instrumento de política externa, a serviço do interesse nacional.

Os destinos da cooperação internacional são dados importantes para se pensar a inserção internacional do Brasil. Em relação à África, os países de língua portuguesa representam o destino de 74% dos recursos de cooperação, tornando-se os países que recebem o maior aporte de recursos brasileiros (CABRAL & WEINSTOCK, 2010, p.5).

Todavia, dos países contemplados pela cooperação do Brasil, Moçambique aparece como maior alvo dos investimentos do governo brasileiro em 2011, 2012 e 2013. Dada essa posição de destaque como destino da cooperação brasileira é relevante entender o significado da política externa para as ambições do Brasil nas relações internacionais.

Em linhas gerais, para Amado Cervo (2008, p. 8), a política externa é um cálculo estratégico de um país sobre sua inserção internacional, que condiciona a margem de manobra de uma diplomacia, entendida como

(...) a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses. O elevado grau de determinação externa de uma diplomacia pode ser observada em sua dimensão global, regional e bilateral. CERVO, Amado. Conceitos em Relações Internacionais. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.51, n° 2, p.8-25, 2008.

Nesse sentido "cabe à política exterior agregar os interesses, os valores e as pretendidas regras do ordenamento global (...), isto é, de prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna" (CERVO, 2008). A política exterior tem que traduzir interesses nacionais em ação internacional e busca obter ganhos. A política exterior do Brasil

²¹ Nos anos 2011, 2012 e 2013, Moçambique foi o maior destino de toda a cooperação brasileira (COBRADI, 2015).

²² Não existem dados disponíveis sobre os dispêndios do governo federal com cooperação internacional antes de 2003.

é formulada em uma plataforma governamental, para um período de quatro ou oito anos. No entanto, existem elementos de maior duração, como princípios, valores, identidades e visões de mundo que obedecem aos interesses de um Estado nas relações internacionais.

Nessa mesma linha, Plano e Olton (1988, p.4) definem uma política exterior como

(...) uma estratégia ou um curso de ação planejado, desenvolvido por tomadores de decisão de um determinado Estado vis-à-vis outros Estados e atores das relações internacionais, é direcionada ao estabelecimento de metas, definidas em termos de interesse nacional. PLANO, Jack & OLTON, Roy. *The International Relations Dictionary*. Santa Barbara: Calif AC, 1988.

No que se refere ao Brasil, para Maria Regina Soares de Lima (1994) há uma estreita vinculação entre a política externa e os modelos de desenvolvimento econômico do país. Segundo a autora, no período da redemocratização do Brasil, a política exterior tornou-se ferramenta para ampliar a competitividade das empresas nacionais. Há uma estreita relação entre a política exterior e o avanço do setor privado em Moçambique. Nesse sentido, o embaixador Paulo Tarso de Flecha Lima (1997, p.31-32), afirma que:

A promoção comercial acompanhou de perto o processo de abertura e universalização da diplomacia brasileira. Foi decisiva, para dar consistência, em inúmeros planos, às relações que desenvolvíamos com países do Terceiro Mundo, foi uma das expressões da própria mudança da qualidade de nossa presença internacional nas últimas duas décadas. Foi, também, uma das atividades de política externa que melhor apresentou a vontade brasileira de obter, com nossos parceiros, relações equilibradas, de benefício mútuo de outro lado, a promoção comercial permitiu ao Itamaraty que fixasse linhas de contato com segmentos importantes da sociedade civil, em especial o meio empresarial. LIMA, Paulo Tarso de Flecha. *Caminhos Diplomáticos: 10 anos de agenda internacional, 1985-95*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

Uma outra maneira de entender a articulação da PEB com o modelo econômico reside em Lampreia (1995, p.10-11), para o qual "é esse o sentido de defesa que temos feito, consistentemente, da abertura da economia brasileira como vetor para uma melhor inserção externa do Brasil". E acrescenta, confirmando que:

A política externa tem procurado sistematicamente promover as iniciativas que nos permitam melhorar as condições de nossa inserção internacional. Isso se traduz por resultados mensuráveis: acesso a mercados, a tecnologias, investimentos, a cooperação externa; e melhor participação no processo decisório internacional, compatível com as dimensões do país e com seus interesses globais" (LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil no contexto mundial: uma visão do Itamaraty*. Working Papers do Núcleo de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo, 1995).

No caso das relações com Moçambique, essas "iniciativas que nos permitam melhorar as condições" são observadas durante as quatro décadas analisadas. Os resultados mensuráveis existem: cooperação, investimentos e acesso a mercados. Há, portanto, evidências desse mecanismo nas relações bilaterais entre Brasil e Moçambique. anos antes, Lampreia (1993, p.10) havia afirmado que:

O papel da diplomacia brasileira no mundo contemporâneo é precisamente esse: ajudar o país a compreender a latitude das mudanças que se vêm processando no mundo nos campos político e econômico. Levando em conta as igualmente profundas alterações que mudaram o perfil econômico, político e social do Brasil nas últimas décadas e especialmente nos últimos anos, cabe-nos promover e defender os interesses nacionais brasileiros a partir de um constante aperfeiçoamento da inserção do país no mundo. Trata-se de buscar maximizar as vantagens e possibilidades externas (...) (LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil e o atual ordenamento político e econômico mundial: Conferência do Secretário Geral na Escola Superior de Guerra. Cadernos do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 1993).

É com base nestes pressupostos que a aproximação com Moçambique foi enquadrada; fundamentada numa espécie de utilitarismo do tipo "o que é bom para as empresas brasileiras em Moçambique, é bom para Moçambique". No ciclo maior, as relações bilaterais são suporte para o projeto de política externa que, segundo Lampreia (1993, p.15) cumpre a seguinte trajetória:

Nossa ação externa divide-se basicamente em duas áreas fundamentais. Uma ação para ampliar e consolidar nossa presença global, enfocada nas várias áreas prioritárias que temos explorado (o Mercosul, os Estados Unidos, a União Europeia, o Japão, a China e parte da Ásia, a América Latina, partes da África, partes do Oriente Médio, partes da Europa do Leste). E uma ação para ampliar nossa participação no processo decisório internacional, enfocada na participação ou na contribuição positiva do Brasil na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e todo o sistema OU em geral, no MTCR (o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis), na OMC, na OCDE, nas novas coalizões regionais (Grupo do Rio, Conferência Ibero-Americana, o Grupo dos 15, a CPLP). LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil no contexto mundial: uma visão do Itamaraty. Working Papers do Núcleo de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo, 1995.

Nesta tese, parte-se da premissa de que as relações do Brasil com os países do continente africano são formuladas, sobretudo, no âmbito dessa "ação para alavancar e consolidar nossa presença global". Argumenta-se que o continente africano (54 países) é instrumental no processo de "universalização" da política externa brasileira e Moçambique, nesse contexto, desempenha um papel central para facilitar a mobilização de vínculos políticos, econômico-comerciais e sociais-culturais.

Sobre a tentativa de preservar a agenda das relações bilaterais com o "pivô" africano do Brasil, que se traduziu na manutenção das relações com Moçambique nos anos 1990. O "bilateralismo" é uma maneira de atuar no mundo globalizado, de ampliar mercados, diversificar relações comerciais, buscar ganhos, benefícios e privilégios. O chanceler do Brasil em 1992, Fernando Henrique Cardoso (1994, p.29) reconheceu que

A prioridade no relacionamento com o Continente Africano - em especial aos países de língua portuguesa - continuará a ser obedecida nos campos da prestação de cooperação técnica e de participação em projetos de desenvolvimento". CARDOSO, Fernando Henrique. Política Externa em Tempos de Mudança: a gestão do Chanceler Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 1994.

É importante observar que as relações do Brasil com Moçambique se desenvolvem em um quadro de relações de poder desiguais e, portanto, hierarquizadas. Cumpre, portanto, perguntar, até que ponto a política externa brasileira busca reduzir essas assimetrias ou até que ponto o Brasil reforça essa situação?

Atente-se, porém, que em sua atuação, a diplomacia brasileira torna-se uma peça-chave para mediar interesses públicos e privados nesse país do Índico. Ademais é preciso observar que o discurso oficial convive com elementos que tornam essa relação bilateral problemática. No governo de Lula da Silva dois escritórios de instituições nacionais foram abertos em Moçambique: da Fundação Oswaldo Cruz e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que ganharam um enfoque regional.

A cooperação consagrou-se como uma das dimensões mais importantes da agenda bilateral. Isso envolveu a criação de um Acordo Geral de Cooperação, em 1981, que ilustra a manifestação dos interesses das duas partes em promover a cooperação, avançada via protocolos de intenções, memorando de entendimentos, ajustes complementares e comunicados conjuntos que, ao longo de quatro décadas, criam um sistema pouco coordenado de cooperação técnica.

Pretende-se contribuir para um maior entendimento da história de Moçambique e suas conexões regionais. Outras perguntas que surgiram ao longo do processo são: quais características moldaram esta etapa das relações entre Brasil e Moçambique? Como estas relações foram viabilizadas? Quais tendências prevaleceram? Qual foi o papel do mercado? Quais pactos e tratados foram assinados neste período? De que forma se manifestou o discurso africanista do Brasil? Houve a construção de uma parceria?

1.4 Aspectos Metodológicos

A investigação está fundamentada em metodologia exclusivamente qualitativa e na identificação de níveis de análise para pensar o relacionamento bilateral em um ciclo maior, orientada a promover uma crítica à versão oficial. O enquadramento da reflexão em um contexto mais amplo é uma maneira de considerar interesses que superam o nível bilateral. Em largos traços, este é um trabalho que traça as conexões entre o Brasil, país que tem sido considerado uma "potência média", "potência regional" ou mesmo uma "potência

emergente"²³, com Moçambique, que se diz estar entre as locomotivas do crescimento econômico em África.

A história é o instrumento para questionar a realidade das relações entre Brasil e Moçambique. Procura-se compreender os fenômenos a partir do seu significado, do seu contexto e de suas conexões com questões mais amplas das relações de poder e da história em sua longa duração. Conforme Woods (1996) a compreensão de um fenômeno passa pela investigação de um evento particular e aprofunda-se na história. Dessa história construímos uma narrativa que permite examinar os fenômenos estudados.

Há uma preferência pela observação e descrição/análise em detrimento da quantificação; pelo tratamento detalhado das fontes históricas, muitas vezes inéditas, e prestou-se menos atenção a concepção de que vínculos culturais são suficientes para manter uma política de aproximação. Não se trata de investigar exclusivamente a política externa do Brasil. É necessário avançar no estudo da formação histórica de Moçambique.

O desenho da pesquisa recorre a três métodos qualitativos. A parte mais densa é a (i) realização de uma investigação em arquivos oficiais, conforme tabela abaixo, para entender os pormenores da agenda bilateral; (ii) a construção de uma narrativa que para articular as informações dos documentos com o sentido da crítica; e (iii) a realização de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, coletâneas para superar os limites das fontes oficiais.

Tabela 1 - Arquivos visitados.

Arquivo	Assunto	Localização
Arquivo do Ministério das Relações Exteriores	Política Externa Brasileira	Brasília

²³ Sobre a suposta liderança regional e sua instrumentalização a nível global ver: MALAMUD, Andrés. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. *Latin American Politics and Society*, vol. 53, n°3, p.1-24, 2011. Para a discussão sobre o Brasil como uma potência intermediária ver: LIMA, Maria Regina Soares & HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choices and responsibilities. *International Affairs*, vol.82, n° 1, p.21-40, 2006. Para uma discussão crítica sobre a liderança regional do Brasil e seus limites: BURGESS, Sean. Revisiting consensual hegemony: Brazilian regional leadership in question. *International Politics*, vol.52, n° 1, p.193-207, 2014. Sobre as expectativas da região da América do Sul em relação ao Brasil, ver: WEHNER, Leslie. Role expectations as foreign policy: South American secondary powers' expectation of Brazil as a regional power. *Foreign Policy Analysis*, p.1-21, 2014. Uma visão do Brasil como um "hermano hegemônico" na América do Sul ver: MESQUITA, Rafael. The hegemonic hermano: South American collective identity and Brazilian regional strategy. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 2016. Para uma visão teórica e conceitual das potências emergentes, ver: DESTRADE, Sandra. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. *Review of International Studies*, vol.36, n° 4, p.903-930, 2010.

Arquivo da Câmara dos Deputados	Atos, acordos e citações de Moçambique	Brasília
Arquivo da Folha de São Paulo, Estadão, (Brasil); Arquivo Notícias, O país (Moçambique)	Notícias sobre as relações bilaterais publicadas em ambos os países	On-line
Diário de Pernambuco	Acervo Madalena Arraes, cartas para Luiz Carlos Prestes	On-line
Arquivo Nacional	Instrumento de pesquisa Luiz Carlos Prestes, solidariedade com Moçambique	Brasília
Arquivo 25 de Abril	Informação sobre a guerra colonial de Portugal	Coimbra

O tratamento do assunto obedece a uma periodização que enquadra o relacionamento bilateral Brasil-Moçambique em três momentos ao longo de quatro décadas, sendo esta uma das contribuições do trabalho. O primeiro período, entre 1975-1986, representa uma mudança na posição brasileira em relação ao continente africano, marcado pela aproximação. No segundo momento, entre 1987-2002, a despeito do cenário de crise em ambos os países, tentou-se preservar a agenda bilateral, mesmo que em menor intensidade; os interesses, contudo, se mantêm. O terceiro momento, de 2003-2015, correspondeu ao período de engajamento, traçado sob as negociações que ocorreram no período anterior.

1.5 Estrutura da Tese

A tese está dividida em duas partes e tem sete capítulos. A primeira são capítulos de caráter introdutório à análise da história de Moçambique. O segundo capítulo "O Jogo dos Espelhos" articula uma série de conceitos usados na análise das relações bilaterais e leva o nome dessa metáfora que explica as relações entre Brasil e Moçambique, recorrendo a uma revisão dos antecedentes históricos das relações entre o Brasil e os países africanos em pormenor. O terceiro e o quarto capítulo, "Formação histórica de Moçambique" e "Revolução

e as Múltiplas transições" têm o objetivo situar o contexto social da formação histórica do país.

A segunda parte é dedicada a análise do relacionamento bilateral entre Brasil e Moçambique e compreende três capítulos construídos com base nos períodos mencionados. O quinto capítulo "Relações bilaterais entre 1975 e 1986" abarca o início do relacionamento até a morte de Samora Machel. O sexto capítulo "Relações bilaterais entre 1987 e 2002" relata como a agenda bilateral foi mantida em um momento de problemas e dificuldades internas que ambos os países experimentaram. O sétimo capítulo "Relações bilaterais entre 2003 e 2015" versa sobre as relações bilaterais no período mais contemporâneo e enfatiza a dimensão do engajamento e da rejeição. A parte das conclusões encerra o trabalho.

Capítulo 2 - O Jogo dos Espelhos

De facto, o fim do colonialismo político enquanto forma de dominação que envolve a negação da independência políticas de povos e/ou nações subjados, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado (tanto relações entre Estados, como relações entre classes e grupos sociais no interior do mesmo Estado) (SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

Ao longo de quatro anos examinaram-se quatro décadas de relações entre Brasil e Moçambique. O conceito de "jogo dos espelhos" surgiu de um processo de observação e investigação que aborda as contradições como maneira de interrogar a realidade. As contradições são uma das lógicas que atravessam as relações entre Brasil e Moçambique e isso remete à multiplicidade de perspectivas sobre essa realidade: um jogo de espelhos cujos reflexos questionam a política exterior do Brasil.

As contradições da presença brasileira em Moçambique são várias. Figuram desde o exórdio do relacionamento, com o reconhecimento da independência de Moçambique pelo Brasil em plena ditadura militar, período em que a ação externa do Brasil era balizada pela ideologia da Guerra Fria e, contudo, reconheceu os governos revolucionários de Angola, Guiné Bissau e Moçambique - com quais interesses? Outra grande contradição histórica é a transição do Brasil de um país que aceitava e respeitava a política colonialista lusa para um país que buscou, com esforço, um lugar de destaque na vida independente de Moçambique e de outros países africanos.

Nesse sentido, o jogo dos espelhos é uma categoria constitutiva da realidade das relações entre Brasil e Moçambique, um terreno de contradições e de luta entre princípios e valores, necessidades materiais e visões de mundo. É uma metáfora que leva em conta as relações de poder (o jogo) e as diferentes perspectivas envolvidas (os espelhos). Interessa a rejeição moçambicana de parte da presença brasileira, os silêncios históricos e as resistências, as estratégias de criação de confiança, as tensões e a estruturação das relações de poder. Por ser contraditória, essa relação não tem um sentido único e homogêneo, nem somente um significado. Não se pretende abordar todos esses significados neste trabalho, mas reconstruir as grandes linhas de força da atuação brasileira em Moçambique.

Dessa maneira, a tese não busca contar uma história contínua, mas um conjunto de temas. As contradições são como um fio condutor para não limitar esta reflexão a um exercício historiográfico em termos de períodos. Um dos desafios da pesquisa foi encontrar a maneira apropriada para tratar as relações entre Brasil e Moçambique e, considerando os limites das

fontes oficiais, que mantém silêncio em relação as contradições, trata-se de contribuir para estabelecer um lugar crítico.

O estudo das relações do Brasil com os países do continente africano tem sido balizado pela categoria de análise "relações Brasil-África" que levanta perguntas sobre o significado político das relações do Brasil com esse continente. Em linhas gerais, o ano de 1974 marca um momento em que se realizou uma mudança muito importante no comando geral da política exterior brasileira em pleno regime autoritário. Este é o momento em que as relações com a África assumem importância para a universalização das relações internacionais do Brasil.

Na administração do General-Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e do chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, a diplomacia de Brasília iniciou o processo conhecido na literatura e nas fontes oficiais como a "universalização" das relações internacionais do Brasil a partir de três novas direções: a) reconhecer as independências de Angola e Moçambique em 1975; (b) retomar as relações com o governo da República Popular da China em 1974 e (c) aceitar como legítima a busca por auto-determinação do povo palestino por meio da Organização da Liberação da Palestina.

No que diz respeito ao continente africano, pouco tinha feito o Brasil para aproximar-se em outros governos do regime autoritário. Apesar das viagens do Ministro Gibson Barbosa em 1973, o Brasil continuava atrelado à tradicional amizade com Portugal por meio de tratado de 1953 e não escondia aos laços comerciais com a África do Sul. Nesse sentido, os anos 1974 e 1975 foram um marco para a ação diplomática do Brasil naquele continente, porque pela primeira vez o país poderia sustentar uma política de inserção soberana e autônoma naquela região.

No caso de Angola e Moçambique, o Brasil esperou que esses países conquistassem sua independência por meio de uma luta armada de libertação e assinassem os acordos de Alvor e de Lusaka, em 1975 e 1974, respectivamente, nos quais o governo de Portugal reconhecia o direito de independência e estipulavam-se os termos para o estabelecimento de um governo de transição, para buscar relações em nível oficial. É um grave erro afirmar, portanto, que o Brasil participou ou foi um interlocutor nos processos de descolonização daqueles países.

A categoria "Brasil-África" cria e promove a objetificação das relações de um país com um vasto território chamado África. Há, portanto, um significado político do continente

africano para a diplomacia do Brasil? Ou, colocando de outra maneira, qual é o projeto de poder político subjacente às relações do Brasil com o continente africano?

O continente africano encerra um problema particular para a compreender a diplomacia brasileira e o processo de ampliação e aprofundamento das relações bilaterais do Brasil. Esse é um problema de ordem política, porque o Brasil vê em África a possibilidade de expandir sua margem de manobra e considera que a aproximação com o continente rende negócios.

Nesse panorama, é possível identificar problemas na construção epistêmica das relações do Brasil com o continente africano. O primeiro problema mais aparente é que, quando falamos em relações Brasil-África, falamos da identificação de um país (Brasil) com todo um continente (54 países africanos). A África é um território que se estende do Cabo da Boa Esperança ao Delta do Rio Nilo, do Marrocos a Moçambique, do Senegal à Somália e sua identidade está construída na multiplicidade de visões de mundo. Essa multiplicidade se perde na categoria "África".

O território do Sahara Ocidental, a ex-colônia da Espanha que fica na região do Magreb e faz fronteira com Marrocos, Argélia e Mauritânia está na lista das Nações Unidas de territórios não-autônomos desde 1963²⁴. Neste caso, cumpre observar que o Brasil não reconhece a luta do povo saaráui da Frente Polissário em sua disputa contra o Marrocos. Este assunto, por exemplo, não é sequer competência da Divisão de África do Itamaraty.

Outro problema é essa ideia da construção cronológica da história das relações do Brasil com o continente a partir de sua independência, cujo marco é a descolonização de Gana em 1957. A linha que separa a época colonial e a independência é tão axiomática que a diplomacia brasileira faz um grande esforço para esquecer as contradições das suas posições no âmbito das lutas por descolonização nas Nações Unidas.

Desse modo, há uma eliminação da reflexão epistemológica sobre a produção de conhecimento no autodenominado campo das "relações Brasil-África" enquanto campo de estudos da política externa brasileira. A principal consequência dessa falta de reflexão é a objetificação de um dos continentes mais diversos do mundo contemporâneo em torno da ideia de que o Brasil compartilha um passado comum com todos os países e que esse passado comum é suficiente para fundamentar relações baseadas na amizade e na ideia enganadora de

²⁴ Ver a lista de territórios não- autônomos em <http://www.un.org/en/decolonization/nonselvgovterritories.shtml>. Acesso em 3 de março de 2017.

que "para todo problema africano há uma solução brasileira"²⁵, ou que o Brasil é força de mudança social por todo o continente.

Convém considerar que não há uma teoria/modelo para examinar *a priori* as relações entre Brasil e Moçambique. Parte-se do pressuposto que os documentos históricos não são neutros e seu testemunho não é imparcial. O tratamento que se deu aos documentos oficiais não foi de extrair os textos de seus contextos e tratá-los de uma maneira isolada. Os arquivos não são simples repositórios de fatos que devem ser reproduzidos. Para reconstruir a presença histórica do Brasil em Moçambique os documentos foram lidos de maneira a encontrar as contradições presentes no discurso oficial.

2.1 Relações Internacionais e império

Ao longo desta seção busca-se apresentar alguns conceitos que fundamentam a análise desenvolvida no trabalho. Tal se dá a partir da discussão da formação do mundo moderno/colonial e dos impérios europeus com questões epistêmicas do conhecimento sobre esse mundo.

Para entender o contexto histórico das relações entre Brasil e Moçambique na longa duração recorre-se à uma discussão epistêmica sobre a construção da disciplina das relações internacionais (RI) e o aparecimento de estruturas político-administrativas coloniais. Há uma articulação entre relações internacionais e o saber colonial que nasce junto da colonização do espaço, que com a evolução da disciplina, provoca a exclusão do mundo não-europeu da discussão teórico-conceitual das RI.

De acordo com Hurrell (2007) o imperialismo é central para as RI desde a emergência do sistema europeu de Estados que impactou todo o desenvolvimento econômico e a natureza da ordem internacional. Para o autor, no pensamento do século XIX na Inglaterra, a lógica dominante era de que o imperialismo produziria integração econômica e interdependência e era visto como uma "necessidade" da ordem internacional. A relação entre colonialismo e dominação imperial abrangeu a maior parte do mundo e constituiu uma das mais fundamentais relações entre a Europa e o mundo.

Para Lieven (2000) nos últimos dois séculos a palavra império teve diferentes significados. Na Idade Média, os impérios da Europa estavam associados a uma comunidade

²⁵ Frase repetida pelo ministro das relações exteriores Celso Amorim em 2016. Ver em: <http://www.institutolula.org/brazil-is-too-important-to-stay-out-of-global-issues-says-celso-amorim>. Acesso em 4 de março de 2017.

cristã de reis; na Guerra Fria ambas as superpotências se qualificaram como imperialistas; observamos no início de 2017 a escalada de tensões entre Estados Unidos e Coréia do Norte, que qualifica o primeiro como imperialista, de maneira que as confrontações políticas sobre a legitimidade e o significado da palavra império estão sempre em jogo.

O autor argumenta que na Europa do século XIX o império tinha uma conotação positiva. Estava relacionado com recursos de poder e com a ideia de progresso e de realizar a missão civilizadora²⁶, fundamentada em um senso generalizado de superioridade cultural sobre as populações nativas e apoiada na doutrina da *Terra Nullius*, a ideia de que a terra e outros recursos econômicos não usados por populações dos territórios "descobertos" não pertenciam a ninguém, de maneira que a legitimar sua expropriação e apropriação.

Continuando, somente no século XX o império ganha uma conotação negativa, associado à dominação autoritária que se choca com a democracia, ideologia dominante do mundo contemporâneo. Como se o império fosse algo "quixotesco". Nota-se que o conceito de império é mais difuso do que o conceito de imperialismo, que diz respeito às relações de poder entre as metrópoles e suas colônias (LIEVEN, 2000).

De acordo com o clássico de Hobbson (1902) o imperialismo é uma das transformações mais poderosas da política no mundo ocidental e foi adotado por vários Estados europeus. Aqui, internacionalismo e colonialismo são congêneres. De qualquer maneira, existem implicações quando definimos uma unidade política em termos de império. E o caso do Reino Unido ou da França são emblemáticos, porque houve uma distinção (não apenas geográfica, mas simbólica) entre a metrópole e a colônia sobre a qual os impérios exerceram dominação. A palavra império deriva de *imperium*, expressão latina definida como "autoridade legítima ou dominação".

Cabe lembrar que, com o processo de modernização do Japão da era Meiji, o monarca japonês decidiu chamar-se imperador, de maneira a não ser "inferior" aos principais líderes europeus. A rainha inglesa proclamou-se imperadora da Índia em 1876 e os poderes marítimos europeus incorporaram princípios imperiais em função da exploração colonial e em favor da prosperidade metropolitana. O Brasil foi o único império da América a entre 1822 e 1889. Nesse contexto as colônias são vistas como ativos comerciais ou como objetos a serem explorados.

²⁶Ramon Grosfoguel (2011, p.5) entende a missão civilizadora como a "imposição da cristandade para converter os chamados selvagens e bárbaros do século XVI". De acordo com Maria Paula Meneses "civilizar tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos". Disponível em: http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/04%20-%20Paula%20Meneses%2023_06.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2017.

É forçoso observar, segundo Susan Alock *et al* (2001) a academia ocidental cresceu ao redor de noções históricas particulares de império e que o império não é uma invenção ocidental. Muitos dos grandes impérios antes de Colombo não eram ocidentais, tais quais o império chinês, o império Wari no Peru, o império Asteca, a dinastia Satavahana na Índia, o Egito, dentre outros. No entanto, no caso da Europa moderna, o processo político em que os impérios foram produzidos foi o colonialismo.

Para Bush (2006, p.2) o conceito de império apresenta características gerais como a expansão para fora do seu território, que resulta em aumento do espaço geográfico, das fronteiras e do poder, de maneira a criar uma "entidade geograficamente vinculada" que, no contexto do capitalismo moderno, foi responsável por criar estruturas transnacionais de poder global e de acumulação de capital. Nesse cenário, para Rajan & Sauer (2004, p.4), no início da era moderna o imperialismo era entendido como "formação territorial legal". Os impérios são formados em histórias específicas: poderes imperiais constroem territórios subalternos.

Existem três significados básicos de império que emergiram nos últimos dois milênios: o primeiro invoca um senso de autoridade, mais especificamente do império Romano, de questões de soberania do território. O segundo sentido em que o termo império tem sido usado historicamente se refere a um tipo de "poder não-subordinado exercido dentro de uma comunidade". Para o autor é o Estado que, mesmo sem ambições territoriais significantes, chamam-se impérios. A terceira noção, do século XIX e mais contemporânea, tem a ver com uma "unidade expansionista incorporando múltiplos Estados". É ideia de criar uma unidade cultural, política e econômica em uma diversidade de diferentes Estados separados no espaço (PAGDEN, 1995, p.13).

Busca-se encontrar uma maneira de aplicar ao problema da articulação entre RI e o saber colonial um tratamento próprio, que considere a constituição colonial dos saberes na formação das ciências sociais. Neste sentido, as RI não podem ser compreendidas fora de seu contexto imperial.

Essa caracterização tem como pressuposto básico o caráter universal da experiência europeia. A noção de universalidade é construída com base em uma experiência em particular. Para Lander (2005, p.10) o início da colonização da América é o início da organização colonial do mundo e da colonização dos saberes. O longo processo de formação do mundo moderno deu-se entre os séculos XVI e XIX, organizo-se a "totalidade do espaço e do tempo (...) numa grande narrativa universal". Nessa narrativa, a Europa é o centro geográfico. Walter Mignolo (1995, p.37) aborda o privilégio do lugar de enunciação associado ao poder imperial,

responsável por organizar e criar hierarquias entre as culturas e as sociedades no início da era moderna.

Paralelamente, segundo Grosfoguel (2011), o capitalismo do sistema-mundo contemporâneo foi produzido nessa competição por territórios entre os impérios europeus. O crescimento do comércio na Europa, as novas rotas, a formação e a expansão do Estado são partes constitutivas de um padrão de poder colonial (operacionalizado de maneira vertical, entre um centro e uma periferia), acompanhado por uma lógica civilizatória que se faz presente nas distintas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais dos processos de colonização em curso naqueles séculos. Esse padrão de poder colonial fora iniciado no século dezesseis e no século dezenove expandiu-se globalmente e permanece aos dias atuais.

Para Lander (2005, p.18) existem duas dimensões constitutivas dos saberes modernos. A primeira é a fragmentação da realidade em partes e a maneira de produzir conhecimento sobre essas partes. A segunda é a articulação entre o saber e a organização do poder. O saber colonial é entendido como um saber fragmentado sobre o mundo e, portanto, incompleto, que obedece a um projeto social específico, que é sua articulação com o exercício de poder.

Conforme Wallerstein (1996, p.5) as ciências sociais se organizam como tal num contexto espacial e temporal particular de cinco países liberais e industriais: Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos na segunda metade do século XIX. O estudo "*Abrir las ciencias sociales*" aponta que os âmbitos social, político e econômico são delimitados de maneira "autônoma" e a cada um desses âmbitos corresponde uma disciplina das ciências sociais. É dessa "constituição histórica das disciplinas" que surge uma narrativa universal que une todas as culturas e todos os povos do primitivo ou tradicional até o moderno.

Esta seção intenta desenvolver uma visão das RI como produto do projeto colonial europeu, particularmente do século XIX. Essa epistemologia faz parte da cartografia do saber/poder criada pela expansão marítima europeia e pela aliança histórica entre capital e império. Para dar conta do eurocentrismo é necessário criar um espaço de reflexão para aprofundar a construção plural do pensamento social, divulgar e investigar as histórias regionais e locais, dar coesão aos episódios dispersos, preencher as lacunas de uma história fragmentada e contribuir para um enquadramento do colonialismo na fundação das RI. É necessário ainda examinar os desafios da formação do Estado²⁷ em seu contexto colonial para

²⁷ De acordo com Ramon Grosfoguel (2013, p.76) o Estado-Nação foi construído genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI: contra os muçulmanos e os judeus na conquista de Al-Andalus na península Ibérica; contra

desconstruir o caráter universal do conjunto de saberes que conhecemos globalmente como RI.

Nesse sentido, as relações internacionais enquanto disciplina acadêmica fazem parte das ciências sociais, cujo cânone é a filosofia política concebida por autores homens, ocidentais e portadores de uma visão particular do mundo. Uma das principais tarefas das RI tem sido entender as características da inserção do Estado no sistema internacional, deixando de fora o contexto colonial da emergência do Estado enquanto ator universal.

Assim, a articulação entre RI e Império quer entender as conceptualizações problemáticas que ocorreram na disciplina. Coloca-se em evidência a lógica colonial do processo histórico que associou os povos europeus, americanos, asiáticos e africanos. Cabe lembrar que a organização do espaço mundial em unidades políticas autônomas impôs o estabelecimento de fronteiras. A criação de colônias pelas potências europeias, fixou a necessidade de implantar estruturas institucionais indispensáveis para assegurar o controle administrativo desses espaços e garantir a concretização dos projetos europeus de exploração de recursos e populações.

A ideia de RI e Império parte da premissa que não é possível pensar a formação do Estado sem o colonialismo e que a história das relações internacionais foi retirada de seu contexto imperial. A ideia de Estado nas RI, entendido como um ator unitário e racional, não leva em consideração a dimensão colonial/imperial, que é constitutiva do mundo contemporâneo, de modo que se faz necessário repensar as RI à luz de sua história imperial. A falha em considerar essa dimensão significou a permanência de uma visão de mundo incompleta.

Deriva daí uma acentuada percepção de que com o fim dos impérios e com o fim das estruturas político-administrativo coloniais, as relações de dominação colonial (cujo padrão é o binômio metrópole-colônia) estariam ultrapassadas. No entanto, existem exemplos que servem como expressão flagrante das vicissitudes da dominação do tipo colonial nos tempos atuais, como a dependência criada em certos países receptores de cooperação internacional e a substituição da metrópole por um conjunto de doadores que condicionam um tipo de ajuda a um tipo particular de desenvolvimento, como no caso de Moçambique²⁸.

as populações nativas das Américas e da Ásia; contra as populações nativas do continente africano e sua posterior escravização; e contra mulheres na Europa que, acusadas de serem bruxas, eram queimadas vivas.

²⁸ Palco de diversas agências bilaterais, organismos internacionais, organizações não governamentais e outras instituições internacionais, Moçambique constitui um campo privilegiado para os estudos de cooperação internacional, um mecanismo que não é desprovido de conflitos ou interesses. A dependência aos recursos externos foi uma realidade nesse país, principalmente na década de 1990. Essa dependência significa, segundo

Grosfoguel (2011) lança um olhar crítico sobre as descolonizações do século XX e entende que são incompletas e Saul (2008) aborda a recolonização de alguns países na África Austral, a exemplo de Moçambique. Para os autores, as distintas estratégias de tomar o poder não são suficientes a nível de Estado-Nação, porque a colonização não se reduz às estruturas políticas e econômicas de poder. O grande mito do século XX seria a falsa ideia que a eliminação das administrações coloniais se traduz, automaticamente, em descolonização. Os autores defendem que a erradicação dessas instituições nas vastas regiões não-europeias não terminaram com a exploração e dominação comercial/financeira/política de caráter euro/norte-americana.

2.2 Angola e Moçambique em um ciclo maior

No dia 21 de junho de 1974, no Hotel Embaixador, na Beira, Moçambique, o Cônsul-Geral do Brasil em Lourenço Marques, Octávio Berenguer César, encontrou-se com o senhor Miguel Murripa, ex-membro do Comitê Central da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), para discutir o futuro incerto das relações bilaterais entre os países que ali representavam em caráter não oficial. Algumas semanas depois, em 27 de julho do mesmo ano, o governo de Lisboa anunciou, por intermédio do presidente general António Spínola, o reconhecimento "da independência dos povos africanos que vivem sob seu domínio desde o século XV", informava o Cônsul por meio de telegrama secreto²⁹ para o Itamaraty em Brasília.

Por certo, o assunto era delicado e iria receber mais atenção do governo brasileiro no contexto das descolonizações de Angola e de Moçambique. Nesse sentido, a política externa brasileira (PEB) era uma realidade impermeável e alheia ao mundo das lutas de libertação em África e encontrou, na possibilidade de apoiar as independências de Angola e de Moçambique, uma estratégia para promover as relações entre o Brasil e outros países africanos.

Renzio e Hanlon (2007), que o processo orçamentário envolve basicamente dois atores: o executivo e os atores estrangeiros, condicionando a manutenção dos fluxos de cooperação ao desenvolvimento do capitalismo no país.

²⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores em 3 de março de 1974. "Relações Bilaterais. Encontro com Dr. Murripa. Pedido de bolsa no Brasil". Caixa nº5, Lourenço Marques 001 a 269.

A mudança produzida por uma década de luta contra o domínio colonial nas colônias africanas portuguesas³⁰, associada ao contexto internacional de choque do petróleo e de recessão econômica, criou oportunidades para assegurar uma transformação na inserção internacional do país. Com esse reconhecimento, a diplomacia de Brasília pôde dar novo alento e reforçar sua presença naquele continente, a partir do engajamento com dois pontos estratégicos da luta anti-colonial na África: Angola e Moçambique entre 1974 e 1975. Esses dois países eram o estandarte da libertação da zona Austral do continente, o primeiro "a joia da coroa" para Lisboa, e o segundo "a pérola do Índico".

A despeito da longa história compartilhada e dos laços culturais, políticos, sociais, dentre outros, do Brasil com países africanos, longos séculos transcorreram sem que fosse possível uma aproximação em matéria de política exterior. Sabemos que as relações do Brasil com a África não são recentes, datam da colônia, da independência e do Império³¹

Todavia, no campo da política exterior, não foi possível transformar essa ontologia afro-brasileira em uma diretriz segura de inserção internacional, nem formular uma política coerente³² para o continente africano, a não ser a partir de 1974. Recordar-se que entre a década de 1950 e os primeiros anos da década de 1970, as relações Brasil-África eram condicionadas pelas relações com Portugal, com a exceção do ensaio africanista de 1961-1964.

A política externa que surge em 1974, o Pragmatismo Responsável, lança um esforço voltado para "estar presente onde estivera ausente"³³ e o mundo afro-asiático era a maior expressão dessa urgência. Havia muito em jogo para as relações internacionais do Brasil; no caso particular daquele continente o desafio era eliminar os atritos políticos com as colônias portuguesas, que surgiram com as posições adotadas por Brasília a favor de Lisboa, e que o reconhecimento das independências em 1975 teve lugar central para superá-los, no plano discursivo e prático.

³⁰ Em Moçambique a luta armada começou em 1964, com a Frente de Libertação de Moçambique. No caso de Angola a luta armada eclodiu em 1961, com o Movimento Popular de Libertação de Angola.

³¹ Para o embaixador Alberto da Costa e Silva, a independência do Brasil, as preocupações com o tráfico de escravos e as navegações comerciais cortaram o diálogo com cidades e reinos no continente africano e o Brasil se concentrou na questão diplomática com a Grã-Bretanha, cuja intenção era cessar o tráfico de escravos e o comércio entre a América e África (SILVA, 2011, p.23).

³² Entende-se que a falta de coerência da PEB era resultado de uma tensão de forças mais ou menos conservadoras que ignoravam a aproximação ao continente africano; a incoerência expressava-se na falta de relações com as colônias portuguesas, no uso do discurso anti-colonialista e também na postura em relação à descolonização nas Nações Unidas. Uma política coerente, ao contrário, é uma política soberana, de Estado para Estado. É o que o embaixador Paulo Antônio Pereira Pinto chama de "uma política internacional (...) com respeito àquele continente". Ver mais em: <http://www.mundorama.net/2016/06/28/brasil-africa-parceria-e-compaixao-por-paulo-antonio-pereira-pinto/>. Acessado em 15 de julho de 2016.

³³ Resenha de Política Externa do Ministério das Relações Exteriores, 1975, p.67.

O foco desta seção recai em analisar o processo de reconhecimento das independências de Angola e de Moçambique, nos anos 1974 e 1975. Nesse sentido, colocam-se duas questões intimamente vinculadas: "(i) Por quê o Brasil reconheceu essas independências? (ii) De que modo foram as primeiras gestões do governo Geisel para tornar esse reconhecimento possível?"

O contexto internacional do período em pauta é a détente entre as duas superpotências da Guerra Fria. Em meio à bipolaridade da ordem mundial, a distensão proporcionou mais possibilidades de atuação para os Estados que se encontravam limitados pelo jogo das grandes potências. Foi caracterizada como um momento de desgaste no poder internacional de ambos os atores hegemônicos. Nesse sentido, era um cenário em que Estados como o Brasil encontraram lugar para adotar políticas mais autônomas, afastando-se do alinhamento direto a um dos centros de poder.

Desse contexto surgiram importantes fenômenos para a política internacional: a assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1968; a ideia de uma Nova Ordem Econômica Internacional, lançada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974; o *aggiornamento* do Terceiro Mundo enquanto ator nas relações internacionais, a partir do Movimento dos Não-Alinhados; a guerra do Yom Kippur; o debate Norte-Sul pelo desenvolvimento; a entrada da China na Organização das Nações Unidas em 1971 e sua primeira explosão nuclear; as descolonizações africanas, dentre outros.

A primeira metade da década de 1970 foi marcada por sucessivas crises econômicas, como o fim dos padrões de Bretton Woods e o primeiro choque do petróleo, o qual motivou o governo brasileiro a aceitar a necessidade de reorientar o comando da política exterior, a fim de adaptar-se à nova realidade. Esse último fenômeno foi inesperado para o governo brasileiro, que vivia a "opulência" do nacional-desenvolvimentismo. Ainda nos anos 1960, o preço do barril de petróleo estava em torno de US\$ 2,70 a unidade. Com o primeiro choque, em 1973, o barril alcançou US\$ 05 em 1974 chegou a US\$ 07 e 1975 atingiu os US\$ 09 (TOSCANO, 2004, p.8).

O desenvolvimentismo no Brasil e o crescimento econômico característico desse período fizeram aumentar a demanda por petróleo e derivados. Conforme Toscano (2004, p.1) o país produzia 20% do petróleo que consumia e importava 80%, a maior parte do Oriente Médio, fator que, associado à recessão, gerou desequilíbrio no balanço de pagamentos (déficit de 4,7 bilhões em 1974).

Diante desse cenário, quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência em 15 de março de 1974, os efeitos da crise do petróleo e da balança de pagamentos estavam acumulados. A multiplicação dos contatos do Brasil com outras nações era uma exigência daquele momento, de maneira que o redimensionamento da inserção internacional foi uma resposta ao período de crise. A aproximação com a África era uma fração importante do alargamento das relações internacionais do Brasil.

Dois fenômenos marcaram a segunda metade do século XX em África: a construção da Nação e a edificação do Estado. Segundo Elaigwu (2010, p.537), esse cenário foi resultado do combate político pela independência no continente após Segunda Guerra Mundial. O mundo assistiu a uma transformação no cenário internacional com o surgimento de uma série de Estados como a Líbia (1951), o Marrocos (1956), Gana (1957) e outros.

A Organização das Nações Unidas tornou-se uma plataforma anti-colonialista e no final desse ano aprovou-se a Resolução 1514³⁴ de 1960 na Assembleia Geral, submetida por 43 países afro-asiáticos, que pediu o fim da exploração e da dominação colonial e o respeito à integridade territorial dos países que iriam surgir. Portugal esteve dentre os nove países que se abstiveram de votar.

Na altura da independência, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, era o principal movimento de libertação. Em Angola, diferentemente, existiam nesse mesmo momento três movimentos, com distintas orientações, que se antagonizaram³⁵. Eram eles o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) de 1956, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de 1961 e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) de 1966.

A região da África Austral era a zona que representava a luta contra o colonialismo porque estava composta por territórios não-autônomos, como Angola, Moçambique e a atual Namíbia, território conhecido como South-West Africa, sob administração da África do Sul, mas também por países com regimes racistas, como as Rodésias e a África do Sul, que institucionalizou a segregação racial com a política oficial do apartheid.

2.3 Atrasando o inevitável: Brasil e Portugal nos anos 1950 e 1960

³⁴ *Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples*, adotada pela Assembleia Geral em 1960. Disponível em: <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>. Acessado em 20 de julho de 2016.

³⁵ O MPLA, de esquerda, era apoiado pela União Soviética, a FNLA, mais "moderada", recebeu apoio da CIA, e a UNITA recebeu apoio da África do Sul.

Para entender o processo de reconhecimento da independência de Moçambique pelo Brasil é necessário examinar as relações entre Brasil e Portugal, porque um importante instrumento jurídico acordado entre ambos orientava a condução de todos os assuntos em suas relações bilaterais e mesmo com os demais países.

Esses vínculos não podem ser desprezados para a análise das relações do Brasil com as ex-colônias portuguesas. Os motivos dessa postura davam-se por pressões sistêmicas inexoráveis e pelos compromissos do Brasil com uma política internacional "anti-comunista" e de alinhamento ao Ocidente durante o período da Guerra Fria. A partir dos anos 1950 o Brasil apoiou a França contra a descolonização da Argélia, país cuja guerra começou em 1954 e se tornou independente em 1962. Outros exemplos são as descolonizações da Tunísia e do Marrocos, processos nos quais o Brasil foi um mero "espectador passivo" (PENNA FILHO & LESSA, 2007, p.5).

O traço característico das relações entre Brasil e Portugal era a "retórica da afetividade"³⁶ e uma de suas características era a concepção de que suas relações diplomáticas só poderiam ser entendidas à luz das "identidades culturais", como se houvesse "uma aliança natural e indestrutível que transcendia a volatilidade das conjunturas" (GONÇALVES, 2003, p.15). O Tratado foi negociado no governo de Getúlio Vargas em 1953, ratificado em 1954 no governo de Café Filho e regulamentado no governo de Juscelino Kubitschek em 1960. Resumidamente, o produto dessa relação foi uma política externa brasileira orientada para a defesa do império colonial português. Para Gonçalves (2003), o Brasil apoiou a política portuguesa de não ceder à reivindicação da União Indiana em incorporar Goa, Damão e Diu. Estava o Brasil, portanto, a sustentar política e diplomaticamente os objetivos coloniais de Portugal³⁷.

O Tratado foi também a expressão dos vínculos do Brasil com uma ditadura, o Estado Novo de Salazar. De todos os regimes autoritários dos 1920-30 o de Salazar foi o que mais perdurou e persistiu às pressões do fim da Segunda Guerra Mundial. É possível distinguir cinco fases do Estado Novo: (i) golpe e ditadura militar entre 1926-1933; (ii) a construção do

³⁶ Uma das poucas interrupções nas relações diplomáticas deveu-se à participação portuguesa na revolta da armada (entre 1893 e 1894) e por pressões brasileiras, determinadas pelos EUA, para que Portugal rompesse com os países do Eixo e facilitasse o uso dos Açores pelos aliados na segunda grande guerra.

³⁷ Os territórios coloniais dos portugueses na Índia eram Goa, que compreendia também as ilhas de Andegiva, São Jorge e Morcego; Damão, com Dadra e Praganá-Nagar-Avele; e Diu, com Gogola e Simbor. Portugal tinha uma aliança com os Estados Unidos, pela concessão de base militar no arquipélago dos Açores. Em 1956, o governo norte-americano cancelou uma viagem de Nehru à Washington. Em 1961 a Índia ocupou militarmente esses territórios e o Brasil já estava comprometido com o Tratado de Amizade e Consulta, de modo que o Brasil passou a representar os interesses de Lisboa em Nova Déli (BEGUE, 2007, p.18).

Estado Novo entre 1933-1945; (iii) a diversificação do regime entre 1945-1961; (iv) seu endurecimento entre 1961-1968 ; e (v) a liberalização bloqueada entre 1968-1974.

O aparecimento do Estado Novo em Portugal, nome do regime político autoritário que se instalou na metrópole, no ato de aprovação da Constituição de 1933, que definiu as instituições políticas da metrópole, regime fundado por Antonio Oliveira Salazar³⁸. No final dos anos 1940 e início da década de 1950, o governo de Lisboa produziu um novo arranjo político sobre as colônias. A designação “colônia” foi alterada para “província ultramarina” pelo Estado Novo.

Na primeira fase houve conflito do Estado para aqueles que se pronunciaram contra a república. Na segunda fase, quando se aplica a Constituição de 1933, se deu forma ao regime: o executivo era a presidência, cargo eletivo a cada sete anos. Em seguida o legislativo era a Assembleia Nacional, que se reunia três meses ao ano e o resto do país era governado através de decretos-lei da Presidência do Conselho de Ministros. Suprimidos os partidos políticos, a Assembleia Nacional era ocupada pela União Nacional que monopolizava a atividade política legal e a Câmara Corporativa, criação da polícia política. A terceira fase é uma abertura controlada do regime após a guerra de 1945, quando há atenuação da repressão e permitem-se manifestações esporádicas. A situação geoestratégica e o anti-comunismo permitem certo conforto na Guerra Fria e sua política exterior queria buscar aliados dispostos a defender e aceitar seu colonialismo. Na quarta fase há um retorno ao autoritarismo, cuja causa determinante é a luta armada das colônias. Aqui Portugal estava isolado, se recusava em discutir maneiras de negociar a questão colonial, e seus colaboradores se tornam mais hostis, como os Estados Unidos e O Brasil de Jânio Quadros e de Afonso Arinos. A quinta fase seria o ocaso do regime, do "salazarismo sem Salazar" e, conseqüentemente, do seu fim.

Um exemplo do apoio brasileiro ao colonialismo Português está no discurso do Representante do Brasil Donatello Grieco, na Quarta Comissão da XI Assembleia Geral das Nações Unidas em 30 de janeiro de 1957, sobre o item Territórios Não-Autônomos, na qual afirma que “o Brasil foi província portuguesa, e os brasileiros orgulham-se da obra civilizadora” e que o Brasil herdou da colonização lusitana “o amor a todos os semelhantes, sem preconceitos de raça ou condição social” e que a “ancestralidade lusitana” é motivo de “autentico orgulho” e que “formavam uma grande família” (GRIECO, 1957, p.228).

O representante referiu-se a Portugal como um “Estado que teve a seu cargo consolidar, durante trezentos anos, os elementos de progresso social, cultural, econômico e

³⁸ Estadista nacionalista, para quem o patrimônio colonial era a herança do passado de Portugal. A continuidade das colônias foi a variável mais importante da política externa portuguesa (PINTO, 2007, p.27).

político que levaram o Brasil a obtenção de sua independência.” Qualifica a expansão marítima portuguesa como "a mais prodigiosa arrancada das caravelas de sagres a todos os mares, deu ao mundo novos mundos” e que “constituiu o território português, assim espalhados por todos os pontos da rosa dos ventos (...) se se puder dizer assim, singular e indivisível, que engloba solidariamente todas as províncias”.

Sobre a ação colonial de Portugal, o diplomata brasileiro declara que “a obra civilizadora dos portugueses, tanto na América, como na África e na Ásia, pairou sempre acima dos meros elementos materiais do colonialismo tradicional”. E que a conquista dos portugueses não foi consolidada com sangue, mas “com livros e mestres”, de maneira que Portugal garantiu “livre acesso aos benefícios da civilização”. Por fim brinda todo seu apoio ao afirmar que a delegação do Brasil declara que Portugal “não administra territórios não-autônomos”. O delegado citou Hans Kelsen em seu *The Law of the United Nations*, que afirmava que a Assembleia Geral permitiu a seus membros determinar quais territórios se enquadram na categoria "não-autônomos". Tudo isso para defender que Portugal não deveria prestar contas sobre territórios não- autônomos, e que está em jogo o direito português, sua soberania, aceita pela ONU, ao reclamar e reafirmar o princípio de igualdade soberana do artigo 2 da carta da ONU.

Apontou, sobre as relações entre Brasil e Portugal, que (GRIECCO, 1957, p117) “o Brasil foi província portuguesa, e os brasileiros orgulham-se da obra civilizadora” e que da colonização lusitana o Brasil herdou “ o amor a todos os semelhantes, sem preconceitos de raça ou condição social” e que a “ancestralidade lusitana” é motivo de “autêntico orgulho” e “formavam uma grande família”.

O Tratado foi destinado, no início, para apoiar as pretensões portuguesas de manter soberania sobre Goa, Damão e Diu³⁹. Na década de 1960, quando Portugal sofria pressões anti-colonialistas a ONU, o Tratado serviu para colocar o Brasil na órbita portuguesa e defender a manutenção das colônias portuguesas.

Segundo Villela (1953, p.246-252), foram estabelecidos quatro princípios no Tratado, quais sejam: (i) consulta mútua e obrigatória perante os temas internacionais, entendendo a consulta como “prova de confiança”; (ii) igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros,

³⁹ Em 1955 Portugal e Índia romperam relações. Portugal entrou com uma queixa ao Tribunal Internacional de justiça em Haia. Em 1961 a Índia ocupou militarmente os territórios e o Brasil já estava comprometido a esse apoio pelo Tratado de 1953. Com o Tratado de Amizade e, a partir do rompimento, o Brasil passou a representar os interesses de Portugal em Nova Deli. Territórios de Portugal na Índia: Em Goa: ilhas de Andegiva, São Jorge e Morcegos. Em Damão: Dadra e Pragana-Nagar-Avele. Em Diu: Gogola e Simbor.

princípio apresentado no artigo quarto, desenvolvido no artigo quinto e ampliado no artigo sexto; (iii) constantes atualizações para que o Tratado corresponda a uma execução a longo prazo, por meio de leis e regulamentos necessários para sua melhor execução; (iv) e o compromisso em desenvolver uma Comunidade Luso-Brasileira, que daria “um novo rumo nas relações das duas coletividades atlânticas”.

No dia 16 novembro de 1953 foi assinado no Rio de Janeiro que, que segundo Villela (1953) “marca o início brilhante de uma nova era” e que “vem, por efeito, valorizar a Comunidade Luso-Brasileira em prol dos povos que a constituem”. O Tratado era, no entanto, um instrumento diplomático para aprofundar os vínculos com os Estados contratantes, composto por nove artigos. Foi negociado no governo de Getúlio Vargas em 1953, ratificado em 1954 no governo de Café Filho e regulamentado no governo de Juscelino Kubitschek em 1960, para harmonizar e articular os interesses brasileiros e os interesses colonialistas brasileiros.

O Tratado de Amizade foi fruto de uma “política de aproximação levada a efeito pelos homens de Estado dos dois países”. O General Francisco Higinio Craveiro Lopes em visita do presidente da república portuguesa ao Brasil e da abertura do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros afirmou que o americanismo do Brasil não seria fragilizado com o Tratado e que mesmo o General Eisenhower unia-se ao “júbilo da nação brasileira pela visita do Presidente de Portugal” e comentou as ligações de Lisboa com a OTAN por meio de um “quadrilátero lusíada-anglo-saxónio” incluindo o Brasil e as colônias em África.

De acordo com Gonçalves (2003, p.100) o Tratado tem antecedentes nas gestões do embaixador brasileiro João Neves da Fontoura em Lisboa que, no âmbito das negociações e assinatura da Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal em 1943, queria "conciliar os interesses emigratórios portugueses com os interesses imigratórios brasileiros" de maneira a garantir "direitos semelhantes", como facilidade de entrada, naturalização, emprego e outros. Continuando com autor, o ministro Ráo chegou a afirmar o absurdo que "o Tratado de Amizade e Consulta atualizava o Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil de 1825" e de que os países europeus passariam a considerar com o Brasil "as soluções para seus problemas". O autor ainda argumenta que Salazar pensava que o Brasil poderia obter solidariedade para Portugal em sua posição no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

Para Gonçalves (2003) dentro dos assuntos portugueses da vida diplomática com o Brasil, a questão colonial era designadamente a mais importante. Nos anos 1950 já havia

pressão externa sob o império português pela questão da Índia. A admissão de Portugal na ONU fez levantar a questão do estatuto das colônias, que assumiram o status de província ultramarina pela constituição de 1951, de maneira a facilitar a salvaguarda das posições do estado português. O início da descolonização em África reforça pressão sobre o império. A partir dos anos 1950 (até 1975), a questão colonial influenciou a evolução das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal.

Cabe lembrar que para Adolpho Justo Bezerra de Menezes (2012), avaliou essa articulação entre Brasil e Portugal e, ainda que considerasse o sistema colonial português o "mais adequado" e o "único que poderia de fato vingar", afirmou que, do ponto de vista sua inserção internacional, o "Brasil queria ocupar uma órbita maior que a continental" e, portanto, deveria "ganhar as boas graças, a admiração mesmo, dos povos orientais e africanos". Acreditava que, com o fim do colonialismo, o mundo ágio-africano iria ter cada vez mais peso na balança internacional e que o Brasil tinha condições de ser uma liderança nesse grupo.

Em uma passagem muito honesta sobre o vínculo entre Brasil e Portugal e Nações Unidas, o diplomata considera que "aí está uma sucessão nada brilhante de posições oficialmente tomadas" (MENEZES, 2012, p.9). Isso porque era impossível apontar as vantagens econômicas de tal conduta do Brasil. Já considerava o fato que havia competição entre produtos de exportação africanos e brasileiros, como café e cacau e que as independências poderiam mesmo "ajudar" o Brasil, na medida em que por quanto mais tempo persistisse o colonialismo e o baixo custo da mão de obra, menor seria o custo desses produtos em territórios africanos e que, quando o trabalho forçado se transformasse em assalariado, a remuneração e os custos desse trabalho seriam mais altos.

Mas porque o Brasil concedia tanta importância à sua ex-metrópole? Na década de 1950, Portugal era um Estado fraco e economicamente atrasado. Cinquenta por cento da população economicamente ativa dedicava-se a atividades agrícolas e apenas vinte e quatro por cento às atividades industriais. Assim, a posse do império colonial favoreceu a durabilidade do regime e Salazar teve habilidade em manter coesos os interesses das elites econômicas, militares e religiosas e foi o árbitro supremo da vida política do país. O exclusivismo colonial era válvula de escape para a superação de deficiências e insuficiências da economia portuguesa: as colônias escoavam mercadorias e capital, e forneciam matéria prima e mão de obra barata (DADAH, 2016, p.50).

Para Dadah (2016, p.54) Salazar era um "conservador fiscal extremo" que acreditava na austeridade e "pouco acreditava na educação"⁴⁰ como "progresso social na metrópole ou nas colônias". Isso ajudou Portugal a elevar suas reservas para iniciar o boom econômico dos 1960, mas pagou um preço caro com analfabetismo, economia disfuncional, infraestrutura industrial pobre e acima de tudo repressão nas colônias. Temos que lembrar que nem Portugal nem as províncias ultramarinas eram democráticas. Salazar não precisava se preocupar em lidar com questões como excessivo uso de força nem com os danos colaterais de civis inocentes.

A resposta parece estar no vínculo de Portugal com o Ocidente. A metrópole tinha uma aliança com os EUA pela concessão de base militar no arquipélago dos Açores. Em 1956 quando Portugal ofereceu Espinho e Motejo para as bases americanas, os EUA abriram uma flexibilização de sua posição anti-colonial em favor de Portugal e chegaram a cancelar uma viagem programada de Nehru à Washington. (GONÇALES, 2003).

Entretanto, e apenas o território metropolitano português estava protegido pela OTAN, de modo que uma aliança com o Brasil era indispensável para a segurança de suas colônias em África. Para ele houve uma "evidente desproporção dos benefícios" e um dos poucos políticos que registraram críticas foi o vereador carioca Magalhães Junior, que questionou a concorrência de ambas as economias e que a defesa das colônias de Portugal na Índia era "um absurdo".

Segundo Vieira et al (2014) a contestação da soberania lusa no além-mar se iniciou em 1946, quando Nehru, então vice-presidente do governo provisório da Índia, declarou que a Índia portuguesa não poderia manter-se na situação em que estava. Assim, os autores entendem que, em matéria de política exterior estado-novista depois de 1945, houve um afastamento em relação aos princípios aceitos pelo sistema internacional e pela Europa Ocidental, acompanhado pela adoção de uma política defensiva destinada a "atrasar o inevitável".

Nesse sentido, a projeção ultramarina portuguesa confrontava-se com uma ameaça: o crescente sentido pejorativo atribuído a categoria império, isto é, a crise de legitimidade que atingia em força a estrutura dos sistemas coloniais, resultante do crescimento dos princípios da autodeterminação e condenação do racismo.

Para Salazar o ultramar constituía um dos grandes pilares do nacionalismo português, posto que expressava o a mais acabada ilustração da vocação civilizadora e espiritual do país.

⁴⁰ Cabe recordar que no dia 7 de maio de 1940, Salazar e o papa Pio XII assinaram uma concordata sobre os termos precisos em que a Igreja iria operar nos domínios portugueses. A encíclica *Saeculo Exeunte Octavo*, que resultou dessa concordata, deu a Salazar total controle sobre educação para apoiar a ideologia do Estado colonial, e deu à igreja católica de Portugal a única responsabilidade sobre as colônias.

Para o ditador, Portugal não poderia existir sem esses espaços, que permitiam alimentar a ideia de um país dotado de avultada dimensão geográfica. Separado desses territórios, ficaria condenado a formar uma pequena nação da Europa, um Estado periférico, sem influência nas relações internacionais.

A política orientada por Salazar e depois seu sucessor, Marcelo Caetano, de exercer resistência às descolonizações, orientação que denuncia o imobilismo do regime e sua gritante incapacidade de dialogar com os movimentos de libertação, conforme será apreciado no capítulo 3, recusando qualquer solução política para a guerra colonial. Assim Portugal procurou evitar a ameaça de isolamento internacional no sentido de incluir-se nos novos fóruns e instancias internacionais, a começar pela ONU, organização a qual se candidata em 1946 (admitido em 1955), à Organização para a Cooperação Econômica Europeia em 1948, ou figurando como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949 e em 1960 na Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA).

Para os autores, a OTAN fechou os olhos para questão democrática portuguesa exatamente pela importância estratégica de seu território. Essa localização geográfica privilegiada fez que Portugal participasse em inúmeros conflitos europeus. Lisboa, situada perto da boca do rio Tejo, é o maior porto natural da costa do atlântico da Europa. Os Açores eram vitais para o controle do Atlântico Norte desde e na Guerra Fria foram usados por aviões americanos operando no Iraque. O porto de Horta é praticamente equidistante da Europa, África e América.

Outro fator de destaque nas relações entre Brasil e Portugal é que o lusotropicalismo apareceu ao Estado Novo na melhor altura possível e permitiu defender-se face aos ataques externos. Argumenta-se, portanto, que o Brasil forneceu as bases intelectuais e colaborou com as disposições políticas e jurídicas do colonialismo português e essa questão constitui uma lacuna na historiografia brasileira.

O lusotropicalismo⁴¹ foi uma visão formulada por Gilberto Freyre, cujos alicerces foram colocados na obra *Casa Grande e Senzala* de 1933, especialmente no primeiro capítulo das "características gerais da colonização portuguesa no Brasil" e no terceiro capítulo "o

⁴¹ O conteúdo do lusotropicalismo proclamava que "as relações firmadas pelos portugueses com os povos das zonas tropicais estavam baseados na compreensão e na adesão aos seus valores, possibilitando o florescimento, por interpenetração cultural e biológica, de um todo integrado, isto é, de uma civilização lusotropical", que a tornava diferente do resto da Europa. O português teria capacidade de se unir aos trópicos, por uma união de amor e não de interesse, baseado na adesão e compreensão dos valores culturais das populações que foi encontrar.

colonizador português". Freyre individualizou o caso ultramarino lusitano ao negar-lhe um caráter opressivo e racista e justificou, em termos ideológicos e em termos culturais e mesmo científicos, a política asiática e africana praticada pelo Estado Novo.

Nessa obra, Gilberto Freyre faz considerações acerca da brandura, tolerância e fraternidade do movimento civilizador/colonizador português e isso era um dado novo para o regime de Lisboa. O lusotropicalismo foi uma tese sedutora, oriunda do exterior do regime, usado pelo salazarismo como utensílio de uma espécie de "operação cosmética" direcionada para a promoção de um retrato particular de Portugal, liberto do estigma do império ou da pejorativa de um país colonial.

Foi, portanto, uma ideologia colonial sobre o modo português de estar no mundo, formulada no Brasil, que foi apropriada pelo salazarismo para servir como de argumento cultural e científico a sua permanência da Ásia e sobretudo em África. Nesse cenário se desenrolou a viagem oficial de Freyre às províncias africanas, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, por convite de Sarmento Rodrigues, ministro do ultramar. Foi nesse longo périplo que o sociólogo usou pela primeira vez o termo.

No entanto, ao conceito de lusotropicalismo podemos contrapor o conceito de ultracolonialismo de Anderson (1966), que significa a exploração das colônias com métodos pré-capitalistas, como o uso do trabalho forçado, ao gosto do processo colonial português em África. Foi a modalidade mais extrema e "primitiva" do colonialismo. O trabalho forçado entendido pelo autor como maneira mais extrema de exploração, cujo regime gera degradação humana.

2.4 Política Externa Brasileira e o Continente Africano

Do ponto de vista diplomático e político as relações do Brasil com o continente africano foram introduzidas no início dos anos 1960, com antecedentes imprecisos nos anos 1950. O chanceler Osvaldo Aranha alertou o presidente Juscelino Kubistchek em 1957 sobre consequências de desconsiderar a força que tinham as descolonizações (PENNA FILHO & LESSA, 2007, p. 62).

Outro antecedente foi o Memorando⁴² do embaixador brasileiro na Índia que, em 15 de fevereiro de 1959, buscou chamar a atenção do chanceler Negrão para o papel do Brasil nas

⁴² Arquivo Histórico do Itamaraty. Ofício nº65 de José Chocrane de Alencar, embaixador do Brasil na Índia, para o embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Nova Déli 15 de fevereiro de 1959. AMRE. Caixa 03 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98).

descolonizações afro-asiáticas, da qual a Índia foi pioneira em 1947. O embaixador citou a revista alemã "*Der Spiegel*", que entrevistou o Premiê da Guiné Sékou Touré, em que argumentava que a "dissolução (colonial) havia começado" e que "nada poderia mudar isso". O embaixador acreditava ser dever do Brasil "adotar uma política no sentido de associação às aspirações afro-asiáticas" e manifestou alinhamento com as diretrizes políticas de sua época ao argumentar que "não seria, quiçá, antagônico ao pensamento íntimo de alguns dirigentes americanos".

Em 1959, a localização de Moçambique no Índico foi objeto de discussão⁴³ no Itamaraty, particularmente o porto de Lourenço Marques (atual Maputo), que poderia ser um entreposto de "depósito franco" para estimular o comércio do Brasil com o Oriente. Dessa comunicação surgiu a ideia de transformar o Consulado Honorário naquela capital em Consulado- Geral e substituir o Consulado- Geral da Cidade do Cabo por uma "Repartição de carreira simples". A criação desse entreposto sugeriu ainda medidas análogas para Angola (e também Macau) de maneira a contemplar novos objetivos nas relações com Portugal.

No mesmo memorando⁴⁴ expõem-se os motivos do interesse brasileiro no porto de Lourenço Marques, que era "um dos portos mais bem estruturados de toda a costa oriental africana e recebeu 1.278 navios em 1956 e sua posição geográfica o transformou em um escoadouro do comércio dos países vizinhos". A proposta ligava mercadorias brasileiras pelo Atlântico ao Índico e ao Pacífico em linhas marítimas europeias e asiáticas, com escala em Lourenço Marques, porto que recebia vinte linhas de cargueiros regulares desde Bombaim, Goa, Calcutá, Manila Austrália e Nova Zelândia.

Nas palavras do diplomata "Lourenço Marques seria a concessão mais importante e útil que Portugal poderia oferecer ao Brasil". Uma outra questão é que o Brasil importava minério de cobre e de estanho da região congolosa do Katanga, ligada à Moçambique por uma ferrovia que terminava em Lourenço Marques. Segundo esse memorando, 4,7% do total das exportações da África portuguesa eram destinados aos mercados orientais, representados por China Japão e Austrália, de modo que o Brasil queria aproveitar essas conexões para incrementar seu comércio externo com países do Oriente via Lourenço Marques.

Para o diplomata José Maria da Gamboa "a presença do Brasil em Lourenço Marques" se justificava principalmente "pelo interesse comercial em ampliarmos nossas exportações

⁴³ ⁴³ Arquivo Histórico do Itamaraty. Memorando Confidencial para o chefe do Departamento Consular, de 17 de fevereiro de 1960. "Criação do Consulado Geral em Lourenço Marques e Consulado Simples em Luanda. Entrepostos Moçambique e Angola. Relações Brasil-Portugal". Caixa 923 (42) (88).

⁴⁴ Idem.

para os mercados da Ásia e Oceania". Por outro lado, viu a inércia e a natureza das relações entre Brasília e Lisboa ao afirmar que:

Permanecem em uma atmosfera de sentimentalismo, pela ênfase quase exclusiva emprestada aos aspectos históricos comuns. As declarações e discursos que marcam o contato de personalidades brasileiras e portuguesas estão recheadas de louvores a Camões, navegantes e laços de amizade, sem que sejam acompanhadas de resultados realmente proveitosos (IDEM).

De maneira geral, segundo Pinheiro (1994, p.252), entre 1946 e 1954, o Brasil "apoiou ativamente" os poderes coloniais e votou contra ou absteve-se de votar nas resoluções colonialistas nas Nações Unidas. Nos anos 1950 a África ainda não tinha um valor político para o Brasil. O que preocupava a diplomacia brasileira em relação à África era a formação de um Mercado Comum Europeu (em 1950) e o comércio entre esses dois continentes que, baseado na exportação de produtos africanos concorrentes com o Brasil (café, cacau e algodão), poderia prejudicar a economia brasileira (SARAIVA & GALA, 2012, p.5).

Para Selcher (1970, p.81) o Brasil não fez nada para tornar-se conhecido naquele continente e por isso não elaborou uma política coerente com seus interesses na região. Lembrando o embaixador Adolfo Bezerra de Menezes, para quem a "África era mais remota que crateras lunares", o autor afirma que a discussão sobre esse continente no Brasil é tardia e que o Brasil tinha os pré-requisitos para ter um papel na África mais importante que qualquer outro país da América Latina. O diplomata afirma ainda que no anos 1950, o brasileiro sabia da existência de Dakar e Casablanca por serem pontos de escala obrigatório para aviões e navios com destino à Europa e outros lugares como o Egito.

Entretanto, na década de 1960, a presença brasileira na África independente já era uma realidade. A tabela 2.1 ilustra o alcance da diplomacia nessa década.

Tabela 2 - Relação das embaixadas do Brasil em África até a década de 1960.

Categoria do Posto e Cidade	Data
Embaixada em Argel	1962
Embaixada no Cairo	1958
Embaixada em Rabat	1959
Embaixada em Tunis	1959
Legação em Pretória	1947
Embaixada em Acra	1961
Embaixada em Dacar	1961
Embaixada em Lagos	1962
Embaixada em Niamei	1961
Embaixada em Nouakchott	-
Embaixada em Bamaco	-

Embaixada em Lomé	1962
Embaixada em Adis Abeba	1961
Consulado em Argel	1918
Consulado na Cidade do Cabo	1937
Consulado em Lourenço Marques	1961
Consulado em Luanda	1961
Consulado em Nairóbi	1961

Fonte: Elaborada pelo próprio autor com documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília.

Em mensagem ao Congresso Nacional em 1961, o presidente Quadros expôs as diretrizes gerais de sua política exterior. No quinto ponto, do "Mundo Afro-Asiático", propôs uma política de condenação do colonialismo e do racismo e manifestou interesse em criar representações do Brasil no continente e ainda afirmou que "não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo" (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), houve uma inclinação africanista na formulação da política exterior. Amorim (2011, p. 473) considera que nesse momento produziu-se o primeiro desenho de uma ação voltada para o continente africano, com o envio do jornalista Raymundo de Sousa Dantas como o primeiro embaixador negro do Brasil para Gana. Nesse sentido, para Cervo & Bueno (1992, p.219), o governo de Quadros, se cotejado aos anteriores, deu o maior destaque ao continente africano até então.

O golpe de 1964 colocou o Brasil na órbita do alinhamento ao bloco Ocidental na Guerra Fria e afastou a possibilidade de qualquer interlocução com os movimentos que já encontravam-se em luta em Angola e Moçambique. Pinheiro (1994, p.264) alega que os países africanos tinham perdido importância para a concepção de política externa de Castelo Branco, salvo a África do Sul, principal parceiro comercial naquele continente, com quem o país manteria relações ao longo do regime do apartheid.

Em 1972 o ministro Gibson Barboza visitou nove países⁴⁵ do continente africano entre os meses de outubro e novembro, na busca de estreitar as relações bilaterais. É nesse governo, segundo Pinheiro (1994 p.269) que o governo brasileiro começa a entender os vínculos com Portugal como um "obstáculo ao seu desenvolvimento". É relevante observar que no âmbito do boicote por países africanos à Israel, Portugal e África do Sul, havia possibilidade do Brasil ser igualmente punido no que diz respeito às importações de petróleo.

⁴⁵ Costa do Marfim, Togo, Gana, Daomé (atual Benim), Zaire (atual R.D Congo), Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão, entre 25 de outubro e 22 de novembro de 1972.

Em telegrama⁴⁶ de 23 de fevereiro de 1973, o chanceler Mario Gibson Barboza expôs o resultado da viagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Patrício, e apresentou notícias muito positivas das relações do Brasil com a África nos nove países que visitou. Para o ministro a viagem "não significava o envolvimento do Brasil no problema africano português". Reportou ainda que houve "grandes dificuldades para incluir declarações conjuntas em que não se contivessem ataques, mesmo indiretos, a Portugal."

Nessa conversa, o chanceler português propôs que o próximo encontro de ministros do Exterior do Brasil e de Portugal, fosse realizado em Angola ou em Moçambique, mas o representante brasileiro considerou o pedido "fora de questão". Ao ver seu interlocutor insistir pela conveniência do pedido, Barboza respondeu que "isso seria interpretado pelos africanos como um desafio e resultaria num desgaste a mais para o Brasil nas Nações Unidas e na África". Complementou ainda que tal encontro "seria tomado como um reconhecimento pelo Brasil do status de província que Portugal reclama para aqueles territórios"⁴⁷.

O crescente interesse no continente chocava-se com uma concepção limitada sobre o lugar da África na formação do Brasil. A embaixada brasileira em Lisboa promoveu no final de 1972, na sede da Mocidade Portuguesa⁴⁸, uma palestra⁴⁹ intitulada "O Africano na Cultura e Literatura Brasileira", proferida pelo professor e Adido Cultural Gladstone de Mello. Essa comunicação é exemplo da ambivalência da PEB e mostra o nível em que se manifestava o apoio à Portugal, no momento em que afirmou ter sido, na colonização do Brasil:

Verificada a pouca serventia do índio para trabalhar nas lavouras, na criação de gado ou na construção de casas, principalmente pelo seu grande atraso cultural (...). Apelaram os senhores do engenho, os criadores e, mais tarde, os mineradores para a mão-de-obra africana.

Em suas observações, o Adido comentou que:

Foi terrível, desumano e criminoso o cativo, mas não há como negar que a sorte do preto no Brasil veio a ser melhor. Na África, esperava-o a morte ou a estagnação cultural (...) ele a pouco e pouco acendeu, e entrou a participar, em menor ou maior grau, nos benefícios da civilização.

Essa inquietação e crescente interesse da diplomacia brasileira em África não passou despercebida pelos vizinhos sul-americanos. Em 1973 a Embaixada do Brasil em Caracas

⁴⁶ CPDOC. Telegrama Secreto do Chanceler para o Presidente da República em 23/02/1973. Classificação AAS MRE 1974.10.00 de 00.10.1974 a 04.03.1979.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, criada em 1936 e extinta em 1974, fazia parte do regime autoritário do Estado Novo.

⁴⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto da Embaixada de Lisboa para Exteriores, de 5 de janeiro de 1973, número 11, do embaixador Luís Antônio da Gama e Silva. Caixa Lisboa Ofícios (01) (73).

enviava cópia⁵⁰ do jornal venezuelano "*El Nacional*" publicado em 14 de junho de 1973, cuja reportagem "*África sola para Argentina y Brasil*", de José Ricardo Eliashev, comentava a presença de nove embaixadores africanos nas Nações Unidas em Buenos Aires. O jornalista assinalou a "intensa disputa" diplomática entre Brasília e Buenos Aires para a conquista do "vasto mercado do continente negro" e que a Argentina "desconhecia a importância estratégica que, para uma das potências latino-americanas, tinha a África" e ressaltou o "peso geopolítico" do esforço promovido pelas visitas do ministro Gibson Barboza ao continente. A "ofensiva do Brasil em África" foi "caracterizada por um critério cegamente comercial"

Outro observador do Itamaraty no mundo, desta vez na África do Sul, o ministro De Salvo Coimbra, anexou⁵¹ um recorte do jornal "*To the point*" com a notícia "*Brazil's inroads*", onde afirmara que a "essência da política africana do Brasil busca melhorar seus laços com a África Negra ao mesmo tempo em que retém suas relações diplomáticas e comerciais com Portugal e África do Sul".

O interesse de países africanos no Brasil também existia. Em 1973 os arquivos do Itamaraty mostram que algumas autoridades africanas visitaram o Brasil. o ministro dos Negócios Estrangeiros do Zaire, Karl Bond; o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Usher Assouan; o ministro do Planejamento da Costa do Marfim, M. Diwara; o ministro da Agricultura da Tanzânia, J. Munjai; o Ministro do Transporte e Obras Públicas da Nigéria, L. Okonnu, dentre outros.

Embora apresentasse sinais de mudança, a diplomacia brasileira da primeira metade da década de 1970 ainda colidia com as dificuldades políticas e limites que envolviam o relacionamento com Portugal. Um exemplo foi a votação da Resolução 3061 das Nações Unidas sobre a recomendação da retirada das tropas portuguesas da Guiné-Bissau⁵², uma decisão que implicava o reconhecimento tácito dessa colônia como um país independente. O Brasil votou contra por entender que "seria anti-jurídico" conceder o reconhecimento a um governo que não tinha "o total controle do território nem era reconhecido pela maioria da

⁵⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto. Embaixada do Brasil em Caracas para DAO, nº 505, em 15 de junho de 1973. "Relações do Brasil com a África" do embaixador Lucillo Haddock Lobo. Caixa 920 (B46) (A).

⁵¹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto. Legação do Brasil na cidade do Cabo para Exteriores, nº 58 de 11 de abril de 1973. "Artigo sobre a política de penetração brasileira na África". Caixa 691.7 (B46) (A30).

⁵² United Nations General Assembly. Resolution 3061 XXVIII de 1973. *Illegal Occupation by Portuguese Military Forces of Certain Sectors of the Republic of Guine Bissau and Acts of Aggression Committed by them Against the People of the Republic*". Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/281/33/IMG/NR028133.pdf?OpenElement> > . Acessado em 20 de julho de 2016.

população"⁵³. No entanto, a Guiné-Bissau foi a primeira colônia africana de Portugal a tornar-se independente, em 1974 e foi assim reconhecida pelo governo de Brasília.

De fato, a coerência da política exterior brasileira emergiu e foi possível graças aos triunfos dos movimentos de libertação em Angola e em Moçambique e pelo esgotamento do regime salazarista em 1974. Nesse caso, foi a África quem ajudou o Brasil em sua política africana e não o contrário: os processos de descolonização em Angola e Moçambique deram legitimidade para as aspirações africanas do governo brasileiro e o país se libertou das amarras do Tratado de Amizade, momento em que assume um posicionamento inteiramente novo, de ruptura com os períodos anteriores, reconhece o direito à independência de ambos os países e inicia o diálogo com os respectivos movimentos de libertação.

É nesse momento que a dimensão africana da PEB adquiriu contornos mais precisos. Ao chegar no poder, Geisel e seu Chanceler, Azeredo da Silveira, iniciaram um processo de abertura do regime autoritário, no qual a política exterior teria o importante papel de conduzir o Brasil à universalização de suas relações, lógica subjacente da retomada de um projeto de poder de inserção internacional do Estado brasileiro, que explica o porquê do reconhecimento. Os primeiros passos dessa universalização foram o reconhecimento da China comunista, o reconhecimento do direito à auto-determinação da Palestina e o reconhecimento das independências de Angola e de Moçambique.

Em 1975, o Departamento de África, Ásia e Oceania (DAO) do Itamaraty era responsável por 86 países, que constituam as fronteiras da diplomacia brasileira. Em relatório⁵⁴ para o Chanceler, o chefe do DAO argumentou que a África representava uma oportunidade para expandir as relações comerciais; deu atenção à Nigéria, que ocupava o lugar de décimo primeiro mercado para as exportações brasileiras de bens de consumo. Angola foi o segundo maior mercado para os produtos do Brasil na África e previa-se cooperação na área de prospecção e exploração de petróleo. Havia um levantamento das empresas brasileiras que operavam no exterior, salvo na América do Norte, conforme tabela 2 a seguir.

Tabela 3 - Empresas brasileiras operando no exterior em 1974.

Região	Número de empresas no exterior
América Latina	15
Europa	5

⁵³ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto s/d Caixa 691.7 (B46) (A30).

⁵⁴ CPDOC. Telegrama Secreto do DAO para Secretaria de Estado em 22/01/1974, n13, Arquivo Antonio Azeredo. Classificação: AAS MRE AG 1974.01.22.

África, Ásia e Oriente	7
Total	27

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa no CPDOC, no fundo de pesquisa do Embaixador Azeredo da Silveira.

O ministro Azeredo da Silveira⁵⁵ subscrevia à ideia de "África Lusófona"⁵⁶ e tinha esperança na permanência da língua portuguesa nas colônias e nas "vantagens de um bom relacionamento com Angola e Moçambique"; além do interesse que

esses Estados representam para a expansão do nosso comércio e nossa penetração na África, não se pode deixar de pensar o relevante valor estratégico desses Estados.

Continua e observa que

Mesmo para os nossos interesses de planejamento estratégico, pois Angola e, sobretudo, Moçambique, na rota do nosso abastecimento de petróleo e do comércio com o Japão, se constituem as únicas alternativas válidas para o que poderia ser proporcionado pela África do Sul.

2.5 Um gesto de soberania?

As primeiras gestões para tornar o reconhecimento das independências possíveis foram realizadas em Brasília em 1974, no sentido de buscar um entendimento de alto nível, sem intermediários, entre as partes envolvidas. Por esse motivo Silveira determinou a Ítalo Zappa, chefe do DAO, uma avaliação sobre o possível papel do Brasil nesses processos e a possibilidade de estabelecer relações com os movimentos. O ministro propôs criar em Lourenço Marques e Luanda uma Representação Especial, para observar de perto e manter contato com os movimentos de libertação. Essa foi a principal estratégia da diplomacia brasileira.

A segunda gestão foi a missão chefiada por Ítalo Zappa, e composta pelo embaixador do Brasil no Quênia, Frank Mesquita e o conselheiro Sérgio Weguelin Vieira. Elaboraram um Relatório Secreto de vinte e oito páginas sobre as entrevistas com os líderes da FRELIMO, do MPLA, da FNLA e da UNITA, o qual foi encaminhado ao chanceler e ao presidente. De Dacar, no Senegal, a missão partiu para Nairóbi, no Quênia, a fim de confirmar por telefone a realização das entrevistas com os líderes dos movimentos.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Uma espécie de reconhecimento do valor histórico, cultural e social dos laços compartilhados entre as ex-colônias de Portugal, e do papel do idioma português como vetor de aproximação em matéria de diplomacia. Anos mais tarde a Comunidade de Países de Língua Portuguesa iria nascer desse tipo de concepção.

O Relatório apresentado por Ítalo Zappa⁵⁷ mostra que seu objetivo era:

Fazer chegar à direção de cada um daqueles movimentos - todos reconhecidos por Portugal como legítimos representantes das populações de Angola e Moçambique - a expressão do interesse com que o governo brasileiro acompanhava o processo de descolonização dos dois territórios; explicar-lhes que esse interesse era, em primeiro lugar, ditado pela solidariedade do Brasil para com todos os povos empenhados em obter sua autonomia, preservar a integridade de seus territórios e procurar seu desenvolvimento por decisão própria e sem interferência de governos estrangeiros; acrescentar que, em relação à Moçambique e Angola, com os quais o Brasil tem afinidades especiais, o interesse se convertia em virtual dever de oferecer sua colaboração aos governos independentes que ali serão instalados.

No caso de Moçambique, a entrevista com o líder da FRELIMO, Samora Machel, realizou-se em Dar-es-Salam, na Tanzânia, no domingo primeiro de dezembro de 1974. Juntos de Machel estiveram o secretário de informação Jorge Rebelo e Sérgio Vieira, secretário da presidência, que expressaram ressentimentos com a falta de apoio brasileiro e as expectativas dos moçambicanos quanto ao Brasil durante a fase de libertação.

Esse problema encerra particular interesse para avaliar a narrativa triunfalista da diplomacia de Brasília sobre sua inserção no continente africano, como se fosse desprovida de conflitos e baseada em uma visão objetificada da suposta "amizade" que sempre existiu nos laços com esses países. Naquele período, Angola e Moçambique estavam encerrando a etapa militar de suas lutas de libertação por meio dos acordos de Alvor e de Lusaka, em 1975 e 1974, respectivamente, em que o governo de Lisboa reconhecia os direitos de autodeterminação, de independência e onde foram negociados os termos para o estabelecimento de um governo de transição, embriões da vida nacional desses países.

Ainda em Dar-es-Salam, a missão encontrou o fundador da FNLA, Holden Roberto, que comentou o fato de sua última entrevista com alguma autoridade brasileira ter ocorrido em 1961 (treze anos antes). Zappa lembrou que "o comportamento do Brasil no passado pode ter sido objeto de reparos", mas o angolano manifestou uma "mágoa" e que o papel do Brasil poderia ter "salvado muitas vidas e encurtado longo período de provações" e aceitava a "colaboração desinteressada que o Brasil oferecia".

No dia dois de dezembro o grupo entrevistou-se com Agostinho Neto do MPLA, também em Dar-es-Salam, sem entrar no mérito sobre "qualquer ressentimento à alegada

⁵⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty. Relatório "Contato com os Representantes dos Movimentos de Emancipação de Angola e Moçambique". Missão do Chefe do DAO. AMRE, 900 (B-46) (A) - Relações Políticas. Caixa 273. Secreto.

omissão do Brasil no processo de descolonização". De regresso à Nairóbi, mantiveram contato com a FNLA, com outros interlocutores, notadamente no dia seis de dezembro com Johnny Eduardo, encarregado das relações exteriores e com Ngola Kabangu, encarregado do interior.

Nesse mesmo dia seis de dezembro deslocaram-se para Luanda, onde iriam encontrar no dia seguinte, a partir de intermediação do Cônsul brasileiro naquela cidade, os representantes da UNITA e com a mais alta autoridade local, o Alto Comissário do Governo Português para Luanda, o Almirante António Alva da Rosa Coutinho. A missão terminou com a partida do grupo em retorno ao Brasil, no dia 9 daquele mês.

No mesmo documento⁵⁸, a avaliação de Zappa, talvez muito alvissareira para o caso de Moçambique, considerou que "os futuros integrantes dos governos de Moçambique e de Angola se mostram agora inteiramente abertos" e que "eliminaram-se as suspeitas de ressentimento, que existia ou ainda existe, mas agora em grau muito menor".

A condição para manter relações soberanas com Angola e Moçambique era assegurar e cultivar o diálogo com todos os movimentos de libertação fora da esfera das relações com Portugal. Essa foi a primeira vez em que a diplomacia brasileira iria operar nas frentes das descolonizações africanas e teve que considerar duas realidades (i) a marcha sobre Luanda de três movimentos de libertação⁵⁹ e (ii) as notícias da FRELIMO sobre indecisão do futuro das relações bilaterais.

Durante o processo de libertação colonial, os três movimentos em Angola receberam assistência do exterior e houve interferência das grandes potências na região, notadamente da África do Sul, com apoio da União Soviética e de Cuba ao MPLA. O Brasil aceitava a tese do domínio do MPLA sobre a descolonização angolana. Depois da independência restou a questão da permanência de tropas cubanas em Angola. Nesse sentido, fazia parte do interesse brasileiro no reconhecimento de um movimento de libertação marxista evitar "deixar" Angola aos braços da União Soviética ou de Cuba.

Moçambique também recebeu apoio e assistência do exterior e houve interferência da África do Sul e da Rodésia, o atual Zimbábue. A Resistência Nacional Moçambicana foi organizada pelo regime de Ian Smith⁶⁰ como um movimento anti-comunista para fazer frente à FRELIMO, que Samora Machel entendia como um inimigo externo que produziu uma "guerra de desestabilização". A FRELIMO adotou um regime marxista na libertação e no pós-

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ O MPLA controlava a capital Luanda, a FNLA a região norte do país e a UNITA a região Sul.

⁶⁰ Primeiro Ministro da Rodésia entre 1954-1979.

independência. Enquanto coalizão de outros movimentos de libertação, FRELIMO liderou a luta armada desde o início em 1964 e não houve necessidade de questionar o acolhimento da FRELIMO enquanto representante do povo moçambicano.

A situação do Brasil para a FRELIMO era bastante indefinida. A diplomacia da FRELIMO classificou os países como "irmãos", os africanos membros da Organização da União Africana e os países socialistas; como "amigos", principalmente os escandinavos e os governos holandês e britânico; e como "reacionários", considerados por Samora Machel os fascistas, a Espanha e o Chile.

Uma correspondência⁶¹ do Consulado em Lourenço Marques para a Secretaria de Estado em 12 de junho de 1975, mostra preocupação com a "possibilidade de não lograr o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Moçambique independente" e que "os novos dirigentes estão obviamente marcando uma distinção entre os países que apoiaram o movimento de libertação e os que nada fizeram por ele".

No mesmo documento⁶², o Cônsul Berenguer Cesar considerou que "caso malograrem todos os esforços, estamos justificados em nos retirarmos, conscientes de que demonstramos melhor boa vontade e fizemos o possível". Caso fosse assim, os últimos encargos seriam o "destino a ser dado ao patrimônio do consulado, ao pessoal brasileiro nele lotado e, ainda, do atendimento a ser dado aos interesses de cidadãos brasileiros residentes em Moçambique".

Em Angola, por outro lado, o conflito entre os movimentos de independência acirrou-se em suas vésperas e houve declarações sobre sua possível prorrogação, principalmente por Portugal. Considerando as divergências crescentes entre os movimentos, houve pressa pelo Brasil para reconhecer Angola e a Representação Especial acreditava que o Brasil poderia desempenhar um papel no sentido de preservar a data da independência. Por meio de telegrama⁶³ o diplomata Ovídio de Melo demonstra o interesse brasileiro na independência ao afirmar que:

Com a protelação, estaremos abrindo mão da dianteira que ganhamos sobre outros países com a abertura da Representação Especial. À medida que o tempo passe, mais países virão, teremos mais competidores. Enquanto não resolvermos este assunto, a Representação Especial em nada diferirá do antigo Consulado, pessimamente instalado.

⁶¹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Urgente-Secreto, do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores, s/n, d 12 de junho de 1975. Caixa 900 (B46) (A20).

⁶² Idem.

⁶³ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda. Sem classificação (ilegível).

Nesse sentido, o Representante Especial em Angola teve de elaborar um plano de evacuação de brasileiros de Luanda⁶⁴, pelo agravamento da luta entre a FNLA e MPLA. Não se conhecia o número de nacionais que estavam na capital ou no país, mas colocaram-se avisos nos jornais locais. Ovídio de Melo encontrou a solução para o plano de evacuação em uma retirada pelo mar, pelo "Cabo Orange", que encontrava-se no porto de Luanda.

Naquele momento, a via aérea era "impraticável em caso de emergência, o aeroporto não era seguro e de difícil acesso". Conta o diplomata sobre uma aeronave brasileira que levou medicamentos e demorou quatro dias para chegar. O navio chegou a zarpar quando houve ameaça de invasão da capital, com cerca de vinte e cinco brasileiros mais portugueses e angolanos. Ovídio de Melo ajudou aos brasileiros que partiam a trocarem suas moedas por dólares no navio, porque os bancos estavam em greve.

Um episódio⁶⁵ particular mostra o nível da manutenção e do zelo com que Ovídio de Melo conduziu a diplomacia em Luanda, que expressa a posição-chave que significava essas relações para Brasília. Uma firma publicitária brasileira, companhia "Reunidas de Comunicação", contratada pelo FNLA para organizar propaganda política e eleitoral tinha como chefe o jornalista brasileiro Luís Fernando Câmara Cascudo, que havia ressuscitado um jornal local, o "Província de Angola".

Nesse sentido, Ovídio escreveu telegrama⁶⁶ ao jornalista para reforçar a "necessidade de evitar qualquer atitude que pudesse ser caracterizada como intromissão política nas lutas" pois esse inconveniente "poderia ser interpretado como intervenção brasileira na conturbada situação interna de Angola" e lembrou ao jornalista que "estivemos politicamente presentes durante toda esta fase de transição".

No caso particular de Angola, três pontos da política perseguida pelo Brasil devem ser observados: (a) o caráter neutro do país; (b) que a não intervenção em assuntos internos não impediu reconhecer o governo do MPLA; e (c) que o país condenava qualquer intervenção estrangeira, fosse de Cuba ou de Portugal.

⁶⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, nº 193 em 25 de agosto de 1975. "Remessa de Planos de Evacuação de Brasileiros de Angola". Sem caixa.

⁶⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, nº 251 em 24 de abril de 1975. "Começo do envolvimento do Brasil na luta entre os movimentos armados angolanos. Caixa ANGOLA 900.2 (F42) (A).

⁶⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, nº 253 em 24 de outubro de 1975. "Política de Equidistância frente à intervenção estrangeira em Angola". Caixa: 900 (B46) (A19).

Diferentemente dos líderes angolanos, Samora Machel foi mais direto e duro em relação à postura do Brasil nos anos anteriores e destacou que o “Brasil se distanciou de Moçambique”. Para Santos (2014, p.284) Samora Machel pensava o lugar do Brasil na política moçambicana a partir de três posições: (i) negou o pragmatismo da diplomacia brasileira, (ii) promoveu a soberania de Moçambique frente às ingerências que o país foi palco (na época do colonialismo) e (iii) manifestou apoio aos movimentos de esquerda no Brasil.

O processo de aproximação com Moçambique foi mais problemático do que com Angola. A decisão da FRELIMO, de não permitir a criação de uma Representação Especial antes da Independência e não permitir que o Estado brasileiro participasse das cerimônias de independência em 25 de junho de 1975, expressa que os ressentimentos ainda continuariam por tempo indeterminado. O único representante brasileiro nessa data não era um funcionário do Estado, mas Luiz Carlos Prestes, Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro, que manteve contatos com a FRELIMO na Europa e na Argélia, onde viveu exilado e foi recebido por Machel. Não houve nenhuma autoridade oficial do Brasil nas cerimônias de independência de Moçambique.

O ressentimento de Moçambique sobre a postura do Brasil era uma realidade naquela altura. Ainda em 1979, procurando aproximar os dois países, Ítalo Zappa, embaixador em Moçambique, convidou Samora Machel para comparecer à posse do presidente-general João Figueiredo, proposta que não foi aceita pelo presidente moçambicano.

Em síntese, essas primeiras gestões, orientadas pelo ministro Azeredo da Silveira e realizadas pelo grupo chefiado por Zappa, consistiram em (a) iniciar o diálogo com os futuros governantes de Angola e de Moçambique, (b) tentar eliminar suspeitas ou ressentimentos que neles ainda pudessem existir com relação ao Brasil, com mais sucesso em Angola do que em Moçambique e (c) deixar claro que estavam abertos os canais para a cooperação e comércio com o Brasil, os dois principais instrumentos de criação de confiança entre Brasília, Luanda e Maputo .

O resultado foi favorável para Angola, onde os três movimentos aprovaram a Representação Especial; mas em Moçambique não houve consenso, por motivos de ressentimentos do governo da FRELIMO com as posições do Brasil em favor de Portugal, e não se estabeleceu a dita Representação. O presidente Samora Machel chegou a chamar o Presidente Geisel de gorila⁶⁷ em Maputo.

⁶⁷ Entrevista por telefone com o atual embaixador brasileiro em Minsk, Bielorrússia, Paulo Antônio Pereira Pinto, quem era terceiro-secretário na embaixada em Maputo. O embaixador conta que Machel fez essa declaração como presidente da FRELIMO e não como presidente de Moçambique. Esse ressentimento foi superado apenas

Nesse sentido, as observações desta seção põe em evidência que o reconhecimento das independências foi uma inflexão na política exterior do Brasil. Em 11 de novembro de 1975 o governo brasileiro reconheceu a independência de Angola e do seu governo, o MPLA, por decreto em Brasília e em Luanda. A independência de Moçambique foi reconhecida em 25 de setembro do mesmo ano. Essa inflexão tem como eixo condutor o Itamaraty, na figura de Azeredo da Silveira, Ítalo Zappa e Ovídio de Melo. A falta de reconhecimento poderia ter implicado o isolamento do Brasil no continente africano, uma vez que os Estados africanos, da Argélia à Tanzânia, e a Organização da Unidade Africana, junto do Comitê de Libertação, prestaram solidariedade aos movimentos em ambos os países.

Por último cabe referir que o reconhecimento foi um fator determinante para a inserção e ampliação dos vínculos da diplomacia brasileira em África. A principal consequência desse processo foi a manutenção e a expansão das relações bilaterais do Brasil com o continente africano. Em 1976 criaram-se seis embaixadas em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Lesoto. Em 1977 abriram-se postos no Benin e na Guiné-Conakry. Nesse sentido, o reconhecimento das independências fez parte de uma concepção estratégica da política externa que entendia Moçambique e Angola como dois pontos focais para a presença brasileira no continente africano.

2.6 Considerações finais

A principal consideração deste capítulo é que as relações entre Brasil e Moçambique não estão isoladas de outros fenômenos históricos ou contemporâneos. Tal como examinadas neste capítulo, as histórias de Brasil e de Moçambique estão conectadas a uma estrutura global de poder que se desenvolve com a formação do mundo moderno.

O ponto de partida é o processo de reconhecimento da independência de Moçambique pelo Brasil. O principal argumento, que permite colocar Moçambique em um ciclo maior, é de que o não-reconhecimento deixaria o Brasil uma posição de desvantagem com outros países africanos.

Devemos colocar nessa categoria o processo de reconhecimento da independência de Moçambique pelo Brasil, o qual obedeceu a uma lógica de poder para um projeto de inserção internacional do Brasil nos anos 1970. Nesse sentido o Tratado fazia parte do processo de

com a abertura da Embaixada de Moçambique em Brasília, na primeira metade da década de 1990. A entrevista está na parte dos Anexos.

projeção internacional do Brasil e, a partir dele, poderia articular-se com o sistema de segurança do Atlântico Norte.

Num contexto em que o poder estado-novista defendia que as províncias ultramarinas não eram exploradas econômica e financeiramente em pela metrópole diplomacia de Brasília foi peça chave, quer intelectualmente (lusotropicalismo) quer diplomaticamente (apoio a Portugal) na promoção do modelo colonialista de Portugal. Argumenta-se que houve apoio jurídico e ideológico ao regime de Lisboa. Podemos afirmar ainda que era papel do Brasil diluir as críticas estrangeiras à presença de Portugal em África

A terapia adotada por Portugal baseou-se na revisão da constituição e em mudanças de terminologias para postular a unidade territorial do conceito de Portugal como nação multicontinental sem colônias. As relações bilaterais entre Brasil e Portugal giraram em torno da defesa da soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos.

Entende-se que há, por parte da diplomacia brasileira, uma reprodução mecânica de ambos os heróis portugueses e os momentos de glória da metrópole que, a partir de uma visão triunfalista, transformou a história colonial em uma matéria para defender a permanência do império português e suas colônias. As contradições são, portanto, o fio condutor da construção da narrativa e do processo de investigação para não limitar a reflexão a um raciocínio historiográfico em termos de períodos.

Capítulo 3 - Formação Histórica de Moçambique

“No The best way to understand the nature of colonialism is to analyse the situation in our country, which is a colony itself. We can see that a Foreign Country (Portugal) has occupied Mozambique. Portugal has sent out troops to fight the people, they rebel; it has organized an administrative machine - with governors, administrators and policemen spread out al over the country in order to control every region in the area of Mozambique. It has created special laws to protect the interest of the Portuguese, with absolute disdain for the interests and the rights of the mozambicans. It has established a system of exploitation of the land and the people, giving out the most fertile areas and the best jobs to the Portuguese, submitting the Mozambicans to forced labour and creating companies that belong to the Portuguese and the others (, such as the English, the Frennch, the Est Germans, the Swiss and the Belgian) who exploit the industry, the commerce and the agricultue of Mozambique. That is: Portugal dominates and exploits Mozambique directly. The government in Mozambique is Portuguese, the law by wich we must abide are made in Portugal, the army comes from Portugal, the profits are sent back either to Portugal or to imperialist countries which, by agreement, with the former also participate in the exploitation of our country; further, if these profits or riches do stay in Mozambique, they are shared only by the Portuguese (BRAGANÇA, Aquino. The Anatomy of Colonialism. In: BRAGANÇA, Aquino; WALLERSTEIN, Immanuel. The African Libration Reader, 1982.

Moçambique é um território de 801.590 mil quilômetros quadrados no sudeste africano, formado entre a África do Sul e a Tanzânia, banhado pelas águas do Índico, formando o canal de Moçambique com a ilha de Madagascar. O distrito de Tete, o braço mais ocidental do país, se estende pelo Malawi, Zâmbia e Zimbabwe. Este capítulo tem como finalidade descrever a paisagem histórica e social de Moçambique e dedica-se a examinar sua história, desde a ocupação colonial ao período de libertação nacional e independência em 1975.

Os principais conceitos que embasam a discussão da história de Moçambique nesta tese são colonização e descolonização. É fato que o impacto da administração colonial sobre um local específico variou em termos de organização social, mas a experiência colonial e a divisão do subcontinente ao sul do Saara em colônias, com suas devidas metrópoles, faz parte da história coletiva do continente africano. O período da descolonização será abordado no próximo capítulo.

Entende-se por colonização ou colonialismo um processo histórico de transformação das estruturas de poder, de conhecimento e da vida, que variou em função do local e da metrópole.⁶⁸ Para Badejo (2008, p.17), a colonização é a exploração de recursos humanos e naturais dos territórios chamados colônias em favor dos interesses das metrópoles.

⁶⁸ No caso de Portugal, entre o século XIX e XX, expediram-se Cartas Imperiais a companhias comerciais, em troca da responsabilidade de manter a “lei e a ordem”, conforme será explicado a seguir (CABAÇO, 2009, p.45).

De acordo com Baró (1979, p. 92) existem características gerais de uma colônia. Pode ser entendida como um território ocupado, caracterizado pela subjugação política dos nativos, pela apropriação estrangeira das riquezas naturais, pela expropriação dos lucros acumulados, pela utilização da população nativa como principal força de trabalho, pela formação de um mercado voltado para a indústria estrangeira e abastecido por essa mesma indústria e pela falta de acumulação de capital nas mãos dos nativos.

Havia um certo *ethos* do poder colonial⁶⁹. Dentro da concepção colonial de poder, o principal elemento era a necessidade de ordem, estabelecida de fora para dentro, processo caracterizado por Fanon (1963, p.32) como um método violento que, além da dominação econômica e política destacada, tinha uma forte dimensão cultural, psicológica e física que persiste aos dias de hoje.

Em África, de maneira geral, a política colonial manifestou-se como uma “política indígena”, que envolveu todo o continente em uma rede colonial, com base em algumas ideias e crenças comuns, como o discurso da missão civilizadora e a articulação entre Estado, Igreja e interesses comerciais (BETTS, p.375).

A descolonização é discutida por Betts (2004, p.110) como um movimento que tem raízes em questões locais, regionais e globais, apoiadas em diversas ações, organizadas ou não, politizadas ou não, mas não necessariamente institucionalizadas e muitas vezes “incertas”, promovidas por lutas entre distintas visões políticas, armadas ou não, na qual o que está em jogo é a transferência do poder de uma estrutura para outra.

Esses processos, característicos da segunda metade do século XX⁷⁰, englobaram o espaço geográfico afro-asiático, e constituem um grande legado para as relações internacionais contemporâneas. Para o autor, são “(..) uma série de atos políticos, ocasionalmente pacíficos, frequentemente terminavam em confrontos (...) pelos quais territórios dominados por europeus ganharam sua independência” (BETTS, 2004, p.111).

Os processos de descolonização são muito mais complexos do que as cronologias e as explicações locais, regionais e globais podem oferecer. A descolonização envolve uma mudança de estrutura, o forjamento de uma nova sociedade, premissa presente no discurso da

⁶⁹ Havia uma escolha inicial a se fazer, sobre o lugar das autoridades locais e, depois, das elites nacionais na hierarquia dos dirigentes locais e da política colonial. Os dois modelos de política colonial são o caso da Inglaterra e da França, o governo indireto e o governo direto, respectivamente (BOAHEN, 2010, p.58).

⁷⁰ As descolonizações do pós-Segunda Guerra Mundial se iniciam na esfera asiática, em 1946 nas Filipinas e 1947 na Índia, chegando ao continente africano na região Norte, com a Líbia em 1951 e o então já independente Egito em 1922. Na África Subsaariana, a primeira descolonização foi em 1956 no Sudão e 1957 em Gana (BETTS, 2004, p.112).

FRELIMO (MONDLANE, 1969, p.28), de novas relações sociais e não somente na transferência de poder de um centro para outro⁷¹.

É fato, no entanto, que a obtenção da independência política por parte de um território colonial não significou, nem significa, a eliminação total das relações de dependência. A história e a trajetória de países como Moçambique mostra que o conceito de soberania convive bem com subordinação e dependência econômica.

A colonização e as descolonizações são narrativas que permitem entender a emergência de dois processos fundamentais: a formação do Estado e a construção da Nação em África, dinâmicas que surgiram no bojo das descolonizações e apresentam desafios que se traduzem em diversas dimensões, tanto de governabilidade e do funcionamento das instituições como em questões étnicas e interétnicas (MAZRUI, 2010, p.4).

Para Liesegang (1996, p.30) Moçambique, como todos os países africanos, herdou as suas fronteiras e forjou sua identidade nacional com base no pressuposto de combater a ocupação colonial. A formação histórica do país se assemelha a um "mosaico africano" com um "perfume do Índico", que resulta em uma acentuada multiculturalidade. José Capela (1995, p.9) sublinha a "heterogeneidade civilizacional e cultural dos povos convocados à constituição a nação" e sugere que "a abordagem dessa realidade parcelada não pode fazer-se no pressuposto de uma unidade nacional, sociologicamente inexistente".

Temos, portanto, um país jovem, que no século XIX, conforme Alexandre Lobato (2008, p.15), era uma "área sem limites certos nem fronteiras definidas" e um "campo de ação de colonos livres, agrupados ou dispersos a seu capricho e por seu interesse, tendo ao seu serviço e para seu uso, a modestíssima organização de governos regionais, também reduzida de ação e poder".

Para completar, Meneses & Ribeiro (2008, p. 7), ao interrogar o peso da história na formação moçambicana, afirmam que "pensar Moçambique é pensar um território pleno de antiquíssimas diversidades refletidas num conjunto de tensões identitárias cuja cartografia está longe de ser linear ou sequer visível". Moçambique é um "ponto de encontro entre culturas e pessoas", que remetem a "rotas marítimas e continentais milenares" e são "o fermento do tecido social de Moçambique". Para o poeta Eduardo White, Moçambique é uma "Janela para o Oriente"⁷².

⁷¹ A crítica pós-colonial à ideia de que as independências terminam a colonização, ou a colonialidade das relações sociais e internacionais, defende que o pós-colonialismo não significa o fim das relações de poder, mas a transferência de um pólo de poder para outro.

⁷² Disponível em: <http://lusofonia.x10.mx/white.htm>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

Nesse sentido, o país como o conhecemos hoje é uma invenção dos finais do século XIX e representa uma "ruptura significativa com o conjunto de representações e percepções identitárias anteriores" (MENESES & RIBEIRO, 2008). A partir de então, a reconstrução dessa região produz-se em função da imaginação colonial portuguesa.

Cabe referir que, para Portugal, a conformação do território moçambicano significou o alargamento de suas riquezas e das suas fronteiras, processo que durou até o último quarto do século XX. Para os povos autóctones, significou a supressão dos reinos de Monomotapa ou Gaza, e de outros grandes Estados, como o grande Zimbabwe, o Reino de Manica, de Barué, de Danda, de Butua-Torua, de Teve; o Estado dos Rundos, dos Changamires, dos Carongas, dos Undis, o xeicado de Quitangonha e de Sancul; o Sultanato de Angoche e outros povos que viviam em territorialidades definidas antes do avanço da colonização.

Nesse sentido, falar em Moçambique é referir-se a um conjunto de povos e de culturas que tem em comum a experiência da colonização portuguesa. Por isso Ngoenha (1992, p.11) reconhece que "na origem de Moçambique não estão razões étnicas e humanas, mas ideias de dominação de um homem sobre o outro, em nome de uma pretensa superioridade". A história é uma parte central na reflexão sobre os problemas que afligem o país.

Um dos aspectos contemporâneos dessas lutas e contradições foi a admissão da língua portuguesa como língua nacional e, portanto, como veículo de expressão literária. Ana Mafalda Leite (2008, p.27) elabora uma história da literatura moçambicana e alega que durante o século XIX, os textos estavam "alicerçados em padrões estéticos europeus e escritos por autores de origem portuguesa". As primeiras elites africanas que surgiram em Moçambique no século XX, se insurgiram contra as "injustiças geradas pela colonização" e utilizaram a literatura como instrumento de resistência.

A autora distingue três momentos históricos determinantes para o campo literário: a colonização e as lutas de libertação; a independência e o regime socialista; e as contradições do pós-independência. Francisco Noa (2008, p.35) desenvolve uma proposta cronológica sobre a literatura moçambicana. Nela, afirma que a língua portuguesa classificou e hierarquizou as outras línguas como inferiores e, ao ser adotada como língua nacional, fez parte do projeto de construção do Estado e da Nação pelo governo independente da FRELIMO. O autor aponta essa classificação como responsável pela "ruptura de solidariedade" e entende que existem "dificuldades da aprendizagem escolar em um sistema que não privilegia as línguas maternas que as crianças trazem para a escola", que significa sérios obstáculos à educação nacional. Nesse sentido, a literatura moçambicana é produto do

contexto histórico e social do país e pode ser separada em três momentos: (i) o início do século XX e o papel dos assimilados, das elites de Maputo ou da Beira, que se estende aos anos 1960 e a emergência da poesia de combate⁷³; (ii) um segundo período entre os 1960 e 1980 de transição e questionamentos sobre o uso do português metropolitano; e (iii) o terceiro período, que se inicia com a criação da Associação de Escritores Moçambicanos em 1982 e da revista Charrua, até o presente.

Para Fonseca e Moreira (2007, p.13) havia duas realidades em contínuo conflito em Moçambique: a sociedade colonial e a sociedade africana. A literatura moçambicana mostra a tensão entre os dois mundos. Nesse sentido, a existência de um território chamado Moçambique deve-se a formação do mundo moderno, do qual a colonização do continente africano é peça central. Moçambique é um conceito moderno e é sobre essa ótica que sua história é entendida, sua criação esteve associada a um projeto político imperial que marcou a identidade do território em questão.

Com a independência, observa-se um processo de violação da gramática metropolitana e dos padrões da língua portuguesa em autores como Ungulani Ba Ka Khosa, que produzem instrumentos de linguagem a partir de outras formas de estar no mundo, a exemplo do romance Ualalapi. Vale lembrar que a escritora Paulina Chizane foi a primeira mulher a publicar uma "história" em 1990.

3.1 Antecedentes: Reinos africanos e a invenção de Moçambique

Conforme Meneses & Ribeiro (2008, p.10), o "Índico era desde o século X lugar de complexa rede comercial, dominada pelos árabes e suális até o século XV e depois pelos portugueses a partir do XV". Esse comércio era realizado nas rotas que ligavam as costas asiáticas do Golfo Pérsico, da Índia e do Oriente à costa oriental do continente, até o sul de Moçambique. As autoras lembram que no século XIX a presença portuguesa ainda estava limitada às costas e havia um "conjunto disperso de feitorias isoladas, entre as quais não existia ligação, a não ser, esporadicamente, por mar".

⁷³ A poesia de combate, segundo Fonseca e Moreira (X), procura exprimir sentimentos de revolta e sem grandes preocupações estéticas. Em Angola, um grande representante foi Agostinho Neto, do MPLA, e em Moçambique Marcelino dos Santos, membro da FRELIMO. Para Noa (2008), a literatura em Moçambique evoluiu numa sequência do lamento para a poesia de combate e para a poesia nacional. O primeiro livro de poemas publicados em Moçambique foi o "Sons Orientais".

De acordo com Abdul Sheriff (2010, p.627):

(...) o mar foi uma via de contatos e de interação com o mundo exterior. Portanto, um dos aspectos principais da história da costa oriental da África durante os últimos 2000 anos não foi o isolamento, mas a interpenetração de duas correntes culturais que constituíram um novo amálgama, a civilização costeira swahili. O veículo deste processo foi o comércio, que facilitou a integração da costa oriental africana no sistema econômico internacional.

Do ponto de vista geográfico, o autor entende que

A região costeira da África oriental constitui uma área geográfica bem distinta, margeada a oeste por uma de vegetação arbustiva relativamente seca chamada *nyika*, que se estende muito próxima da costa do Quênia e se alonga para o interior da Tanzânia, onde é quebrada pelas bacias dos rios Rahua, Rufigi e Pangani e pela borda oriental das montanhas. Portanto, os movimentos de população provavelmente seguiram corredores onde o meio ambiente era mais favorável, em torno ou através do *nyika*, como ocorre ao longo da cadeia de montanhas contígua à nordeste da Tanzânia (SHERIFF, Abdul. Coleção História Geral da África da UNESCO. Volume II. África Antiga. Gamal Mokthar (ed.). A África Oriental antes do século VII, 2010).

A ocupação humana na região da África Austral é antiguíssima. Para Oliver (1994, p.18) os australopitecíneos⁷⁴ encontrados entre a Etiópia e o Transvaal tinham quatro milhões de anos. Na Tanzânia, o desfiladeiro a Garganta de Olduvai⁷⁵, na região setentrional, é um dos lugares onde várias pesquisas arqueológicas sobre a pré-história têm sido realizadas. No Ngorongoro National Park na Tanzânia encontraram um dos mais antigos ancestrais humanos, o "*Dear Boy*", com 1,8 milhões de anos. Lucy, encontrada em Hadar, na Etiópia, em 1974, tem 3.2 milhões de anos. Assim, essa parte do continente permaneceu no centro do palco da história humana por um longo período. Segundo Ferreira (1999, p.50), a fixação de populações do Golfo Pérsico, um dos principais centros de comércio no Índico, na costa oriental do continente africano aconteceu entre os séculos IX e XIII. Com a expansão comercial e o advento do Islã estruturaram-se comunidades políticas como os xeicados e os sultanatos em Moçambique, que foram reprimidos pelos portugueses. Aqui, vale considerar o trabalho de Enrique Dussel sobre a Europa e a modernidade (2005, p.25), para quem entre os séculos VII e XII os Estados muçulmanos eram os mais dinâmicos e avançados do seu tempo. Estavam situados entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico, e diferentes povos da Europa, África e Ásia absorveram elementos culturais. Bens, pessoas e serviços circulavam facilmente nesse mundo.

⁷⁴ Uma espécie de primata bípede, ancestral dos humanos que faz parte da família dos Australopithecus e Paranthropous.

⁷⁵ Um sítio paleo-antropológico no norte da Tanzânia, onde foram encontrados mais de sessenta fósseis de hominídeos. Ver mais em: <https://www.britannica.com/place/Olduvai-Gorge>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

Segundo Bonate (2005) existem evidências que, desde o século VIII, o norte da costa de Moçambique era parte do mundo suaíli e que se compartilhavam concepções e práticas islâmicas. Para a autora, mesmo no sul, na atual província de Inhambane, existiam locais que operavam no âmbito da cultura e da economia islâmica. No século XV e XVI, Angoche, Sofala, Cuama e a Ilha de Moçambique estavam sob o domínio do rei Kilwa, que controlava todo o comércio de ouro e marfim com o Grande Zimbábue. A partir de 1505 os portugueses ocuparam essas regiões e a conquista portuguesa levou à diminuição dos enclaves suaíli na parte central e austral de Moçambique. O avanço do islã em Moçambique estava conectado às culturas suaíli, principalmente os Shirazi.

Nesse cenário de lenta ocupação colonial, podemos distinguir a coexistência de vários povos no território que hoje encerra Moçambique, como os povos de tradição matrilinear dos Maconde no norte do território, os Macuas, os Yao, dentre muitos outros. Na costa predominavam os "pequenos reinos afro-islâmicos", formados desde o século XVI por dinastias islâmicas oriundas dos centros suaíli localizados a norte do rio Rovuma, nomeadamente Kilwa e Zanzibar. No centro do vale do Zambeze encontravam-se diversos povos, como os Chuabo, os Sena e os Nhungué (MENESES & RIBEIRO, 2008).

Ao sul do rio Zambeze estavam os povos de tradição patrilinear, os Shona que habitavam as atuais províncias de Sofala, Manica e Tete, herdeiros da velha estrutura de poder dos Monomotapa, os Tsonga, predominantes em toda a região ao sul do rio Save, os Chope e os Bitonga e os Nguni. Podemos citar ainda, no Sul, os Changanes, os Mundaus, os Chenguas.

Para Meneses (2009, p.9) a grande alteração na administração de Moçambique dar-se-á em 1752, com a retirada do governo de Moçambique da tutela do Estado da Índia⁷⁶, quando introduziu-se o municipalismo português em algumas povoações: Inhambane, Sofala, Tete, Quelimane, Ilha de Moçambique e Ibo. Em 1818 a capital, Ilha de Moçambique, foi elevada à categoria de cidade, com cinco mil habitantes. O capitão de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa foi elevado à categoria de capitão-general.

O desenvolvimento do tráfico de escravos a partir do Oitocentos criou chefaturas militarizadas na costa e no interior. A Companhia do Niassa, que tinha a posse das terras que hoje compreendem as províncias do Cabo Delgado e de Niassa, destruiu o poder dos Mualia, que habitavam o atual distrito de Balama. Precisamos lembrar que a construção do

⁷⁶ Para Meneses & Ribeiro (2008, p.50), a autonomia administrativa de Moçambique e sua separação do governo da Índia "obriga um esforço de recolha de informações sobre o território, bem como à defesa e preservação das zonas costeiras, já alvo de cobiça de ingleses, holandeses e franceses".

Estado colonial passa pelo enfraquecimento de todas as outras formas de autoridade, mas também de integrar as elites ao aparelho de poder colonial (CABAÇO 2009).

No final da Idade Média, a Europa apresentou um aumento de comércio e demográfico que impulsionou as explorações marítimas. Os portugueses haviam descoberto as rotas para Índia. Para Ferreira 1999), a busca por ouro e rotas alternativas entre o oceano Índico, o rio Zambeze e as planícies produtoras de ouro já existiam antes da chegada dos portugueses. A autora explora as conexões entre a África Oriental (incluindo a costa de Sofala), o golfo de Cambay na Índia e a costa indiana de Malabar⁷⁷.

Para essa autora, alguns relatos portugueses confirmam a existência prévia de indianos na costa da África Oriental. Vasco da Gama e sua frota, em sua primeira viagem, teriam encontrado ao menos três navios de Cambay antes de chegar em Quelimane. Conforme Malekandathil (2014), depois da ocupação portuguesa de Chaul, na Índia, em 1521, tentou-se conectar a produção têxtil da Índia com a África Oriental pelo porto de Chaul. Os produtos têxteis indianos, principalmente os tecidos, eram levados à Pérsia e ao Iêmen no século XVII. As rotas entre os territórios portugueses na Índia e a costa moçambicana criaram um comércio transoceânico que uniu Moçambique, Goa, Macau e mesmo o Brasil, para o qual iam escravos. Para esse autor, o frequente movimento de pessoas, bens e ideias pelo espaço oceânico, principalmente a partir de 1500, ajudou a integrar os centros de produção e o interior dos países que constituem o Oceano Índico. Os portugueses tiveram um papel importante no aumento do consumo de pólvora por grandes impérios da região, como os Safávidas na Pérsia, a dinastia Ming da China e o império Mughal da Índia.

Sobre a formação étnica e linguística de Moçambique, Liesegang (2000, p.20-21) afirma que o país resultado de um grande processo de transformações e assimilações de diferentes culturas. Nesse sentido, as unidades etno-linguísticas surgiram em períodos diferentes: os Macua existiam desde o fim do XVI e os nomes Chopi e Ndau surgiram por volta de 1830. No final do século VII fala-se de uma língua Sena, mas ainda não de uma etnia. O nome Chona apareceu no XIX, primeiro como subordinados do Estado de Gaza e depois como um grupo independente.

Haviam, portanto, Estados africanos, e muitos deles estavam em competição. O Estado de Gaza teve um período de expansão e organização entre 1821-1845, se estendia do rio

⁷⁷ Segundo a autora, foi depois de 1392, quando o sultanato de Gujarat foi consolidado, que Sofala tornou-se uma posição dominante no comércio do oceano Índico. Cambay era um ponto intermediário de um sistema de livre mercado para troca de comércio a longa distância. A África Oriental produzia ouro, pérolas, âmbar, marfim, ébano e escravos (FERREIRA, 1999).

Incomati no Sul até o Zambeze no Norte. Os últimos treze anos foram um período de defesa de seus limites, uma guerra civil entre 1859-1862 e de escaramuças no Sul nos seguintes anos. Em 1895 o centro administrativo de Gaza foi queimado pelos portugueses e a prisão de Ngungunyane se deu em Chayimite perto de Chibuto em 28 de dezembro de 1895.

Para Liesegang (1996), o Estado de Gaza foi fundado provavelmente em 1821 na zona de Tembe, ao sul da atual cidade de Maputo, por Sochangane (ou Manukuza em nguni, Mankuse ou Manikhosi em tsonga, ou Manicusse em português). Sochangane tinha-se afirmado como líder de grupo entre 1821-23 depois da derrota do Estado Ndwandwewide

O período entre 1895-1900 marca, conforme Serra (2000) o processo de destruição da unidade política dos velhos Estados, que avançou com a nomeação dos régulos⁷⁸. Em Maputo, Moamba, Matola e Tembe, os régulos eram membros da antiga linhagem real, mas tornaram-se parte da administração colonial. Em Gaza a nomeação dos régulos prosseguiu com membros das linhagens reais que tinham dominado antes da chegada dos Nguni até a estruturação do Estado de Gaza. Em 1897, Mouzinho de Albuquerque estabeleceu negociações com a República Sul-Africana sobre trabalho migratório, para tirar proveito, por meio da regulamentação da emigração para as minas, porque Portugal seria incapaz de evitá-las. Somente entre 1900 e 1930 consolidou-se o poder colonial português no Sul de Moçambique.

3.2 O colonialismo português

Para Henriques (2004, p.116), a largos traços, é possível definir três aspectos da ação colonizadora portuguesa. Sua estratégia consistia em (i) instalar fortalezas ou entrepostos nas regiões costeiras para garantir o estabelecimento de relações comerciais e utilizar essas instalações como fonte de conhecimento sobre o interior. Também tinham um claro objetivo de defesa do território e da proteção dos comerciantes, missionários e navegadores, de maneira que as fortalezas estavam viradas para o interior e para o exterior, (ii) o impacto da técnica europeia, como as embarcações, as armas de fogo e outras técnicas de produção, de agricultura, de construção e de comércio foram empregadas no sentido de garantir a continuidade do português nos territórios ocupados; e (iii) as relações sociais entre homens e mulheres organizaram o território africano, uma operação significativa de transformação da paisagem social e cultural por parte do português e de introdução do patriarcado.

⁷⁸ Uma forma de classificar a autoridade de "chefes tribais" ou colonizadores portugueses que habitaram a região. Esse tema será discutido ainda neste capítulo.

Em contexto de colonização, o comércio não se caracteriza somente por sua dimensão econômica, mas como uma operação política, atravessado de lógicas civilizatórias e destinado a assegurar o controle do espaço colonial. Nesse cenário, o comércio português impôs a lógica da organização comercial mercantilista, fundamentada na exploração das populações africanas.

Para Capela (2010, p.118), o povoamento português foi fundamentado no caráter religioso. Por povoamento podemos entender o estabelecimento de "uma população de origem europeia que garantisse a soberania portuguesa" nos territórios que hoje recebem o nome Moçambique. Certamente, esse não foi um fenômeno pacífico. O autor moçambicano argumenta que a primeira grande expedição que explorou a Zambézia, a de Francisco Barreto, que seguiu a direção do Rio Sena em novembro de 1571, dos 412 homens que acompanham inicialmente, 233 pereceram.

Outro dado importante a considerar na história da colonização de Portugal é que a independência dos portugueses, desde a primeira metade do século XII, é consequência de duas situações militares: (i) expulsam os árabes e bérberes que ocupavam a terra da península ibérica e (ii) mantém uma "política de ataque-defesa" em relação às ameaças castelhanas, situação só resolvida em 1385, com a batalha de Aljubarrota, com apoio da dinastia de Borgonha, que levou ao poder a Casa de Avis em 1383 (HENRIQUES, 2004).

Na história da colonização portuguesa, o mar surge como plataforma de articulação de mundos. Antes, na Europa, a simples referência ao mar provocava medo. Para Delumeau (1978), o mar só desempenha função lúdica no XVIII, e os marinheiros eram recrutados entre os criminosos encarcerados. Na Europa, a geografia dominante na Idade Média ensinava que a África era uma "zona tórrida", inabitada e inabitável.

Esse medo do mar é superado, em parte, pelos portugueses. A viagem de Bartolomeu Dias em 1488 abriu a rota para o oriente; o assentamento das ilhas de Cabo Verde se deu no reinado de Afonso V, quando as elites portuguesas estavam preocupadas com o Marrocos. O comércio com a África era de pouco interesse em 1466 e os colonos portugueses ganharam o direito de comerciar na Guiné. Nessa altura, a ilha de São Tomé e Príncipe não tinha população autóctone, foi povoada por africanos, mas a utilização da terra foi adaptada e determinada pelo continente europeu (SERRA, 2000).

A história é bem conhecida: os portugueses navegaram na costa da África entre 1430 e 1490 e descobriram a rota do Cabo da Boa Esperança; entre 1490 e 1520 navegaram da Europa à Índia, Indonésia e China. Cristóvão Colombo, um genovês à serviço da Espanha,

casou-se com a filha do governador do Porto, de onde fez uma viagem para a costa de Mina, no golfo da Guiné. Portugal também explorou a América do Norte, o rio da Prata e as costas do Madagascar, a península arábica e as ilhas do Oceano Índico.

Nesse sentido, temos que colocar em evidência que foi a colonização que articulou todos os povos, africanos, americanos, asiáticos com os europeus. A violência da colonização e da escravatura foi estruturante na história da formação do mundo moderno e nas conexões mais antigas entre Brasil e Moçambique.

Um marco histórico no início do colonialismo português foi a conquista militar de Ceuta em 1415, que deu fim ao período de controle muçulmano de oito séculos na península ibérica. Conforme Henriques (2004), a expedição deixou o Porto em agosto de 1415 e consistia em mais de cem barcos, guiados por vinte galeões reais carregando 19 mil homens.

Em 1433 o rei Dom João I foi sucedido por seu filho, Don Duarte I, e Don Henrique persuadiu o novo rei para montar um ataque sobre Tanger que, se feito com sucesso, daria controle a Portugal do território do Marrocos. A expedição partiu em 1437, mas foi um desastre e o filho do rei, o infante Don Fernando, foi abandonado como refém nas mãos dos árabes. No entanto, no final de 1470, depois da morte de Don Henrique, Portugal controlava quatro cidades no Marrocos.

Nesse sentido, é com a instalação progressiva dos portugueses em África que se começa a elaborar o programa das navegações e conquistas que arrasta o fenômeno da colonização. Para Henriques (2004, p.75) a guerra no Marrocos estabeleceu a ideia de que "a reputação militar de cavaleiros individuais poderia ser muito lucrativa". No século seguinte, durante o reinado de Don Sebastião, entre 1557e 1578, renovou-se a percepção de que "o real destino de Portugal era a cruzada no Marrocos". Em 1578 Don Sebastião invadiu o Marrocos com um exército de vinte mil homens e pereceu na batalha de Alcazar el Kebir. A coroa foi passada para o Cardeal Henrique, o último descendente masculino de Dom João I.

De acordo com Cabaço (2009, p.27), os primeiros contatos⁷⁹ da costa índica da África com a Europa foram a viagem de Vasco da Gama à procura da rota do Oriente. É sabido que Vasco da Gama esteve na região do Natal, atual África do Sul, tendo passado nessa primeira oportunidade pela Ilha de Moçambique.

⁷⁹ Um antecedente de vários séculos de intervenção foi a ordem dada pelo rei Don Manuel, em 1505, para prender mercadores muçulmanos de Sofala (atual Moçambique), por serem inimigos da Santa Sé Católica e por estarem sempre em luta com eles. Para Mondlane (1969, p32) o verdadeiro motivo da expulsão foi a competição econômica.

A coroa portuguesa, desde sua fixação em Moçambique no XVI, possuía duas fontes de rendimentos: direitos aduaneiros da Ilha de Moçambique e, em menor escala, de Quelimane; e o comércio (SERRA, 2000). A riqueza acumulada era direcionada à Índia ou Lisboa. Mas era, sobretudo, através de Goa que a coroa portuguesa administrava Moçambique: o Capitão-General de Moçambique estava subordinado ao Vice-Rei de Goa.

Convém assinalar que, no início da colonização portuguesa, a mortalidade dos colonos era alta e a natalidade era praticamente nula. Para Capela (2010, p. 118), em Quelimane, atual capital da província da Zambézia, o número de europeus andaria em cinquenta nas últimas décadas do século XVII. Em 1862, haviam dezoito europeus e em 1863, vinte e um. A introdução do capitalismo em Moçambique ocorreu nas grandes plantações, a partir da última década do XIX.

Don Francisco de Melo foi nomeado Governador e Capitão-General de Moçambique, Reis de Sena e Sofala, mas o comércio português nem sempre foi uma atividade regular de alto volume. Podemos estipular, segundo Liesegang (2000, p.149), duas fases do comércio exterior antes de 1800: (a) entre 1550-1750 havia um comércio irregular de pouca intensidade, principalmente a troca de marfim por tecidos indianos e (b) entre 1750-1800, com a chegada regular de navios holandeses e ingleses, em que o marfim era o principal produto de exportação. Mas na segunda metade do século XVIII, a procura de escravos para trabalhar nas ilhas francesas no Índico (Mascarenhas, Bourbon, Reunião e Mayotte), e, sobretudo, no Brasil, ultrapassou a procura de ouro e marfim (ROCHA, 1991, p.273).

O território moçambicano foi politicamente organizado sob a concepção dos Prazos da Coroa, um dos primeiros modelos do Estado colonial na região do Vale do Zambeze⁸⁰, o qual se fundamenta na ideia do século XVII, de que as terras habitadas por portugueses pertenciam à Coroa, e eram arrendadas por um prazo de três gerações, com direito a cobrar um imposto local e a exploração dos recursos. (DINERMAN, 2006, p. 90).

De acordo com Mondlane, o sistema de prazos data, em Moçambique, dos séculos XVII e XVIII⁸¹. Os “prazeiros” eram colonos e proprietários de terras portuguesas. Nessas zonas, eram também a personificação da autoridade colonial. O sistema de prazos deu lugar às companhias de concessão (MONDLANE, 1969, p.32).

⁸⁰Rio que cruza Moçambique em direção ao Oceano Índico e forma um vale onde se situa a hidroelétrica Cahora Bassa, que fornece eletricidade para Moçambique e África do Sul.

⁸¹O decreto de 13 de agosto de 1832 extinguiu os prazos da coroa, os senhorios e as Alcaidarias-Mores, mas pouco alterou. Em 1854 um novo decreto volta a abolir os prazos na província de Moçambique. Criou-se o imposto palhota e depois a concessão de terras às companhias majestáticas.

Os prazos da coroa eram a base material e estrutural da formação de um sistema e de uma sociedade patriarcal em Moçambique. Durante o percurso, estabeleceu-se uma estratificação definida em que situavam-se os muzungos (senhores) ou as donas (quando o senhorio era uma mulher). Os escravos distribuíam-se por várias ordens hierarquizadas (CAPELA, 1995).

O autor argumenta que a política colonial portuguesa em Moçambique servia os múltiplos interesses de três potências: Inglaterra e, em menor escala, França e Alemanha. O colonialismo português era dependente financeiramente da Inglaterra, principalmente no setor de plantações, nas navegações e nos caminhos de ferro, como os serviços regulares mensais de ligação por via marítima com a Europa, pelo canal de Suez, aberto a navegação em 1869, ou pelo Cabo e com a Ásia pelo Zanzibar, garantidos em 1874 por companhias inglesas.

Exemplo da presença inglesa nessa região são as linhas de telégrafo entre Portugal e Moçambique, que começaram a ser construídas em 1875, foram montadas por empresa inglesa. Os caminhos de ferro que uniram Lourenço Marques à Pretória foram construídos entre 1886 e 1894, por capitais ingleses, igualmente as linhas da Beira e Rodésia do Sul. Os dois bancos existentes na Beira funcionavam com capitais ingleses: o Standard Bank of South Africa e o Bank of Africa; a imprensa reduzia-se ao Beira Post, jornal inglês. (LIESEGANG, 2000).

A emergência de Lourenço Marques como capital e centro do país está ligada a fenômenos como o crescimento da caça intensiva de elefante, que fez aumentar as exportações de marfim por volta de 1850, a exportação de mão de obra para a colônia britânica do Natal e o início de projetos agrícolas capitalistas, como as plantações de algodão e de açúcar, a construção do porto de Durban

Para Carlos Serra (1996, p.40) entre 1870-1875 a capital ainda era um "estabelecimento colonial pequeno", com população de menos de mil habitantes, em que a autoridade colonial era limitada. No século XIX, a mudança fundamental para entender a emergência do capitalismo em Moçambique foi conjunção de dois eixos relacionados com a economia capitalista na África Austral no geral e com o estreitamento dos laços econômicos entre Moçambique e as colônias britânicas em particular: (i) a abertura das minas de diamante de Kimberly, que demandou a migração de força de trabalho; e (ii) a exploração de ouro em Lydenburg, no leste do Transvaal, associados ao crescimento de empreendimentos comerciais na capital, como armazéns e hotéis e a expansão da rede comercial no interior da colônia portuguesa.

Entre 1885-1900 temos a abertura de novas minas de ouro na área sul e central do Transvaal (Witwatersrand), de construção de linhas férreas e do surgimento de outras indústrias. O Sul de Moçambique torna-se o maior fornecedor de mão de obra para a indústria mineira sul-africana e a capital é uma das que mais recebe as receitas das mercadorias de Witwatersrand (CABAÇO, 2009).

A exploração das colônias portuguesas foi levada a cabo com o apadrinhamento concedido ao capital internacional e se reproduziu mediante um jogo de concessões e alianças com as outras potências coloniais. Esse apadrinhamento e jogo de alianças foram correspondentes ao estágio de evolução do capitalismo português no século XIX. Para Liesegang (2000), desse modo Portugal cedeu dois terços do território de Moçambique às companhias de concessão. A Companhia de Moçambique ocupou um quarto do território e o governo metropolitano recebeu 7.5% de todos os lucros totais e em troca se absteve de cobrar impostos nas áreas de concessão da Companhia.

No fim do século XIX, com a finalidade de estabelecer uma melhor ocupação e exploração da zona que constitui o atual país, o território moçambicano foi dividido em quatro zonas de concessões: (i) a região Norte, em regime de concessão da Companhia do Niassa; (ii) uma faixa que se estendia ao sul do rio Zambeze, porção adquirida pela Companhia de Moçambique e pela Companhia da Zambézia; (iii) no centro da região, também a Companhia de Moçambique e (iv) o Distrito de Moçambique, administrado de maneira direta pelo governo português (CABAÇO, 2009, p.73).

O avanço do colonialismo global foi coroado no fim do século XIX, quando em 1884, o representante da Alemanha na Inglaterra pediu audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Lord Granville*, para entregar formalmente uma mensagem do Chanceler Bismarck, solicitando uma reunião com a participação de França e de Portugal, dentre outros, para discutir as questões e o rumo da ocupação da África. A conhecida Conferência de Berlim institucionalizou o direito à ocupação dos territórios africanos, e aconteceu nessa cidade entre 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885 (UZOIGWE, 2010, p.32).

Para Atmore & Oliver (2005, p.118), a Conferência de Berlim⁸², ou partilha da África, como ficou conhecida, mudou a fisionomia do continente. Até 1879, 90% da região era

⁸²O principal impacto dessa Conferência para o colonialismo português foi o fato de que, apesar do controle administrativo sobre os territórios ter aumentado a partir de 1850, e os assentamentos da metrópole só foram organizados sistematicamente depois de 1885. A ocupação efetiva do território era um princípio vital na conferência de Berlim (UZOIGWE, 2010 HGA 7, p.27). Portugal não assinou as atas de Berlim, pois relançava seu “direito histórico” sobre um vasto território ligando Angola a Moçambique (CABAÇO, 2009, p.77).

dominada pelos próprios africanos. No começo do século XX, a partilha tinha estava completa e o colonialismo fora aumentando, ainda que nos espaços portugueses a ocupação mais efetiva datou do pós-Segunda Guerra.

Particularmente, o Império português utilizou as técnicas disponíveis para “ocupar efetivamente” suas colônias: o comércio foi usado como instrumento de guerra, os colonos brancos escravizavam as populações, os missionários foram “pacificadores” e as forças militares ocupavam a costa; mais tarde integraram os “indígenas” à sociedade colonial, mas com *status* inferior. (MONDLANE, 1969, p.34).

Segundo Atmore & Oliver (2005, p.118), os motivos que levaram aos países europeus a realizarem essa partilha dizem respeito a história da Europa mais do que da história África, um território para exploração dos interesses europeus. É preciso lembrar que no século XIX, França e Reino Unido eram as grandes potências em África.

Conforme Uzoigwe (2010, p.35), a organização territorial e política do continente surgiu da rivalidade anglo-francesa da década de 1870 sobre a região da África Ocidental. Os primeiros estágios da partilha da África foram a demanda sobre a navegação das costas e dos rios e a conformação do princípio de que, em um determinado território, somente as firmas/companhias nacionais estavam autorizadas à explorar.

No caso da região austral, portugueses e holandeses tinham lutado pela posse da Baía de Lourenço Marques no século XVII, que os portugueses asseguravam ter ocupado em 1544. Em 1820, após uma viagem de investigação à costa de Moçambique por uma expedição inglesa sob o comando do capitão William F. Owen, propôs que os ingleses lá se estabelecessem e assinou tratados com chefes do sul de Lourenço Marques, resultado de uma campanha diplomática para fazer valer os direitos ingleses, numa tentativa de ignorar os direitos históricos de ocupação dos portugueses (CABAÇO, 2009).

Várias razões estavam na raiz das reivindicações inglesas. Em primeiro lugar, a colonização britânica no Natal provocou a busca por mão-de-obra e a Baía de Lourenço Marques viabilizava uma reserva para mão de obra escrava. Por isso, os ingleses pretendiam controlar todas as vias de comunicações, especialmente o rio Maputo, porque até 1878, o reino Zulu, ainda independente, continuou a importar armas de fogo via a capital. Os ingleses desejavam anexar a república do Transvaal e a baía de Lourenço Marques assumia uma importância geopolítica como base de operações.

Isolado, o governo português se submeteu ao *ultimatum* ingleses e não conseguiu garantir a ligação meridional de seus territórios. Nesse cenário, o estabelecimento das fronteiras de Moçambique não foi um fenômeno do século XV ou do XVI. Tem início na corrida imperialista pós conferência de Berlim e não foi pacífico, pois exprimia as contradições das principais potências coloniais europeias.

A soberania portuguesa sobre *Delagoa bay*, depois nomeada Lourenço Marques (atual Maputo), foi reconhecida em 1886, pela República Bôer do Transvaal, por ser um acesso exclusivo ao mar sem fiscalização britânica. Houve reação do governo imperial britânico e levou-se o caso à arbitragem internacional do presidente da França Marechal Mac Mahon, que legitimou as pretensões de Portugal em 24 de julho de 1875 (CABAÇO, 2009, p.69).

Somente após a conquista da região Sul, Portugal pôde focar seus esforços no Norte de Moçambique, e no começo do século XX a metrópole ainda iria impor sua presença militar. A conquista do povo Makonde, realizada no atual Distrito do Cabo Delgado, decorreu somente na década de 1920 (DINERMAN, 2006, p.93).

De acordo com Cabaço (2009, p. 49), essas mudanças foram muito graduais. Até a metade do século XIX os portugueses ocuparam uma porção pequena do território. A soberania portuguesa esteve, por alguns séculos, limitada ao litoral. A conquista de Gaza foi travada por Antonio Enes⁸³ e Mouzinho de Albuquerque⁸⁴.

António Enes, o primeiro Alto Comissário português para Moçambique reviveu os prazos da Coroa pelo decreto de 18 de novembro de 1890 para promover a agricultura industrial na região. Também argumentou em 1893 que, dada sua inferioridade natural, o africano deveria ser obrigado ao trabalho (LOURENÇO, 2010).

António Enes foi nomeado Comissário-Régio de Moçambique em 1895 e deu origem a escola do Estado Colonial. Para Marcello Caetano (1948, p.573), António Enes deveria ser “a pedra basilar de todo o estudo da moderna administração colonial portuguesa”. Em suas memórias *A Guerra d'África em 1895* (1945, p.35) numa passagem de uma de suas cartas, Enes comenta:

(...) à data da minha chegada em Lourenço Marques, a autoridade portuguesa não era, pois, exercida, em todo o distrito, senão na capital e na linha férrea (...). A linha-férrea estava em perigo e só a cidade podia considerar-se segura, mercê de sua guarnição europeia. Estava

⁸³ Político português que defendia as possessões de Portugal em África. Foi nomeado Alto Comissário de Moçambique durante a expedição de Mouzinho de Albuquerque contra o Império de Gaza (NEWITT, 1998, p.632).

⁸⁴ Oficial da cavalaria portuguesa, capturou Ngungunhana, último rei tribal do Império de Gaza, foi objeto do romance *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa (KHOSA, 1987).

segura, mas continuava desconfiada. Por telégrafo, uma notícia de Lourenço Marques avisava que um bando de “rebeldes” calculados em três mil assaltaram a linha férrea e atacaram europeus”. ENES, António. *A Guerra d'África em 1895*. Edições Gama, 1945.

Aires de Ornelas⁸⁵, um dos discípulos de Enes e ministro da marinha, introduziu a carreira administrativa em Moçambique em 1910. Nesta altura, houve um fortalecimento da política colonial. Depois do estabelecimento da República em Portugal em 1910, criou-se o Ministério das Colónias. Convém lembrar que a administração civil, em Moçambique era, segundo Cabaço (2009), um aparelho repressivo para impor o trabalho forçado ou emigração para territórios vizinhos.

Outro elemento central na ocupação portuguesa do século XX é a participação da colônia moçambicana na Primeira Guerra Mundial. Quando a guerra iniciou, os portugueses ainda não ocupavam grande parte dos territórios do Cabo Delgado ou do Niassa. Entretanto, havia a possibilidade das tropas alemãs do Tanganyka invadirem a região norte de Moçambique, motivo pelo qual aumentou-se a presença militar portuguesa no Norte (MENESES, 2012).

Em 24 de agosto de 1914 um ataque alemão destruiu um posto militar português construído nas terras da Companhia do Niassa. Em abril de 1916 os portugueses recuperaram Quionga, povoação situada próximo da margem Sul da foz do rio Rovuma, que fora conquistada pelos alemães em 1894. Essa ação levou a fronteira setentrional da colônia para a margem do Rovuma, reconhecida pelo Tratado de Paz de Versalhes de 28 de junho de 1919. A Alemanha perdeu o Tanganyka para Inglaterra.

Uma coluna militar alemã comandada pelo general Von Lettow atravessou o Rovuma para dentro do território moçambicano em 1914. Durante nove meses as tropas alemãs estiveram em território de Moçambique, e atacaram as guarnições portuguesas. Em final de 1918 desembarcaram dois corpos expedicionários ingleses vindos do Niassalândia e da Rodésia, constituído por soldados da África Ocidental (Nigéria, Gâmbia e Costa do Ouro). Para Liesegang (2000), a presença elevada de soldados britânicos tinha como objetivo principal salvaguardar posições estratégicas com vista as negociações do fim da guerra. Devido a problemas de abastecimento, as tropas alemãs retiraram-se de novo para o norte.

Sobre a participação de africanos no exército português antes da Primeira Guerra que, segundo Meneses (2014, p.42), tem antecedentes nos tempos das forças militares dos prazos da Coroa, o "interesse pelas tropas africanas aumentou com a necessidade de ocupar

⁸⁵ Militar português que se destacou nas campanhas de conquista em Moçambique.

formalmente as colônias após a Conferência de Berlim". Quando iniciou-se a Primeira Guerra em 1914, a administração colonial decidiu treinar vinte e trinta mil africanos. Nesse momento, Portugal controlava o sul da colônia e as companhias controlavam os territórios centrais e do Norte e eram dotadas de suas próprias forças de defesa.

Segundo Meneses (2014), em um contexto de carência de soldados europeus, a metrópole recorreu aos africanos e a introdução do regime de trabalho forçado⁸⁶ foi central para transformar "camponeses em carregadores" que iriam auxiliar no transporte de pessoas e de equipamentos das forças armadas. A respeito das implicações para Moçambique, significou que em nove de março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal. A colônia moçambicana, fronteira com a África Oriental Alemã, entrou na guerra e teve um impacto na "consolidação das modernas políticas coloniais". Nessa linha, a administração colonial institucionalizou o trabalho forçado e transformou as relações de poder entre a sociedade metropolitana e a sociedade colonizada, fortalecendo a divisão entre "colonos civilizados" e "nativos bárbaros".

No fim da Guerra surge em Moçambique uma indústria incipiente de substituição de importações cuja produção era destinada à reduzida população de colonos, como cimento, farinha de milho, cigarros e sabão e de menor importância, água mineral e gelo. Assim formaram-se os primeiros extratos do proletariado moçambicano. Os trabalhadores ferros-portuários eram numericamente a camada mais importante dos trabalhadores urbanos e tiveram um papel central na luta contra a exploração do trabalho (NGOENHA, 1992).

3.3 A colônia no início do século XX

A ocupação de Moçambique avançou no século XX no ritmo de mudanças na organização institucional e territorial da colônia. Em 1907, Ayres de Ornelas, Ministro da Marinha e do Ultramar, lançou a Reforma Administrativa de Moçambique, que modernizou a organização institucional sob a égide de um Governador-Geral, e na divisão do território em distritos, cada um com seu Governador de Distrito. Os distritos eram demarcados em circunscrições que formavam os conselhos, dirigidos por um administrador. Os distritos eram a "unidade principal da estrutura administrativa" (CABAÇO, 2009, p.77), em que os chefes tradicionais eram incorporados ao nível local da autoridade colonial.

⁸⁶ O *chibalo*, a política colonial para minimizar os custos e aumentar o controle sobre o colono. Para Zamparoni (1998, 93) "foi no *chibalo* que se assentou basicamente o crescimento econômico em Moçambique".

Antes mesmo do Estado Novo (1933-1974) definir -se constitucionalmente, Salazar elaborou um decreto que reorganizou o projeto político para as colônias. o "Acto Colonial" de 1930 renovou a política colonial, marcada por uma fase imperial e da "indissolubilidade do império" que dar-se-á até o final de 1951⁸⁷.

O Acto Colonial é um instrumento jurídico que reafirma a vocação e o direito histórico de Portugal às suas posses e esclarece que os domínios ultramarinos denominam-se colônias e constituem o império colonial português (artigo 3); que é "solidário" com as suas "partes" e "com a metrópole" (artigo 5); que restringe a "alienação" dos territórios (artigo 7); que reserva ao estado a "administração" e a "exploração" das colônias (artigo 11); que remunera o trabalho dos "indígenas em serviço do Estado" (artigo 19); que atribui a "defesa" e a "proteção" dos indígenas ao Estado (artigo 15).

O Acto Colonial de 1930, a Constituição de 1933 e o Código do Trabalho dos Indígenas⁸⁸, foram os instrumentos que formaram o quadro jurídico da nova política para os territórios coloniais, na fase mais centralizadora do regime. Em 1953, outro mecanismo colonial surgiu, o Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique, último dispositivo legal antes da abolição do indigenato⁸⁹ em 1961, instrumento de política colonial no que tange à assimilação⁹⁰.

Para Claudia Castelo (1998, p.30), essa política colonial rompe com o passado em três direções: há um processo de centralização do exercício de poder da metrópole; o capital estrangeiro dá lugar à nacionalização; o desenvolvimento das colônias em favor da "integração do império". A política foi desenhada por Armindo Monteiro, Ministro das Colônias entre 1931 e 1935, que concebia o império como uma entidade "atemporal" e "indissolúvel" que está acima de todos os interesses e se "confunde com a vontade do povo".

Para a autora, no período entre-guerras há uma "mitificação do império" a partir de princípios da religião e do iluminismo, e na edificação de monumentos históricos como o famoso "Padrões dos Descobrimentos" em Lisboa, construído por ocasião da Exposição do

⁸⁷ Na esteira do centralismo da Ditadura Nacional, houve uma reforma institucional que redefiniu as relações entre a metrópole e suas colônias se fundamentou na unidade da "Nação Portuguesa" e transformou o cargo do Alto Comissário para o Governador General, colocando o Ministério das Colônias como centro da tomada de decisão.

⁸⁸ Dispositivo jurídico de 1928, que introduziu o trabalho obrigatório para fins públicos, como uma substituição do trabalho escravo.

⁸⁹ Lei que visava assimilar os "indígenas" na cultura ocidental.

⁹⁰ A assimilação fazia parte da política colonial portuguesa, na medida em que um "indígena" se tornasse português, ganharia estatuto jurídico de cidadão. A concepção portuguesa de assimilação, teve uma dimensão ética e católica. A missão seria um processo de aculturação do colonizado aumentando o lado português e diminuindo a parte africana (CABAÇO, 2009, p.115-118). No entanto, segundo o autor, os "assimilados" não eram nem portugueses, nem indígenas. Era mais um "genocídio cultural".

Mundo Português em 1940, na qual o Brasil se fez representar durante o governo de Getúlio Vargas.

Outra característica desse momento é a substituição do termo colônia pelo termo "províncias ultramarinas", o qual corresponde a uma declaração da unidade nacional entre metrópole e territórios não-contíguos, embora não houve alterações ao nível da política indígena. Alguns podem argumentar que província ultramarina é uma "palavra mais harmônica que as colônias", mas segundo Capela (1995, p.167) a transformação das colônias em províncias foi "desprovida da atribuição de qualquer grau de verdadeira autonomia política, era cosmética e morfológica"⁹¹. O Brasil, ao aceitar a tese da "nação pluricontinental", foi conivente com as atitudes de Lisboa em suas colônias.

O Acto Colonial foi substituído pela Lei Orgânica do Ultramar Português de 1953. Depois da Segunda Guerra Mundial, Portugal quis apagar os vestígios de uma concepção imperialista em que os territórios ultramarinos eram colônias. Outro instrumento jurídico importante foi o "Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique" aprovado em 1954.

Particularmente, seu capítulo "Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania" define as condições jurídicas que permitem aos africanos adquirir cidadania portuguesa, a saber: idade maior do que 18 anos, falar português, trabalhar, possuir bens, ter bom comportamento e "adquirir hábitos" para aplicar "direito público e privado" (PORTUGAL, 1954).

O ano de 1961 é conturbado para o regime: inicia-se a guerra colonial em Angola e a União Indiana ocupa Goa, Damão e Diu. No plano internacional a situação de Portugal é de isolamento crescente, multiplicando-se na ONU as declarações em que o colonialismo português é condenado. A reação de Salazar é adotar novas medidas em relação às colônias, como o envio de tropas e material bélico para Angola e alterações nas legislações relativa a população africana, nomeadamente o decreto-lei n.º. 43893 de 6 setembro de 1961, que revoga o Estatuto dos Indígenas.

O Congo belga tornou-se independente em junho de 1960, território que era contíguo à Angola. Nessa altura, a descolonização afro-asiática já era uma grande força nas relações

⁹¹ No entanto, em 1663 já se usava nos documentos oficiais a expressão províncias ultramarinas, e assim eram chamadas as Terras Portuguesas na Carta Constitucional de 1821, o título X da Constituição de 1832 intitulava-se "Das Províncias Ultramarinas". Em 1612 o conselho das Índias já consagrava esse princípio que não eram "nem distintas nem separadas deste Reino" in scientia juridica. Não é nova, portanto, a afirmação da unidade entre o centro e as "partes".

internacionais. Nesse contexto surgem os primeiros movimentos de resistência e de luta armada, que ao longo da luta de independência produziram condições para o fim do colonialismo em Moçambique.

3.4 Anti-colonialismo

No caso específico de Moçambique, de acordo com Meneses (2014), um dos momentos fundadores da história nacional é a luta contra o capitalismo colonial. Nesse cenário de guerra, Portugal aliou-se abertamente aos regimes racistas da Rodésia do Sul e da África do Sul. Na África Austral o colonialismo sobrevivia com esses regimes⁹². Diante disso, a construção da história nacional moçambicana no pós-independência está assentada no tema da luta de libertação nacional de maneira a construir sua identidade a partir das experiências de luta.

Em Moçambique, a descolonização significou criar uma mudança de estrutura, o forjamento de uma "nova sociedade", como a experiência e o discurso da Frente de Libertação de Moçambique (MONDLANE, 1976) enfatizou. De fato, era uma tentativa de forjar novas relações sociais e não apenas transferir poder de um centro para outro.

No entanto, a obtenção da independência política por parte de um território colonial não significou, nem significa a eliminação total das relações de dependência. A história e a trajetória de países como Moçambique mostra que o conceito de soberania convive bem com a dependência econômica. Moçambique, como outros países africanos, herdou as suas fronteiras e forjou sua identidade com base no pressuposto de combater a ocupação colonial.

A descolonização na África Austral assumiu uma perspectiva regional. Saul (2008) interpreta o período entre 1960 e 1990 como uma "guerra de 30 anos de libertação" que influenciou toda a parte meridional do continente africano. Em 1960 o *African National Council* (ANC) foi banido da África do Sul e em 1961 o Tanganyika (atual Tanzânia) tornou-se independente, que fazia com que Dar-es-Salam, a capital da Tanzânia, fosse uma cidade aberta para diversos movimentos de libertação. A cidade abrigou o PAFMECSA, o *Pan-African Freedom Movement of East, Central and Southern Africa* (SAUL, 2008).

Samora Machel argumenta em "*O processo da revolução democrática popular em Moçambique*" que para a maioria da comunidade internacional "o colonialismo português

⁹² Particularidades da África Austral: ultra-colonialismo português em Angola e Moçambique; declaração unilateral de independência da Rodésia em 1965; ocupação colonial da África do Sul sobre a Namíbia e *apartheid*. Em 1990 a independência da última colônia da região, a Namíbia e a liberdade de Mandela marcam a libertação do subcontinente. Saul (2008) destaca três fatores para entender a realidade da África Austral: a guerra colonial; o nacionalismo africano anti-colonial; e a revolução social/socialista.

aparecia como uma manifestação quase arqueológica". A insistência portuguesa na manutenção das colônias era, segundo Machel, um "capricho anacrônico dum ditador que vivia ainda à hora da Conferência de Berlim" (MACHEL, 1975, p.7)

Na década de 1920 criou-se o Grêmio Africano de Lourenço Marques, que reuniu a burguesia negra e teve um estatuto aprovado pelo alvará do Governo Geral de Moçambique em 4 de julho daquele ano. No seio dessa organização, segundo Artur de Figueiredo Nunes (1992), houve um choque entre as duas facções, uma mais conservadora e outra mais radical, que promovia ideias autonomistas. Estes últimos criaram sua própria organização, o Instituto Negrófilo, que depois foi nomeado como o Centro Associativo dos Negros da Colônia de Moçambique.

Em 1935 fundou-se o Grêmio Negrófilo de Manica e de Sofala, ainda no período em que a Companhia de Moçambique administrava o território. Mais tarde, o nome mudou para Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, e seu estatuto foi aprovado em 1947. Segundo o mesmo autor, o núcleo foi fechado por "entregar atividades consideradas subversivas".

Em Joannesburgo, em 1939, estudantes moçambicanos criaram a Liga Anti-Fascista Portuguesa. A independência de Moçambique era um dos objetivos da Liga. Eduardo Mondlane fundou em 1949 o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique. Joaquim Chissano criou a União dos Estudantes Moçambicanos em 1961 na França, depois de ter deixado a Universidade de Lisboa em face à perseguição da Direcção Geral de Segurança (DGS), que existiu entre 1969 e 1974.

Outros antecedentes da luta de libertação têm origem em movimentos separatistas formados nos países vizinhos. No Tanganyka, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, verificou-se a afluência de trabalhadores do norte de Moçambique às colônias britânicas da África Oriental que, segundo Nunes (1992), aprenderam a "experiência sindical" da *Tanganyka African National Union*. Nesse contexto nasceu a *The Makonde Association of Tanganyka* e a *Tanganyka Mozambique Makonde Association*. Em 1957 criou-se a organização *The Mozambique African Association* e a *Mozambique Makonde Association*. No Zanzibar, ainda em 1958, antes da independência da Tanzânia em 1964, criou-se o *Zanzibar Mozambique Makonde and Maakua Union* e a *Zanzibar and Pemba Mozambique Union*.

Na Rodésia do Sul, emigrantes moçambicanos que trabalhavam nas grandes lavouras criaram agremiações de auxílio mútuo, como a *Portuguese East Africa Society* e a *Tete East African National Globe Society*. Em 1962 as duas organizações se uniram ao *Kilimane Freedom Party* para criar o *Mozambique National African Congress*, sediado em Salisbury.

Ainda na Rodésia do Sul criou-se a União Democrática Nacional de Moçambique, e seu primeiro dirigente foi o senhor Adelino Guambe. Seu programa estava centrado na eliminação do domínio português em Moçambique".

Em 1959 João Baltazar da Costa Chagonga fundou em Moatize a Associação Nacional Africana de Moatize, com o objetivo de associar os trabalhadores das minas de carvão de Moatize, sob responsabilidade da Companhia Carbonífera de Moçambique, mas as autoridades portuguesas, que viam com desconfiança todas as organizações associativas de africanos.

Nos anos 1950 e 1960 surgem as primeiras organizações libertárias que iriam lutar pela independência na África portuguesa. Em 1954 cria-se a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) em 1956, mesmo ano em que Amílcar Cabral cria o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Ademais, a Organização da União Africana foi criada em 1963, instituição que desempenhou um papel regional no sentido de promover e lutar pela descolonização da África.

Há ainda que mencionar que a independência das colônias portuguesas em África tem antecedentes na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa. O governo de Salazar fundou a casa em 1943, como uma instituição destinada a acolher jovens que estudavam na metrópole, para envolvê-los no intuito de criar uma "mentalidade imperial" (ALAO, 1999, p.170)

A Casa desempenhou um papel relevante na reunião de estudantes e, ao animar críticas ao regime colonial, possibilitou encontros entre atores que teriam destaque nas libertações nacionais. Alguns líderes dos movimentos de libertação como Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola, Marcelino dos Santos, membro fundador da FRELIMO conheceram-se em Lisboa. A CEI foi finalizada pela PIDE em 1956 (Idem).

Em Moçambique, o dia 16 de junho de 1960 marca o episódio conhecido como Massacre de Mueda, na vila moçambicana do mesmo nome, província de Cabo Delgado, quando uma manifestação de camponeses que exigiam melhores salários transformou-se na morte de um grande número de manifestantes pelo governo português. Para Mondlane (1976, p.39) esse evento é um *turning point* no entendimento de que a luta armada era necessária em Moçambique.

Conforme Cabaço (2009, p.240), em 1956 a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) foi expandida ao ultramar e às regiões militares de Angola e Moçambique. Nessa

mesma década, dois anos depois, em 1958, o primeiro grupo de oficiais foi mandado para a Inglaterra com o objetivo de estudar as estratégias de combate utilizadas na Malásia e no Quênia, e ano seguinte para a Argélia.

3.5 Guerra de Libertação Nacional

Conta-se que Samora Machel foi a uma das escolas da FRELIMO e havia um problema de aritmética escrito no quadro:

No ataque a um posto inimigo, os combatentes utilizaram 11 das 24 granadas que estavam numa caixa. Quantas granadas ficaram na caixa após o ataque"? Machel pediu um voluntário para resolver o problema e logo um jovem se ofereceu. Depois de ter respondido, Machel pôs outra questão: "Cada uma das onze granadas fragmentou-se em 48 estilhaços. Quantos estilhaços e formaram? (Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: arquivo, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação, FRELIMO. CHRISTIE, Lainm Daily News, Tanzânia, dezembro de 1973).

Essa escola ficava na zona de Nangade, em um dos três centros pilotos da FRELIMO em Cabo Delgado. Havia escassez de quadros para o ensino e os estudantes com poucos anos de estudo assumiam o papel de professores. O fato de um estudante tornar-se professor ou guerrilheiro dependia das necessidades do momento do movimento.

De acordo com o jornal, as matérias que se ensinavam nas escolas primárias eram: aritmética, ciências, política, desenho geografia e história de Moçambique. A FRELIMO tinha, nos tempos da luta, uma escola secundária em Bagamoyo, na Tanzânia, onde passaram 230 estudantes até dezembro de 1973. Para além das disciplinas, as crianças também aprendiam sobre produção agrícola de subsistência, manejo de armas de fogo e discussões sobre cultura nacional, com apresentações de grupos de corais, de dança e de teatro

Para Portugal, a guerra colonial iniciou em 1961 com o ataque do MPLA à prisão de São Paulo, em Luanda. O ano marcou igualmente a independência do Daomé, atual Benim, uma antiga colônia no Golfo da Guiné, na costa da África Ocidental, onde navegadores portugueses desenvolveram comércio de escravos para o Brasil, que impactou Lisboa porque sua independência colocou um fim a soberania sobre a Fortaleza de São João Baptista do Ajudá⁹³.

No caso de Moçambique, a luta pela libertação começou em setembro de 1964, depois que mil soldados da FRELIMO retornaram de um treinamento na Argélia, com o objetivo de lançar uma frente no norte do país (AFRICA REPORT, 1965, p.43). O primeiro ataque

⁹³Construção portuguesa situada na cidade de Uidá, na atual República do Benim.

ocorreu em 21 de agosto de 1964 sob o comando do General Filipe Magaia, que atacou uma área patrulhada pelo batalhão armado português, seguido de ataques similares em Chai e Xilama, em Cabo Delgado, ambas no Norte, perto da fronteira com o Tanganyika.

Essa guerra pode ser compreendida em duas fases: a primeira durou seis anos e terminou com grandes mudanças na liderança de ambos os lados. A segunda começou com uma grande operação militar portuguesa e durou até 1974, com vitória moçambicana. A saber, no final da década de 1960 a FRELIMO operava em doze regiões unidas por um Comando Militar que respondia a um Conselho de Guerra de doze membros, formado depois da morte de Filipe Magaia. O Chefe desse Conselho era Samora Machel.

Dada a fraca presença portuguesa no Norte, a FRELIMO avançou rapidamente sobre Niassa e Cabo Delgado. Depois usaram o Malauí como ponto de entrada para alcançar as províncias de Manica e Sofala. No entanto, segundo Dhada (2016, p.50) Portugal começou a preparar a contra-insurgência da FRELIMO em 1962, ao entender que esta era uma “rebelião de inspiração comunista que ameaçava 500 anos de trabalho em levar a civilização ocidental para suas colônias em África”. Assim Portugal estacionou vinte mil homens para combater a FRELIMO em defesa da integridade do território português.

Neste momento iniciou-se a participação de mulheres combatentes na FRELIMO. Em outubro de 1966, em uma reunião do Comitê Central, decidiu-se que a mulher moçambicana poderia ter um papel mais ativo na luta de libertação nacional. Nesse marco, um grupo de mulheres recebeu treinamento militar e apenas alguns meses depois, no começo de 1967, o primeiro grupo de mulheres começou suas atividades na guerra. Esse primeiro grupo tornou-se fundador do Destacamento Feminino e foram distribuídas no interior do país com objetivos diversos.

De acordo com Josina Machel⁹⁴ as atividades militares das mulheres concentram-se na defesa das áreas liberadas e na participação em combates, enquanto que os homens estavam na linha de frente das ações ofensivas. As mulheres também participaram do Departamento de Defesa, na busca por "infiltração inimiga". Agiram em grupos de apoio social para as famílias que perderam parentes na guerra e no orfanato da FRELIMO, no departamento de educação, nas campanhas de alfabetização e nas escolas primárias. O fato era que, segundo Josina Machel (1969)

⁹⁴ Arquivo Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: arquivo, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação, FRELIMO. MACHEL, Josina. The Mozambican Woman in Revolution: FRELIMO Womes' Detachment: the role of the woman in revolution. Revista Mozambique Revolution, n.41, october-december, 1969.

(...) O trabalho era realizado em um complexo emaranhado de tecidos sociais machistas, em que a mulher não tinha um papel na vida pública das sociedades, em que os pais e os maridos não concordavam com a ideia de educação para as mulheres" (IDEM).

Os dois relatos a seguir, do mesmo livro, intitulado "*The Mozambican Woman in Revolution*", ilustram a relação entre participação das mulheres e revolução, de modo a servir como um testemunho das condições e da natureza da luta da FRELIMO:

Quando eu tinha 17 anos meus pais me forçaram a casar. Essa é a tradição aqui - as mulheres casam muito cedo. Eu preferiria estudar mais do que casar, mas como não vi nenhuma possibilidade de continuar com os estudos, e como a tradição é muito forte, eu me casei. Tenho um filho. Quando a FRELIMO chegou, meu marido se juntou à guerrilha. Ele é um combatente da FRELIMO. Eu mostrei minha vontade de estudar e a FRELIMO me colocou na escola. Eu ensinei os camaradas a ler e a escrever na base. Na minha classe eu tinha 141 estudantes. Depois que eu estudei mais, fui transferida para a Escola Piloto, onde continuo estudando.

Estou muito feliz de estar na FRELIMO. Primeiro de tudo, porque posso estudar - esse sempre foi o meu sonho. Com os colonialistas apenas quem tinha dinheiro podia estudar. Aqui, todo mundo que quer estudar pode estudar. Uma outra diferença que notei é que os professores portugueses não estavam interessados em explicar quando não entendíamos algo; enquanto que aqui nossos professores fazem um grande esforço para assegurar que entendemos tudo. As tropas portuguesas quando chegam em uma vila roubam tudo, galinhas, porcos, gado das pessoas. As guerrilhas nunca roubam nada das pessoas. Quando os soldados portugueses encontram mulheres nas estradas eles as violam. Na FRELIMO, nós mulheres, somos muito respeitadas - e isso impressiona nossas irmãs que vem das zonas inimigas, como eu vim. Estamos acostumadas a algo diferente. No colonialismo, quando aparecia alguém de uniforme, significava que seríamos maltratadas. Por isso estamos tão surpresas quando vemos as guerrilhas nos tratando como irmãs, e não como objetos de prazer".

Convém ressaltar que as relações de solidariedade e apoio às descolonizações, entre Moçambique, Tanzânia, Zimbábue e Zâmbia, também Angola, Argélia, dentre outros, foram determinantes para o início da luta armada.

Um contato importante para a FRELIMO foi o Egito, porque abriu oportunidades de cooperação com o mundo árabe e com os soviéticos. Nos anos 1960, de acordo com Schneidman (1978, p.59), a China foi o principal parceiro para a revolução de Moçambique e, na década de 1970, a URSS. A URSS⁹⁵ poderia fornecer apoio diplomático no âmbito da ONU e doação de equipamentos militares, diferente da China, que até 1971 não havia entrado no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

⁹⁵ Para Simpson (1993, p.330) a preocupação inicial dos soviéticos era com a estrutura e a composição das lideranças dos movimentos revolucionários africanos. A inspiração do socialismo da FRELIMO era marxista, mas buscava raízes em experiências africanas, como a estratégia utilizada pela Tanganyika African National Union, conhecida como *ujamaa*.

Segundo Shubin (2008, p.123), a FRELIMO foi a única organização armada na África Austral que recebeu ajuda de chineses, soviéticos⁹⁶ e norte-americanos, porque esses três países projetaram interesses sobre Moçambique em períodos distintos. Havia ainda os colaboradores africanos, principalmente Argélia e Tanzânia, Zimbábue e Malauí; e os países nórdicos, que aportavam materiais não-bélicos. A Suécia especialmente a partir de 1966 fornecia recursos de ordem humanitária a movimentos de libertação nacional (SCHNEIDMAN, 1978, p.64).

O governo de Lisboa criticou a colaboração de atores ocidentais com os movimentos de independência, os quais entendia como "terroristas africanos". A reportagem do jornal *The Star* de 22 de fevereiro de 1974 afirma que em sua visita à África do Sul, Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, criticou os governos do Norte e do leste da Europa que provem ajuda aos "*African terrorists*". O Ministro argumentou que

(...) these same governments which defend the inviolability of their own orders, which fears subversion at their own gates and which condemn terrorism when their nationals are the victims, at the same time support subversive movements in Africa and finance terrorists who kill and fellow African who proclaim that they will destroy the frontiers in Southern Africa by force of arms". Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação. FRELIMO. Em 22 de março de 1973, jornal *The Star*, "Lisbon top Man Keen on Talks".

As relações entre os países comunistas e o terceiro mundo no geral e com a África em particular afetaram a política externa da FRELIMO. Na URSS, até a década de 1960 e em todo o período de Stalin⁹⁷, não havia solidariedade de fato para regimes de libertação nacional. Essa mudança ocorreu no período Krushev (1964-1982), quando se outorgou maior colaboração com os países do terceiro mundo, na tentativa de equilibrar a balança de poder do sistema internacional (SIMPSON, 1993, p. 331).

Há na historiografia da independência moçambicana, uma tendência em narrar o processo de forma vitoriosa e positiva, sem questionamentos, afirma Aquino de Bragança (1986, p.32). O fato da luta armada ter iniciado a independência colaborou com esta premissa.

⁹⁶A primeira viagem internacional de Samora Machel como presidente foi uma visita à URSS. No entanto, Moçambique não foi tão importante para a geopolítica dos soviéticos. Um fator de problema na relação com Moçambique era a África do Sul sob regime do *apartheid*. O apoio era maior no Comitê de Solidariedade com África e Ásia do que do Partido Central (SHUBIN, 2008, p.40).

⁹⁷ Para Vojtech (1996, p.12), Stalin não era averso ao uso dos movimentos revolucionários do mundo, e ainda que a URSS fosse a referência internacional do movimento comunista, seu valor era nulo a não ser que ele pudesse controlá-los. O autor comenta que Stalin "demandava lealdade incondicional e obediência" caso quisessem segui-lo voluntariamente. Ainda, não havia interesse geopolítico nem recursos, por parte do regime de Moscou, para agir em África antes da década de 1960 (VOJTECH, Mastny. *The Cold War and the Soviet Insecurity: The Stalin Years*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996).

O questionamento posto por Bragança (1986, p.50) é que, algumas conquistas da luta, como a emancipação e a formação de uma nova sociedade, dentre outros, poderiam ser prejudicadas se não se avaliassem criticamente alguns aspectos da vitória contra a metrópole.

3.6 A Frente de Libertação de Moçambique

É importante sublinhar que Lisboa não permitiu uma descolonização negociada para Moçambique, terminando a possibilidade de uma resolução pacífica do conflito entre colonização e independência⁹⁸. De acordo com Mondlane (1969, p.40) as primeiras ações foram sabotagens a pontes e estradas, inicialmente na província do Cabo Delgado, região norte do país. Em seu “Lutar por Moçambique”, Mondlane (1969) narra o plano do primeiro ataque, com o objetivo de atacar soldados portugueses.

Os movimentos que lutaram a independência de Moçambique foram criados fora desse país, sendo os mais importantes (i) a UDENAMO, União Democrática Nacional de Moçambique, formada em 1960 na Salisbúria⁹⁹, liderada por Holomulo Chitifo; (ii) a *Mozambique African National Union*, MANU e (iii) a UNAMI, União Nacional Africana de Moçambique Independente, criada em 1961 na Niassalândia¹⁰⁰ por José Baltazar Chagong’a (OPELLO, 1975, p.68).

A Frente de Libertação de Moçambique foi criada a partir da união de essas três organizações em junho de 1962, em Dar-es-Salam, capital da Tanzânia. Para Simango (1969, p.1) esse evento é um grande marco na história da descolonização do país, pois a FRELIMO conduziu a luta pela independência contra a metrópole, utilizando duas premissas: “lutar por Moçambique” e “através da luta armada”.

De acordo com Mustafah Dhada (2016), a FRELIMO focou suas energias em duas frentes diplomáticas: isolar Portugal internacionalmente e buscar ajuda militar da Argélia e do Egito para treinar os quadros da FRELIMO para a guerrilha. Janet Mondlane conseguiu ajuda da fundação Ford para desenvolver o Instituto de Moçambique, a primeira escola destinada a criar quadros humanos para alimentar a guerra e a construção das zonas liberadas. Segundo a

⁹⁸ Cabe lembrar que A FRELIMO era apoiada por movimentos de esquerda da comunidade branca, como a Associação Académica de Moçambique e os Democratas Moçambicanos. Para o Comitê Executivo da FRELIMO o direito à independência do povo de Moçambique era a única solução para a guerra.

⁹⁹ Capital da Rodésia, atual Harare, Zimbábue.

¹⁰⁰ Atual região do Malauí.

própria Janet Mondlane, a fundação colaborou com o Instituto por um ano, depois que o governo português acionou o governo americano para intervir e cancelar a ajuda¹⁰¹.

Na altura do Segundo Congresso¹⁰² da FRELIMO, realizado em 1968 no Niassa, acordou-se que a luta nacional seria parte de uma luta global pela emancipação dos povos do governo colonial, tornando necessário estabelecer relações de solidariedade com outros países. Essa determinação iria marcar a política exterior de Moçambique no primeiro momento do pós-independência (CLASSEN, 2010, p.292).

Em 1969, a morte de Eduardo Mondlane representou uma crise para a Frente que se seguiu de uma tentativa do vice-presidente, Uria Simango, de alcançar a liderança com uma proposta não-socialista, junto com Kavandame e outros opostos à ideologia marxista-leninista (SIMANGO, 1969). A morte de Mondlane significou a prisão de Silvério Nungu, afirma Opello (1975, p.71), secretário administrativo que teve nome ligado ao assassinado do presidente. Meses depois a FRELIMO anunciou que Nungu havia morrido de greve de fome.

Três foram suspeitos pela morte do líder: Silvério Nungu, Lázaro Kavandame ou a PIDE. Com sua morte formou-se um triunvirato composto por Uria Simango, Marcelino dos Santos e Samora Machel para assumir a liderança da FRELIMO. Uria Simango foi expulso do partido depois de escrever o artigo que conhecemos e acusar os outros dois de tentar matá-lo. Os novos líderes haviam sido formados na realidade da luta de libertação da luta por uma nova ordem social travada pela força das armas.

De acordo com Simango (1969), o ano de 1968 foi um ano de muitas dificuldades para a luta moçambicana, principalmente no Instituto Moçambicano e na região do Cabo Delgado. Cada província tinha um dirigente máximo, a figura do secretário, e abaixo dele estavam os distritos. Em 1967 o secretário de Cabo Delgado solicitou ao Comitê Central que convocasse um congresso para discutir os problemas da organização e rejeitaram a liderança da FRELIMO de Mondlane. Para o autor, haviam pessoas dentro da organização que não apoiavam todas as ações, mas não constituía um grupo organizado.

Ainda em 1969, Uria Simango, denunciou o tratamento despendido aos soldados do movimento e que as deserções submetiam-se ao alto grau de racialismo e tribalismo e acusou Marcelino dos Santos, Samora Machel e Janet Mondlane pela morte de Nungu. Simango foi suspenso do Conselho Presidencial e em 1970 foi declarado *persona non grata* pelo governo

¹⁰¹ Entrevista de Janet Mondlane a Tor Sellstrom do *Nordic Documentation on the Liberation Struggle of Southern Africa*. Disponível em: <http://www.liberationafrica.se/intervstories/interviews/mondlane/?by-name=1> . Acesso em 10/4/2016.

¹⁰²O primeiro foi em 1962, voltado para a discussão sobre a natureza clandestina das ações (Mondlane, 1969, p.30).

da Tanzânia, convidado a deixar o país em quarenta e oito horas. Dessa forma, Machel tornou-se presidente e Marcelino dos Santos vice-presidente. (SIMANGO, 1969, p.4).

Havia uma tensão no interior da FRELIMO, decorrente da baixa participação da classe trabalhadora urbana na luta de libertação, fato que tornou os camponeses a principal força humana da revolução. Para a Frente, o desafio era construir, antes da independência, uma aliança entre os camponeses e os trabalhadores urbanos em Maputo, de modo que a política econômica fosse subordinada a premissas políticas, com ênfase no desenvolvimento de uma indústria para criar um proletariado urbano ao mesmo tempo em que socializava-se a agricultura, por meio das aldeias comunais (SIMPSON, 1993, p.321).

No final dos anos 1960, a FRELIMO era objeto de disputas internas. De acordo com Simpson (1993, p. 313) o Comitê Central da FRELIMO era polarizado em torno de uma facção socialista e em torno de outra facção pequeno-burguesa. As tensões eram resultado das visões conflitivas, em como organizar a produção das zonas liberadas, ou pelas divergências em relação ao rumo de Moçambique no pós-independência.

Em Moçambique o militar português Kaulza de Arriaga foi o Comandante das Forças Terrestres entre 1969-1970 e Chefe das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique entre 1970-1973. Fazia parte da rede da OTAN e estava convencido de que a FRELIMO poderia ser vencida por uma guerra de desgaste. Com o fim do Estado Novo, o militar ficou detido durante 16 meses depois do 25 de abril.

O general tinha uma *carte blanche* para executar sua estratégia. Quando chegou à colônia, juntou 35 mil homens armados para o combate. Foi uma das maiores concentrações de força para lutar contra a FRELIMO no Norte. Para Mustafah Dhada (2016, p.55), Arriaga inspirou-se nos britânicos, que empregaram na Malásia, contra o *Malayan National Liberation Army*, táticas de terra arrasada e de paralisação da logística e suas cadeias de alimentação, ataques do tipo *hit-and-run* e encorajou dissidência da FRELIMO ao alimentar as organizações rivais da FRELIMO, algumas das quais se tornaram a Renamo.

Foi o responsável por lançar em 10 de junho de 1970, a operação Nó Górdio, uma ofensiva coordenada entre pára-quedistas, o comando naval e unidades especiais, a maior campanha militar portuguesa naquela província. O objetivo era erradicar a guerrilha da FRELIMO na fronteira com a Tanzânia. A força aérea portuguesa deu assistência e bombardeio estratégico em bases e campos médicos e de treinamento.

Nesse sentido, a província de Tete tornou-se estratégica porque Portugal queria prevenir a FRELIMO de alcançar os distritos de Manica e Sofala e ameaçar a segurança da

província da Beira, que era uma porta de entrada para os aliados da Rodésia de Ian Smith e do Malauí de Hastings Kamuzu Banda, em quem Portugal contava para lutar contra a FRELIMO.

Em entrevista ao *Sunday Times* em 02 de abril de 1972, Samora Machel comenta que na parte ao sul do Zambeze a luta se desenvolveu rápido porque nessa área

a opressão portuguesa se fez sentir mais forte do que em outros lugares. E tem as pessoas que moram perto da fronteira da Rodésia - eles sofreram uma opressão dupla. Foram recrutados para trabalhar nas plantações de banana e açúcar em Moçambique e quando terminaram, foram vendidos à Rodésia para trabalhar nas plantações de tabaco, quando voltaram foram recrutados de novo pelo governo português. Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação, FRELIMO. MACHEL, Samora. Entrevista "Face the people building a Nation in battle-torn Mozambique". *Sunday Times*, 2 de abril de 1972.

A guerra em Tete começou em 1968 e foi necessário desenvolver a luta em outras regiões para chegar até essa província, como em Niassa e Cabo Delgado, onde o processo de descolonização já começara, com a construção de hospitais e escolas. No caso de Tete havia interesses capitalistas em jogo como a construção da hidroelétrica de Cahora Bassa, projeto em que grandes potências estavam envolvidas e caminhões transportavam bens de Tete para o Malauí e para a Rodésia.

O projeto de Cahora Bassa tinha um aspecto importante no financiamento das necessidades de defesa de Portugal e a África do Sul era um ator importante. Quinze anos depois dos primeiros estudos, o empreendimento era a maior barragem ao sul do Sahara. Os estudos de viabilidade são de 1956 e o Plano Geral do Vale do Zambeze começou a ser criado em 1957, o maior empreendimento português no setor de obras públicas em Moçambique, do qual Cahora Bassa é uma das realizações

Em 1971 o governo português gastava nas colônias africanas 40% do orçamento nacional em materiais militares (ROBERTS, 2008, p.782). Os africanos que, por outro lado, haviam começado a guerra em uma situação de fraqueza e vulnerabilidade, foram aumentando seu campo de operações e suas vitórias, e conquistaram territórios, chamados de áreas liberadas.

Para complementar as operações nesse terreno, o Grupo Unido de Moçambique (GUMO) foi criado no âmbito do exército colonial na década de 1970, e estava a serviço do colonialismo português para neutralizar a FRELIMO. Marcello Caetano e Baltazar Rebelo de Sousa eram os pais do GUMO, segundo o texto de Samora Machel "denunciemos e

neutralizemos os fantoches"¹⁰³. O grupo estava destinado a "desmobilizar o povo moçambicano e a opinião internacional sobre a luta de libertação, fazendo crer que Portugal reconhecesse o direito dos africanos". Para Machel o GUMO foi criado quando a luta armada atingiu as zonas mais sensíveis do país.

Não é novidade afirmar que Portugal cometeu inúmeras atrocidades nesse teatro de operações. O jornal sul-africano *Rand Daily Mail*, em uma reportagem de 17 de janeiro de 1973, mostrou que os comandos portugueses cometeram atrocidades contra a população nativa, como queimar crianças e mulheres. Essas alegações foram feitas por dois padres católicos romanos que foram processados por atividades anti-governo na colônia. Padre Martins Hernandez Robles e Padre Alfonso Valvede Leon foram presos por mais de um ano, por acusações de que fizeram discursos anti-portugueses desde o púlpito. Outra acusação é de que ambos os padres recusaram a um grupo a levar uma bandeira portuguesa em uma procissão da Igreja, eles disseram: "essa bandeira representa 200 mil brancos neste país. E os outros 8 milhões?"

Dentre as atrocidades cometidas pelos portugueses é possível listar massacres em Xinavane, Mueda, Mucumbura, Wiriyamu, Chawole, Inhaminga, dentre outros. O Centro de Documentação 25 de abril em Coimbra tem um lauto acervo sobre o ocorrido em Wiriyamu, com uma centena de artigos e recortes de jornal, dos mais diversos países, que participaram na divulgação de informações preciosas sobre a conduta dos portugueses naquela região. Todas essas são fontes inéditas no Brasil (Dhada, 2016).

O fato é que, no sábado 16 de dezembro de 1972 soldados portugueses mataram 400 moçambicanos aproximadamente. Procuraram a base do seu "inimigo", mas encontram apenas aldeias. Hoje, na antiga aldeia de Wiriyamu existe um monumento com as ossadas das vítimas.

Segundo Dhada (2016), Wiriyamu fica na parte Ocidental da região central de Moçambique, e em 10 de julho de 1973, o padre Adrian Hastings, ex-missionário britânica em África, publicou um artigo no jornal *Times* acusando o governo de Lisboa de cometer esse massacre. A matéria que o *Times* publicou sobre o massacre aconteceu pouco tempo antes da visita oficial de Marcello Caetano a Londres, que defendeu Portugal, seu aliado por seiscentos anos e membro da OTAN.

¹⁰³ Centro de Documentação 25 de Abril em: caixa: FRELIMO, nome: Samora Machel "denunciemos e neutralizemos os fantoches" s/d.

Existem evidências, colocadas pelo *Le Monde Diplomatique* em 1972, que dois pilotos sul-africanos foram contratados como mercenários por Portugal e efetuaram missões secretas de guerra química contra os combatentes nacionalistas no norte de Moçambique. A operação destinou-se a destruir as culturas que alimentariam os guerrilheiros da FRELIMO, usando a substância 2,4-D, o ácido diclorofenoxiacético, que estava dentre as usadas pelos EUA no Vietnã e na segunda Grande Guerra¹⁰⁴.

Poucos anos depois, em 1974, um grupo de oficiais¹⁰⁵ derrubou o regime de Lisboa sob o slogan de “descolonização e democratização”. Esse evento, conhecido como Revolução dos Cravos, em 25 de abril, marca o fim do Estado Novo e a queda de Marcello Caetano, e o início de um regime democrático, que entrou em vigor com a nova Constituição de 1976.

No texto "Declaração do Comitê Executivo da FRELIMO sobre os acontecimentos em Portugal"¹⁰⁶ a opinião da FRELIMO sobre o 25 de abril é que a coincidência entre a crise do regime português e a luta de libertação nacional em Moçambique não foi por acaso, mas uma "prova adicional do impacto que tem a nossa luta na situação em Portugal". Havia um entendimento que o fator determinante para essa situação na metrópole era a guerra de independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, e não o contrário: as independências das colônias não foram produto do 25 de abril, este foi resultado de um longo processo de desgaste político e econômico do regime autoritário.

O comunicado queria mostrar que os portugueses engajados na guerra estavam defendendo o sistema colonial português e que a luta moçambicana contribuía na luta contra o fascismo do regime português; que não estavam lutando para tornarem-se “portugueses de pele preta”, mas para afirmar-se como "moçambicanos", de uma maneira que não iria significar "conflito para os portugueses". Ainda enfatizaram que os "guerrilheiros da FRELIMO não são soldados profissionais, mas moçambicanos em armas" e que a guerra só acabaria quando "os portugueses entenderem o direito à independência de Moçambique". A FRELIMO não iria aceitar "que a "democracia em Portugal possa servir como um disfarce para prevenir a independência de nosso povo" e que de maneira nenhuma existe algo como um "colonialismo democrático" (IDEM).

Em 1974 firmou-se em Lusaka, Zâmbia, um acordo entre a FRELIMO e o governo português instalado depois da Revolução, no qual Portugal reconhecia os direitos de

¹⁰⁴ Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação. FRELIMO. Reportagem "*Des polites sud-africaines pérant pour l'armée portugaise auraient utilisé de défoliants*". Sem data.

¹⁰⁵ O Movimento das Forças Armadas foi responsável pelo fim do Estado Novo.

¹⁰⁶ Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de Abril, sem data.

Moçambique à independência. Foi acordado que Moçambique se tornaria independente em 25 de junho de 1975 e o regime jurídico seria composto por um governo de transição. Havia acabado uma guerra, mas iria começar outra, tão importante quanto a primeira para a formação do Estado nacional moçambicano¹⁰⁷.

A conferência de Lusaka foi o clímax de três meses de negociações, que consagrou a independência e introduziu uma nova administração e ratificou o entendimento entre Samora Machel e Mário Soares sobre como o poder seria transferido. O Acordo é composto de dezenove parágrafos. No primeiro consta que o Estado português reconhece o direito à independência e declara aceitar a transferência progressiva que detém dos poderes que detém sobre o território.

Mas o 25 de abril não significou, automaticamente, o fim das hostilidades. O movimento Moçambique Livre, entre 7 e 10 de setembro de 1974, quase cinco meses depois do 25 de abril, tentou tomar o poder e desencadear uma rejeição ao acordo de Lusaka, recém assinado. No dia 08 de setembro a rádio Moçambique Livre foi ocupada por pessoas contrárias à FRELIMO e aos acordos de Lusaka. Foi uma derradeira tentativa de os colonos evitarem a independência do país que durou 92 horas de confrontos e vítimas. Para José Luis Cabaço, em entrevista à agência Lusa em 5 de setembro de 2004, esse motim foi "uma tentativa organizada e não espontânea, tanto mais que no dia 02 de setembro os principais líderes da revolta reuniram-se no Hotel Avenida para planear a operação"¹⁰⁸.

O Movimento Moçambique Livre liberou agentes da PIDE presos, ocupou os correios e o aeroporto Gago Coutinho. Houve ameaça da Associação de Portugueses de Johannesburgo de que seus membros invadiriam "a fronteira para ir em socorro". Foram acusados pelo governo de Lisboa por serem uma "minoridade de reacionários" e sua ação acaba no dia 10 de setembro, quando cerca de oito mil portugueses fogem para a África do Sul, deixando para trás a morte de centenas de pessoas.

O fim da guerra colonial, conforme exposto no Diário de Lisboa em 1974¹⁰⁹, em entrevista a Samora Machel, que afirmou "constituir o fim simbólico da guerra" quando a FRELIMO libertou todos os soldados portugueses que tinha em seu poder". A libertação de 197 homens foi realizada por Machel em Nachingwea, na Tanzânia. De acordo com a

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06> . Acesso em 27 de outubro de 2017.

¹⁰⁸ Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de abril. Agência Lusa em 5 de setembro de 2004. Entrevista a José Luís Cabaço.

¹⁰⁹ Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de abril. Diário de Lisboa em 1974. Entrevista a Samora Machel.

reportagem, os soldados receberam um "presente de despedida, constituído por um saco de plástico com artigos de higiene pessoal e cigarros". Os prisioneiros foram levados de avião para Nangade, um posto na selva moçambicana perto da fronteira. A maioria dos prisioneiros tinha sido capturada ainda em 1974, durante a ofensiva da FRELIMO no norte do país.

Nessa altura Moçambique já tinha um governo de transição, que tomou posse na manhã do dia 20 de setembro de 1974, em cerimônia efetuada no Palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques. Usaram a palavra o alto comissário almirante Victor Crespo, o primeiro ministro Joaquim Chissano e o presidente Samora Machel. Estiveram presentes diversas delegações dos países amigos de Moçambique, como Camarões, Somália, Guiné-Conacry, Tanzânia e Zâmbia. Houve presença de delegação da OUA, composta pelo secretário geral William Etekl M'Boumona, o tenente coronel Hashin Mbita, secretário executivo do Comitê de Libertação, o doutor Fernando Dias Van Dunen (Angola), e o chefe do serviço de pessoal da OUA e o major Nasibu. A ONU também estava representada pelo subsecretário-geral Tang Ming-Chao. O governo português foi representado por uma missão especial chefiada pelo major Melo Antunes, composta pelo major Canto e Castro e pelo capitão Pinto Soares. fim da guerra colonial: reportagem do dia 20-7-1974 "governo de Moçambique" do diário de Lisboa.

3.7 Observações Finais

Moçambique pode ser um jovem país com quarenta e dois anos de independência, mas seu território é palco de séculos de história. Este capítulo resumiu esses séculos em umas dezenas de páginas para expressar a complexidade da trajetória moçambicana e a necessidade de compreender esse país no curso de seus próprios acontecimentos. Essa valorização da história moçambicana é importante para entender os desdobramentos que decorrem da presença brasileira no país.

Sobre a descolonização, é necessário entender que a luta de libertação em África não se desligava do contexto mundial. Havia um fato universal que era particularizado naquela região, que se traduziu na dupla luta, contra o *apartheid* e o colonialismo português. Assim, Moçambique ajudou a destruir o sistema mais antigo de colonialismo. O processo de transição iniciado pelo acordo de Lusaka não foi pacífico: tensão e dramatismo. Lusaka foi um processo que se iniciou depois do 25 de abril.

Havia uma geopolítica da descolonização, as várias relações território e poder na perspectiva de grupos e povos que lutavam contra o domínio colonial na luta pela libertação

nacional e pela soberania. A descolonização moçambicana é um marco na história mundial porque venceram a o último império colonial. As relações com o Brasil tornam-se, portanto, independentes e ganham um contorno mais especial.

Capítulo 4 - Moçambique: Revolução e as múltiplas transições

Quer dizer, em nosso entender não é possível fazer uma luta nas nossas condições, não é possível lutar de facto pela independência de um povo, não é possível estabelecer de facto uma luta armada como a que estivemos que estabelecer na nossa terra, sem conhecermos a sério a nossa realidade e sem partirmos a sério dessa realidade para fazer a luta. A nossa realidade, como todas as outras realidades, tem aspectos positivos e aspectos negativos, tem forças e fraquezas (CABRAL, Amílcar, p.21. Unidade e Luta.)

Moçambique herdou uma situação política, econômica e social complexa com a independência em 25 de junho 1975. Novos problemas emergiram com a transformação da província ultramarina/colônia em Estado-Nação e com a consequente busca do regime da FRELIMO da unidade nacional. A FRELIMO assumiu o comando do Estado mesmo antes da independência, com o governo de transição.

A primeira constituição da República Popular de Moçambique, de 20 junho de 1975, declara no artigo terceiro que a FRELIMO "é a força dirigente do Estado e da sociedade"¹¹⁰ e que a organização "traça a orientação básica do Estado e dirige e supervisa a acção dos órgãos estatais". A constituição afirma, peremptoriamente, que a independência é fruto da vitória da FRELIMO.

Essa vitória, segundo Meneses (2007), legitimou as práticas da FRELIMO durante a guerra de libertação e a independência simbolizou a ruptura com o legado colonial. A independência, no entanto, não era um fim, mas um meio: forjou-se a ideia do "homem novo"¹¹¹, que seria liderado por um partido de vanguarda. A luta da FRELIMO continuava, era necessário eliminar os instrumentos de dominação remanescentes do colonialismo.

Para Meneses (2015) o primeiro inimigo da FRELIMO era o colonialismo português e isso estava claro desde o primeiro Congresso em 1962. Logo, o inimigo se transformou em "todas as formas de dominação e exploração que se erguem contra o projeto do Estado popular". Em Moçambique, o inimigo interno era representado pela figura do "Xiconhoca", aquele que poderia trair a revolução.

A autora tece uma crítica interessante ao processo de institucionalização da FRELIMO como um partido de vanguarda. Para a moçambicana Maria Paula Meneses (2015) a

¹¹⁰ CONSTITUIÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

¹¹¹ A investigadora Maria de Paula Meneses (2016, p.18-20) entende que a FRELIMO definiu o "homem novo" a partir da "ideia do cidadão do Moçambique independente, em oposição à figura do inimigo". A experiência que permite a construção desse conceito é a das zonas libertadas "predominantemente habitadas por populações camponesas e guerrilheiros". Assim, o homem novo era a "resposta da FRELIMO ao colonialismo" ou a necessidade de criar uma sociedade nova sem colonialismo.

FRELIMO apresenta mais continuidade do que ruptura em relação ao exercício do poder nos tempos coloniais, porque é um poder que separa e legitima parte da população em detrimento de outra. Ao comparar a "missão civilizadora" de Portugal com "nacionalismo marxista-leninista" da FRELIMO, a autora entende que um discurso que promovia segregação foi substituído por outro. Parece uma crítica dura ao ápice da revolução moçambicana, mas, de fato, as decisões tomadas pela elite da FRELIMO impactaram toda a evolução nacional do país. São mais de quarenta anos de permanência no poder.

Em linhas mais gerais, o cientista político nigeriano Claude Ake (1985a) considera uma realidade recorrente no continente africano o fato que, com o advento da independência, o Estado pode tornar-se um obstáculo ao desenvolvimento de um determinado país, porque deixa de ser um agente de transformação econômica ou social. Para o autor, o problema das independências é que os movimentos de libertação que subiram ao poder pela via da luta armada, não transformaram o Estado de maneira radical.

Nesse sentido, Ake (1985b) define o Estado como um instrumento de dominação de uma classe sobre outra e entende que esse é um "fenômeno genérico em formações socialistas ou capitalistas". A única especificidade do Estado no contexto africano para o autor é sua falta de autonomia, no sentido de que o Estado tem pouca independência em relação às "classes sociais hegemônicas" e está "imerso em lutas de classes. Nesse contexto, as possibilidades de desenvolvimento chocam-se com o aprofundamento de contradições geradas pela "reprodução do subdesenvolvimento".

Este capítulo fornece uma análise sobre o período mais recente da história moçambicana, de 1975 aos dias atuais, e percorre o processo das múltiplas transições das últimas quatro décadas do país. Essa tarefa é abordada *vis-à-vis* o estudo da política exterior moçambicana e pela relação deste país com seu entorno regional e com o mundo. Numa análise da construção da realidade sócio-política moçambicana merecem particular atenção os seguintes aspectos: a natureza da formação do Estado, sua organização política, a atividade econômica e os aspectos sociais da vida no país.

Sobre a política exterior de Moçambique, Lalbahadur & Otto (2012, p.2) apontam um elemento que tem sido constante e manifesta-se em diversos contextos históricos vividos pelo país, que são os objetivos de base doméstica como determinantes da inserção internacional de Moçambique. Desde a luta de libertação nacional e a guerra civil, ao atual regime de atração de investimentos e diversificação de parcerias externas, passando pela fase de consolidação do capitalismo nos anos 1990, a política exterior moçambicana é um instrumento de solução de

problemas internos. Outra característica fundamental nessa trajetória é o peso dos recursos externos (cooperação internacional e investimentos externos) para a sobrevivência do Estado.

Olhando o quadro mais amplo desde a independência de Moçambique, sua política externa tem diferentes características, que responderam tanto a mudanças internas como aos variados contextos internacionais. Compreender as concepções que informaram sua arquitetura, suas particularidades e a maneira como se vincula ao sistema internacional em perspectiva histórica contribui para entender o curso das relações Brasil-Moçambique.

Nesse sentido, é possível distinguir três momentos na política exterior de Moçambique desde 1975. A primeira fase, de 1975 até a morte de Samora Machel em 1986, marca o início de uma inserção independente nas relações internacionais, com uma agenda socialista de transformação da realidade interna e internacional. A segunda fase advém da fundação de uma política liberal, marcada pela resolução do conflito interno com ajuda da comunidade internacional e o início da liberalização econômica, no período 1987-1994. A terceira fase, de 1994 aos dias atuais, inicia-se com a democratização do país, que resulta em mudanças importantes para sua política exterior, e é balizada por um regime de atração de investimentos externos.

Por conseguinte, a história da política exterior de Moçambique é tratada como aspecto central da história de Moçambique, a qual é considerada cenário fundamental para entender o país em questão.

4.1 Pós-independência

A Frente de Libertação de Moçambique adotou no pós-independência o planejamento central como instrumento de desenvolvimento, centralizado no Estado intervencionista, com uma economia coletivizada, baseada no controle centralizado do câmbio, na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento e na suposição que os excedentes de um setor seriam alocados em outros setores (DINERMAN, 2006, p.48).

Pouco antes da independência, em 29 de dezembro de 1973, o jornal "Expresso"¹¹² lançou uma reportagem sobre a "Estratégia de Desenvolvimento de Moçambique" em um

¹¹² Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: FRELIMO e mudanças políticas. Reportagem "Estratégia de Desenvolvimento em Moçambique" em 29 de dezembro de 1973.

momento em que desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico¹¹³. No primeiro recenseamento nacional, em 1970 consta que haviam 8.234 milhões de habitantes.

As matérias primas produzidas mais importantes eram algodão, caju e sementes oleaginosas. No setor agrícola de subsistência empregavam-se três quartos do total da população ativa. O setor secundário, de indústrias de transformação, empregava 2% da população. Antes da revolução, a província apresentava forte dependência ao exterior, traduzida na necessidade de importar todos os bens de equipamento e uma parte dos bens de consumo para satisfação de necessidades básicas (alimentos e vestuário), o que implicava uma balança comercial negativa com a metrópole. A situação geográfica como zona-tampão de alguns países da África Austral conferiu a Moçambique o privilégio de ser o acesso ao mar e o escoadouro da produção dos vizinhos mediterrâneos.

Diante desse quadro, a opção da FRELIMO foi desenvolver o cenário econômico, político e social de Moçambique, especialmente dos trabalhadores rurais. A criação da burocracia nacional trazia mudanças inesperadas em muitas áreas: líderes tradicionais foram forçados a abrir lugar a secretários e dirigentes políticos, articulou-se uma transformação da agricultura de subsistência para a agricultura coletiva, entretanto com pouco sucesso (WEINSTEIN, 2002, p.144).

É forçoso observar o fato que o primeiro governo promoveu a transformação da sociedade colonial em sociedade nacional, independente, a partir da construção da unidade nacional manifestada na expressão “do Rovuma ao Maputo” e uma agenda socialista de mudanças políticas e econômicas. As classes existentes em Moçambique eram os trabalhadores, os camponeses e a elite do partido. Essa nova situação exigia a presença da FRELIMO por todo o país: nas fábricas, nas cooperativas, no campo, no aparelho militar e no Estado.

Nota-se que no momento da independência, havia uma dívida externa¹¹⁴ de US\$ 800 milhões (GLICKMAN, 1988, p. 3). Segundo Tarp *et al* (2002.p.25) o orçamento do Estado

¹¹³ A distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico é importante para este trabalho. O desenvolvimento pode ser entendido como um processo de transformação econômica, política e social, através do qual há o crescimento do padrão de vida da população de um determinado território. O desenvolvimento é um processo de transformação global de uma sociedade, mas o aspecto econômico torna-se preponderante. Crescimento econômico não envolve essa transformação da sociedade, mas o aumento dos níveis de industrialização e o do PIB.

¹¹⁴ Em Moçambique, a dívida externa é definida pela lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), de 12 de fevereiro de 2002, como: “aquela que é contraída pelo Estado com outros Estados, organismos internacionais, ou outras entidades de direito público ou privado, com residência ou domicílio fora do país, e cujo pagamento é exigível fora do território nacional”. As condições nas quais o governo está autorizado a contrair empréstimo externo são uma taxa de juros máxima de 3% ao ano e um período de amortização de, no mínimo, 21 anos (MOÇAMBIQUE, 2006, p.21).

deteriorou- se em função dos altos gastos com essa dívida. A dívida foi acumulada desde os anos 1970 e começo dos 1980, acentuando-se durante a guerra civil.

A FRELIMO estabeleceu uma liderança do tipo unipartidária, aproximou-se ideologicamente do mundo socialista, da URSS e da China, mas logrou atrair sistematicamente ajuda externa de outros países fora da esfera socialista. Para Macqueen (1984, p.22), o pragmatismo se manifesta no sentido de que, a despeito da opção pelo regime socialista, houve uma aproximação econômica e política do governo de Maputo com países capitalistas como Suécia, Dinamarca, Noruega, em função da possibilidade de captar recursos. Isso permitiu que Moçambique estivesse em contato com atores além da esfera soviética, como o *Comonwealth*¹¹⁵ e a Comunidade Econômica Europeia e estabelecesse relações diplomáticas com Portugal.

Imediatamente após a independência, uma série de périplos foram realizados por autoridades moçambicanas a fim de inserir o recém independente país nas relações internacionais. Em 1975 uma comitiva chefiada pelo vice-presidente da FRELIMO, Marcelino dos Santos, visitou Suécia, Finlândia, Dinamarca, Noruega e os Países Baixos para obter cooperação internacional (GLICKMAN, 1988, p. 24).

De acordo com Hendersen (1987, p.276), no período 1975 e 1986, a política externa foi influenciada pelo processo revolucionário e a constituição de 25 de junho de 1975 estabelecia os princípios que conduziriam a ação externa do país. O capítulo VI, referente à política externa, dos artigos 62 a 65, determina os objetivos da política externa moçambicana em termos de: defender a independência nacional; realizar o “dever internacionalista”, conceito que manifesta solidariedade com outros povos para eliminar o colonialismo e o imperialismo em nível global; e criar um bloco econômico regional forte (MOÇAMBIQUE, 1975).

O Terceiro congresso da FRELIMO, em fevereiro de 1977, é considerado um marco para a nova fase revolucionária do país. A natureza de vanguarda da FRELIMO é enunciada para "destruir o capitalismo" e "construir o socialismo". No âmbito deste congresso, um conjunto de instituições começou a ganhar forma, como a Assembleia Popular, a Organização da Mulher Moçambicana, a Organização da Juventude Moçambicana, a institucionalização das aldeias comunais, cooperativas agrícolas, dentre outras.

¹¹⁵ Associação intergovernamental de 53 Estados independentes, cujas raízes estão no Império Britânico e formalmente constituída pela Declaração de Londres de 1949. Moçambique tornou-se membro em 1995. Disponível em <http://thecommonwealth.org/>. Acessado em 19 de novembro de 2015.

Para Saul (1985) a FRELIMO criou uma distinção central entre a vanguarda da revolução e as massas; e essa dialética entre liderança e ação de massas fundamentou o processo revolucionário. Foram criadas uma variedade de estruturas para consolidar a "Democracia Popular", como os Conselhos de Produção instalados em fábricas. No Terceiro Congresso, o movimento transformou-se em partido político e assumiu-se marxista-leninista. Aqui é necessário considerar que, apesar da opção da FRELIMO, Moçambique não era um país marxista-leninista, mas socialista. Com a independência, há uma necessidade do movimento "traduzir-se" ao mundo e a escolha ideológica do partido não reflete o regime político adotado no país. Moçambique era muito complexo e heterogêneo para adotar o marxismo-leninismo¹¹⁶ e é mais representativo daquela realidade falar em socialismo.

O partido passa a se preocupar com as questões políticas, ideológicas e culturais dos seus membros no sentido de "levantar a consciência revolucionária das massas" (SAUL, 1985, p.17). Inovações institucionais fizeram diferença na vida política moçambicana, mas havia grandes dificuldades para a construção do socialismo, como ineficiência, subdesenvolvimento e pobreza.

Nesse sentido, segundo Cabrita (2000, p.31), a FRELIMO ocupou os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Samora Machel era o líder do partido, o chefe do Estado e do governo, o chefe da Justiça, o presidente do parlamento, chamado de Assembleia Popular, que reunia 210 membros apontados pela FRELIMO. Em 1979 a FRELIMO anunciou a pena de morte e reintroduziu a prática colonial do castigo corporal. Poucos anos antes, em 1975 o governo de Moçambique havia abolido as câmaras de direito privado, criando um vácuo no sistema judicial moçambicano. Para o autor, a "justiça popular" era aplicada arbitrariamente pelos órgãos do partido e agências governamentais.

Há, portanto, um processo de remodelação e reorganização da sociedade moçambicana a partir da independência enquanto a FRELIMO erradicava todas as formas de oposição política¹¹⁷. A população foi agrupada em grupos de "organização democrática", controlados

¹¹⁶ Neste ponto, agradeço as conversas que tive em Coimbra com a Professora Maria Paula Meneses, quem me chamou a atenção para esse fato. É possível encontrar na literatura sobre a história moçambicana, principalmente em inglês, a ideia de que Moçambique tornou-se um país marxista-leninista. Mas investigadora moçambicana problematiza essa concepção porque a FRELIMO tinha uma necessidade de traduzir-se ao mundo marcada pela divisão bipolar do poder mundial.

¹¹⁷ A título de exemplo, o Partido Revolucionário de Moçambique (PRM) foi criado em 1976 no Malauí, por Amos Sumáne. Dissidente da FRELIMO, reuniu moçambicanos que estavam dispostos a desafiar militarmente o governo. Para Cabrita (2000) a luta do PRM era contra o "comunismo" e o "tribalismo" que a FRELIMO havia introduzido no país. Supostamente houve um ataque do PRM em 8 de agosto de 1978 na província da Zambézia. Em fevereiro de 1981, o Tribunal Militar Revolucionário julgou 32 membros do PRM, com quatro pessoas sentenciadas a pena de morte.

pelo governo, que recebiam recursos dos Estados para as mais diversas associações, de juventude, das mulheres, dos jornalistas, dos estudantes e assim sucessivamente. Foram estabelecidas "células" do partido nos lugares de trabalho e nas residências. Cada família tinha que estar registrada no Comitê Local. Mesmo a disseminação de filmes era tarefa da FRELIMO que, por meio do Departamento de Informação e Propaganda, chefiada por Jorge Rebelo, criou uma rede de distribuição nacional de filmes.

Quatro meses depois da independência, a FRELIMO instituiu o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP). Dentre os poderes que detinha, incluía o direito a conduzir buscas e deter pessoas sem um mandato (CABRITA, 2000). Havia a opção de encaminhar os detidos e as detidas a campos de re-educação e alguns desses campos estavam sob jurisdição do SNASP. O órgão tinha capacidade para confiscar a propriedade dos opositores do regime e respondia diretamente ao chefe de Estado.

Em termos de política exterior, até 1969 o governo da FRELIMO, liderado por Eduardo Mondlane, mantinha canais de comunicação e cooperação com países do Leste e do Oeste, ainda que ideologicamente não fizesse parte do Ocidente. Para Cabrita (2000) a FRELIMO, sob Mondlane, chegou a condenar a invasão da Checoslováquia pela URSS em 1968. No entanto, com a liderança de Samora Machel e Marcelino dos Santos a FRELIMO adotou uma maior identidade com o bloco socialista. E isso ficou ainda mais visível na fase pós-independência, na qual o governo considerava o bloco socialista como seu "aliado natural" e a ideia de que Moçambique integrava a "zona liberada da humanidade".

Convém assinalar a importância que o governo moçambicano conferiu aos movimentos e libertação da África do Sul e do Zimbábue, do *African National Congress* (ANC) e do *Zimbabwe African National Union* (ZANU). Moçambique também apoiou os oponentes do regime do presidente do Malawi, Kamuzu Banda. Dentre os métodos empregados constam pressões políticas, econômicas e militares.

Em 1977, o país assinou o tratado de Amizade e Cooperação com a URSS, instrumento que até então, somente a República Democrática Somali e a República Popular da Angola na África, em 1974 e 1976 respectivamente, tinham firmado com a superpotência. Conforme mencionado, o bloco comunista era considerado um "aliado natural" em função do regime político e ideológico (HENDERSEN, 1987, p.287).

Durante este período a URSS seria a superpotência mais envolvida em Maputo. Outros países que colaboraram com Moçambique foram Japão, Irlanda e Iugoslávia, que colaboraram durante o período revolucionário do Estado moçambicano. A primeira embaixada aberta pelo

regime da FRELIMO foi em Dar-es-Salam, na Tanzânia; o segundo posto foi a criação da delegação nas Nações Unidas em Nova York; e o terceiro posto foi a embaixada em Lisboa (GLICKMAN, 1988, p.23).

Segundo Mcqueen (1984, p.27) as relações com os EUA¹¹⁸ nesse momento não eram importantes como seriam posteriormente. No entanto, na administração Reagan¹¹⁹ havia preocupação com a “internacionalização” do conflito na África Austral, particularmente com o envolvimento de forças cubanas em Angola e em Moçambique, ainda que no segundo caso eram mais civis que militares, atuando em áreas como educação, agricultura e medicina. deixar para o fim desta seção.

Em 1976, Tanzânia, Zâmbia, Lesotho, Moçambique, Botswana e Angola formaram a aliança dos Estados da Linha de Frente, organização cujo objetivo era pressionar política e diplomaticamente o regime racista da África do Sul e o regime de Ian Smith na Rodésia. Esses países representavam a realidade da luta armada na região da África Austral (SCHNEIDMAN, 1978, p.64).

As conexões da FRELIMO com os problemas e as questões regionais é um aspecto permanente da vida nacional moçambicana. Em 1966 a FRELIMO foi reconhecida pela Organização da União Africana como a única organização representante do povo Moçambicano, e era membro do Comitê de Libertação da OUA. Nessa esteira de apoio às descolonizações em África, conforme Saul (2011, p.94), Moçambique acolheu em 1977 o escritório regional do *Zimbabwe Patriotic Front*¹²⁰, aliança entre o ZAPU¹²¹ e o ZANU¹²², reconhecida também como única representante do Zimbábue pelos Estados da Linha de Frente; o SWAPO¹²³, em luta na Namíbia, país apoiado por Machel no âmbito das negociações com a África do Sul.

Particularmente, as relações com a Tanzânia foram muito importantes para Moçambique, a exemplo que o país abrigou o Instituto Moçambicano em Dar-es-Salam. Em

¹¹⁸ Somente na gestão do Presidente Bush, nos anos 1990, Washington retirou Moçambique da lista de Estados marxistas

¹¹⁹ Cabe lembrar que Samora Machel foi recebido por Margaret Thatcher em 1983 e esteve com Ronald Reagan em 1983 (SIMPSON, 1993, p327).

¹²⁰ Coalizão de dois partidos comunistas que lutaram contra o governo de minoria branca de Ian Smith na Rodésia, cuja capital era Salisbury, considerado um Estado sucessor da antiga Rodésia do Sul, uma ex-colônia britânica.

¹²¹ *Zimbabwe African People's Union*, organização política fundada em 1961 que travou a luta de libertação.

¹²² *Zimbabwe African National Union*, formado em 1963, organização cujas atividades eram planejadas no exílio e ganhou as eleições de 1980 na liderança de Robert Mugabe.

¹²³ *South West Africa People's Organization*, partido político que lutou a libertação nacional, está no poder desde a independência da Namíbia em 1990.

1975, ambos estabeleceram uma comissão de cooperação e chegaram ao nível de compartilhar o uso de instalações de aviação civil e telecomunicações (HENDERSEN, 1987, p.286).

Em relação à Portugal, em março de 1981, Joaquim Chissano, Ministro das Relações Exteriores, visitou-o no sentido de procurar manter relações com a ex-metrópole. A visita foi retribuída por António Ramalho Eanes em novembro, e o Primeiro Ministro Pinto Balsemão visitou o país em junho de 1982 (MACQUEEN, 1984, p.24). Os acordos que se firmaram cobriram questões de defesa, como o treinamento de instrutores militares moçambicanos em Portugal.

Em função das deficiências de recursos humanos capacitados, estima-se que nos anos 1980 houvesse mais de vinte mil estrangeiros trabalhando nos diversos setores e em posições sêniores. A agricultura foi apoiada pela Bulgária, e a Alemanha Socialista contribuiu nas funções do planejamento central e o chefe da força aérea era norte vietnamita. Havia, naquele momento, grandes desafios em relação à formação técnica e universitária da população (ARNDT *et al*, 2013, p.9).

4.2 Desestabilização e guerra civil

O regime político adotado pela FRELIMO gerou conflito com outro projeto de poder na África Austral e a guerra civil iniciou-se com a criação da Resistência Nacional de Moçambique¹²⁴ (RENAMO), fundada na Rodésia, entre ano 1976 e 1977. Segundo Tavuyanago (2010) existem duas versões sobre as origens da RENAMO. A primeira argumenta que a RENAMO é criação da Rodésia e surgiu como um movimento de contra-insurgência fundada pela *Rodhesian Central Intelligence Organisation* (CIO) em 1976. Nesse sentido, a existência da RENAMO deve ser compreendida dentro do quadro mais amplo de desestabilização na África Austral, de maneira a enfatizar os aspectos externos de sua criação.

A outra abordagem atribuí a emergência da RENAMO aos problemas internos do governo e a introdução de políticas sensíveis às populações rurais, maioria no país. A orientação ideológica do governo e a marginalização das autoridades tradicionais deram um senso de antagonismo entre a FRELIMO e parte da população. A RENAMO soube usar a impopularidade do governo em certas áreas do país e o grupo tornou-se procurado por pessoas penalizadas pelo regime da FRELIMO.

¹²⁴ A Resistência Nacional Moçambicana teve outros acrônimos, como RNM de 1977 ou RENAMO, cunhada em 1983 ambos para designar Resistência Nacional Moçambicana.

Há um fator central para a compreensão da guerra civil que, segundo Meneses (2015, .p1) "continua a marcar a construção do imaginário nacional". Esse imaginário tornou-se um projeto ideológico que legitimava o regime escolhido pela FRELIMO. Foi esse projeto ideológico que antagonizou a organização com parte da população. Para a autora, a presença de um "inimigo interno" está presente na elaboração dos projetos políticos no período em questão.

Havia uma diferença fundamental na percepção do conflito que deu início à guerra civil para ambas as partes. Na perspectiva de Samora Machel, e da FRELIMO, o conflito era uma "guerra de desestabilização". Para a RENAMO havia uma "guerra pela democracia". E essa tensão entre FRELIMO e RENAMO nunca foi pacífica.

De acordo com Tavuyanago (2010) os objetivos da RENAMO foram declarados em um manifesto de 1981. Os membros da RENAMO queriam formar um "governo de unidade nacional", realizar eleições democráticas e promover uma economia de mercado. O movimento era anti-socialista e o autor crítica a falta de um programa e de engajamento político da RENAMO na realidade social de Moçambique. Assim, a RENAMO teria falhado em justificar ideologicamente sua guerra.

Cabe lembrar que em 1965 a Rodésia declarou unilateralmente sua independência do Reino Unido. O governo de Ian Smith enfrentou resistência da *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e seu braço armado, o *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA), a qual encontrou apoio no governo independente de Maputo.

Segundo Cabrita (2000), o militar português destacado em Moçambique Orlando Cristina queria utilizar as ondas de rádio da Rodésia para fazer uma campanha mais efetiva contra a FRELIMO. De acordo com o autor, dois meses após o programa entrar no ar, Cristina teve sucesso em aprovar um orçamento para o pagamento de um transmissor independente. O nome do serviço de rádio passou a ser "Voz da África Livre" e suas transmissões começaram em 5 de julho de 1976 com um programa de sessenta minutos. Assim, começou a fazer campanha pelo estabelecimento de uma ordem democrática em Moçambique com eleições multipartidárias.

É seguro afirmar que a oposição à FRELIMO surgiu em função das políticas domésticas que foram adotadas e criticou-se o controle do governo do judiciário e do legislativo e os vínculos de Moçambique com a URSS. Poucos meses depois, a campanha via rádio evoluiu para um movimento armado capaz de tornar-se uma ameaça ao governo moçambicano.

Segundo Hall (1990), após uma série de incursões de menor escala em Moçambique, formou-se um grupo inicial de vinte e oito pessoas que chegou na primeira base da RENAMO em Odzi, na Rodésia, e receberam treinamento das forças especiais daquele país. Outros moçambicanos começaram a chegar à Rodésia para unir-se ao movimento contra a FRELIMO, como Afonso Dhlakama, atual líder da RENAMO, que chega na Rodésia em julho de 1977 e em pouco tempo torna-se o líder da organização.

Para a RENAMO os argumentos das causas da guerra civil eram as políticas da FRELIMO de cunho socialista, principalmente as aldeias comunais, os campos de reeducação, a socialização da agricultura, a nacionalização de empresas, a destruição das autoridades tradicionais, as execuções de pessoas que estavam contra.

Nesse sentido, a RENAMO era um "artefato militar estabelecido pela Rodésia" uma espécie de braço armado do poder do *apartheid* que tentava manter o status colonial naquela região do continente africano. Contudo, segundo Hall (1990, p.39) o grupo não desenvolveu uma identidade política *vis-à-vis* sua força militar. Tampouco havia uma base regional claramente identificável e praticava-se o recrutamento forçado, com "notória brutalidade" perante a população civil. Foi responsável por paralisar o Estado moçambicano e mostrou organização militar.

De acordo com Domingues (2011) a RENAMO operou primeiro em áreas familiares, como as fronteiras entre a Rodésia e Moçambique, sobretudo na província de Manica. Em 1981 havia uma base de redes "semi-permanentes" para montar ataques à pequenas vilas e avançou-se em direção à fronteira com o Malauí, mais ao norte. Posteriormente a organização avançou para o interior do país. Durante o conflito, a FRELIMO manteve as grandes cidades, mas a RENAMO conseguiu avançar em direção ao Sul. As operações da RENAMO chegaram na província de Maputo.

Em 1981, de acordo com Hall (1990) as atividades da Renamo haviam alcançado a parte norte do rio Limpopo, apenas duzentos quilômetros perto de Maputo. Sua estratégia seria isolar o governo e ocupar a área rural. Durante conflito, a Renamo empregou as seguintes estratégias militares: sequestro, pilhagem e saques, mutilação da população civil, uso de crianças-soldados, recrutamento forçado, e também voluntário, porque ganharam apoio na região norte da província de Sofala, na Gorongosa.

Em 1985, a hierarquia militar da RENAMO era a seguinte: o presidente e comandante em chefe era Afonso Dhlakama; em seguida, os generais; os comandantes militares; os comandantes regionais e os comandantes setoriais; finalmente os batalhões e as companhias,

compostas por 100 ou 150 homens e suas bases. A coordenação militar estava centralizada em uma base na região de Gorongosa.

Com o fim do apoio da Rodésia e a independência do Zimbábue, segundo Tavuyanago (2010), o primeiro-ministro sul-africano Pieter Willem Botha, no cargo entre 1978-1984 e depois, como presidente, entre 1984-1989, entendia que o apoio do governo de Moçambique ao ANC como uma estratégia de subversão da ordem política daquela região. Sabemos que a colaboração entre o regime de Maputo e o ANC envolvia o uso do território moçambicano como ponto para infiltrar guerrilhas na África do Sul. Conforme Cabrita (2000) armas eram enviadas diretamente da URSS para o ANC em Moçambique.

Nos anos 1980, em que a população moçambicana era de 15 milhões de habitantes, aproximadamente um milhão pereceu no conflito e cinco milhões ficaram deslocados internamente. Paradoxalmente, Ronald Reagan viu o *apartheid* na África do Sul como um bastião contra o comunismo em toda a região da África Austral e na década seguinte, o fim da guerra civil não significou o fim do declínio econômico desse país (HANLON, 1996).

Cabe referir que, de maneira geral, a guerra civil moçambicana pode ser dividida em quatro fases, conforme a proposta de Domingues (2001, p.4). O primeiro período, entre 1977-1980, em que a Renamo estava controlada pela Rodésia e quando se realizam as primeiras incursões e ataques ao território moçambicano, concentrados na parte central do país, e representa momento de expansão do conflito. O segundo período entre 1980-1986 no qual, com a independência do Zimbábue, a RENAMO perde o apoio daquele país, de maneira que o governo de Pretória assume o papel de suporte do grupo para desestabilizar Moçambique. Há um aumento do conflito para o norte do país como resultado do apoio externo e do aumento da capacidade de conduzir ataques no terreno.

O terceiro período, de 1986-1990, é caracterizado pelo alto nível de violência entre as partes, especialmente na região sul, mas também por um declínio nos confrontos e por uma mudança institucional importante, a constituição de 1990. O apoio da África do Sul torna-se menor e o quarto período, entre 1990 e 1992, é caracterizado pelas negociações por um acordo de paz, concretizado em 4 de outubro de 1992.

Um dos episódios que mostram a brutalidade da RENAMO ocorreu em 18 de julho de 1987 na vila de Homoine, na província de Inhambane. O massacre de 386 pessoas, a maioria pacientes de um hospital, centenas de sequestrados e mais de três mil deslocados revela a severa violência contra populações civis. Dois anos depois, em 1989, o governo propôs à

RENAMO um diálogo com três objetivos: o fim da violência, o estabelecimento da paz e a normalização da vida no país.

Até a metade da década de 1980, 46% do orçamento do Estado era destinado a questões de defesa. Para Mittleman (1991, p.90), resolver a questão do conflito armado era uma peça chave para a revitalização econômica do país, por isso negociou-se o Acordo de Nkomati¹²⁵ com a África do Sul 1984, mas o *apartheid* continuou a apoiar a RENAMO.

Depois do Quarto Congresso da FRELIMO em 1983, o governo lançou nesse mesmo ano a Operação Produção, responsável por transferir dezenas de milhares de pessoas das grandes cidades para as zonas rurais de baixa densidade demográfica, principalmente para a província do Niassa. Armando Guebuza era o ministro do interior e estava encarregado da operação, implementada em duas fases. A primeira era voluntária e a segunda obrigatória.

Em janeiro de 1984, o governo avaliou as perdas na guerra civil desde 1975 em US\$ 556 milhões pela guerra da Rodésia; em US\$ 3,4 bilhões pela redução da África do Sul no uso dos portos e no recrutamento de mineradores; e em US\$ 333 milhões pelas agressões da RENAMO (MITTLEMAN, 1991, p.95). Nesse período, um milhão de pessoas morreram e mais de um milhão de refugiados estavam vivendo em acampamentos no Zimbábue, no Malaui e na África do Sul (ALDEN & SIMPSON, 1993, p.117).

4.3 As múltiplas transições: os acordos de paz e as eleições

De acordo com António Matonse (1992), o processo de reconciliação nacional começou ainda em tempos de guerra civil. A Constituição de 1990 estabeleceu um sistema multipartidário, a independência do judiciário, um calendário de eleições presidenciais e parlamentares e princípios de economia de mercado. Como resultado, surgiram aproximadamente dez novos partidos que lutam para conquistar reconhecimento nacional e os juizes começaram a se distanciar do executivo.

As conversas diretas entre as partes beligerantes começaram em 1990 em Roma, depois de uma mediação feita pelo presidente do Zimbábue, Robert Mugabe e pelo presidente do Quênia, Daniel Arap Moi. O Primeiro Congresso da RENAMO foi realizado entre 5 e 9 de

¹²⁵ Pacto de não-agressão firmado em 16 de março de 1984, entre o governo da República Popular de Moçambique e a República da África do Sul do *apartheid*, assinados por Samora Machel e P.W Botha. O objetivo era cessar o apoio da África do Sul à RENAMO e de Moçambique ao ANC. Disponível em: <http://www.peaceau.org/uploads/mozambique-sa-the-nkomati-talks-1984.pdf> . Acessado em 15 de agosto de 2014.

junho de 1989 para criar um Conselho Nacional com representação em todas as províncias de Moçambique e transformou-se em partido político com o Acordo Geral de Paz de 1992.

Um desdobramento crítico dessa reconciliação é, para Igreja (2013), a "essencialização" da memória da guerra de libertação, no sentido de que, aquilo que era politicamente problemático na história foi excluído do regime oficial de memória e de celebrações. Essa essencialização deu lugar a reclamações por parte de grupos que foram excluídos.

O dia 07 de setembro é feriado em Moçambique e comemoram-se os acordos de Lusaka de 1974. Todos os anos há uma cerimônia com o depósito de oferenda floral na praça dos heróis, onde estão sepultados os restos mortais de Machel, Mondlane e outros. A RENAMO criticou esse ritual por entender que estão inumados apenas os militantes da FRELIMO. Em 1996 foi a primeira vez que o secretário geral da RENAMO atendeu o evento.

O estudo das memórias da guerra em Moçambique é importante para a compreensão das distintas maneiras em que a sociedade e o Estado se recordam da violência. Em contexto de grandes mudanças políticas, a exemplo de Moçambique, a "memória social é um lugar central de contestação política" ao ponto que políticos usam "memórias como armas" para ganhos partidários (Igreja, 2008). Temos que nos lembrar que os dois partidos, RENAMO e FRELIMO, são herdeiros da luta armada, que por sua vez é central para entender o projeto nacional em Moçambique.

Cabe referir que o fim da guerra civil representa a emergência do pluralismo democrático e de novos conflitos sociais que resultaram da conjunção entre as memórias da violência e os projetos de modernização. Como notou Igreja (2013), a data de criação da FRELIMO (25 de junho de 1962) corresponde a data da independência nacional (25 de junho de 1975) e a data de fundação da FRELIMO como um partido político (3 de fevereiro de 1977) coincide com o Dia dos Heróis Nacionais (3 de fevereiro), estabelecida para comemorar a vida de Eduardo Mondlane, assassinado em 3 de fevereiro de 1969.

Assim, a paz chega em Moçambique com um acordo geral de cessar fogo, com promessas de segurança e estabilidade política anunciando, entretanto, desafios de enormes proporções: em primeiro lugar, a reintegração de milhares de ex-combatentes da RENAMO, tanto na sociedade civil como no exército nacional. Paralelamente, coordenar a chegada de mais de um milhão de refugiados em outros países e mais de dois milhões de deslocados internamente e reconstruir a infraestrutura social do país. A reorganização da economia e os efeitos dos ajustes estruturais se somam a estas questões.

Em síntese, o final dos anos 1980 e o início da década de 1990 caracterizou-se pelo restabelecimento da vida econômica e foi necessário criar novas alianças políticas e buscar novos parceiros, tanto no nível bilateral como multilateral. Numa perspectiva sistêmica, a URSS encontrava-se em fase de fragmentação e relutante em ampliar seus programas de cooperação e deixou de ser uma opção para Moçambique, que buscou apoio nos países ocidentais. No Quinto Congresso da FRELIMO em 1989, abandonaram-se as referências ao marxismo-leninismo e aprovou-se a formulação da nova Constituição de 1990, cuja maior novidade seria a emergência do sistema multipartidário e o sufrágio universal.

O período abordado nesta seção representa um momento de inflexão na história moçambicana, repleto de transições: pós-conflito, em direção ao mercado, democrática, rumo ao desenvolvimento, capitalista, liberal, dentre outras. Nessa altura, os recursos externos tornaram-se ainda mais necessários para a sobrevivência do país. As instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) aproveitaram a situação de crise para que Moçambique se tornasse pró-mercado a fim de receber recursos externos de um grande grupo de países dispostos a contribuir pela via da cooperação internacional.

No início dos anos 1990, o contexto social era de uma crise generalizada por todo o país, onde sete milhões de moçambicanos enfrentaram uma grave fome (ARNDT *et al*, 2013, p.8), a dependência aos recursos externos e doadores¹²⁶ internacionais iria produzir uma série de mudanças que influenciaram a dimensão ideológica e política das decisões sobre os rumos de Moçambique.

Nesse contexto de crise de alimentos, de falta de poupança externa, de falta de energia elétrica na maioria do território, de baixa produção industrial, de alta inflação e taxa de câmbio, de expansão de mercados paralelos e de altos gastos em equipamentos militares, o país atingiu uma dívida externa de US\$ 2.4 bilhões em 1984 (ARNDT *et al*, 2013, p.11).

Essas mudanças correspondem a uma transformação na orientação política da FRELIMO, construída a partir da entrada do país no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional em 1984 e em 1986, respectivamente. Convém assinalar que foi um dos primeiros países a implementar os Programas de Ajustes Estruturais¹²⁷, os quais significaram a injeção de recursos no país (WEINSTEIN, 2002, p.9).

¹²⁶ Entende-se por doadores um grupo não-homogêneo de Estados, organismos internacionais e outras instituições internacionais que disponibilizam recursos em nome do desenvolvimento de Moçambique. Uma parte desse grupo, os países Ocidentais, especialmente os membros da OCDE, investiram em democracia multipartidária, na “boa governança” e na descentralização do poder do Estado em Moçambique (NIÑO & LE BILLON, 2014, p.83).

¹²⁷ São modelos de desenvolvimento promovidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, de intervenção na economia do país receptor, a fim de: restaurar a balança nacional e internacional de contas,

No âmbito do Banco Mundial, o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) afastou Moçambique da economia planificada e orientou-o às forças do mercado entre 1985 e 1987. Posteriormente, entre 1987 e a década de 1990, o PRE foi implementado para corrigir os impactos sociais negativos do ajuste econômico (ABRAHAMSSON, 1995, p.299), e colocou o país na rota da menor participação do Estado na provisão de serviços sociais e do aumento dos preços de produtos básicos.

De acordo com Glickman (1988, p.22), somente em 1987 o país recebeu entre US\$230-280 milhões em ajuda externa, sendo que nesse período os EUA e a Itália eram os maiores doadores. Nesse mesmo ano houve um acordo com o Clube de Paris e o Clube de Londres, que aliviaram US\$ 800 milhões de dólares a dívida.

Para Hanlon (2006), com os ajustes estruturais, o Metical se estabilizou e a produção industrial aumentou. Mas em 1991 o FMI pediu cortes nos gastos governamentais e nos salários dos servidores civis. O salário mínimo caiu de US\$ 40 ao mês em 1991, para US\$ 15 em 1995. O governo eleito aumentou o salário para US\$ 20 mensais.

O economista Paul Collier (2003, p.20-21) condenou a política do FMI e do BM em contextos de pós-guerras civis ao argumentar que a liberalização de Moçambique era contra produtiva. Dentre algumas observações do autor, destacam-se as seguintes:

1. A ênfase na estabilidade macroeconômica em detrimento da estabilidade social é equivocada. A criação de confiança para investimentos passa pela estabilidade social e por aumento dos gastos em saúde e educação.
2. A curto prazo, a confiança no mercado é errada, na medida em que os investimentos devem ir às áreas mais pobres, que são precisamente as áreas de menos interesse para o livre mercado.

A liberalização das importações e exportações do país começou em 1987. Segundo o FMI (2001, p.16), Moçambique apresentava um regime de comércio “relativamente liberal (...) tanto comparado com seus vizinhos, como em termos absolutos”. A liberalização do comércio tomou forma a partir de processos multifacetados de ordem doméstica, regional e

desvalorizar a moeda, liberalizar preços, privatizar empresas estatais, reduzir barreiras, eliminar subsídios e limitar gastos e empregos no setor público, especialmente as políticas sociais. No caso de Moçambique houve um fracasso desses modelos na medida em que não houve diversificação da economia, concentrou-se a riqueza e gerou-se dependência do país aos recursos externos.

multilateral. O objetivo inicial do PRE era priorizar a restauração do balanço macroeconômico nacional e criar condições para que as importações aumentassem, tanto de bens de consumo como de equipamentos industriais. A dificuldade neste caso era que as exportações aumentassem mais que as importações.

O Fundo Monetário Internacional exigia a transformação da economia socialista para uma economia capitalista, com as mudanças correspondentes nas relações de mercado e de propriedade, cenário em que determinados grupos foram mais atingidos do que outros, a exemplo dos trabalhadores rurais. Para Bowen (1992, p.255) as reformas do FMI afetaram toda a sociedade moçambicana, desde os camponeses, as fazendas e as fábricas, aos “poderes” e “privilégios” do governo e do Estado.

Para Abrahamsson (1995, p.305) os principais problemas das relações com o FMI e o BM foram a avaliação muito otimista de que as exportações aumentariam mais que as importações, gerando crescimento econômico, e a premissa de que o emergente setor privado e a sociedade civil poderiam assumir as atividades realizadas pelo Estado.

Conforme Bowen (1992, p.256), poucas dessas reformas econômicas foram realizadas a partir de um debate interno. Para Marshall (1990, p.30), houve um sucesso limitado das políticas liberais no país, medido somente em função do aumento do PIB¹²⁸. Entretanto, do ponto de vista micro, do indivíduo, houve um deterioramento da qualidade de vida, uma espécie de custo social do crescimento econômico em um país subdesenvolvido.

Em termos de impactos do ajuste estrutural sobre a política exterior é possível argumentar que, em função das condições em que este foi formulado e definido, diminuíram as opções da FRELIMO na busca da autodeterminação e as instituições internacionais assumiram o controle de parte do desenvolvimento do país, especialmente o conteúdo e a orientação das políticas públicas¹²⁹.

Para David (1993, p. 407), o fim da Guerra Fria significou o fim dos recursos da URSS e reduziu também os fluxos com outros parceiros bilaterais e, na ausência de um confronto leste-oeste, havia menos opções para barganhar os termos e as condicionalidades da ajuda oferecida. Em Moçambique, a Guerra Fria dava sinais do seu fim antes da queda do muro de Berlim.

¹²⁸ Entre 1985-1989, o PIB moçambicano cresceu a uma média de 6% ao ano, e era composto, em sua maioria, por agricultura (entre 54,8% e 37,3%, em 1985 e 1990, respectivamente, por uma pequena indústria, de algodão, castanha de caju e açúcar, que variou entre 15,8% e 22,9%, em 1985 e 1990, respectivamente, e por serviços, principalmente relacionados ao uso dos caminhos de ferros e dos portos no Oceano Índico, entre 29,4% e 39,8% entre 1985 e 1990, respectivamente (ARDENT, 1999, p.11).

¹²⁹ O papel dos atores externos na promoção do desenvolvimento moçambicano é, no entanto, uma questão empírica que merece ser analisada caso a caso.

Em 1990 formulou-se a segunda constituição¹³⁰ do país à luz das transformações do regime político e econômico¹³¹, dentro da qual o papel do Estado seria mais regulador do que intervencionista. Essa constituição é um marco na história de Moçambique pois permitiu a construção de um acordo entre a FRELIMO e a RENAMO, de maneira que ambas tornaram-se partidos políticos que iriam fortalecer a paz e o processo democrático.

Outro fato fundamental dessa década é o estabelecimento dos Acordos de Paz¹³², que instituiu os princípios de convivência entre as partes beligerantes, dos quais destacam-se o cessar-fogo, o não agir contra os protocolos e a criação de uma comissão, composta pelo governo, pela Renamo e outros observadores, para supervisionar todo o processo. O acordo estabelece a natureza dos partidos políticos, da lei eleitoral, das liberdades fundamentais, do regresso dos refugiados, das questões militares e a reintegração de combatentes e outros assuntos sensíveis para ambos os lados do conflito.

Um dos fatores que contribuíram para lançar as bases dos acordos de paz foram mudanças na orientação política do governo, do regime marxista da FRELIMO, para uma concepção capitalista da economia. A paz foi formalmente alcançada em 1992, a partir da mediação da comunidade do Santo Egídio, uma organização católica (WEINSTEIN, 2002, p.14).

No momento em que se firmaram os acordos de paz havia 105 mil soldados, convocados para formar um novo exército de 30 mil soldados com quantidade igual de cada parte. Para Hanlon (2006) apenas 12 mil decidiram entrar no exército, muitos deles oficiais. Logo, a desmobilização de 93 mil soldados foi realizada por meio do pagamento de um salário de dois anos; os primeiros seis meses pagos pelo governo e os outros dezoito meses pagos por doadores via um fundo das Nações Unidas. .

Nesse mesmo ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 782¹³³, que autorizou o Secretário Geral Boutros Boutros-Ghali a apontar um representante especial para Moçambique, no caso, o diplomata italiano Aldo Ajello, com vinte e cinco observadores militares no processo. No mesmo ano, a Resolução 797¹³⁴ aprova o estabelecimento da Missão das Nações Unidas em Moçambique – ONUMOZ, cujo amplo

¹³⁰ Disponível em: http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_%28as%20amended%29_pt.pdf . Acesso em 27 de outubro de 2017.

¹³¹ As mudanças econômicas promovidas pela onda liberal da década de 1980 no país foi pano de fundo para transformações políticas posteriores, como a renomeação da Assembleia Popular em Assembleia da República, na qual alguns membros não eram partidários da FRELIMO (MITTLEMAN, 1990, p.93).

¹³² Disponível em: <http://www.macua.org/blog/AGP.pdf> . Acesso em 27 de agosto de 2017.

¹³³ Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/782> . Acesso em 15 de julho de 2016.

¹³⁴ Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/797> . Acesso em 15 de julho de 2016.

mandato foi estabelecido para supervisionar o processo de transição. Toda a operação estaria em acordo com o cronograma estabelecido pelas partes em Roma, e foi inicialmente estimado que custaria US\$ 260 milhões até as primeiras eleições em 1994 (ALDEN, 1995, p. 6; UN, 1992, p.3).

Em seguida o Conselho de Segurança criou a ONUMOZ como órgão central para a coleta e a distribuição de fundos internacionais para o país. A ONU participou no financiamento e na desmobilização dos soldados de ambos os lados e na criação de um exército nacional com integrantes da Renamo e da FRELIMO (WEINSTEIN, 2002, p.16). O principal objetivo da ONUMOZ era garantir o cessar-fogo e a integridade das redes de transporte, seguidos pela desmobilização¹³⁵ dos soldados, e reintegrá-los em um novo exército nacional¹³⁶.

No ano de 1994 realizou-se a primeira eleição multipartidária para presidente, que inaugura o regime democrático estendendo-se às subseqüentes eleições realizadas em 1999, 2004 e 2009 e 2014, em que pese a vitória da FRELIMO em todas as presidenciais. Em seguida, procurou-se avançar em questões de descentralização do poder e fortalecimento da democracia com as primeiras eleições locais realizadas nos municípios em 1998.

A Lei de Bases das Autarquias¹³⁷ n.º. 2/97, conhecida como Marco Jurídico para a Implantação de Autarquias Locais, dá início à descentralização municipal. Para Igreja (2013), a descentralização é um processo de transferência de autoridade, recursos e regras do governo central para entidades locais.

Na esteira desses avanços institucionais, de acordo com Carlos Oya (2012, p.403), Moçambique é citado, por seus principais doadores (FMI, o Banco Mundial, os Estados Unidos e países da Europa Central e Escandinávia), como um caso de êxito no contexto de sua reconstrução pós-conflito. A emergência de Moçambique como um caso de sucesso é produto de desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais no âmbito da virada liberal, que se inicia em 1986 e é uma das maneiras pelas quais o país se inseriu no cenário global do mundo pós-Guerra Fria.

¹³⁵ Segundo Vines (1998, p.191) a Missão das Nações Unidas falhou em não distinguir desarmamento de desmobilização. Por desarmamento, entende-se a entrega de armas de fogo às autoridades e desmobilização significava que as duas partes beligerantes, a FRELIMO e a RENAMO, iriam transformar-se em partidos políticos e os combatentes seriam reintegrados na vida civil. Havia também a possibilidade de os ex-combatentes virem a constituir as Forças Armadas do país.

¹³⁶ Ver mais em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onumoz.htm> . Acesso em 20 de julho de 2016.

¹³⁷ Disponível em <http://www.ilhademocambique.co.mz/sites/default/files/anexos/leibasesautarquias.pdf> . Acesso em 20 de julho de 2016.

Há um vínculo muito grande entre Moçambique e seus doadores: o país precisa de recursos e os doadores precisam de um "caso de sucesso". Esse "sucesso" é medido em termos de crescimento do PIB, na realização da agenda neoliberal em Moçambique, fundamentada no Consenso de Washington, no livre mercado e pela construção de escolas e estradas e outras obras públicas. Nas palavras do FMI (2007 p.4) "*Mozambique is a success story in sub-Saharan Africa, benefiting from sustained large foreign aid inflows, strong and broad-based growth and deep poverty reduction*".

Esses limitados "sucessos" do país, para a comunidade de doadores, são traduzidos em termos sociais (DINERMAN, 2006, p.156,) como o aumento da educação primária em crianças, programas de alfabetização, imunização e saúde infantil.

O aumento do PIB moçambicano apresenta algumas generalidades, uma vez que o crescimento econômico é concentrado em alguns poucos setores, tais quais: mineração, gás natural e transporte. O ano de 1987 marca o início de um crescimento robusto e a ilusão de que o ajuste estrutural era uma solução necessária para o país (LUIZ *et al*, 2013, p.680). Ademais, esse incremento no PIB sugere a reversão da tendência de queda do PIB nos últimos anos do PRE.

Da experiência de crescimento econômico elevado certamente emergiu uma preocupação sobre a qualidade do PIB moçambicano. É sabido que o país experimentou um dos crescimentos econômicos mais altos que não foram financiados por petróleo na África Subsaariana (NIÑO & LE BILLON, 2014 p.93).

Um aspecto que chama a atenção é que Moçambique tornou-se um país com alto crescimento econômico e aberto ao investimento externo direto, mas ineficiente em reduzir pobreza. Há um quadro de vulnerabilidades econômicas estruturais, produtos da história do país, associado à decisões governamentais e influências externas, que criou uma aliança entre o capital nacional e o capital internacional que contribuiu para a manutenção das desigualdades.

Nesse sentido, conforme Castel-Branco (2014, p.26), a economia política moçambicana assenta-se em três processos interconectados: (a) o aprimoramento dos fluxos de capital internacional, (b) o desenvolvimento de conexões entre esse capital e o processo de acumulação doméstica para formação de uma elite capitalista, e (c) a reprodução de um sistema de trabalho no qual renumera-se a classe trabalhadora abaixo do custo de vida das famílias

Para Simpson (1993, p.310) o capitalismo em Moçambique nos anos 1990 era, portanto, fraco e dependente e servia, basicamente, a economia sul-africana com trabalho, rotas de transporte, mercado e matérias primas. Mas, apesar dessa sujeição econômica, a economia moçambicana expandiu-se como um todo.

O modelo de crescimento econômico adotado pelo país é compreendido por Castel-Branco (2014) como uma economia extrativa¹³⁸. Em suma a década de 1990 foi marcada pela ênfase nas discussões políticas influenciadas por doadores externos. Em relação ao Estado, o fim da guerra civil marca a consolidação do poder da FRELIMO e as dificuldades enfrentadas no pós-independência permaneceram, já que em 1997 somente 40% da população tinha acesso aos serviços básicos de saúde, educação e saneamento (NIÑO & LE BILLON, 2014, p.89).

Outro fenômeno central para compreender a construção do Estado moçambicano é a emergência do pluralismo legal que, segundo Maria Paula Meneses (2007), decorre da presença de "múltiplas tradições jurídicas" e que, por consequência da construção de uma identidade nacional, houve um processo de eliminação ou de tentativa de "tornar invisível a diversidade das formas de regulação social". O pluralismo legal pode ser compreendido como "um sistema legal que reconhece diferentes ordens legais em uma unidade política".

A tendência inicial da FRELIMO era contra o pluralismo. Mas, com a emergência do multipartidarismo houve uma renovação do debate político sobre o assunto e a Constituição de 2004 declarou, em seu quarto artigo reconhecer "os vários sistemas normativos e de resolução de conflitos que coexistem na sociedade moçambicana" (MOÇAMBIQUE, 2004).

Boaventura de Sousa Santos (2006, p.44) qualifica o Estado em Moçambique como "heterogêneo" para mostrar "a porosidade das fronteiras entre diferentes ordens legais" nesse país. O "Estado heterogêneo" é uma formação política caracterizada pela coexistência de distintos tipos de lógicas regulatórias em diferentes setores da ação do Estado. O autor reconhece a heterogeneidade pela ação do Estado, que se verifica na "*already shaky unity of state law*". O resultado é existência de diferentes "tipos de legalidade".

¹³⁸ Um modelo de crescimento econômico baseado na penetração de capital para formação de classe capitalista moçambicana é entendido como um subproduto do investimento ao invés de ser um fim em si mesmo. O resultado desse modelo é um crescimento econômico que depende e confia no capital financeiro e nas multinacionais, cujo interesse em Moçambique são recursos naturais como terra, água, minerais e energia. Essas estruturas criam padrões de acumulação e favorecem a reprodução desse processo de acumulação de capital. Para Castel-Branco, "a imagem de que Moçambique é rico em recursos naturais deriva do fato de que o acesso privilegiado a estes recursos e a oportunidade de privatizá-los com o capital multinacional tornou-se o modo específico de acumulação de capital" (CASTEL-BRANCO, 2014, p.43).

Para o sociólogo de Coimbra, a cultura legal oficial de Moçambique é moderna e herdeira do direito europeu e explica a influência anglo-saxônica pela proximidade econômica do país com a vizinha África do Sul e pelas condicionalidades dos ajustes estruturais. Da mesma maneira, o pluralismo legal é a coexistência de formas de legalidade, numa linha que vai do Tribunal Supremo de Moçambique, aos Tribunais Provinciais e aos Tribunais Distritais, ao lado dos Tribunais Comunitários, Autoridades Legais e outras associações, principalmente as religiosas.

4.4 Temas contemporâneos

Nos anos 1990 as privatizações foram um componente fundamental das discussões políticas e econômicas, que repercutiram na política exterior do país, no sentido de torná-la um instrumento para atrair investimentos. Segundo Tarp *et al* (2002, p.44), em 1999, 1.200 firmas tinham sido privatizadas, 87 das quais categorizadas como grandes empresas.

As observações sobre a agenda nacional de reformas políticas e econômicas põe em evidência a adoção de políticas liberais e o peso dos investimentos estrangeiros para o governo nacional. Os mega-projetos se inserem nesse debate e mostram o caráter extrativo da economia moçambicana (CASTEL-BRANCO, 2014, p.32). Esses mega-projetos desempenham a função de elevar o crescimento econômico do país, relacionando-se intimamente com o complexo mineral-energético e com projetos de infraestrutura, vistos pelo Estado, nas últimas duas décadas, como possíveis soluções para os problemas de desenvolvimento do país (CASTEL-BRANCO, 2002, p. 2). Caracterizam-se por algumas questões comuns, (i) como o acesso ao capital estrangeiro; (ii) acesso a força de trabalho qualificada e (iii) criam competição econômica com outras empresas.

O caso da Mozal¹³⁹, uma fábrica de alumínio, ilustra bem essa questão. O investimento inicial foi quase 40% do PIB do país, mas apenas 1.500 empregos foram criados, sendo um terço deles ocupados por estrangeiros. A fábrica gasta mais energia que o país inteiro consome e goza de incentivos governamentais como redução de impostos e descontos na eletricidade. Há também o direito de repatriar os lucros ao estrangeiro. (HANLON & CUNGUARA, 2012, p. 633).

¹³⁹ A Mozambique Alluminium (Mozal) ilustra os problemas entre projetos extrativos de capital intensivo e sua desconexão com a economia e sociedade de maneira mais ampla. A fábrica, em 2009, respondeu por 40% do PIB e empregava 1910 pessoas no mesmo ano Niño & Le Billion (2014, p.87).

Nesse caso particular, o economista moçambicano Castel-Branco (2004), estima que em 2004 o país ganhava US\$ 45 milhões por ano, sendo US\$ 14 milhões em compras internas, US\$ 17 milhões em salários, US\$ 4 milhões em programas sociais e US\$ 10 milhões em impostos. Esse é o maior mega-projeto do país, que custou US\$ 2 bilhões.

Assim, os grandes investimentos concentraram-se no setor de minas e energia e tem contribuído pouco para a economia nacional. São intensivos em capital e geram poucos empregos. Em 2003, um oleoduto de 845 km foi construído entre Inhambane e a África do Sul, com o custo de US\$ 1,5 bilhões, empregou 200 moçambicanos.

A dívida externa atual do país é de US\$ 6 bilhões e cresce a uma taxa de 9% ao ano. Duas características dessas dívidas são importantes: (i) cresce mais alta que o PIB e a (ii) composição dos credores está mudando, e países como China, Índia e Brasil tornaram-se relevantes (CASTEL-BRANCO *et al*, 2015, p.18). Durante este período, o fim do *apartheid* na África do Sul, representou, no âmbito da economia, o fim das sanções contra o capital sul-africano e sua posterior internacionalização. Em Moçambique, isso repercutiu de maneira que o país tornou-se um recipiendário de IED sul-africano.

Moçambique quer ser uma das locomotivas do crescimento econômico no continente africano. O crescimento do PIB tem sido de 7% ao ano, na última década, mas a maioria é de ajuda externa ou investimentos nos mega-projetos. Para Castel-Branco (2004) os poucos vínculos dos mega-projetos com os outros setores da economia não ajudam a resolver o problema do desemprego.

De acordo com o *African Economic Outlook* (2015, p.3), em 2014 o PIB cresceu 7.6%. Os principais componentes desse crescimento são o IED¹⁴⁰ e as despesas públicas. Os principais setores que beneficiados são a mineração, os transportes e as telecomunicações. No entanto, o crescimento do PIB caiu para 4.3% em 2016, devido ao arrocho fiscal e a crise da "dívida escondida", abordada a seguir.

Para Hanlon & Cunguara (2013, p.624), apesar do rápido crescimento econômico e dos fluxos de recursos internacionais, a pobreza aumentou junto com a desnutrição infantil e a

¹⁴⁰ De acordo com o *African Economic Outlook* de 2017 (2017, p.48) um dos resultados da crise financeira de 2008 foi o aumento dos fluxos financeiros para o continente africano de 22% entre 2010 e 2014. Essa tendência é um reflexo de transformações recentes, como as altas taxas de crescimento, aumento da classe média e "estabilidade política e macroeconômica". Os países que mais receberam IED em África são: Egito, Marrocos, Angola, Gana, Moçambique, Etiópia, África do Sul, Nigéria, Tanzânia e Quênia, que receberam em conjunto 92% dos investimentos externos do continente. O problema é que esses fluxos de IED estão conectados com as indústrias extrativas, como no caso de Moçambique, que recebeu US\$ 3.4 bilhões em 2016, concentrados nas áreas de transporte, carvão, gás e imobiliários.

distância entre os ricos e os pobres. Moçambique tem o pior IDH dos vizinhos (UNDP, 2014, p.159), e é um dos países que mais recebe ajuda internacional na África Subsaariana.

Em 2016 a sociedade moçambicana veio a descobrir que o governo teria contraído dívidas não-declaradas com três empresas (Proindicus, EMATUM e MAM - *Mozambique Asset Management*) que, com garantias do Estado e sem o reconhecimento do parlamento, ocultaram uma dívida avaliada pelo *African Economic Outlook* (2017) em US\$ 1.4 bilhões. Moçambique tornou-se nesse ano o país mais endividado em África. O processo resolução desse problema enfrenta resistência interna, particularmente em questões de governança e *accountability*.

O Comunicado de Imprensa nº11 da Procuradoria Geral da República¹⁴¹ informa que a instituição instaurou uma auditoria internacional independente para analisar os contratos relacionados com os empréstimos, os processos de aquisição de bens e a avaliação da possibilidade de "gestão danosa ou actividade ilícita" das três empresas. Foram identificados "conflitos de interesse," mas permanecem as lacunas de como cerca US\$ 2 bilhões foram gastados.

Há, no entanto, na sociedade moçambicana, o reconhecimento da necessidade de fazer mais do que o modelo de desenvolvimento adotado no país neste último período. O ex-editor chefe do jornal Notícias, do Governo de Moçambique, Rodrigo Sitoé, escreveu uma coluna na qual critica o receituário do FMI e do Banco Mundial, e a falta de adequação dessas políticas a realidade do país, como sérias causas da pobreza no país¹⁴².

Nesse sentido, deve-se reconhecer que Moçambique é um país que apresentou poucas mudanças nos níveis de pobreza (Arndt *et al*, 2010, p. 468). A combinação de crescimento populacional e econômico, junto com a estagnação da agricultura, pode aumentar ainda mais a pobreza do país. Nesse cenário, é preciso indagar quem está se beneficiando com o crescimento econômico das últimas décadas.

O setor da agricultura emprega 80% da população do país, mas mantém-se com baixa produtividade, é caracterizado pela agricultura de subsistência e carece de investimentos. O setor de manufaturas emprega 2,8% da população e é dominado pela indústria de alumínio, que corresponde a um quarto das exportações do país (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK,

¹⁴¹ Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/zirbblcm86pq5i8/Comunicado%20da%20PGR.pdf?dl=0> . Acesso em 1 de julho de 2017.

¹⁴²Notícias, “O Custo Social de Bons Cumpridores”. 15/02/2008. Disponível em <http://manueldearaujo.blogspot.com.br/2008/02/conjecturas-o-custo-social-de-bons.html> . Acessado em 06/10/2015.

2015, p.4). O setor extrativo foi o que mais cresceu em 2014, a uma taxa de 22%, impulsionado pelas exportações de carvão.

Moçambique estruturou seu desenvolvimento em um programa governamental recentemente aprovado, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, para o período 2015-2035. O plano enfatiza a industrialização do país e as áreas prioritárias, como o crescimento do capital humano, a pesquisa e desenvolvimento e outras áreas sensíveis à economia (MOÇAMBIQUE, 2014, p.15).

Em 2001 a República de Moçambique lançou o primeiro "Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005", conhecido como PARPA¹⁴³, que contém as metas governamentais. O sociólogo moçambicano Elísio Macamo (2006) pergunta se o Parlamento e a sociedade civil rejeitarem o PARPA, como o governo iria agir? O autor entende que o grupo de doadores em Moçambique está interessado em um partido forte que cumpra as metas.

Para Macamo (2006, p.17) o PARPA é um "lugar de conflito", porque "cada parceiro tem seu interesse próprio". O governo, para o autor, torna-se financeiramente dependente dos doadores. Dentre as conclusões sobre o PARPA, critica-o pela criação de um "aparelho paralelo" à estrutura política moçambicana, que está estruturalmente organizado a favor do partido que está no governo.

De acordo com Heloise Weber (2006, p. 187) o PARPA pode ser entendido como a formação de uma estratégia abrangente e neoliberal que surge ainda nos anos 1980 em Moçambique. É uma tentativa de consolidar em termos legais, ideológicos e sociais um projeto unificado de desenvolvimento para o país. Esse processo envolve planejamento financeiro a médio e longo prazo, a redefinição de metas do governo.

Existem três versões do PARPA que cobrem os anos 2001-2014. A tabela 4.1 a seguir sintetiza os três documentos e ilustra os principais temas e objetivos que regem cada documento.

Tabela 4 - Versões do PARPA.

Instrumento	Objetivos	Prioridades
PARPA I (2001-2005)	Reduzir os níveis de pobreza absoluta de 70% em 1997 para menos de 60% em 2005.	Educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, infraestrutura, gestão

¹⁴³ Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/moz_parpa.pdf . Acesso em 27 de outubro de 2017.

		macroeconômica e financeira.
PARPA II (2006-2009)	Diminuir a pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009.	A mudança do PARPA II em relação ao PARPA I tem a ver com sua apresentação por meio de três pilares da atuação do governo: governabilidade, capital humano e desenvolvimento econômico.
PARPA III (2010-2014)	Abaixar a pobreza de 54.7% em 2010 para 42% em 2014.	Aumento da produtividade agrária e pesqueira, emprego, desenvolvimento humano, governabilidade e macroeconomia.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos três documentos mencionados.

Nesse sentido, várias críticas podem ser tecidas ao PARPA, seja pelas contradições ou por insuficiências. O PARPA está fundamentado na premissa que o governo deve concentrar seus esforços na promoção do crescimento econômico. A lógica é que esse crescimento traria desenvolvimento e redução de pobreza. O problema que daí decorre é que o documento se transformou no principal instrumento de intervenção no país e, ao mesmo tempo, é parte constitutiva dos requisitos para obter financiamento internacional.

De acordo com o relatório *The Global Enabling Trade Report* (2014, p.230), do *World Economic Forum*, as exportações moçambicanas são afetadas por dificuldades em alcançar padrões de quantidade/qualidade de compradores, e são caracterizadas pelo baixo uso de tecnologias de produção e altos custos e atrasos causados pelas condições domésticas de transportes. As principais barreiras para importar são as tarifas, a corrupção nas fronteiras e o elevado custo dos procedimentos de importação.

Um dos fatores condicionantes da agenda da política exterior moçambicana atual são as questões de ordem regional. Nesse sentido, a África Austral é uma região cuja dinâmica foi construída por meio de relações bilaterais e pela organização regional, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC¹⁴⁴ (*Southern African Development Community*).

¹⁴⁴ Organização regional criada em 1992 a partir da antiga *Southern African Development Coordination Conference*, que foi institucionalizada com base nos Estados da Linha de Frente. Foi estabelecida no ano de 1980. Países Membros: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Disponível em: www.sadc.int. Acessado em 18/07/2015.

Cabe mencionar a SADC é a única organização no âmbito sub-regional à qual pertence Moçambique.

Em 2004 surge uma terceira constituição¹⁴⁵ que, sem realizar uma ruptura com o regime anterior, foi uma tentativa de fortalecer a governança das instituições e o Estado de Direito. Atualmente, a “boa governança” das instituições soma-se às demandas do capital internacional das grandes empresas, outra dimensão importante da política de atração de investimentos. Permanece uma tensão nos interesses da FRELIMO, enquanto partido e Estado, se continuam a serviço do desenvolvimento interno ou se faz parte com demandas particulares da elite moçambicana.

É mister mencionar, no que diz respeito às relações internacionais e política exterior do país, os artigos 14 e 15 da Constituição de 2004, da “resistência secular” e “libertação nacional, defesa da soberania e da democracia”, respectivamente, e o Capítulo II, de “Política Externa e Direito Internacional”, os artigos 17-22, que estabelecem os princípios da política exterior moçambicana, alicerçada sobre o direito internacional, a solidariedade internacional com povos em situação de dominação estrangeira, a cooperação como laço de amizade, a política voltada para a paz, dentre outros.

O artigo 162 estabelece a “competência no domínio das relações internacionais”, em que o Presidente, enquanto figura central na condução inserção do país, junto com o Conselho de Ministros (artigo 203), especialmente o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), é responsável por formular e implementar a política exterior. O MINEC foi criado em dezembro de 1994, a partir dos extintos Ministério dos Negócios Estrangeiros, estabelecido em julho de 1975 e o Ministério da Cooperação, de abril de 1986.

A política externa cumpriu um papel muito importante em dois aspectos da economia política do país: (i) a atração de investimento externo direto e (ii) o emprego desses recursos estrangeiros para fortalecer a elite, em um contexto social no qual os trabalhadores recebem uma baixa remuneração (CASTEL-BRANCO, 2014, p.29). O alto crescimento, para o referido autor, não transformou indicadores macroeconômicos como consumo e investimentos em aumento do nível de vida.

Do ponto de vista das relações bilaterais, Moçambique mantém vínculos com uma série de países globalmente distribuídos. Recentemente, tem se aproximado de países como Coreia do Sul, China e com os países membros do Banco Islâmico de Desenvolvimento, e nesta esteira, também com o Brasil.

¹⁴⁵ Disponível em: http://cjcplp.org/wp-content/uploads/2015/09/constituicao_rep_mocambique.pdf . Acesso em 27 de outubro de 2017.

Outro tema é a cooperação com os Estados Unidos, por meio do *African Growth and Opportunity Act*, acordo assinado no ano 2000, o qual promove cooperação internacional e desenvolvimento econômico a partir do viés da abertura das economias e do livre mercado. Em 2013, os Estados Unidos exportaram US\$ 306.39 milhões e importaram US\$ 76,07 milhões de Moçambique (UNITED STATES, 2013, p.2).

Apesar da orientação econômica da política exterior, o país participou com 0,02% das exportações mundiais. Os principais destinos são os Países Baixos, seguidos de África do Sul, Estados Unidos, Índia e Portugal. As principais fontes de importação são: África do Sul, seguida de China, Singapura, Emirados Árabes Unidos e Portugal (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2015, p.7).

O Governo de Moçambique mantém um estreito vínculo com países europeus por meio dos “Parceiros de Apoio Programático”¹⁴⁶ que cooperam no sentido de reduzir a pobreza no país. O país é uma espécie de laboratório de cooperação internacional, no sentido de ser um terreno aberto à implementação de novas práticas de cooperação, desde os programas de ajustes estruturais como o apoio direto ao orçamento do Estado, no caso deste grupo.

Esse grupo de doadores, que ficou conhecido como G-19, introduziu um sistema coletivo para gerir o "apoio direto ao orçamento", destinado ao Estado moçambicano por países da OCDE e agências internacionais. Esse tipo de abordagem transfere o dinheiro dos doadores direto ao governo, que tem a opção de escolher, dentro de todo um marco jurídico previamente acordado, em qual setor alocar os recursos.

Para Hanlon e Smart (2008) existem três tendências negativas do apoio ao orçamento, porque os governos estrangeiros colocam-se no centro das tomadas de decisões e há um aumento da influência desses doadores sobre o executivo; cria-se mais fragmentação política, porque os assuntos são classificados em vinte e nove grupos de trabalho e os custos administrativos, de disponibilizar a burocracia necessária para realizar os trabalhos.

Observando mais detidamente o processo político moçambicano encontramos, desde as primeiras eleições aos dias atuais, recorrentes conflitos internos e violência estatal. Em 2000 episódios culminaram na morte de sete manifestantes, quando a polícia disparou contra manifestantes e simpatizantes da RENAMO, que tinham o objetivo de contestar o governo de Chissano e sua legitimidade de vencedor das eleições gerais. Os renamistas gritavam contra a

¹⁴⁶ Grupo de doadores presentes em Moçambique composto por países e instituições: Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal Suécia, Suíça, Reino Unido, União Europeia e outros membros associados, Bélgica, Espanha, Estados Unidos da América, Holanda e as Nações Unidas (MOÇAMBIQUE, 2015, REVISAO ANUAL, p.3).

FRELIMO, chamavam o presidente de "ladrão de voto" ao presidente Chissano e exigiam a recontagem dos votos das últimas eleições gerais, realizadas um ano antes. As mortes aconteceram nas cidades de Nampula, Chimoio e Pemba. O partido de Dhlakama anunciou que " a revolta prosseguirá nos próximos dias até que a FRELIMO aceite as nossas pretensões", que naquela altura já eram entendidas como uma partilha de poder ou novas eleições¹⁴⁷.

Um dos grupos que participaram nesses protestos foram os regressados da República Democrática Alemã, que acusam o governo de lhes ter roubado as pensões de sobrevivência atribuídas enquanto trabalhadores dispensados desse país da Europa. Segundo a reportagem, apesar destes incidentes "nada leva a prever o regresso de um conflito armado em Moçambique". Não há predisposição das populações para mais violência, mas 140 ficaram feridos.

Mais tarde, em 16 de novembro, mais de 40 pessoas morreram em violentas manifestações em Moçambique, num dia em que ficou conhecido como "quinta-feira sangrenta". A responsabilidade pela violência foi atribuída à RENAMO e FRELIMO. De visita a Bruxelas para receber um *Honoris Causa*, Joaquim Chissano afirmou que a situação era grave. Para o presidente, a RENAMO mantinha um "exército silencioso" pronto para lutar pela partilha do poder. Para Dhlakama a FRELIMO havia respondido a uma manifestação pacífica com violência policial¹⁴⁸.

Esses foram os atos de violência coletiva mais forte vividos pelo país desde que a guerra acabou em 1992 e revelam as muitas feridas por cicatrizar na sociedade moçambicana. Para a liga de Direitos Humanos os manifestantes "foram severamente torturados e chamboqueados a mando de dirigentes máximos do comando da PRM" e nos primeiros dias de detenção "foram impedidos de receber comida e material de higiene" (IDEM).

A RENAMO também foi responsabilizada pelo que aconteceu em outras zonas. Por exemplo, em Montepuez, onde se registraram 18 mortos, a reportagem e outras fontes atribuíram à Renamo a responsabilidade da tragédia. Nesse mesmo ano, de avultadas dificuldades, o assassinato do jornalista Carlos Cardoso¹⁴⁹, um grande marco na luta contra corrupção em Moçambique.

¹⁴⁷ Centro de Documentação 25 de Abril. Reportagem do jornal Público "Sete manifestantes mortos em Moçambique" em 10 de novembro de 2000.

¹⁴⁸ Centro de Documentação 25 de Abril. Reportagem do jornal Público "Moçambique acusado de violação de direitos humanos" em 13 de dezembro de 2000.

¹⁴⁹ Em 22 de novembro de 2000 o automóvel do jornalista Carlos Cardoso e editor do jornal "OMetical" foi bloqueado por dois veículos na capital moçambicana e foi morto com 10 balas de metralhadora. A noite, Rafael

Depois desse episódio, o governo moçambicano iniciou uma campanha para julgar os mais de 100 militares da RENAMO que foram detidos, acusados de terem responsabilidade nos confrontos, incluindo quatro influentes deputados. O reverendo Denis Segulane, líder do Conselho Cristão de Moçambique, sugeriu a criação de uma comissão de inquérito independente para examinar os trágicos acontecimentos. Sheik Aminudin Muhamad, presidente do Conselho de Alimos, um importante órgão da comunidade muçulmana pediu a paz no país e que a população "não subscreva propósitos belicistas dos beligerantes".

Sobre os aspectos mais contemporâneos da vida política moçambicana, cabe mencionar que nas eleições de 2014, as últimas eleições levadas a cabo no país, a FRELIMO ganhou as presidenciais, 144 assentos na Assembleia Nacional, enquanto que a Renamo aumentou os assentos de 51 para 89, e o Movimento Democrático de Moçambique, terceiro partido mais importante do país, aumentou de oito para dezessete o número de representantes¹⁵⁰.

Recentemente, no mesmo ano, houve uma escalada de confrontações violentas entre a oposição armada, a Renamo e as forças do governo, que resultou em vítimas tanto civis como militares. Dentre as principais questões que levaram ao conflito estão a aparelhagem das instituições do Estado pelo partido FRELIMO, a exclusão política e econômica e a centralização das atividades políticas. Em maio de 2015, tensões entre os dois partidos geraram confrontos armados entre a RENAMO e a FRELIMO, com a incidência de refugiados, quando mais de 775 moçambicanos entraram no Malawi, a partir da província de Tete, na cidade fronteiriça de Mwanza¹⁵¹.

Houve supostos atentados do governo contra a RENAMO, como a ofensiva que ocorreu contra Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, na zona da cidade do Chimoio, quando foi atacado por “homens não identificados”¹⁵². Nesse sentido, o governo e a FRELIMO foram

custodio, o jornalista da televisão que chegou ao local do assassinato, foi atacado por desconhecidos e espancado até a morte.

¹⁵⁰DEUTSCHE WELLE. “FRELIMO e Filipe Nyusi Gaham Eleições Gerais em Moçambique, anuncia CNE”. 30/10/2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/FRELIMO-e-filipe-nyusi-ganham-elei%C3%A7%C3%B5es-gerais-em-mo%C3%A7ambique-anuncia-cne/a-18030642>. Acessado em 13/08/2015.

¹⁵¹VOZ DA AMÉRICA. “Refugiados Moçambicanos no Malawi com Futuro Incerto”. 19/10/2015 Disponível em <http://www.voaportugues.com/content/refugiados-mocambicanos-no-malawi-com-futuro-incerto/3013845.html> . Acessado em 19/10/2015.

¹⁵² O PAÍS. “Quatro Feridos em Emboscada à Caravana de Afonso Dhlakama”. 14/07/2015. Disponível em <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/37737-quatro-feridos-em-emboscada-a-caravana-de-afonso-dhlakama.html> . Acessado em 14/07/2015.

acusadas de perseguir a RENAMO, utilizando o aparelho policial para impedir que o líder da RENAMO falasse às populações¹⁵³.

Nesse contexto, havia uma proposta da RENAMO em dividir o país, mas assinou-se um diálogo político para negociar o cessar-fogo, o desarmamento da RENAMO e a integração de rebeldes armados nas forças de segurança nacional e uma redução de influência da FRELIMO no Estado. No final de 2015, a situação é parcialmente estável, sem conflitos diretos entre ambos os partidos, na medida em que o diálogo político perdeu lugar a um vácuo entre os dois maiores partidos do país¹⁵⁴. Em 2016, o líder Afonso Dhlakama asseverou a disponibilidade do presidente da África do Sul, Jacob Zuma e da Igreja Católica mediarem o diálogo com o governo.¹⁵⁵

Uma pergunta que pode ser atual é até que ponto há uma (renovada) predisposição da RENAMO para o conflito em Moçambique? Por algum tempo as ameaças da RENAMO eram vistas apenas como ameaças. Vigorava a ideia de que o partido estava militarmente desativado.

No entanto, as revoltas fornecem dados interessantes, já que a RENAMO demonstra uma capacidade mobilizadora em nível nacional. A ideia que, de fato, a Renamo teve iniciativa em provocar violência, por meio de antigos guerrilheiros, mostra que Dhlakama pode ter um "exército silencioso" pronto para oposição à FRELIMO. Será, portanto, que as ameaças da RENAMO têm de ser enquadradas do ponto de vista militar?

Neste ponto, o acesso a recursos é o grande problema da reconciliação, a Renamo, como partido político, precisa de recursos econômicos e de espaço político, que a FRELIMO nunca conseguiu. E a violência sempre floresce em contextos de extrema pobreza e assimetrias regionais, com desvantagens para as zonas de influência da RENAMO. conclusão de tensões recentes.

Em relação à sociedade moçambicana, ainda em 2015, a maioria da população (55%) vive abaixo da linha da pobreza. De acordo com o relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2014, o país está em 178º posição

¹⁵³ÁFRICA 21 DIGITAL. "Líder da Renamo Acusa Governo Moçambicano de Impedir Comícios". 10/09/2015. Disponível em <http://www.africa21digital.com/politica/ver/20044924-lider-da-renamo-acusa-governo-mocambicano-de-impedir-comicios>. Acessado em 10/09/2015.

¹⁵⁴VOZ DA AMÉRICA. "Filipe Nyusi Determina Fim do Desarmamento". 20/11/2015. Disponível em <http://www.voportugues.com/content/filipe-nyusi-determina-fim-do-desarmamento/3066574.html>. Acessado em 20/11/2015.

¹⁵⁵O PAÍS. "Afonso Dhlakama Revela Vontade de Jacob Zuma na Mediação". 12/01/2016 Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/39114-afonso-dhlakama-revela-vontade-de-jacob-zuma-na-mediacao.html>. Acessado em 12/01/2016.

na lista de 187 países. O Índice de Desenvolvimento Humano é de 0.393 (UNDP, 2014, p.162).

A expectativa de vida de 50.3 anos, 6% da população masculina acima dos 25 anos com estudos secundários e 1,5% para as mulheres (p.174); país gasta 5% do PIB em educação (UNDP, 2014, p.195); PIB 24.5 bilhões dólares; despesas em pesquisa e desenvolvimento 0,2% do PIB (p.199 os dois), país de baixo IDH. Em 2011, 16,3% do PIB era proveniente de cooperação internacional.

4.5 Limites da Cooperação Internacional em Moçambique

A cooperação para o desenvolvimento surge no contexto do final da II Guerra Mundial¹⁵⁶, como uma política preocupada com as condições materiais das populações, mas também com uma visão verticalizada da cooperação, como um instrumento de política externa que enuncia grandes mudanças a partir de uma visão que separa politicamente um “receptor” e um “doador”.

Ao longo da segunda metade do século XX, a cooperação internacional criou um sistema, de caráter não obrigatório, mas moralmente comprometedor, que é “imperfeito e fragmentado” de declarações¹⁵⁷ que orientam a conduta dos atores (SOTILLO, 2011, p3). É entendida como uma manifestação¹⁵⁸ do sistema internacional e das relações de poder entre os países em nível bi ou multilateral.

Por sua vez, a cooperação internacional não é um instrumento neutro. Há um projeto inserido, de promoção de uma ideia específica de desenvolvimento, baseado no desenvolvimento dos mercados internos e no crescimento econômico por meio da elevação do PIB e industrialização.

Em Moçambique, a cooperação é um instrumento utilizado para promover mudanças estruturais tanto no Estado, como na sociedade, cujo discurso envolve questões de solidariedade e de desenvolvimento. É fato que o Estado moçambicano recebe cooperação internacional desde o momento de sua criação. De fato, a FRELIMO já recebia assistência de atores chave, conforme explicado, e houve uma ampliação dessa rede nos anos subsequentes,

¹⁵⁶Em 1947, os Estados Unidos criam o programa Plano Marshall, destinado a promover a reconstrução da Europa Ocidental. A cooperação internacional aparece, do ponto de vista discursivo, em uma perspectiva de solidariedade e de mudanças estruturais, mas é instrumentalizada no sentido de apontar uma direção em relação ao desenvolvimento econômico e social como estratégia de estabilidade política (CÓRREA, 2013, p.15).

¹⁵⁷ Como a Declaração do Milênio, no âmbito das Nações Unidas, que associou formalmente a prática da cooperação com redução de pobreza, mas não discutiu o modelo de desenvolvimento promovido nas ações. Ver mais em: <http://www.un.org/millenniumgoals/>.

¹⁵⁸ No sentido de que a cooperação é uma interação básica das relações internacionais.

com a independência do país. De acordo com Alden e Simpson (1993, p.116), Moçambique recebe cooperação internacional desde a sua criação enquanto Estado. Ainda em 1987, tinha recebido US\$ 280 milhões, apesar de ter caído para US\$ 106 milhões em 1990. Em termos gerais, Moçambique dependia de ajuda externa em até 80% do total do PIB e tinha alcançado o status de país mais dependente do mundo no começo daquela década.

De acordo com Hanlon (2006) em 1983 houve uma "greve de doadores" que pediram maior alinhamento de Maputo ao Ocidente e que o país entrasse no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional e que firmasse o Acordo de Nkomati. A ajuda, no entanto, foi condicionada em pelo menos três aspectos: a entrada de ONGs no país, por insistência do governo federal dos EUA, como a Care e World Vision; a transição do socialismo para o capitalismo; a adoção das políticas de ajuste estrutural do FMI.

A figura 1.1 mostra as tendências nas últimas três décadas (1980 – 2004) da cooperação, na forma de *Official Development Assistance*¹⁵⁹(AOD), que Moçambique tem recebido¹⁶⁰. Atenta-se ao fato que o ano de 1992, da assinatura dos tratados de paz, foi o ano que o país recebeu mais ajuda, pouco mais de 80% do PIB, circunstância que mostra as vulnerabilidades que se criam a partir de projetos de cooperação.

¹⁵⁹Ajuda Oficial ao Desenvolvimento é definida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico como “Grants or loans to countries and territories on the DAC List of ODA Recipients (developing countries) and to multilateral agencies which are: (a) undertaken by the official sector; (b) with promotion of economic development and welfare as the main objective; (c) at concessional financial terms (if a loan, having a grant element of at least 25 per cent). In addition to financial flows, technical co-operation is included in aid”. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/budget>. Acessado em 18 de setembro de 2015.

¹⁶⁰Nos anos seguintes, Niño & Le Billon (2014, p.92) afirmam em 2010 que a ajuda externa representou 51,4% do orçamento geral e 39,6% em 2012. A cooperação é ainda um componente importante do orçamento do Estado, sobre o qual o governo tem pouco controle.

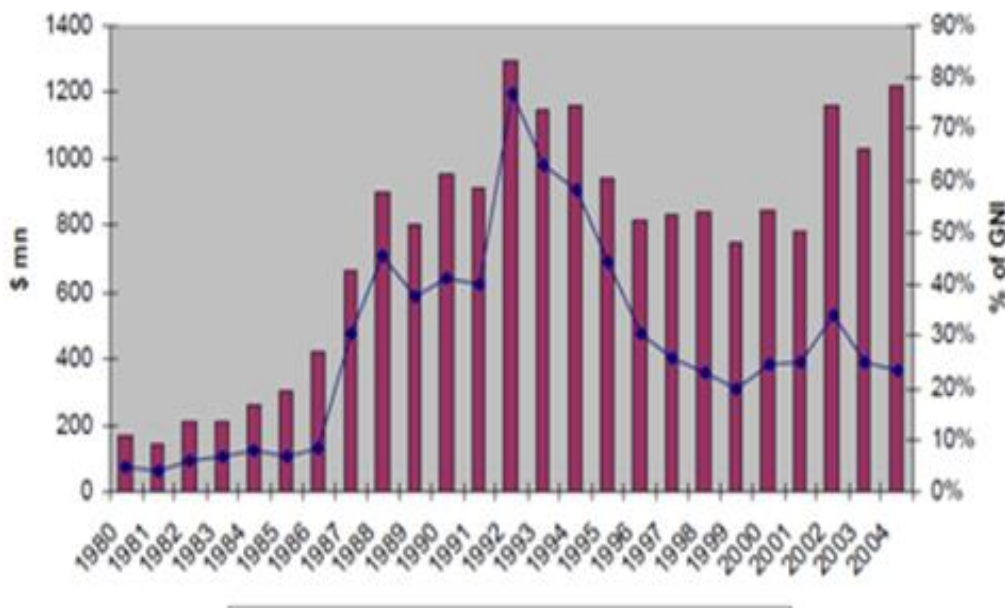


Figura 1 - Tendências nas últimas três décadas da relação ajuda externa como percentual do PIB de Moçambique.

Fonte: Renzio & Hanlon, 2007, p.5.

Somente em 2015, Moçambique recebeu US\$ 1.8 bilhões em ODA e ficou entre os oito países da África que mais receberam esses recursos. Sobre a relação entre dependência e cooperação internacional, o trecho a seguir sintetiza a problematização do tema:

[...] high aid dependence means that the budget process essentially involves only two actors, the executive and foreign donors. Accountability to donors is much stronger than it is to Mozambican society. The strong influence of donors contrasts with the weakness of internal pressure on the government from Mozambican society". (Renzio & Hanlon, 2007, p.11).

Em um estudo sobre a capacidade de controle do governo na apropriação dos recursos e ações de cooperação internacional da Universidade de Oxford, Moçambique aparece como um país "frágil" no que se refere à tomada de decisão e condições de implementação dos recursos em situação de dependência de cooperação (RENZIO et al, 2008, p.2).

No Discurso em Oxford, em 2007, o ex-presidente Chissano mostrou-se preocupado com os rumos da cooperação para o desenvolvimento em geral e em Moçambique em particular.

After fifty years of aid to Africa, which I presume started with the independence of Ghana in 1957 both donors and recipient countries seem united in their unhappiness and frustration with the achieved results, so far. In fact, the developmental problems

affecting the African Continent have been exhaustively identified, their technical solutions are well known, big moneys have been spent, but sustainable good results have been elusive (CHISSANO, Joaquim Alberto. Oxford University Speech, 2007, p.1).

As controvérsias sobre as práticas cooperativas são antigas e, nos últimos cinquenta anos, o continente pode ter recebido até um trilhão de dólares em cooperação. O que Chissano (2007, p.2) questiona é o processo utilizado para realizar a cooperação internacional, a qualidade do ambiente na qual se fazem as negociações, que:

[...] even today many Africans see the relationship with donors as still influenced by the colonial past, where donors “know” what, how much and when recipients need. Furthermore, the behavior of many donors may suggest the belief that because they provide resources, they have the right to dictate, in practice, the terms of use of that aid, which is done according to their own interests, irrespective of the views of the recipient. Thus, in some cases, the priorities of donors and recipients do not match; an example of this is the construction of infrastructure in Africa, viewed by the Africans as a high priority for their sustainable development and systematically dismissed by donors (CHISSANO, Joaquim Alberto. Oxford University Speech, 2007, p.4.)

No tocante à cooperação internacional enquanto um projeto político, desde o início do processo de decisão, de formulação e de implementação, há um balizamento da perspectiva do “doador”, um ator externo, para o qual importa realizar da mesma forma seus próprios interesses projetados para um determinado país na forma de cooperação.

Em Moçambique, os doadores têm mostrado ao governo de Maputo o seu poder via a retenção dos fluxos de ajuda internacional. Segundo Hanlon e Smart (2008) em 1983 e 1985 o grupo de doadores reteve a cooperação alimentar para forçar o país a entrar nas instituições de Bretton Woods e para pressionar a que o país aceitasse os ajustes estruturais respectivamente. Em 1995 o Banco Mundial impôs as condições necessárias para a privatização dos bancos e para a liberalização das exportações de caju. Em 2004, o presidente Guebuza anunciou, em discurso, a criação de um banco de desenvolvimento que poderia resolver a falta de crédito rural e os doadores anunciaram que bloqueariam a criação desse banco.

Há um paradoxo na cooperação internacional em Moçambique, que parece refletir os grandes dilemas das relações internacionais: por um lado, crescimento econômico contínuo, implementação de estratégias de redução de pobreza e um discurso, por parte dos principais doadores, que enuncia grandes mudanças. Por outro, desnutrição infantil crônica, falta de infraestrutura básica e aumento da violência urbana, em um contexto de uma economia pouco diversificada, má governança, dentre outros, associam esse país aos recursos externos de uma maneira vulnerável.

4.6 Observações finais

Este capítulo analisou a política externa moçambicana a partir das complexas interações entre sua história, o ambiente doméstico e o contexto internacional. Nos últimos quarenta e dois anos, o Estado e a sociedade moçambicana foram transformados de maneira radical por uma série de eventos que se iniciam na luta armada e na independência em 1975, na experiência pós-independente de uma agenda socialista, entre 1975 e 1986, a guerra civil, do final dos anos 1970 ao começo da década de 1990, os acordos de paz, o multipartidarismo e a construção da democracia, de 1994 aos dias de hoje.

De maneira geral, para entender a história recente de Moçambique, entre 1975 e os dias atuais, é forçoso observar as seguintes inter-relações:

- (i) A diplomacia moçambicana consolidou-se, do ponto de vista institucional, no âmbito da FRELIMO. O fato que o partido permanece há quarenta anos no poder soluciona a questão da continuidade da política exterior moçambicana. Embora, ainda que no primeiro período sua formulação determinou-se pelo processo revolucionário, restam poucos elementos solidários e reivindicatórios na política exterior moçambicana.
- (ii) A força dos motivos políticos, traduzidos pelos interesses de Estado, preenchidos pelos desígnios do regime em questão, seja ele colonial ou pós-independente, no período socialista ou capitalista, tem peso determinante na formulação da política exterior;
- (iii) Componentes econômicos condicionam a inserção internacional em qualquer momento. No caso, sua economia é altamente marginal em relação ao sistema, classificado como um país de renda-baixa e, portanto, periférica e, por outro lado, a economia política de Moçambique tem se fundamentado em estratégias de crescimento econômico baseadas na diversificação da economia e da capacitação humana;
- (iv) Questões regionais e sub-regionais, enfatizadas aqui na importância que tiveram as lutas de libertação, a integração regional e o papel dos vizinhos imediatos, sejam os Estados da Linha de Frente, ou a África do Sul, cujas lógicas eram antagônicas, com força suficiente para determinar trajetória política de toda a África Austral e;

- (v) O lugar prioritário na agenda externa que ocupam os projetos de cooperação internacional, implementados em Moçambique por distintas agências e o impacto que estes têm na soberania de Moçambique.
- (vi) A disciplina moçambicana na aplicação da "receita liberal" se verifica nos índices macroeconômicos, com um crescimento real do PIB e de investimentos nos diversos setores e numa ideia de crescimento econômico sem desenvolvimento.
- (vii) A estabilidade política do país é minada por um "partido-Estado" cuja performance de eleições *free and fair*, que condena a oposição à marginalidade e anuncia o "triunfo dos favoritos".

Colonização, Guerra Fria e ajuste estrutural significa atores externos desempenhando um papel interventor. O governo tem sido passivo e aceitado políticas de doadores que não podem levar ao desenvolvimento.

A política exterior moçambicana apresenta mais fragilidades do que projeção externa e recursos de poder. O perfil econômico do país e sua formação histórica contemporânea são determinantes na posição que ocupa no sistema internacional. No entanto, a política exterior é parcialmente bem-sucedida, no que diz respeito à inserção internacional do país, considerando a ampliação dos contatos internacionais do país com Estados e instituições internacionais, e pelo desenvolvimento de uma integração regional como projeto de Estado.

Parte da trajetória moçambicana é resultado de políticas formuladas fora do país, isto é, por atores externos, em diversos contextos históricos desde o colonialismo ao período de liberalização da vida política de Moçambique, por meio dos projetos de cooperação. Essa característica ilustra a força desses atores externos e das relações de poder a nível internacional e a fragilidade do Estado moçambicano, bem como a necessidade de buscar uma inserção mais autônoma.

Portanto, alguns efeitos negativos podem ser associados a políticas que foram formuladas no exterior, como os ajustes estruturais e outros modelos de cooperação internacional, tais quais: a redução da autonomia política, o risco que a prestação de contas do governo nacional seja direcionada mais aos atores externos do que aos atores internos, ou a redução da participação interna em função dos vínculos com atores internacionais, efeitos na efetividade das políticas do Estado na medida em que se reduz a capacidade das instituições públicas e outros efeitos que prejudicam a construção do Estado.

Apesar das intervenções de atores externos, desde o período colonial até as mais recentes manifestações de ingerência no país, a dimensão da falta de sucesso das decisões do partido é responsável por criar um contexto anti-FRELIMO no país. O maior desafio da política moçambicana no começo do século XXI é dispor de força para realizar seu projeto de desenvolvimento interno *vis-à-vis* a manutenção das relações de interesses com os atores internacionais e da distribuição desses benefícios em um contexto interno marcado pela instabilidade política e econômica.

O Estado moçambicano, no entanto, apresenta uma fortaleza interior que não pode ser ignorada neste lado do atlântico. Ao cotejar os dois processos de independência, pode-se entender a força de uma revolução. Ao contrário do Brasil, cuja independência não transformou a sociedade colonial, no sentido de modificar as relações entre Estado e sociedade, nem acabou com o tráfico de escravos, a independência de Moçambique foi uma luta e uma conquista em favor da transformação radical da realidade daquele país. Transformou as relações entre o antigo Estado colonial e a sociedade colonizada, e deu lugar a um processo de construção de liberdades que outrora eram controladas pela metrópole.

Capítulo 5 - Relações bilaterais entre 1975 e 1986

In pursuing its systemic objectives as an upwardly mobile power and an "industrializing developing nation" within the international system, Brazil has employed a pragmatic bilateral diplomacy in Africa to bolster its domestic economy and enhance its image and prestige among the developing nations of the South. Nigeria is one of the major countries where the Brazilian strategy and economic thrust not only been visible but also most effective. But the interaction between Nigeria and Brazil appears to be in great disequilibrium and to Brazil's advantage. The asymmetrical relationships that are developing and are likely to continue may indeed pose an obstacle to the two giants development as model for South-South Relations (OGWU, Joy Nigeria and Brazil a model for the emerging South-South Relations? in CARLSSON, Jerker. South-South relations in a changing world order. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, p.102, 1982).

Este capítulo cobre as relações entre Brasil e Moçambique de 1975 a 1986. A função do capítulo é investigar o processo de aproximação com Moçambique, as distintas estratégias de conciliação entre ambos os países e demais aspectos que tiveram relevância na relação. Lembra-se que, neste período, esse movimento fez parte de uma preocupação mais ampla, que é a consolidação, a partir do reconhecimento das independências, da dimensão africana da política exterior brasileira.

A demarcação do período obedece a dois episódios que balizaram esse ciclo: a independência de Moçambique, em 1975, e a morte de Samora Machel em 1986, ano que também sinaliza uma *débaçle* nas relações bilaterais. O período é entendido como um esforço brasileiro em conciliar-se com Moçambique e assegurar a presença brasileira no país, ainda que de maneira inicialmente tímida. O esforço é entendido como uma ação e vontade deliberada da diplomacia brasileira em aproximar-se de Moçambique, principalmente por meio da promoção do comércio e da cooperação técnica oferecida pelo Brasil.

O capítulo está dividido em seis tópicos, voltados à análise pormenorizada das questões envolvidas no processo de aproximação do Brasil para Moçambique, algumas considerações de ordem geral acerca o período; a cooperação técnica; o intercâmbio comercial que nasceu entre os dois Estados independentes; os assuntos políticos que traduziram uma preocupação, por parte do Brasil, em entender outras realidades do sistema internacional da época, como as questões regionais da África Austral e do comunismo internacional; uma reflexão sobre a solidariedade nos anos de chumbo, que é objeto do capítulo cinco e as observações finais.

5.1 Considerações de Ordem Geral

O período foi marcado pela desconfiança de Moçambique sobre a conduta das relações com o Brasil (país que não se mostrou contra a manutenção do colonialismo português), no

sentido de que havia uma resistência em aceitar o discurso do Itamaraty de apoio às independências e autodeterminação dos povos das ex-colônias portuguesas. Por outro lado, a identidade linguística, a gradual aceitação do Brasil, por Moçambique, como um país que possivelmente tornaria-se um interlocutor e parceiro, e as necessidades materiais pelas quais passava o país facilitaram o estabelecimento de um diálogo diplomático e político entre ambos os governos e de uma agenda de visitas técnicas nos dois lados.

Já em 1975, um telegrama secreto recebido da Delegação Brasileira na ONU, no dia dez de outubro, logo após a proclamação da independência e do reconhecimento da independência pelo Brasil, no qual nega-se o pedido de estabelecimento de uma Representação Especial brasileira em Maputo, ao mesmo tempo em que adverte sobre a desconfiança do governo de Maputo em relação aos diplomatas acreditados no país enquanto ainda era uma colônia.

Neste sentido, uma das primeiras medidas diplomáticas da FRELIMO foi solicitar a retirada de todos os quadros diplomáticos acreditados na antiga capital Lourenço Marques, porque seriam ainda do governo português. O telegrama informava que nesses primeiros meses o deslocamento desse quadro de profissionais estava circunscrito à cinquenta quilômetros da capital. A FRELIMO entendia que esses funcionários estavam ligados à sociedade colonial de Moçambique, autorizadas por Lisboa, de modo que não eram atores legítimos para dialogar com o governo independente.

O Brasil, ao entender o posicionamento de Moçambique, em que pese a desconfiança, por parte de líderes como Samora Machel, Joaquim Chissano e Marcelino dos Santos, quanto aos objetivos da presença brasileira, dedicou-se à construção de um diálogo diplomático e político, que permeava não apenas os assuntos bilaterais, mas também questões regionais da África Austral e da África no geral, e de uma agenda de visitas técnicas em ambos os países, cuja intenção era criar confiança nos altos funcionários do governo de Maputo.

Antes de 1975, o Consulado Geral do Brasil em Lourenço Marques era chefiado pelo Cônsul Geral Octávio Luiz de Berenguer Cesar, e depois pelo Conselheiro Mário Augusto Santos. O primeiro embaixador acreditado pelo Brasil em Moçambique foi Ronald Smalll Leslie Moraes, no ano de 1976, seguido de Ítalo Zappa, entre 1977 e 1981, e de Marcel Dezon Costa Hasslocher, embaixador entre 1981 e 1985.

Apesar de haver uma desconfiança no nível diplomático e político, o ressentimento de Moçambique em relação à política brasileira não impediu o adensamento das relações, porque foi acompanhado do estabelecimento de um diálogo e de diversos projetos entre os países.

Entretanto, o recentimento de Moçambique encerra-se, do ponto de vista formal, somente com a inauguração da embaixada de Moçambique em Brasília, em 1998, vinte e um anos após a embaixada brasileira.

É possível afirmar que havia uma expectativa do governo de Maputo de que o Brasil tornaria-se um parceiro com capacidade de apoiar a construção de Moçambique, cujo contexto interno era completamente instável, confere capítulo anterior. Talvez essa expectativa fosse uma manifestação das necessidades pelas quais passava aquele país. Por certo, havia interesse de Moçambique em receber assistência nas diversas questões sensíveis a seu desenvolvimento econômico e social, como a industrialização de produtos primários, particularmente o açúcar e o caju.

Em contrapartida, a avaliação brasileira sobre o relacionamento com Moçambique era de que ali haviam oportunidades, tanto comerciais e financeiras como da realização de projetos de cooperação técnica, aos quais iria-se utilizar o então “acumulado técnico” brasileiro como instrumento de política exterior. A participação do setor privado nessa relação foi, desde o início, apontada no sentido de que empresas brasileiras pudessem operar em território moçambicano. A eventual participação de empresas brasileiras atualmente em Moçambique é resultado deste período, de negociações e tentativas, muitas vezes frustradas, em alcançar novas rotas comerciais.

É forçoso notar que a cooperação internacional e a possibilidade de intercâmbio comercial já apareciam como os dois mais importantes vetores da agenda político-diplomática. Significa dizer que esses vetores se fazem presentes ao longo dos quarenta anos de relacionamento, com maior ou menor densidade. Esses dois fatores foram fundamentais para o exercício das políticas exteriores envolvidas.

Sobre esses dois vetores incidem forças importantes, que influenciam o ritmo da agenda bilateral, como os limites materiais e humanos dos atores envolvidos, o quadro de carência no qual encontrava-se Moçambique e mesmo a dificuldade nas comunicações entre Brasília e Maputo. Desse modo, avaliaram-se as perspectivas de realizar o duplo projeto, de cooperação e comércio, de maneira tímida, sobretudo porque a sociedade brasileira desconhecia o processo de independência do país, e porque a diplomacia estava ainda a conhecer as prioridades estabelecidas pelo governo de Maputo.

Em 1976 iniciaram-se os diálogos sobre as possibilidades de cooperação e comércio. Por meio de um telegrama secreto¹⁶¹ de 1976, o governo de Moçambique acudia ao Brasil, certamente em função da identidade linguística, por publicações, documentos, leis e manuais na área de saúde e higiene, e interesse em seminários e congressos realizados no Brasil, também cursos de graduação e pós-graduação na área de saúde. Pensava-se na possibilidade de intercâmbios na área educacional e do envio de professores brasileiros. Pensou-se em encaminhar psiquiatras para Moçambique, mas haviam restrições formais, apagadas no telegrama.

Hoje, quarenta e um anos depois, a cooperação em saúde é uma importante dimensão das relações com Moçambique e com outros países africanos (MILANI *et al*, 2014, p.112). Moçambique tornou-se um símbolo da concepção brasileira de cooperação internacional. Nos anos de 1975 em diante, houveram tentativas consecutivas para tornar a presença brasileira em Moçambique uma realidade.

Na dimensão comercial, igualmente em 1976, sondou-se a possibilidade de participação da Petrobras na prospecção de petróleo em Moçambique, mas não se realizou, devido aos problemas de recursos e de falta de infraestrutura da época. Contudo, a produção de petróleo em Moçambique data de 2014, com participação da Sasol, petrolífera sul-africana¹⁶².

Em dezenove de agosto de 1976, foi proferido, pelo embaixador brasileiro, o primeiro discurso em território moçambicano. O embaixador Small esclareceu a missão do Brasil em Moçambique, em termos de solidariedade, e adotou o discurso culturalista¹⁶³ da diplomacia brasileira. Para o embaixador Small, “os sentimentos de fraternidade do povo brasileiro para os povos da África”, que nascem a partir de “afinidades históricas e culturais”, tornou possível o início de um “diálogo em pé de igualdade”. O embaixador acreditava que o Brasil

¹⁶¹Telegrama número 350 Confidencial de 15/09/1976, da Embaixada em Maputo para Exteriores. Maputo, 15 de outubro de 1976.

¹⁶²A partir de 1948, companhias estrangeiras iniciam a busca por petróleo em Moçambique, principalmente em áreas continentais. De acordo com World Oil (1994, p.1), entre 1948 e 1992, perfuraram-se um total de 36 exploratórios e 12 avançados onshore, e 15 poços offshore em Moçambique. a maior parte da produção concentrou-se em áreas da costa, incluindo os campos Pande, Temane e Buzi. A única fábrica de refinamento de biodiesel, até 2011, encontra-se em Maputo, e não tem capacidades de extração. A empresa operadora é Petromoc (GUSTASFON, 2012, p.33).

¹⁶³ Para Saraiva (1993, p.219), esse discurso visava “apresentar a nova política (africana) como uma consequência natural dos séculos de contato do Brasil com a África (...). Além disso, ele construiu ilusões e ações que tornaram a política africana do Brasil um capítulo especial e distinto das demais políticas externas brasileiras”. É um discurso baseado na identidade cultural do Brasil com a África, na história compartilhada e em uma “espontânea generosidade africana” (SARAIVA, 1993, p. 224 –).

poderia contribuir com sua “solidariedade operativa” e que haviam grandes oportunidades para as ambos¹⁶⁴.

Nota-se que “igualdade”, nesse caso, é a mera expressão política de um princípio jurídico do Estado brasileiro, fundamentado no conceito de soberania. Contudo, ambos os países são, por certo, muito diferentes. Não havia igualdade entre Brasil e Moçambique naquele momento, nem há hoje. Os dois países relacionam-se em um contexto de poder desigual. Ademais, a solidariedade do Brasil para com a África manifesta-se em termos de cooperação internacional, que obedece mais às questões de política exterior do que altruísmo e conhecimento desse continente por parte do povo brasileiro.

As “afinidades históricas e culturais” são produtos de uma historicidade que, desde a independência do Brasil, tinham sido negadas e substituídas por uma relação desigual com Portugal. Em uma avaliação de ordem geral, considera-se que os laços profundos com a África foram reificados pela diplomacia brasileira e serviram como instrumento político para o relacionamento do Brasil com o continente africano.

É certo que havia diferenças quanto aos projetos nacionais envolvidos. Em relação à cooperação, as perspectivas eram diferentes. Para o Brasil, tratava-se que Moçambique abandonasse a postura de ressentimento, que o país abrisse as portas para as empresas nacionais, ao mesmo tempo em que esse processo poderia “transbordar” para outros países da região. Moçambique, por sua vez, propunha uma cooperação para alcançar o desenvolvimento, que buscava angariar recursos para construir o país em diversas áreas (pecuária, carvão, gás, agricultura, infraestrutura).

Seria, no entanto, um erro admitir que o Brasil tinha um projeto mais econômico-comercial e Moçambique mais de cooperação, pois a cooperação internacional também era promovida e era de grande interesse por parte do Brasil. Dessa forma, nos primeiros anos, a estratégia para fazer-se presente em Moçambique, por parte do Brasil, foi construir uma imagem positiva acerca o governo e o povo brasileiro. O uso político de questões culturais, como a identidade linguística, que facilitava a leitura de textos brasileiros, e questões religiosas, como a pequena presença de missionários brasileiros no país, também foram elementos usados na aproximação.

O embaixador Ronald Small lembra da “barreira psicológica que se formou nos escalões governamentais” em relação aos interlocutores que representavam a diplomacia

¹⁶⁴Telegrama Secreto n° 356, de Ronald Small, Embaixada em Maputo para Exteriores, Maputo, 19 de agosto de 1976.

brasileira¹⁶⁵. A imagem positiva do Brasil construída em Maputo, com base no diálogo constante com as autoridades do governo, gerando diferentes percepções acerca o país nas distintas fases do relacionamento bilateral. A construção de uma imagem positiva também faz parte da aproximação brasileira. Essa instrumentalização da imagem do Brasil há quarenta anos permite, nos dias de hoje, avaliações otimistas quanto aos rumos do relacionamento bilateral¹⁶⁶. Havia, por outro lado, uma imagem negativa do Brasil, difundida pelos altos funcionários do governo, cuja base era o alinhamento brasileiro à Portugal e a falta de solidariedade durante a luta de libertação.

De fato, os assuntos culturais, como música e literatura também tiveram papel importante no estreitamento da relação. Houve um pedido formal da Rádio Moçambique para receber discos de música e livros de literatura brasileira. A embaixada forneceu exemplares da “Coletânea Abril” de música popular brasileira. A avaliação de do embaixador Small era de que havia, nesse pedido, uma “oportunidade para divulgação e promoção da imagem do Brasil, de forma econômica e eficaz”¹⁶⁷ para tocar na Rádio Moçambique. Na mesma rádio, realizou-se um especial sobre a independência brasileira. Era a maneira de mostrar à sociedade do país que o Brasil era uma ex-metrópole de Portugal, que havia passado por problemas similares. O impacto dessa ação, no entanto, é difícil de avaliar, pelo fato de que haviam enormes barreiras ao acesso a eletricidade elétrica por maior parte da população.

A maior parte das notícias do Brasil eram divulgadas por uma agência cubana, a Prensa Latina, que, nas palavras do embaixador Ronald, eram um “fator determinante na construção de uma imagem negativa, que à força da repetição, tenderam a se fixar (...) até entre as autoridades governamentais”¹⁶⁸. O Brasil convivia, portanto, em um ambiente desfavorável à consecução de seus objetivos de política exterior. Dessa postura em superar o ressentimento, surge a avaliação de que houve um esforço por parte da diplomacia brasileira em institucionalizar as relações com Moçambique.

A Embaixada, verificava com regularidade o jornal “Notícias”, diário oficial do governo de Maputo, e mandava cópias do semanário “Tempo” para o Brasil, e ainda do jornal “Notícias da Beira”¹⁶⁹, para monitorar e entender a política interna de Moçambique e seu

¹⁶⁵Telegrama Confidencial-Urgente n° 472, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de outubro de 1976.

¹⁶⁶O livro “Moçambique: O Brasil é aqui” (2015), de Amanda Rossi, faz uma avaliação da história mais recente do relacionamento entre Brasil e Moçambique, na perspectiva de que o Brasil é um ator muito influente no cotidiano da vida moçambicana, não apenas no imaginário do povo, mas nas novelas, na música etc.

¹⁶⁷ Telegrama confidencial n° 198, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de abril de 1976.

¹⁶⁸ Telegrama confidencial n° 249, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 05 de junho de 1975

¹⁶⁹Telegrama confidencial n°485, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 08 de dezembro de 1976.

entorno regional. Essa atividade resultou em lauto arquivo sobre a Guerra Fria na África Austral e temas relativos aos vizinhos desse país. Essa documentação foi classificada nesta pesquisa como “diálogo diplomático”, e ilustra os temas que transcendiam a esfera essencialmente bilateral da relação.

Cabe destacar que os assuntos consulares e a manutenção da burocracia ocupavam grande parte da vida da Embaixada. A presença de brasileiros, da sociedade civil, os chamados “cooperantes”, acarretou uma série de pedidos de permissão para aceitar emprego em governo estrangeiro, por meio do quais mandavam-se informações pessoais e profissionais, pedidos de concessão de visto de turistas, pagamentos dos funcionários da Embaixada e suas passagens via África do Sul ou Europa, para o Brasil. A maior parte da documentação “ostensiva” é dessa natureza.

O embaixador Small mantinha uma visão otimista sobre os rumos da relação, ao afirmar que “o governo de Moçambique começa a perceber que, na ausência de uma ex-metrópole em condições de lhe prestar assistência, o Brasil é o país que, em diversos campos, oferece as melhores oportunidades de cooperação”¹⁷⁰. Há um abismo de décadas entre a concepção dessa ideia e sua realização, que é característica do governo Lula da Silva.

Houve uma tênue mudança na imagem do Brasil, no primeiro ano dessa aventura em Moçambique, que demonstra a coexistência de imagens positivas e negativas, entre um ressentimento formal, manifestado por Samora Machel, mas também uma vontade política de superar esse ressentimento, como em 1976, quando o Ministério da Educação de Moçambique mudou de atitude em relação ao material didático escolar brasileiro, cujo uso era desautorizado pelas autoridades governamentais, mas passou a ser recebido, junto com várias outras publicações, pela FRELIMO, com a finalidade de repassar às escolas e demais instituições.

Merece atenção especial o fato que as implicações políticas da possível cooperação entre Brasil e Moçambique transcendiam a competência do Itamaraty, e esse processo resultou na mobilização de diversas instituições nacionais, como universidades e entidades técnicas.

Uma única controvérsia, no âmbito comercial, foi encontrada neste período. A documentação¹⁷¹ em Brasília revela um contencioso entre a empresa moçambicana Katu, exportadora de caju e o governo brasileiro. Havia uma dívida de oito milhões de dólares contraída pela firma Katu no primeiro semestre de 1975, quando a capital ainda era Lourenço

¹⁷⁰ Telegrama confidencial n° 192, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 24 de abril de 1976.

¹⁷¹ Telegrama confidencial n° 258, de Exteriores para Embaixada Maputo. Brasília, 08 de junho de 1976.

Marques. A dívida representava, para o governo moçambicano, um obstáculo ao desenvolvimento, e para o relacionamento bilateral, um problema que foi abordado pelo Chanceler Chissano diretamente com o embaixador Ronald Small.

O embaixador Small ressaltou a importância de resolver essa questão e apontou as contradições da então política brasileira, que “ao mesmo tempo apoiamos nas Nações Unidas as resoluções para assistência a Moçambique (...) e deixarmos prolongar-se um rombo em divisas equivalentes a dois terços do total da ajuda de doze milhões de dólares prometida pelos EUA, ou idêntico aos créditos que abrimos para Angola, nesse contexto, qualquer esforço nosso de assistência tornasse insignificante diante do montante da dívida”.¹⁷²

O embaixador Ítalo Zappa, figura proeminente no reconhecimento das independências de Angola e Moçambique, em seu discurso¹⁷³ inaugural, sublinhou o esforço que o governo brasileiro desenvolveu para “cumprir seu dever histórico de aproximação e colaboração com as nações africanas” e a disposição do Brasil em compartilhar sua “experiência acumulada” e que o Brasil entendia a luta de Moçambique, condenando a persistência do colonialismo como “brecha perigosa no princípio da autodeterminação”.

5.2 Cooperação Técnica

A política de cooperação em Moçambique era coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Planificação Econômica, e o senhor João Batista Cosme, diretor de cooperação interacional, era o encarregado em criar as estruturas institucionais para atender a grande demanda por cooperação no país.

O governo moçambicano mantinha uma política de não aceitar ofertas de bolsas de longo prazo no exterior, pelo alto percentual de estudantes que não retornavam. E não era somente com os países extracontinentais. Ao que parece, o governo de Maputo hesitava em aceitar bolsas de países como Egito e Nigéria. Isso refletia o controle que o governo procurava exercer sobre seus cidadãos.

Em 1976, as “linhas gerais de cooperação” foram esquematizadas, em um formato parecido com o atual conceito de cooperação sul-sul¹⁷⁴, no qual a cooperação técnica¹⁷⁵

¹⁷²Idem.

¹⁷³ Telegrama Confidencial, nº115742, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 15 de setembro de 1977.

¹⁷⁴Princípios da cooperação sul-sul do Brasil: solidariedade; a construção de parcerias igualitárias e horizontais; a não condicionalidade; o respeito à diferença e à autonomia das organizações; o compartilhamento das responsabilidades; a possibilidade de internalização e manutenção, pelos países beneficiários, das ações

evitaria a fuga de cérebros, deslocando os técnicos e técnicas brasileiros para Moçambique. Para o embaixador Small, o Brasil agia com “flexibilidade” para estabelecer “entendimentos futuros” e defendia-se o “respeito e benefícios mútuos”¹⁷⁶.

Moçambique, a cooperação internacional destaca-se por ocupar um lugar muito importante na agenda bilateral. Há quarenta anos, os primeiros traços de algumas das que viriam a ser as grandes linhas de cooperação internacional do Brasil, especificamente nos setores de saúde, educação e agricultura, ainda que com baixa transferência de tecnologia, eram articulados. Não foi única a manifestação de grande otimismo quando o o embaixador Small afirmou que “África de expressão portuguesa passa a ser uma área de concentração de cooperação técnica brasileira”¹⁷⁷.

Em compensação, o governo moçambicano afirmava em 1977 que todos os gastos com passagens e hospedagem teriam que ocorrer às expensas do governo brasileiro dada as dificuldades pelas quais atravessava o país. O fator financiamento foi um grande obstáculo ao desenvolvimento das relações entre ambos os países.

No âmbito da cooperação internacional, o papel da Embaixada em Maputo, seria de: (a) levantar as necessidades e prioridades do país; (b) prestar informações aos meios locais sobre instituições e órgãos brasileiros capacitados a prestar assistência técnica; (c) acompanhar e avaliar os resultados da cooperação e (d) revisar e reformular os projetos, cursos, seminários e estágios.

Para um país que procurava ajuda e solidariedade internacional onde quer que estivessem, o contexto interno de Moçambique era absolutamente desfavorável no quadro da guerra civil. Muitos projetos não puderam ser implementados pela situação de violência militar e destruição da infra-estrutura. Aos poucos foram criando-se novos espaços vazios em Moçambique, os quais a diplomacia brasileira “poderia ocupar, sem maiores dificuldades”¹⁷⁸.

iniciadas; a flexibilização e a harmonização dos procedimentos de gestão; a associação de diferentes instituições, de capacidades técnicas e de *expertises* entre os parceiros; e o tratamento não comercial da cooperação prestada (ITAMARATY, 2010, p. 1).

¹⁷⁵ A cooperação técnica é definida em função de seu objetivo, ou seja, é uma modalidade dirigida a formar recursos humanos, a criar ou desenvolver capacidades técnicas nos diversos setores, seja institucional, administrativo, tecnológico, sanitário, social e, idealmente, deve estar alinhada, para sua efetividade, às necessidades e objetivos determinados pelo país receptor. É definida pela OCDE (2008, p.1) como as “[...] ações dirigidas para fortalecer as capacidades individuais e coletivas, provendo expertise, treinamento e outros conhecimentos e equipamentos”.

¹⁷⁶ Telegrama confidencial-urgente, n°178, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em cinco de abril de 1976.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Telegrama secreto n°279, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 06 outubro, 1976.

Para uma ideia da forte presença de outros atores naquele momento, e conforme já anotado no capítulo anterior, em 1976, a China, por meio do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, assinado em dois de julho de 1975, previa um empréstimo de cinquenta milhões de dólares sem juros para Moçambique, a ser pago em vinte anos, a partir de 1990, e centrava-se em projetos nos campos da saúde e da agricultura¹⁷⁹.

Em 1976, o Itamaraty avaliava que haviam 135 bolsas de estágios no Brasil disponíveis para os PALOP, e para Moçambique especificamente 30 bolsas. O principal objetivo do programa era “mostrar a boa vontade do Brasil com relação aos novos Estados e fortalecer, sem preocupações imediatistas, a imagem do Brasil na África”¹⁸⁰. A cooperação não incluía, no entanto, o fornecimento de passagens aéreas, nem acomodação. Essa mensagem é esclarecedora em muitos aspectos relativos à cooperação brasileira. Lança uma luz sobre questões atuais como qual tipo de cooperação o Brasil quer levar ao mundo e sua relação com a imagem positiva do país.

Ainda em 1976, uma das primeiras atividades foi o envio de insumos médicos, como materiais cirúrgicos, ortopédicos e farmacêuticos, a serem usados no grave contexto do pós-independência. Nesse mesmo ano, Moçambique solicitava o fornecimento de normas padronizadas pela ABNT, a fim de usá-las na promoção da língua portuguesa no âmbito doméstico.

Para o Brasil, não havia condições de suprir todas as demandas de Moçambique, e as primeiras atividades se limitaram ao envio de produtos industrializados, como os já referidos medicamentos, mas também importante quantidade de material escrito, aproveitando a língua compartilhada, como um manual de vacinação do Ministério da Saúde, para o uso de vacinadores moçambicanos. Ainda no final da década de 1970, bolsas para cursos de especialização em microbiologia e imunologia realizados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou para participação na I Jornada Afro-Brasileira de Medicina Tropical na Universidade Federal do Pernambuco, com cinco bolsas de estudo para cada país africano de língua portuguesa¹⁸¹.

Nos dias dois e três de fevereiro de 1977, uma das primeiras delegações moçambicanas fez uma visita oficial ao Brasil. Chefiada por Murade Isaac Murargy, atual Secretário Executivo da CPLP (em exercício no ano de 2015), discutiram-se possibilidades de

¹⁷⁹ Telegrama Secreto nº 120, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 08 de maio de 1976

¹⁸⁰ Telegrama Secreto, nº 30. De Exteriores para Embaixada em Maputo. Brasília, em 15 de março de 1973.

¹⁸¹ Telegrama Secreto nº 46, de Exteriores para Embaixada Maputo. Brasília, em 22 de outubro de 1976.

cooperação entre os dois países e foram recebidos pelo chefe da Divisão de África do Itamaraty. O Brasil reiterou sua disposição de cooperar, dentro da “possibilidades”¹⁸².

Nesse sentido, essas “possibilidades”, naquela altura, limitar-se-iam ao envio de documentos, conforme já foi dito. Naqueles anos, o Brasil forneceu material didático para atividades variadas, como para a escola de formação náutica, para montagem cinematográfica, de som e iluminação, para assuntos energéticos e de economia do combustível, para questões geológicas de mapeamento do solo e mesmo parte da legislação brasileira sobre psicotrópicos.

Em 1980, o reitor da Universidade Eduardo Mondlane, única universidade no país, visita o Itamaraty em Brasília, como início de uma cooperação cultural entre ambos os países. Naquela ocasião, o embaixador João Hermes Pereira de Araújo fez uma avaliação muito otimista do incipiente relacionamento, ao afirmar que o intercâmbio entre os países “já alcançou importante estágio e se estende por vários planos que se completam e se reforçam” e que, nesses esforços preliminares, “a cooperação cultural e técnica ocupa lugar especialmente significativo”, sugerindo que essa dimensão era uma prioridade, “determinada pelo Presidente João Figueiredo”, a qual representava a “consciência de uma solidariedade”, falando até mesmo em “convergência de pontos de vista”¹⁸³. Apesar do otimismo, essa declaração deve ser entendida como parte do esforço brasileiro em aproximar-se de Moçambique e do jargão diplomático que procura ampliar a importância dos fatos.

Nessa avaliação do embaixador Pereira de Araújo, é possível compreender que, com o tempo e o aprofundamento do interesse pela cooperação, aventando a possibilidade de transformar sua imagem, de um país que apoiou Portugal, em um parceiro de Moçambique, o Brasil buscava um papel de relevo a desempenhar no desenvolvimento de Moçambique. Embora alvissareira, ela precisa ser complementada por uma análise que considere de maneira mais profunda como a aproximação do Brasil foi realizada, tema sobre o qual discorre este capítulo.

O reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Professor Fernando Ganhão, ensaiava programas de cooperação na área universitária. Segundo ele, mais do que qualquer outro país, o Brasil reunia “as condições potenciais para suprir ajuda e orientação” e essa atitude do reitor, influente no governo pois gozava de status de ministro, fazia parte de uma percepção brasileira de que “se tornava mais nítido o desejo moçambicano de cooperar com o Brasil”.¹⁸⁴

¹⁸² Telegrama secreto nº 12, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 11 de fevereiro de 1977.

¹⁸³ Telegrama confidencial nº 13, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 02 de fevereiro de 1980.

¹⁸⁴ Telegrama nº 164 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 06 de maio de 1980.

Tudo indica que a institucionalização dessa fase cooperativa aconteceu em setembro de 1981, com a Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano. Firmou-se, nessa oportunidade, o Acordo Geral de Cooperação entre a República de Moçambique e a República Federativa do Brasil, em Brasília, no dia 15 de setembro de 1981 (BRASIL, 1981). Esse acordo se mantém até hoje como o principal marco jurídico, junto com os posteriores ajustes complementares, para cooperação de ambos os países e dispõem sobre o estabelecimento de diferentes áreas, tais quais: cooperação econômica, científica, técnica e cultural.

No entanto, a assinatura do referido acordo não significou que haveria mais recursos para o financiamento dos projetos. O Brasil saía de um contexto, nos anos 1970, de elevado crescimento econômico, conhecido como “milagre brasileiro” quando, principalmente em 1970-1973, crescia cerca de 10% ao ano, uma época marcada, internamente, pela repressão e pelo aumento do PIB (CÔRTEZ, 2010, p.30).

A década de 1980, ao contrário, é lembrada como um período de estagnação econômica e queda do crescimento econômico e do fim de modelo de crescimento conduzido pelo Estado. O principal reflexo da crise dos anos 1980, que juntou também a alta da dívida externa brasileira¹⁸⁵, foi na fragilidade dos vínculos econômicos com os países africanos em geral. Para Ferreira (s/d, p.146), houve grande desinteresse do empresariado brasileiro pelo continente africano. Em Moçambique ou no Brasil, as perspectivas econômicas não eram alvissareiras.

O embaixador Haslocher chega em Moçambique nesse contexto de crise. Nesse cenário de mais incertezas, o embaixador refere-se às dificuldades que assolam os dois países, e que em última instância são responsáveis pela *dêbacle* que seguiria. Para o embaixador, havia uma necessidade de “romper o atual impasse” no relacionamento bilateral e “estabelecer bases mais sólidas para uma cooperação mutuamente proveitosa”¹⁸⁶. A ideia dos benefícios mútuos, no entanto, nunca foi desenvolvida de maneira a demonstrar como o Brasil estaria beneficiando-se dessa cooperação.

Dando sequência ao tema, avaliou, contrariamente à posição dos outros embaixadores, que “o país não se aproximou tanto do Brasil como pudera tê-lo feito” e afirmou que isso se deveu a “falta de conhecimento do próprio governo moçambicano sobre o processo político brasileiro” e que parecia que as autoridades moçambicanas afastaram “os fantasmas que

¹⁸⁵A situação econômica interna do Brasil pode ser apontada como fator de enfraquecimento do governo Figueiredo. A dívida atingiu o montante de mais de US\$ 100 bilhões e em 1987 o Brasil declarou a moratória (CÔRTEZ, 2010, p.50)

¹⁸⁶Telegrama secreto n°11, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 11 de abril de 1985.

criaram em relação ao governo brasileiro”, mas que estariam dispostas a estabelecer uma “amizade estável e permanente”¹⁸⁷.

Nesse sentido, em algum momento desse primeiro período, houve, para o mencionado embaixador uma “expectativa exagerada sobre o futuro da cooperação com Moçambique”¹⁸⁸. O Brasil tinha a intenção de se afirmar como um grande parceiro de Moçambique, mas essas expectativas foram frustradas por questões domésticas que ocorriam em um e no outro.

Em agosto de 1985, a documentação sugere que as crises vividas pelos países, na primeira metade da década de 1980, já indicavam que as relações entrariam em uma fase de “*low profile*”. Segundo o embaixador Haslocher, a guerra civil parecia “um dado que permanecerá por muito tempo neste país” e que “Moçambique tem sido uma dessas nações privilegiadas em receber apoio internacional”, ao referir-se à suposta solidariedade internacional para o continente africano. Sem algum tom crítico, o embaixador relega a complexidade da guerra civil a segundo plano, e desconhece a natureza auto interessada cooperação internacional em Moçambique. Para ele, no entanto, permaneceria uma “tendência moçambicana para se aproximar do Brasil como um parceiro ideal”¹⁸⁹.

Não estava, portanto, o Brasil habilitado para ajudar Moçambique com a força que se propunha. Outra vicissitude que incide sobre a política exterior brasileira de maneira geral é a mudança de regime, operada em 1985 com o governo de Sarney. Nesse sentido, o Brasil teria que familiarizar a nova administração ao governo de Machel, apresentar suas posições na África Austral, e isso poderia ter efeito positivo para estreitar os vínculos já existentes. Mas o interesse brasileiro em Moçambique não mudou muito nesses quarenta anos, apesar dos distintos contextos internacionais.

Segundo Cortês (2010, p.7) a mudança de regime, encabeçada pela dupla Tancredo Neves e José Sarney, na condição de substituir o presidente eleito, em 1985, era a última etapa da transição de de um regime autoritário para uma democracia. A análise do autor sobre a principal influência da democratização na política externa do Brasil é a integração da democracia à identidade internacional do país, e torna-se, ainda que apresentando continuidade às grandes linhas da política externa brasileira, um “fio condutor” das relações entre o doméstico e o internacional (CORTÊS, 2010, p.9).

De modo geral, na segunda metade da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, o Brasil já disponibilizava cooperação que se concentrava em três áreas prioritárias:

¹⁸⁷Idem.

¹⁸⁸Idem.

¹⁸⁹Telegrama secreto n°240, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 13 de setembro de 1985.

mineração, extensão rural e transportes. Esse apoio aconteceu por meio da capacitação técnica dos recursos humanos, em cursos de curta e média duração no Brasil, da organização de planos de ações estratégicas como apoio às instituições moçambicanas por brasileiros. Essas atividades foram fundamentais para a continuidade da presença brasileira durante os anos posteriores.

5.3 Intercâmbio Comercial

O intercâmbio comercial, ou a possibilidade de criar condições para o comércio, incluindo a presença de empresas, ocupou generoso espaço nas relações bilaterais. Antes de 1975, o Consulado Geral do Brasil em Lourenço Marques, que não era destituído de interesses materiais, encarregava-se de atender as demandas de negócios, mas pela razão dos vínculos do Brasil com Portugal, as relações econômicas eram muito limitadas e o intercâmbio praticamente nulo.

As trocas comerciais foram a segunda estratégia utilizada pela diplomacia brasileira para aproximar-se de Moçambique e introduzir interesses brasileiros privados no país. As exportações do Brasil para Moçambique aumentaram visivelmente. Em 1976, exportaram-se US\$ 4 milhões; em 1977, US\$ 10.200 milhões; em 1978 US\$ 5 milhões; em 1979, US\$ 15.500 milhões; em 1980, US\$ 71.200 milhões; em 1981, US\$ 36.600 milhões e 1982 US\$ 98.600 milhões¹⁹⁰.

Em uma perspectiva mais abrangente, nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil passava por transformações estruturais, baseadas no modelo de substituição de importações e diversificação das exportações. Nesse sentido, havia uma pressão interna, uma dilatação e uma necessidade, do parque industrial, de novos mercados externos para os manufaturados, de maneira a exportar os excedentes da produção. Para Cervo & Bueno (1997, p11), “a diplomacia brasileira reviu sua política africana” e focou-se em “penetrar o mercado da África através dos novos mercados independentes” (CERVO, 1997, p.11).

No caso de Moçambique, comércio e cooperação tornaram-se as moedas de troca dominantes, isto é, havia interesse pelo futuro mercado moçambicano. Cumpre observar que o Brasil, desde o início do relacionamento, vislumbrava Moçambique como um futuro mercado, como um país de grandes possibilidades de comércio e para a internacionalização de empresas brasileiras.

¹⁹⁰Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acessado em 04 de outubro de 2015.

Em 1982 criou-se a Comissão Mista Brasil – Moçambique¹⁹¹ e em dezembro desse ano realizou-se sua primeira reunião, com o intuito de dar ânimo as relações bilaterais, que já estavam consolidadas nessa altura. Poucos meses depois dessa reunião, a gravidade da crise econômica em Moçambique levou ao congelamento da linha de crédito brasileira e abandono dos projetos, que gerou frustrações e queixas das autoridades moçambicanas.

Argumenta-se que duas grandes dificuldades impostas ao comércio bilateral eram as comunicações, tanto aéreas como navais, e as atividades de guerrilha em Moçambique, que obstaculizavam a realização de empreendimentos com segurança. Um exemplo dessa insegurança que assolava o país foi comentado por Fernando Costa Pereira, diretor da empresa Protecno, que em 1982, um contingente de 700 veteranos teria sido destacado para “melhorar as condições de segurança do projeto da Protecno”¹⁹².

No ano de 1976, o embaixador Ronald assinalou que “(...) em se tratando em uma economia que não opera em termos de mercado”, na qual as “decisões e suprimentos externos são monopolizados a nível governamental”, as considerações mais importantes sobre a economia local seriam os interesses das autoridades em áreas estratégicas, como agricultura, saúde, educação¹⁹³. O embaixador queria assegurar a participação de entidades brasileiras como Petrobras, Interbras, Banco do Brasil, Embratel e Vale do Rio Doce.

Nesse sentido, para o embaixador Small, o Brasil deveria agir com “flexibilidade”, para estabelecer “entendimentos futuros”¹⁹⁴. Ocorre que o senhor Ronald já havia captado a lógica desse relacionamento, e que Brasília entendia que o padrão de relacionamento com os países africanos seria por meio do binômio cooperação-comércio. Cabe lembrar que, nos preâmbulos da independência, haviam dois tipos de empresas em Moçambique: as empresas estatais em que o governo assumiu o controle e as empresas que sobreviveram dos tempos coloniais.

Os interesses de ambos apresentavam certa convergência, pois o Brasil não poderia oferecer tantos recursos como um doador europeu. À guisa de curiosidade, em julho de 1980, a embaixada recebeu com interesse o comunicado¹⁹⁵ de que o Vice-Governador do Banco de Moçambique, senhor Prakash Ratilal, assinou em Londres, junto ao Departamento Britânico

¹⁹¹ A Comissão Mista Brasil – Moçambique é um espaço para discutir cooperação bilateral, comércio e promover o encontro entre os chanceleres. Contudo, ficou paralisada por dezesseis anos, entre 1989 e 2005. Foi reativada pelo Ministro Celso Amorim e Ministra Alcinda Abreu. Disponível em www.itamaraty.gov.br. Acessado em 22/08/2015.

¹⁹² Telegrama Confidencial n°521, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 12 de dezembro de 1982.

¹⁹³ Telegrama Confidencial n°277, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 10 de junho de 1976.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Telegrama Confidencial n°280, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 30 de setembro de 1980.

de Garantias, um acordo para concessão de crédito no valor de 57.5 milhões de libras esterlinas, que seriam utilizadas principalmente no complexo açucareiro do país, e também assinou com o governo de Washington um acordo para compra de trigo a crédito de longo prazo, mostrando a “normalização” das relações financeiras e econômicas com os países da economia de mercado e sinalizando a já emergente virada liberal moçambicana.

Uma característica do perfil moçambicano chamou a atenção dos brasileiros. De acordo com o embaixador Small¹⁹⁶, os “círculos empresariais” desse país, rodeado pelas nações de língua inglesa da África Austral, tinha o inglês como língua oficial, de forma que pediu-se o envio da Revista *Brazilian Trade and Industry*, para promover as exportações brasileiras. Naquela altura, os dirigentes moçambicanos se informavam sobre as capacidades industriais de diversos países e o Brasil era um candidato com iniciativas comerciais.

Havia, ainda, uma leitura moçambicana de que era possível superar os problemas do imediato pós-independência, como no caso do Brasil, país com uma trajetória parcialmente semelhante, ao ponto de compartilharem uma história comum. Em entrevista com Machel, o embaixador Small conta que o presidente do país comentou que “Moçambique poderia buscar na experiência brasileira exemplos para a industrialização de produtos agrícolas”¹⁹⁷ e também a industrialização automobilística. O presidente Machel ressaltou que não queria “importar fórmulas de ninguém, sem ser obrigado, como nos tempos coloniais”¹⁹⁸.

Em termos de prioridades, a economia nacional moçambicana atravessava um momento de muitas necessidades, mas a pesquisa nos documentos mostra que as obras ferroviárias e portuárias tiveram um amplo destaque de atenção por parte da diplomacia. É possível sistematizar essas prioridades da seguinte maneira: (i) carvão, gás e petróleo; (ii) agroindústria e as “potencialidades desse setor”; (iii) industrialização e apoio à indústria existente, como por exemplo madeira e fabricação de móveis, produtos agrícolas.

Em 1980, o ministro do Planejamento de Moçambique, Mario Machungo, expôs que era de interesse moçambicano que o Brasil visse seu país como uma “plataforma giratória, para penetração nos nove países da *SADCC*”. Sublinhou o interesse de que determinadas indústrias brasileiras “se transfiram para Moçambique, onde encontrarão mercado e nos países vizinhos novas oportunidades”¹⁹⁹.

No começo dos anos 1980, o Chanceler moçambicano, Joaquim Chissano, visitou o Brasil para discutir cooperação e comércio, conforme já observado. Houve um diálogo em

¹⁹⁶Telegrama Confidencial n°322, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 13 de junho de 1976.

¹⁹⁷Telegrama Confidencial n°111, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 05 de setembro de 1977.

¹⁹⁸Idem.

¹⁹⁹Telegrama Urgente n°508, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 09 de dezembro de 1986.

relação às áreas nas quais poderia-se colaborar em Moçambique, reforçando a necessidade de obras estruturais e exploração dos seguintes setores: carvão, agricultura, gás natural, abertura em linhas de crédito²⁰⁰. A seguir, evidenciam-se alguns dos principais casos.

Houve diferentes missões comerciais brasileiras em Moçambique, e algumas missões de Moçambique ao Brasil. Havia um trânsito considerável de técnicos do Senac, de acompanhamento da *SADCC*, da *Cacex*, da rede Globo, de distintas empresas e mesmo do Banco do Brasil, ainda que não foi possível abrir uma filial do Banco naquele período. As visitas indicam que houve trabalho de inteligência e de promoção comercial.

No começo da década de 1980, houve uma longa discussão sobre a participação do Brasil na exploração de recursos naturais moçambicanos, principalmente no setor de energia. A Secretaria de Carvão e Hidrocarbonetos de Moçambique demonstrou interesse na participação do Brasil em projeto de aproveitamento de gás natural²⁰¹. O interesse brasileiro pelo setor de energia moçambicano foi praticamente instantâneo. Destaca-se que, em 1977, um geólogo brasileiro, “cooperante” no Ministério de Indústria e Comércio de Moçambique, confirmou a ampla quantidade de jazidas de carvão, calculadas “entre as cinco maiores do mundo” e as atenções voltaram-se para a inclusão do Brasil na exploração desse setor. Para o embaixador Small “o significado potencial de tais dados era o desenvolvimento de um intercâmbio mutuamente benéfico”²⁰².

Nesse sentido, surgiu uma oportunidade para realizar uma pesquisa geológica por empresa brasileira em área definida pelo governo de Maputo, para evitar sobreposição com outro país (a URSS também explorava os solos do território em questão). A diplomacia moçambicana foi pródiga em sugerir que, ao invés de realizar as análises no Brasil, fosse montado laboratório em Moçambique – cujo equipamento foi avaliado em torno de 50 mil dólares, e que, após sua conclusão, poderia ser doado ao país. Ofereceu-se, ainda, o treinamento de um técnico moçambicano no Brasil, pelo valor de vinte mil dólares. A empresa CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, conhecida como Serviço Geológico do Brasil, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energias fez doações em equipamentos (micro-ônibus, jipe Toyota, máquinas de escrever) no valor de 50 mil dólares para Moçambique.

As expectativas eram tão fortes que segundo Abdul Osman, secretário do Estado para Carvão e Hidrocarbonetos em 1980, a cooperação no setor do carvão constituiria a “base do

²⁰⁰Telegrama Secreto nº 128, de Exteriores para Embaixada Maputo. Brasília/Maputo, 02 de outubro de junho de 1981.

²⁰¹Telegrama Secreto nº 224, de Exteriores para Embaixada Maputo em 13 de junho de junho de 1980.

²⁰²Telegrama Confidencial nº 163, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 28 de setembro de 1977.

relacionamento econômico entre Brasil e Moçambique” e a possibilidade de “estabelecer uma balança de comércio mais equilibrada”²⁰³.

O senhor Antônio Melicias, da empresa Pão de Açúcar, visitou Moçambique para “avaliar perspectivas” sobre negócios. Foi oferecida, por meio do representante da empresa, possibilidade de apoio técnico para montar uma rede de supermercados governamentais, que não foi concretizada, certamente pela falta de recursos²⁰⁴.

Um componente menos estudado no comércio bilateral é a participação brasileira na Feira Agro-Pecuária, Comercial e Industrial de Moçambique, conhecida como FACIM, que completou 51 anos em 2015. A participação do Brasil, de acordo com Santos (2014, p.294), começou em 1972, a partir de um trabalho de inteligência comercial realizado primeiro pelo Consulado Geral e depois pela embaixada, no sentido de atrair empresários, com custos bancados pelo Itamaraty, ainda na gestão Gibson Barboza. Em 1972, uma missão que contava com a presença do presidente da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo e da Confederação Nacional de Indústria seguiu para participar na Feira e exibir produtos brasileiros que poderiam ser exportados (SANTOS, 2015, p.295).

de Moçambique. O país contou com um pavilhão de vinte e cinco expositores e o chamado o “Pavilhão do Brasil”, ao qual o presidente Samora Machel se fez presente. Naquele ano, estava exposto no Pavilhão um caminhão frigorífico da Scania Brasil, no valor de US\$ 75 mil, e Samora Machel solicitou sua doação no final da Feira. Após negociações entre o embaixador Zappa e o governo brasileiro, com assinatura de Decreto Presidencial por Geisel, que autorizava a operação, acordou-se que a Scania pagaria 50% e o Itamaraty o restante, para que o caminhão pudesse ser doado para o governo da Frelimo²⁰⁵.

A participação brasileira na FACIM estendeu-se ao longo dos quarenta anos. Em 2015 o país ainda participou na Feira. Contudo, para fins desta pesquisa é necessário buscar mais informações sobre a presença brasileira na Feira, no sentido de investigar um importante mecanismo de construção da imagem do Brasil em Moçambique.

As relações comerciais entre 1975 e 1986 eram, no entanto, ainda preâmbulares. As dificuldades para o comércio já citadas, como a falta de uma rota marítima e os desafios internos de ambos os países, foram responsáveis por manter o intercâmbio comercial com um perfil de baixa densidade, baseado em exportações brasileiras de bens e serviços, eventuais

²⁰³ Telegrama Secreto n°380, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 01 de outubro de 1980.

²⁰⁴Telegrama Confidencial n° 023, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 20 de fevereiro de 1977.

²⁰⁵ Telegrama Secreto n°879, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 17 de novembro de 1977.

projetos multinacionais e, em última análise, acompanhado pela cooperação bilateral como única forma de viabilizar, a longo prazo, o intercâmbio.

5.4 Política Interna

Há uma série de outros assuntos que tornam o estudo das relações entre Brasil e Moçambique uma investigação sobre toda a região da África Austral à época do “cordão combativo”. Havia, indubitavelmente, um diálogo de assuntos políticos, ainda que não institucionalizado como outros, que ultrapassava os limites da dimensão bilateral propriamente dita, que de certo modo responde à relações internacionais de Moçambique, aos acordos que firmava, aos países com os quais mantinha relações, aos périplos das autoridades, às relações com os países vizinhos e os outros temas encontrados que dizem respeito à política internacional de maneira geral. O contexto histórico de Guerra Fria foi responsável por dar um tom de acompanhamento e monitoramento brasileiro sobre a evolução das questões políticas da África Austral e do Atlântico Sul em particular, mas também de organização do continente africano no geral e dos avanços do comunismo internacional.

Esse diálogo político também versava sobre os pormenores da situação interna de Moçambique, por meio dos jornais diários e semanários já indicados, e também por relatórios políticos sobre os Congressos da FRELIMO, especificamente o terceiro congresso, cujo impacto para a política externa moçambicana já foi mencionado. O diálogo político é um instrumento diplomático que não se limita ao contexto bilateral, na medida em que mobilizam-se temas internacionais, regionais e domésticos, e serve para aprofundar a interlocução entre ambos os atores.

Quatro áreas temáticas desse diálogo bilateral foram identificadas, e expressam a natureza dos assuntos políticos discutidos, quais sejam: (i) questões domésticas de Moçambique, (ii) as relações com Portugal; (iii) o engajamento de países extracontinentais no continente e (iv) os fatores regionais. Esta parte ainda carece do vínculo entre as fontes do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores em Brasília e a literatura especializada sobre cooperação e conflito na África Austral.

As principais questões domésticas que repercutiram para o Brasil estiveram ligadas aos rumos da construção do Estado Moçambicano. Havia um cuidado especial, por parte dos embaixadores, em acompanhar as discussões do Comitê Central da FRELIMO, seus princípios ideológicos, as contradições internas da organização, a situação econômica e social do país, o nascimento da pequena burguesia nacional e a situação das massas, a luta

ideológica contra tendências capitalistas, dentre outras questões semanalmente reportadas para Brasília. Há um verdadeiro acervo de imprensa local em Brasília que indica a necessidade da diplomacia brasileira em conhecer melhor o país.

Um fato curioso, mas não inesperado foram os problemas que enfrentou o governo de Maputo com o bloco socialista, ao iniciar seu périplo na Europa Ocidental, para o qual que haveria de prestar contas sobre a natureza dos encontros. Em entrevista com Chissano, na época, Ministro dos Negócios Estrangeiros, o embaixador Small ²⁰⁶ enfatizou a “equidistância” que Moçambique queria manter da “arena internacional” – reforçando a ideia de uma política externa pragmática.

Acompanhavam-se as sessões do Comitê Central da FRELIMO, a necessidade de reforçar a agricultura familiar, a questão do setor privado e a definição de áreas onde o setor privado pudesse exercer sua atividade. Assistia-se a violência da guerra civil, as notícias divulgadas sobre as perdas de vidas humanas ocasionadas pelos ataques rodesianos ao país, como nas regiões de Manica e Tete.

As relações com a ex-metrópole foram capítulo importante na política exterior moçambicana. A embaixada em Maputo acompanhou com interesse o desenvolvimento das relações entre ambos os países. Havia interesse de Lisboa em manter relações com o país. Por outro lado, o governo da FRELIMO também se interessava em entender as relações entre Brasil e Portugal no depois do Tratado de Amizade.

A ida do primeiro ministro Mário Soares ao Brasil em dezembro de 1976 foi vista em Moçambique como uma tentativa de reaproximação do Brasil ao governo português. As notícias apresentavam críticas ao regime político brasileiro, particularmente pela afirmação, do premiê, na Assembleia das Nações Unidas, a “intangibilidade da presença de Portugal em África”, e a recusa da possibilidade de considerar a independência. Naquele momento, discutia-se o eventual ingresso da Guiné Bissau na ONU logo após sua independência, para promover seu reconhecimento internacional²⁰⁷.

O Brasil se interessava na possibilidade de aproximação entre Moçambique e Portugal. Em 1978, embaixador Zappa comentou a reaproximação e a expectativa de que um acordo de cooperação entre a ex-metrópole e a ex-colônia. Moçambique tinha revogado a medida de expulsão, determinada pelo governo, de pessoas que haviam optado pela nacionalidade portuguesa na independência e poderiam naquela altura regressar ao país²⁰⁸.

²⁰⁶ Telegrama Secreto n°79, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 11 de dezembro de 1976.

²⁰⁷ Telegrama Secreto n° 52 de Embaixada Maputo para Exteriores em 20 de dezembro de 1976.

²⁰⁸ Telegrama Secreto n°299, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 03 de julho de 1978.

Outro tema que ganhou destaque foi a posição das potências extracontinentais em Moçambique e na África Austral. Grande parte deste tema era ocupado por questões sistêmicas, do alcance das superpotências na região da África Austral e em Moçambique. Por meio da embaixada de Maputo foi possível obter notícias sobre as atuações tanto da URSS como dos Estados Unidos, ou dos países europeus dispostos a intervir nos assuntos do continente e da região.

As relações entre Moçambique e a União Soviética eram de especial interesse. A Embaixada recebeu notícias²⁰⁹ sobre o discurso de Samora Machel em banquete oferecido na viagem oficial ao bloco soviético, sobre as atividades comerciais, como a prospecção de minério de ferro, bauxita e outros minerais e mesmo sobre os acordos de cooperação e amizade firmados já mencionados, com a URSS e a China.

Assuntos de segurança internacional também faziam parte, ocasionalmente, da agenda, e Maputo era um posto privilegiado para assistir algumas questões contemporâneas àquela época. Houve uma série de notícias sobre a possível criação de uma *South Atlantic Treaty Organization*²¹⁰, sobre a instabilidade na África do Sul, das atividades soviéticas e cubanas em Angola, que muito preocupava o governo brasileiro.

A possibilidade de criação de uma OTAS foi observada em Moçambique por meio de reportagens da revista *Jeune Afrique*²¹¹. A embaixada brasileira foi proativa em desmentir essas reportagens e reiterar que não haveria pacto de defesa do Atlântico Sul nem com a África do Sul. Ainda, o embaixador Zappa registrou desconfiança dos moçambicanos nas relações entre OTAN e a África do Sul, e o suposto apoio da organização aos regimes racistas da África Austral.

Em termos de repercussão interna no Brasil, as atividades comunistas em África foram vistas pelos conservadores do regime militar como uma possível ameaça para a segurança do Atlântico Sul, zona de influência brasileira e de grandes interesses no campo comercial e econômico, resultado da crescente atividade comercial com a Europa.

²⁰⁹ Telegrama Secreto n°256, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 01 de julho de 1976.

²¹⁰ Durante a Guerra Fria o Atlântico Sul se tornou palco de disputa bipolar. Esse território é muito importante para a segurança brasileira, é o país cuja fronteira é mais extensa na costa e configura sua fronteira ao leste. De acordo com Abdur & Neto (2014, p.9), 26,6% da população brasileira concentra-se na costa, 90% do comércio exterior do Brasil realiza-se pelo Atlântico Sul e mais de 90% do petróleo provém de plataformas *offshore*. A Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) nunca chegou a existir, mas durante a ditadura militar, o Atlântico Sul foi considerado uma área estratégica para a segurança do país. a África do Sul lançou em 1966 um projeto diplomático para formar um pacto de defesa contra o avanço do comunismo no hemisfério Sul. Pio Penna (2003, p.14) buscou não estar associado à criação dessa Organização com a África do Sul, que encontrava-se em plena fase de isolamento internacional pela política do *apartheid*.

²¹¹ Telegrama Secreto Confidencial n° 96, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 16 de abril de 1976.

A embaixada verificou as visitas oficiais²¹² de Machel à Coreia do Norte, Mongólia, China e Hungria. Sabe-se que em 1976 o primeiro embaixador chinês foi retirado de Moçambique, deixando a embaixada a um Encarregado de Negócios, fato que reflete o esfriamento das relações sino-moçambicanas, conforme explicado no capítulo primeiro, ocorrência que deu lugar ao aumento da presença soviética em Moçambique²¹³.

Do ponto de vista regional e subregional, Samora Machel, acreditava que os interesses das grandes potências antagonizavam-se com os interesses dos grupos nacionalistas de libertação nacional, que mantinham uma estreita relação baseada na solidariedade internacional. Um dos desdobramentos da política internacional na subregião era a persistência de Ian Smith no poder de *Salisbury*, capital da então Rodésia.

Outro tema são os Estados da Linha de Frente. O Brasil pôde entender a situação dos países vizinhos de Moçambique, como no caso da reunião entre Stephen Low (embaixador americano em Lusaka) e John Graham (oficial do *Foreign Office*), respectivamente, emissários dos Estados Unidos e do Reino Unido para a questão da Rodésia. Se reuniram em Moçambique, junto de Samora Machel e Robert Mugabe.

Foi assim que o Brasil tomou conhecimento da nota verbal²¹⁴ enviada pelo representante permanente de Moçambique nas Nações Unidas, endereçada ao Secretário Geral, sobre os ataques do regime ilegal da Rodésia do Sul, documento que registrou os ataques ofensivos e as consequências humanas, denunciando a Rodésia e reiterando a Resolução 235 de 1986, sobre a ilegalidade do regime da Rodésia do Sul.

A nota verbal, acompanhada de um relatório, detalhava os equipamentos usados nos ataques, sua localização geográfica, horários, danos materiais, datas, número de vítimas envolvidas e mesmo a disposição dos corpos deixados por bombas e balas rodesianas. A embaixada tomou conhecimento da incursão que as forças de Ian Smith voltaram a fazer em território moçambicano, próximo à região de fronteira, na cidade do Chimoio, província de Manica.

Para o governo de Maputo, o acordo interno da Rodésia (entre Nkoma e Kaunda com Ian Smith) representava uma tentativa de resgatar o colonialismo e o racismo. A crítica de Machel era no sentido de que tratava-se “apenas de introduzir alguns negros nas estruturas do regime para camuflar como guerra civil a realidade da guerra colonial”. Para o embaixador

²¹² Telegrama Secreto Confidencial n°293, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 11 de maio de 1978.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Telegrama Secreto-Confidencial n°266, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 02 de dezembro de 1977.

Zappa, Moçambique sofreu demasiado ônus pelo apoio à independência da Rodésia, principalmente pelo fechamento da fronteira com esse país e os prejuízos financeiros, a concentração de refugiados em território de Moçambique e frequentes ataques das forças de Smith na fronteira²¹⁵.

A vida diplomática em Maputo era preenchida por temas como a luta da Zâmbia e do Zimbábue, países com os quais Moçambique mantinha relações de solidariedade recíproca, os encontros presidenciais entre Machel, Nyerere, Agostinho Neto, Mugabe e Kaunda, a assinatura dos acordos de Nkomati, a viagem de Ian Smith a Washington, e outros problemas políticos e sociais da África Austral. Todos esses temas tiveram um lugar importante na política exterior moçambicana, de modo que fazia parte do trabalho de inteligência política que espera-se de uma embaixada de uma ditadura militar em um país comunista.

Um assunto sensível do ponto de vista subregional foi a criação do esquema *Silvermine* de vigilância da rota do Cabo, próximo a base naval de *Simonstown* que, de acordo com Penna Filho (2008, p.58), era uma estrutura de defesa desenvolvida pelo governo sul-africano com colaboração de países desenvolvidos Ocidentais. Essa rota passava por Moçambique e haviam acusações de presença e trânsito da marinha soviética.

5.5 Solidariedade nos anos de chumbo

As conexões entre Brasil e Moçambique superaram os vínculos formais do Estado e os interesses econômicos e comerciais. Há uma dimensão intersocietária, que diz respeito aos contatos entre as sociedades e processos políticos e sociais que vinculam a sociedade para além do Estado. A ideia inicial da tese era realizar uma pesquisa sobre os brasileiros e brasileiras que viveram em Moçambique e participaram no projeto da FRELIMO e da construção nacional durante nos anos 1970 e 1980.

Foram coletadas informações, nomes, rotas, grupos, atividades e depoimentos, no âmbito das múltiplas instituições que reportavam ao Sistema Nacional de Informações da ditadura militar o trânsito de brasileiros e brasileiras a Moçambique, trajetórias pessoais que se produzem no âmbito dos conflitos entre o capitalismo e socialismo numa perspectiva global.

Essa pesquisa, da qual acumulou-se muito material, acabou por não entrar nesta tese, por motivos de tempo. O material é suficientemente volumoso para continuar a pesquisa e

²¹⁵Idem.

escrever por meses, de maneira que é um desdobramento importante e uma janela aberta pela pesquisa que esta tese se propôs fazer.

Vale registrar, a propósito, a criação da ABRASSO, a Associação Brasileira de Amizade ao Povo moçambicano, em novembro de 1980, em São Paulo. A instituição foi criada por brasileiros que viveram em Moçambique e, ao retornar, decidiram difundir causa da revolução moçambicana e tinha laços com a Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade para com os Povos (AMASP). Segundo uma reportagem da revista Tempo (nº 561 de 12 de janeiro de 1981) a ABRASSO era a "primeira organização de solidariedade com Moçambique que se cria na América do Sul. Várias são as razões que ocasionaram o significativo peso dos cooperantes brasileiros que estiveram e ainda estão entre nós".

Em largos traços, eram três as organizações políticas dos brasileiros para Moçambique: a ABRASSO, o Núcleo do Partido dos Trabalhadores em Moçambique e o Partido Comunista Brasileiro e há relatos das crianças brasileiras que aprendiam o hino da FRELIMO nas escolas.

As redes internacionais da esquerda comunista possibilitaram o contato de brasileiros exilados da ditadura militar com integrantes da FRELIMO, que aceitavam cooperantes com o regime revolucionário. Azevedo (2012, p.465) define a esquerda internacional como uma "extensa rede social", pela qual movimentam-se "bens, ideias e pessoas" entre as fronteiras daquele mundo bipolar.

Ainda que o fenômeno tenha sido restrito numericamente, é interessante ressaltar quais vias tornaram esse trânsito possível, bem como o pano de fundo político que fundamentou a relação entre os exilados brasileiros e as lideranças moçambicanas. O ponto de partida para essa reflexão é a realização de entrevistas com atores e atoras do processo, muitos dos quais estão vivos e carregam essa memória como uma importante experiência de vida.

Por sua vez, a Embaixada do Brasil tinha interesse em saber quem eram os cooperantes brasileiros que trabalhavam com a Frente. Havia um formulário de requerimento relativo à autorização oficial que habilitava os cidadãos brasileiros a trabalharem com governo estrangeiro. Os brasileiros também engajavam-se nos assuntos regionais, a Embaixada foi informada que um grupo de cooperantes brasileiros em Moçambique apoiou a luta do Zimbábue e mandaram mensagens expressando solidariedade e apoio à libertação desse país.

Esses contatos foram tão importantes que o secretário do Partido Comunista brasileiro, Luiz Carlos Prestes, compareceu ao banquete do segundo aniversário da independência

nacional, a convite de Samora Machel. O embaixador Ronald Small, presente nessa ocasião, viu-se em uma situação delicada e escreveu ao Itamaraty comentando que, se houvesse discurso do brasileiro, suas palavras poderim ter sido “conflitantes” com a visão oficial do Brasil²¹⁶.

A Embaixada em Maputo estava preocupada com a relação do PCB e as imagens que mostrava do Brasil em Moçambique. As trajetórias militantes e as contradições com a postura do governo de Brasília serão exploradas a partir de pesquisa no fundo ASMOB do Arquivo da Memória Operária no Rio de Janeiro na UFRJ, no acervo de Madalena Arraes, disponível em cartas no arquivo do Diário de Pernambuco, e no acervo de Luiz Carlos Prestes, disponível por meio de um instrumento de pesquisa *on-line* do Arquivo Nacional em Brasília, e no estudo da e na Associação Brasileira de Solidariedade com o Povo de Moçambique.

5.6 Observações Finais

Este capítulo abordou os primeiros anos do relacionamento bilateral e evidenciou o emaranhado de motivações e circunstâncias que as condicionaram e motivaram. Os temas tratados representam os antecedentes políticos, sociais, econômicos e materiais para posterior engajamento, e a criação dos primeiros mecanismos institucionais, como o Acordo Geral de Cooperação e a Comissão Mista, marcaram essa fase de aproximação nas relações entre Brasil e Moçambique.

Apontou-se que a lógica do relacionamento foi constituída nesses primeiros anos é centrada em dois elementos: a cooperação e as possibilidades de comércio. Houve uma politização desses instrumentos, na perspectiva de que houve uso político dos projetos de cooperação técnica e presença das empresas brasileiras em Moçambique para aproximar ambos os países.

Entende-se, à guisa de observação final, que a cooperação e o comércio, ainda que realizados com dificuldades em um e no outro, foram arquitetados como instrumentos de criação de confiança. Considera-se, neste sentido, que tratam-se de mecanismos que promovem a manutenção das relações bilaterais e dão força aos projetos envolvidos. São, de fato, dispositivos que se mantém até os dias atuais, quarenta anos mais tarde ainda são sustentados por esforços de ambos os lados.

²¹⁶Telegrama Confidencial-Urgentíssimo n°491, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 23 de junho de 1977.

Nesse âmbito, houve um estreitamento das relações, acompanhado pela negociação de acordos bilaterais, como o Acordo Geral de Cooperação, instrumento que fornece a base jurídica do eixo fora do centro. O âmago, portanto, das relações entre Brasil e Moçambique, têm origem naqueles nove anos, de aproximação gradual, e de dificuldades e limitações no financiamento brasileiro de projetos de desenvolvimento no exterior, país que terminou a década de 1980 com problemas no balanço de pagamentos.

As principais atividades das Embaixada nos primeiros anos podem ser sintetizadas da seguinte maneira: cooperação técnica limitada, mas concentrada nas áreas de saúde e agricultura; intercâmbio comercial, como a participação brasileira na Feira Internacional de Maputo, e eventos que iriam marcar esses anos, como a visita técnica de representantes do Banco de Moçambique ao Rio de Janeiro, na busca por cooperação técnica na área financeira, bem como o processo de compra de barcos pesqueiros do Brasil, que culminou com o curioso fato de que, tais barcos deixaram o litoral brasileiro com a bandeira moçambicana, e dessa forma, tornaram-se os primeiros navios a cruzarem o Atlântico com a bandeira da República Popular de Moçambique, que muito agradou os dirigentes da FRELIMO.

O capítulo buscou mostrar que as relações bilaterais eram determinadas por conjunto de interesses de ordem política, econômica e cultural e que a presença brasileira em Maputo contribuiu para avançar os interesses “extracontinentais” do Brasil. Por outro lado, houveram redes de solidariedade que atuaram além da esfera oficial que, associadas a outras dinâmicas, como a presença de missionários, de empresários e das questões culturais e linguísticas envolvidas, revelam que as sociedades também se conectaram em diversas circunstâncias.

O período 1975-1986 acaba em um contexto de crise em ambas os lados. Há um esfriamento das relações bilaterais, que começa a aparecer no começo dos anos 1980, quando a guerra civil em Moçambique estava intensa. A retomada das relações iria demorar e o período de esfriamento é objeto do capítulo seguinte.

Capítulo 6 - Relações bilaterais entre 1987 e 2002

A "diplomacia para resultados" não se limita, portanto, à colocação do problema da justiça e da paz, inerente à reivindicação de uma ordem econômica mundial, em termos abstratos ou conceituais. Ela manifesta sua consciência de que as disputas por poder têm, em todas as instâncias da vida internacional, um caráter hobbesiano. Prática e realista, ela sabe que não há valores absolutos por trás da luta pelo produto mundial. A dinâmica da história revela que justiça e paz são conceitos indeterminados, vagos e ambíguos (...) (SETÚBAL, Olavo. Discurso pronunciado por sua excelência o Doutor Olavo Setúbal por ocasião de transmissão de cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 15 de março de 1985.

Enquanto Moçambique atravessava a primeira década da independência com avultadas dificuldades, o Brasil estava em meio a crise da dívida externa que o levou a declarar moratória em 1987, suspendendo o pago das obrigações aos credores internacionais. Deve-se reconhecer que, a despeito dos problemas, os laços bilaterais sobreviveram e foram fortalecidos e Moçambique não perdeu o sentido para a diplomacia de Brasília

Dessa maneira, como lembra o professor Saraiva, as relações entre Brasil e Moçambique não podem ser examinadas nos reduzidos termos do pragmatismo brasileiro (SARAIVA, 1997). Para este autor, os "silêncios deliberados" dão "dinâmica própria" ao relacionamento do Brasil com o continente africano. Prevaleceu, durante todo este período, o discurso culturalista, que atravessou as relações bilaterais e significou o esforço de reconstruir o passado a partir das mais diversas vinculações entre o Brasil e o continente africano.

Do ponto de vista mais geral, a agenda bilateral deste período pode ser organizada em três eixos: (i) arranjos de cooperação; (ii) acordos de investimentos e (iii) promoção do discurso culturalista. Moçambique tornou-se efetivamente um espaço privilegiado para a realização da cooperação brasileira em tempos de crise e dificuldades econômica. A balança comercial favorável ao Brasil é problemática porque mostra uma estrutura semelhante ao sistema colonial, em que a metrópole mantém todos os privilégios econômicos. O Brasil não entendeu que problemas de subdesenvolvimento só podem ser resolvidos a longo prazo.

O avanço das relações bilaterais é acompanhado por uma promoção cultural que quer exportar produtos culturais brasileiros. Em 1986 a rede Globo permitiu o uso dos programas brasileiros transmitidos em Portugal na televisão do país africano. Nesse mesmo ano, em 23 de junho, o novo embaixador Luiz Fernando Nazareth, assumiu a representação do Brasil em Maputo.

Em abril de 1988 foi a primeira vez que um presidente moçambicano visitou o Brasil. O objetivo do encontro era para incrementar e diversificar o relacionamento bilateral²¹⁷. Nessa oportunidade o presidente Sarney qualificou o governo da África do Sul como cruel e anacrônico, mostrando.

O primeiro presidente da África Austral a visitar o Brasil na redemocratização foi Sessé Seko do Zaire (atual República Democrática do Congo). O governo brasileiro passou a apoiar a independência da Namíbia e Sarney visitou o Cabo Verde do presidente Aristides Pereira e recebeu o bispo Desmond Tutu, condecorado pelo chanceler Sodré com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e chegou a soltar uma nota sobre ataques à Maputo por comandos sul-africanos naquele ano (BARRETO, 2017, p.86).

A Tabela 6.1 elenca os principais atos internacionais sem querer ser exaustiva.

Tabela 5 - Atos internacionais assinados entre Brasil e Moçambique (1986-2002)

DOCUMENTO	DATA	ASSUNTO
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique ao Acordo Geral de Cooperação de 15 de setembro de 1981, na Área de Agricultura Irrigada	Celebrado em 27/05/1989, com Moçambique Assunto: Agricultura	Faz parte do Programa Nacional de Irrigação (PRONI) do Ministério da Agricultura do Brasil e da Secretaria de Estado Hidráulica Agrícola de Moçambique.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique de Cooperação Cultural	Celebrado em 01/06/1989, com Moçambique Assunto: Cooperação Artístico-cultural Status: Em Vigor.	Envolve cooperação e intercâmbio em cultura, educação, arte, esportes e comunicação social ²¹⁸ .
Protocolo Complementar ao Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique de Cooperação no Campo da Meteorologia..	Celebrado em 01/06/1989, com Moçambique Assunto: Meio Ambiente Status: Em Ratificação	Estabelecer um mecanismo de cooperação no campo da meteorologia para atuar em questões econômicas e sociais ²¹⁹ .
Acordo entre o Governo da	Celebrado	Incrementar a cooperação na

²¹⁷ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_21/. Acesso em 6 de junho de 2017.

²¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0159.htm. Acessado em 6 de julho de 2017.

²¹⁹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1990/decretolegislativo-14-29-maio-1990-360169-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 6 de julho de 2017.

República Federativa do Brasil e a República de Moçambique de Co-Produção Cinematográfica	em 01/06/1989, com Moçambique Assunto: Cooperação Artístico-cultural Status: Em Ratificação.	área cinematográfica e estimular projetos de co-produção de filmes ²²⁰ .
Protocolo Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.	Celebrado em 01/06/1989, com Moçambique que Assunto: Cooperação Científica e Tecnológica Status: Em Ratificação.	Estabelecer as prioridades na cooperação científica, técnica e tecnológica. Reconhece quatro áreas prioritárias ²²¹
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique	Celebrado em 01/06/1989, com Moçambique Assunto: Cooperação Científica e Tecnológica Status: Em Ratificação.	Aprofundar a cooperação existente entre os países. Mobilizar recursos financeiros para realizar as atividades ²²² .
Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique	Celebrado em 18/07/1997, com Moçambique Assunto: Recursos Naturais Status: Em Vigor.	Promover a cooperação técnica no campo da mineração, formar recursos humanos, capacitar docentes do Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize, nas áreas de minas de céu aberto e subterrâneas ²²³ .
Acordo, por Troca de Cartas, que Regulamenta a Cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz na ONU em Moçambique (ONUMOZ), Celebrado entre o Governo da República Federativa do	Celebrado em 28/11/1994, com Organização das Nações Unidas - ONU Assunto: Paz, Amizade, Comércio e Navegação Status: Superado.	Participação do Brasil na ONUMOZ.

²²⁰ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_27/. Acessado em 6 de julho de 2017.

²²¹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_26/. Acessado em 6 de julho de 2017.

²²² Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_29/. Acessado em 6 de julho de 2017.

²²³ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_59_2011-09-01-14-10-04/. Acessado em 6 de julho de 2017.

Brasil e a Organização das Nações Unidas		
Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique	Celebrado em 18/07/1997, com Moçambique Assunto: Recursos Naturais Status: Em Vigor.	
Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pela República Federativa do Brasil.	Celebrado em 18/07/2000, com Moçambique Assunto: Relações Diplomáticas e Consulares Status: Em Vigor.	Estabelece os termos em que a República do Brasil e na concessão de terreno, na qualidade especial de que os imóveis no terreno da embaixada do Brasil são propriedades da República de Moçambique, para construir a missão diplomática ²²⁴ .
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde.	Celebrado em 20/06/2001, com Moçambique Assunto: Saúde Status: Expirado.	Prestar cooperação no domínio da saúde. Atenção especial à formação e apoio institucional ²²⁵ .
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica, Educacional, Científica e Tecnológica na Área da Segurança Pública.	Celebrado em 20/06/2001, com Moçambique Assunto: Segurança Pública Status: Em Vigor.	Fortalecer a cooperação no domínio da segurança pública. Cooperação na área de combate ao crime ²²⁶ .
Memorando de Entendimento, na área de Cooperação Educacional, entre o Governo da	Celebrado em 20/06/2001, com Moçambique Assunto: Cooperação	Incrementar a cooperação universitária, formação de professores, intercâmbio educacional ²²⁷ .

²²⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_55/ . Acessado em 6 de julho de 2017.

²²⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2001/b_25/ . Acessado em 6 de julho de 2017.

²²⁶ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2001/b_28/ . Acesso em 6 de julho de 2017.

²²⁷ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2001/b_29/at_download/arquivo . Acesso em 6 de julho de 2017.

República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique.	Universitária Status: Em Vigor.	
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação celebrado entre os governos da República Federativa do Brasil e da República de Moçambique na área de Educação para a Implementação do Programa "Alfabetização Solidária em Moçambique.	20/06/2001, Status: Expirado.	Implementar o projeto "Alfabetização Solidária em Moçambique" e apoiar na política nacional de educação de jovens e adultos ²²⁸ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação celebrado entre os governos da República Federativa do Brasil e da República de Moçambique na Área de Educação para a Implementação do Projeto "Bolsa-Escola".	Celebrado em 20/06/2001, com Moçambique Assunto: Cooperação Educacional e Esportiva Status: Expirado.	Implementar o "Projeto Bolsa-Escola em Moçambique" ²²⁹

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.concordiamre.com.br

6.1 Relações bilaterais

As observações desta seção põem em evidência o fato que havia uma vasta agenda bilateral entre Brasil e Moçambique. Esta parte do capítulo refere-se à maneira como a agenda bilateral se transformou em uma relação mais íntima, antecipando muitas das áreas que tornar-se-iam destaque durante o governo de Lula da Silva. Registra-se, a propósito, o fato de que nos entre 1987 e 2002, Moçambique permanece um dos países mais importantes para a inserção do Brasil em África.

Para a viabilização desse empreendimento fez-se necessário forjar uma identidade positiva da presença brasileira em Moçambique, e essa identidade foi construída a partir de um conjunto de elementos dos quais destacam-se a cooperação internacional, o comércio e o discurso cultural. Este período apresenta, portanto, mais continuidade do que ruptura com o período anterior (1975-1986).

²²⁸ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2001/b_30/. Acesso em 6 de julho de 2017.

²²⁹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_130/. Acessado em 6 de julho de 2017.

A partir de 23 de junho de 1988, a embaixada do Brasil em Maputo tornou-se cumulativa com o Reino do Lesotho²³⁰ e mais tarde com a República do Madagascar, permanecendo assim até os dias atuais. Foi a partir de Maputo que a diplomacia brasileira manteve interesse na SADC e nas questões regionais pertinentes àqueles países do sul do continente. Salienta-se o fato de que Moçambique é um Estado pivô nos esforços de integração econômica e regional dessa região.

A crise na região dura até que os ministros das relações exteriores da África do Sul Roelof Pik Botha e o ministro de Moçambique Pascoal Mocumbi formalizaram no dia 20 de outubro de 1993 o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. A embaixada da África do Sul em Maputo era a maior tanto em tamanho como em número de funcionários²³¹.

Dessa maneira, o sul do continente africano alcançou lugar de destaque nas agendas dos países desenvolvidos. A primeira ministra britânica Margaret Thatcher visitou em 1989 alguns países vizinhos de Moçambique, como Zimbábue, Malawi, África do Sul e outros. O Reino Unido oferecia ajuda ao governo moçambicano no valor de três milhões de libras para os deslocados internos e mais três milhões de libras para os refugiados e a mandatária afirmou em discurso no Malauí, que o problema de Moçambique era um problema de terrorismo e que, portanto, era uma questão de ordem regional²³², envolvendo potências extracontinentais de maneira mais ativa na região.

Observando esse período detidamente entende-se a importância que assumiu Maputo para a diplomacia de Brasília. A correspondência é uma janela para entender a percepção brasileira sobre o relacionamento, marcada pelo tom positivo e confiante, expressa em termos utilizados como "total clima de cordialidade" ou pelo "espírito de conciliação", referindo-se à superação dos ressentimentos, e por outros termos que denotam as expectativas positivas para Brasília.

Assim, a despeito dos fatores que minavam o relacionamento bilateral, é possível apontar algumas convergências entre Brasil e Moçambique, principalmente nos temas da democratização e descentralização, da liberalização da economia e das privatizações, da adoção do receituário neoliberal típico do início dos anos 1990. Moçambique, por sua vez, era sensível ao interesse brasileiro em estreitar as relações bilaterais e houve um processo de

²³⁰ Telegrama n° 215 de Exteriores para Embaixada em Maputo em de 8 de junho de 1990.

²³¹ Disponível em: <http://www.dirco.gov.za/maputo/bilateral.html>. Acesso em 11 de julho de 2017.

²³² Disponível em: <http://www.margarethatcher.org/document/107621>. Acessado 11 de julho de 2017.

ajustes políticos por meio de acordos, listados neste capítulo, que serviram para estabelecer e para regulamentar a ordem das prioridades na agenda bilateral.

A embaixada em Maputo era, contudo, pequena. No fim da década de 1980, era composta pelos seguintes funcionários, mais o embaixador: a Conselheira Maria Auxiliadora Figueiredo e os funcionários António Alberto Paulo Matabele e Rabeca Gulele²³³. Em 1991 a embaixada era composta pelo embaixador e uma funcionária, Maria Auxiliadora Figueiredo, removida em agosto de 1991. Em 1991 um telegrama urgente²³⁴ da embaixada solicitava a remoção de algum diplomata para aquele posto, que ficara sem o secretário Pery Machado sem ser substituído em 1990.

A desconfiança que por tantos anos abalava a relação bilateral rompeu-se com o estabelecimento da embaixada de Moçambique em Brasília e com a participação do Brasil na ONUMOZ. No que se refere à embaixada de Moçambique no Brasil, a documentação mostra que no dia 20 de janeiro de 1997 teve lugar a primeira audiência com Encarregado de Negócios de Moçambique, Bernardo Nunes Albino Zaqueu que, após servir nas Nações Unidas, no Zimbábue, na Rússia e na China, instalou a embaixada em Brasília e estabeleceu contatos com outras missões. Na entrevista assinalou que sua tarefa primordial era dar continuidade às relações existentes entre os dois países, reforçando aspectos prioritários como a cooperação na área educacional²³⁵.

A embaixada moçambicana começou a funcionar em 1997. A primeira embaixadora de Moçambique em Brasília foi a senhora Felizarda Isaura Monteiro, que apresentou credenciais para o presidente Fernando Henrique Cardoso em audiência no Planalto no dia 12 de novembro de 1997²³⁶. Nesse mesmo ano é nomeado um novo embaixador em Maputo, Helder Martins de Moraes, cujo cargo torna-se cumulativo com a República do Madagascar.

Entre os anos 1987 e 1988 verificou-se que as fontes oficiais do AHI estão limitadas a uma documentação ostensiva e sem conteúdo relevante para a pesquisa. Os arquivos do MRE são fragmentados e os documentos que mencionam "anexos" são separados e arquivados em espaços diferentes e há carência de funcionários para encontrá-los.

Em 1989 um engenheiro brasileiro que trabalhava com agricultura em Moçambique, sem contatos com a embaixada, faleceu na província de Sofala vítima de uma emboscada da

²³³ Telegrama n° 019 da Embaixada de Maputo para Exteriores em 21 de fevereiro de 1989.

²³⁴ Telegrama n° 173 da Embaixada de Maputo para Exteriores em 28 de agosto de 1991. Urgente.

²³⁵ Telegrama n° 022 de Exteriores para Embaixada em Maputo em 24 de janeiro de 1997 "Brasil-Moçambique. Audiência do encarregado de negócios de Moçambique com o senhor Ministro de Estado" Reservado.

²³⁶ Telegrama n° 420 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de novembro de 1997.

RENAMO, o Sr. Mauricio Alpendre Daher, à serviço da empresa "Agrária" do Paraná²³⁷. Esse evento contribuiu para o interesse da embaixada em conhecer melhor o conflito interno e o posto acumulou um grande acervo de reportagens.

Não deixa de chamar a atenção que apenas o Partido Comunista Brasileiro foi convidado a participar no Quinto Congresso da FRELIMO entre 24 e 31 julho de 1989 em Maputo, para observar as deliberações que transformariam o partido marxista em um partido capitalista²³⁸. O convite do PCB em detrimento do governo brasileiro demonstra que os ressentimentos, naquela data, não estavam absolutamente superados.

Outra característica das relações bilaterais é o uso de visitas de alto nível como maneira de dar destaque e impulso às relações bilaterais, ao ponto que os contatos presidenciais tornaram-se uma tendência. O presidente Fernando Collor de Melo visitou a República de Moçambique no dia 12 de setembro de 1991. Em apenas um dia de visita o presidente brasileiro conversou com seu homólogo sobre o relacionamento bilateral e deu prioridade à cooperação em agricultura, recursos minerais, transporte, apoio às instituições e aos avanços das conversas de paz entre a FRELIMO e a RENAMO²³⁹. Ainda no mandato de Collor, o governo de Moçambique solicitou apoio do presidente brasileiro na candidatura do médico e ex-ministro da Saúde, Helder Martins, para o cargo de diretor geral da OMS²⁴⁰.

Em 1992, o governo da FRELIMO participou na Conferência da Nações Unidas o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro com a presença do presidente Chissano e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi. Assinaram duas convenções, uma sobre mudança climática e outra sobre biodiversidade²⁴¹.

Em 1992 trezentos brasileiros e brasileiras²⁴² moravam em Moçambique e, em 1994, o número de registros subiu para 400 brasileiros registrados na Embaixada²⁴³. A conexão aérea mais utilizada pelo corpo diplomático desde Brasília, era via Johannesburgo, ligada ao Brasil por três vôos semanais, e da África do Sul para Maputo, porque haviam dois voos diários. Na maioria dos casos de problemas de saúde, os embaixadores retirar-se-iam para a vizinha África do Sul.

²³⁷ Telegrama nº 189 da Embaixada em Maputo para Exteriores 1989 sem data.

²³⁸ Telegrama nº 121 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de agosto de 1988.

²³⁹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b_65_2011-10-17-10-45-11/. Acessado em 10 de julho de 2017.

²⁴⁰ Telegrama nº 223 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de julho de 1992.

²⁴¹ Telegrama nº 182 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de julho de 1992.

²⁴² Telegrama nº 121 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 30 de setembro de 1992.

²⁴³ Telegrama da Embaixada em Maputo para Exteriores em 7 de fevereiro de 1994.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) instalou-se em Moçambique nessa altura e inaugurou uma sucursal da TV Record de São Paulo em Maputo. Em dezembro de 1998 as emissões, ainda em fase experimental, estavam regularmente no ar, no canal três, com "ótima qualidade de imagem e, aparentemente, com a mesma programação da matriz, em São Paulo". Houve interesse da embaixada em conhecer o assunto e o embaixador não deixou de notar que "não deixa de ser de alguma significação a inauguração de uma emissora de televisão brasileira em Moçambique"²⁴⁴. A IURD também estava presente em Madagascar e, a exemplo do que fez em Moçambique, conseguiu instalar uma estação de televisão em cadeia que transmite em idioma malgache²⁴⁵.

A TV Miramar, pertencente à IURD, expandiu os serviços em Moçambique e introduziu programação dedicada às questões locais, para evitar os comentários negativos de que só divulgava os acontecimentos brasileiros. A programação contava com a retransmissão do noticiário de Boris Casoy, o programa "Fala Brasil" e outros de culinária, infanto-juvenil, humorísticos e outros²⁴⁶.

Em 1998, a Assembleia da República de Moçambique por meio da Comissão de Relações Internacionais, notificou, via documento firmado pelo deputado Jorge Uane António Pondeca, a coleta de assinaturas para criar a liga parlamentar de amizade Moçambique - Brasil. Não foi de surpreender que o embaixador procedeu a "reciprocitar o gesto" e solicitar a criação, no Congresso, de uma "liga de amizade Brasil - Moçambique" e apontou o senador Lucio Alcântara ou a Senadora Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores "para patrocinar a iniciativa"²⁴⁷.

O presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Moçambique para a III Cimeira da CPLP, celebrada entre 16 e 18 de julho²⁴⁸ de 2000. O lema desta conferência era "Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização". A conferência foi marcada pela presença do líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, que participou como observador e recebeu apoio à independência de seu país²⁴⁹. No entanto em Moçambique havia mais cautela sobre os possíveis benefícios da CPLP e o embaixador Ozório percebia "com frequência o aflorar de susceptibilidades do passado colonial".

²⁴⁴ Telegrama n° 716 Embaixada em Maputo para Exteriores "Brasil-Moçambique. Imagem no Exterior. Instalação da TV Record em Moçambique" de 18 de dezembro de 1998.

²⁴⁵ Telegrama n° 780 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de dezembro de 1999.

²⁴⁶ Telegrama n° 289 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 28 de maio de 1999.

²⁴⁷ Telegrama n° 362 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de agosto de 1998.

²⁴⁸ Telegrama n° 268 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de julho de 1998.

²⁴⁹Disponível

em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DECLARA%EF%BF%BD%EF%BF%BDOSOBRECOOPMaputo2000.pdf>
. Acesso em 11 de julho de 2017.

Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com Dhlakama na suíte presidencial do Hotel Polana, junto com o embaixador brasileiro, o ministro de Estado e o sub-secretário geral para assuntos políticos. O presidente da RENAMO ofereceu sua interpretação sobre as eleições moçambicanas de 1999, a qual dizia ter sido vitorioso e vítima de fraude eleitoral. Dhlakama lembrou que o fato de ser originário de Sofala contribuiu para sua vitória em todas as províncias do norte do país. O líder da RENAMO chegou a indicar desejo em se aproximar ao partido do presidente no Brasil.

No encontro com o presidente Chissano na Assembleia Municipal, no intervalo das sessões da cúpula da CPLP, Fernando Henrique Cardoso examinou alguns tópicos do relacionamento bilateral. O presidente Chissano agradeceu o perdão da dívida moçambicana e destacou que essa era “um novo marco nas relações econômicas entre os dois países, inclusive por abrir caminho à participação de empresas brasileiras em vários projetos”. Essas visitas ensejaram a oportunidade de anunciar as intenções de ambos os governos no fortalecimento da relação bilateral.

Outra dimensão fundamental da agenda bilateral foram as negociações sobre a exploração do carvão moçambicano. Numa reunião em Maputo, após esclarecer a importância econômica do Vale do Zambeze, da criação e institucionalização de um Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, o presidente Chissano pediu colaboração do Brasil para instituir a agência de desenvolvimento que consistiria na formação de pessoal especializado no Brasil, de uma assessoria de técnicos para elaborar um plano econômico e o desenvolvimento de um sistema de marketing para atrair investimentos e vendas de concessões de exploração das minas e dos projetos do Zambeze.

No entender do embaixador brasileiro, o exame do projeto "permite supor que ele oferece amplas possibilidades de participação para empresas brasileiras - participação que seria facilitada na hipótese de o Brasil decidir ajudar na montagem do Plano". Um ano mais tarde o presidente Chissano retribuiu a visita e foi ao Brasil e concedeu entrevista a imprensa "desfazendo rumores da oposição que apresentavam sua visita ao Brasil como uma viagem de recreio"²⁵⁰. Nesta oportunidade, a primeira dama Marcelina Chissano foi submetida a uma cirurgia no hospital Sarah Kubistchek em Brasília.

A Vale do Rio Doce tinha interesse em instalar-se em Moçambique pelos projetos de produção de placas de aço e de ferro. A empresa manifestou intenção junto ao Banco Espírito

²⁵⁰ Telegrama nº 111 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de fevereiro de 2001.

Santo de Portugal, que estaria a frente do empreendimento²⁵¹. Esse tema permanece na agenda até os dias atuais.

O empresário brasileiro Eduardo Rio Branco, um dos proprietários da firma de assessoria Consult Export Ltda, com sede na África do Sul e filho do embaixador Paulo Rio Branco, tinha conexões com os governos da FRELIMO e relações amistosas com o chanceler Leonardo Simão e foi peça central nas negociações que viabilizaram a exploração. O presidente Chissano teria pedido a Eduardo Rio Branco que falasse com o embaixador brasileiro sobre a viabilidade e interesse do Brasil participar no Plano de Desenvolvimento do Zambeze²⁵².

Nessa época, o presidente da Companhia do Vale do Rio Doce era o embaixador Jório Dauster. Para a embaixada, Moatize era visto como "o projeto que oferece maiores perspectivas para uma participação brasileira", porque abrangia a exploração das minas e da estada de ferro ligando Moatize a Beira, e ainda a modernização do porto da Beira.

O Diretor Nacional do Ministério de Recursos Minerais e Energia de Moçambique, Arsênio Mabote, buscou a embaixada para negociar uma parceria na exploração de Moatize. Os primeiros contatos neste terreno foram estabelecidos em 1989, mas não prosperaram. Os contatos recomeçaram em 2000, quando o Ministro dos Recursos Minerais e Energia, Castigo Langa, visitou o Brasil. A CVRD havia sido privatizada e sua participação nesse projeto estava centrada no aporte técnico e no uso de laboratórios. O senhor Mabote sinalizou que Moçambique iria solicitar empréstimos de US\$ 5 milhões para desenvolver o projeto²⁵³. A exploração torna-se realidade apenas no governo Lula da Silva e tema volta a ser abordada no próximo capítulo.

Em 2000, a brasileira residente em Maputo Glória Beatriz M. Gomes apresentou à embaixada a criação da Associação Cultural e Recreativa Afro Brasileira (ACRAB), que presidia. A ACRAB reunia parte da colônia brasileira de Maputo e estava trabalhando-se para a legalização dos estatutos e do regulamento interno, mas necessitava de uma sede e solicitou a possibilidade de utilizar as dependências do CEB. Não houve resposta ao assunto, nem evidências que indicam a presença física da associação nas dependências da embaixada.

Foram identificadas as seguintes estratégias de promoção das relações bilaterais neste período: divulgação de informação via embaixada em Maputo, com ênfase em publicações e documentação em geral do Brasil; intensificação de contatos com formadores de opinião

²⁵¹ Telegrama n° 182 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 26 de abril de 1999

²⁵² Telegrama n° 566 de Embaixada em Maputo para Exteriores em e 04 de julho de 2000.

²⁵³ Telegrama n° 317 da Embaixada Maputo para Exteriores em 15 de abril de 2001. Reservado.

moçambicanos; capitalização do "bom número de ex-estudantes no Brasil, que ocupa cargos de relevância na vida universitária, política e administrativa do país" e a criação, por parte dos moçambicanos, a Associação Amigos do Brasil para divulgação do Brasil; viagem de autoridades e mesmo jornalistas, como Bento Dava e Bernardo Cumaio²⁵⁴, o diretor geral e membro do conselho de administração do "Notícias" para um programa de visita ao Brasil no Brasil; organização e apoio de palestras, eventos e seminários no âmbito do CEB; cooperação nas distintas áreas que encontraram ressonância no governo de Maputo.

6.2 Política interna

Na década de 1980 os ataques e as atividades da RENAMO eram assuntos recorrentes. Por meio de relatórios e de telegramas a embaixada mantinha um arquivo e documentava as hostilidades. No que se refere aos documentos, são recortes de jornais, textos e relatórios apontando os casos de violência. Registrou-se um, dentre outros, para o efeito desta pesquisa, que aconteceu na vila de Chibuto em 1989, localizada a 40 quilômetros ao norte de Xai-Xai capital da província de Gaza. Resultou na morte de trinta pessoas, vinte e seis ficaram feridas, houve cortes de abastecimento elétrico, destruição de viaturas, hospital e casas saqueados e estabelecimentos comerciais incendiados²⁵⁵.

No mesmo ano, três funcionários do Comitê da Cruz Vermelha foram raptados pela RENAMO em Nampula²⁵⁶, ao passo que cinco mil militares oficiais e cadetes moçambicanos foram treinados em Portugal como os primeiros beneficiados do acordo de cooperação militar entre Moçambique e Portugal²⁵⁷.

Nessa esteira, a França iria levar conselheiros militares a Moçambique para ajudar na proteção dos franceses que trabalhavam na reabilitação da estrada de ferro do Malauí ao oceano Índico pelo porto de Nacala. Os ataques da RENAMO haviam provocado a retirada dos técnicos e a estrada de ferro era vista como crucial para a recuperação econômica de Lilongwe. Os conselheiros franceses não estavam envolvidos em atividades de combate, mas m instrução das unidades moçambicanas a respeito de táticas anti-guerrilha²⁵⁸.

Ainda em 1989 o presidente italiano Francesco Cossiga visitou Moçambique acompanhado de seu chanceler Giulio Andreotti para um encontro com o presidente Chissano

²⁵⁴ Telegrama n° 640 de Embaixada Maputo para Exteriores em 25 de julho de 2000. Reservado.

²⁵⁵ Telegrama sem data. Secreto.

²⁵⁶ Telegrama n° 59 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 08 de maio de 1989.

²⁵⁷ Telegrama de Embaixada em Maputo para Exteriores em 30 de janeiro de 1989.

²⁵⁸ Telegrama n° 18 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de fevereiro e 1989.

e discutir a crise. A visita serviu para recordar que a Itália foi o primeiro país da Europa a reconhecer a independência de Moçambique. A ajuda financeira se iniciou no período de luta de libertação com o apoio do governo e de ONGs. Entre 1983 e 1985 a cooperação alcançou cerca de US\$ 30 milhões por ano e a dívida externa havia sido renegociada, e entre técnicos, missionários, diplomatas e trabalhadores humanitários, 850 italianos moravam no país²⁵⁹.

O país também recebeu o subsecretário para assuntos africanos dos Estados Unidos, Charles Freeman, que encontrou-se com o presidente Chissano no dia 28 de março de 1989 para saber do presidente moçambicano um eventual papel a desempenhar pelos EUA na busca por uma solução pacífica em Moçambique²⁶⁰.

O embaixador Ozório não deixou de registrar a ofensiva econômica portuguesa em Moçambique nos anos 1990. A dívida de Moçambique com Portugal era de US\$ 500 milhões²⁶¹. Havia uma contrapartida: o fato é que, para a viabilização do projeto de nação moçambicano fez-se necessária a dependência aos atores estrangeiros. O Reino Unido doou com US\$ 16 milhões para a balança de pagamentos em compra de bens e materiais para os ministérios da saúde, de transportes e das comunicações²⁶². A Finlândia colaborou com US\$ 10 milhões naquele ano, e a China apoiou na construção do palácio da Assembleia da República em Maputo, com custos foram avaliados em US\$13,5 milhões²⁶³.

Em uma reunião conduzida pelo ministro da cooperação Jacinto Soares Veloso e pelo ministro da justiça, Ussumane Aly Douro, o governo queria expor as necessidades e dificuldades para levar adiante as eleições programadas para 1994. Distribuiu-se um documento intitulado "Documento à comunidade internacional sobre o processo eleitoral", que quantificou as necessidades totais de recursos financeiros e humanos, avaliados pelo governo em US\$ 66 milhões²⁶⁴.

O documento havia sido preparado com a colaboração de consultores internacionais e uma fundação norte-americana e enunciava as tarefas para preparar as eleições, como o recenseamento eleitoral, estimado em oito milhões de pessoas, das quais 60% eram analfabetas; a ausência de administração pública em amplas zonas do território, que ainda estavam afetadas pela guerra civil; a precariedade das vias de acesso; o grande número de

²⁵⁹ Telegrama n° 21 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de março de 1989.

²⁶⁰ Telegrama n° 39 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de março de 1989.

²⁶¹ Telegrama n°155 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de março de 1989.

²⁶² Telegrama n° 182 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de agosto de 1989.

²⁶³ Telegrama n° 185 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de agosto de 1989.

²⁶⁴ Telegrama sem número de Embaixada em Maputo para Exteriores em 30 de outubro de 1992.

refugiados no exterior; a pobreza no país, cuja renda per capita era de US\$ 80; e a carência de quadros.

É forçoso notar que o processo de paz de Moçambique, que recebeu atenção grande da imprensa mundial, teve escasso interesse de parte da imprensa brasileira. Isso reflete a falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre a realidade moçambicana e contraria a interpretação do Itamaraty de que os vínculos culturais e históricos são suficientes para sustentar relações bilaterais.

Em 1994 a viagem da RENAMO aos EUA foi tema de interesse nacional, uma vez que estava prevista uma entrevista entre Dhlakama e a embaixadora norte americana nas Nações Unidas Madeleine Albright, sobre questões ligadas à implementação dos Acordos de Paz. O líder manteve encontros com o Secretário Geral da ONU Boutros-Gali em Washington e com o secretário de Estado Warren Christopher, no que foi a primeira visita "oficial" do líder da RENAMO àquele país²⁶⁵.

Sobre as relações entre Moçambique e África do Sul falava-se em Maputo que, ao receber as credenciais do embaixador de Moçambique, o presidente Nelson Mandela afirmara na frente de jornalistas que esse seria o primeiro país que ele visitaria na qualidade de chefe de Estado. O chanceler Mocumbi utilizou a expressão "países siameses" para descrever a natureza do relacionamento pretendido com o novo governo de Pretória²⁶⁶. Em junho 1994, o presidente Chissano, a pedido de Nelson Mandela, deslocou-se a África do Sul para encontrar o presidente José Eduardo dos Santos e atuar em favor do processo de paz angolano²⁶⁷.

Ao abrigo dos ajustes estruturais dos anos 1980 e as privatizações da década de 1990, o embaixador Ozório Rosa entendeu que a privatização do Banco Comercial de Moçambique (BCM) em 1996, cujo controle foi assumido por um grupo português, constitui "etapa importante e final do processo de conversão do estatismo revolucionário da FRELIMO para o modelo neoliberal auspiciado pela comunidade financeira internacional".²⁶⁸

A privatização do BCM concretizou-se em 1996, por um consórcio liderado pelo Banco Mello de Investimentos S.A de Lisboa, que adquiriu por US\$12 milhões os 51% das ações com direito a voto, ano em que o posto brasileiro em Maputo avaliou o ano de 1996 como o "melhor desempenho macroeconômico de sua história". O embaixador Rosa ressaltou os "elogios do Banco Mundial e do FMI ao bom desempenho macroeconômico do programa do governo em 1996". Nessa leitura, o processo de privatização teria resultado em um "novo

²⁶⁵ Telegrama nº 366 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de julho de 1994.

²⁶⁶ Telegrama nº 415 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de julho de 1994.

²⁶⁷ Telegrama nº 431 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de abril de 1994.

²⁶⁸ Telegrama nº 388 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 31 de julho de 1996.

dinamismo" para o país. A anedota dessa leitura é que em um almoço com o príncipe Claus da Holanda, comentava-se "que o desempenho econômico de Moçambique no ano passado fora o melhor desde a independência em 1975".

Nas palavras do embaixador brasileiro, Moçambique "se encontra hoje em boa companhia em termos de prestígio junto à comunidade financeira internacional". Na visita do presidente do Banco Mundial James Wolfensohn em fevereiro de 1997, divulgaram-se "os trabalhos de prospecção de hidrocarbonetos em vários pontos do território moçambicano, a cargo de operadores britânicos, holandeses, canadenses e dos Emirados Árabes" proposta considerada interessante pela parte brasileira porque "conviria certamente motivar o setor privado brasileiro para o envio de missão comercial e econômica para verificar as amplas oportunidades de parcerias"²⁶⁹.

Em 1997 Moçambique tornou-se membro fundador da Associação dos Países da Orla do Índico. Em telegrama²⁷⁰ ao MRE, a embaixada considerou "polêmica a entrada do país na Commonwealth" porque Moçambique usava esses grupos como "fórmula" para "amenizar a dependência econômica dos doadores ocidentais". Na visão do embaixador Ozório Rosa, a embaixada testemunhou o esforço de Moçambique para obter cooperação e afirmou que o país "valeu-se de todas as oportunidades de associação com outros países" de forma a "maximizar os foros de concertação política e cooperação econômicas e perspectivas de investimentos e intercâmbio comercial".

Em 1997 o presidente Chissano confirmou oficialmente o desligamento de Moçambique do Mercado Comum dos Estados da África Austral e Oriental, constituído em 1993, que não recebeu a adesão da África do Sul²⁷¹.

Na percepção dos EUA, Moçambique era um exemplo em África visto o sucesso do seu programa de pacificação e "estabilização econômica". Nessa época Moçambique era o terceiro maior receptor de ajuda norte-americana no continente e, desde 1984, estima-se que teria recebido US\$ 1,2 bilhões. Em 1998, a ajuda teria sido de US\$ 72,2 milhões²⁷². Vale lembrar que um ano antes, Bill Clinton realizou uma visita ao Senegal, Gana, África do Sul, Botsuana, Uganda e Ruanda, traduzindo o interesse de Washington por influenciar o continente.

²⁶⁹ Telegrama n° 79 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 8 de março de 1997. Ostensivo.

²⁷⁰ Telegrama n° 99 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de março de 1997. Ostensivo.

²⁷¹ Telegrama n° 54 de Embaixada em Maputo para Exteriores 18 de fevereiro de 1997. Ostensivo.

²⁷² Telegrama n° 589 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 2 de dezembro de 1998. Ostensivo.

Em 2000 o presidente dos EUA Bill Clinton referia-se a Moçambique como o país no mundo que mais crescia²⁷³. Em outra direção, mas com interesse concreto no continente africano, o presidente francês Jacques Chirac afirmou, na cúpula que aconteceu em Paris com 34 presidentes africanos, que a África não precisa de intervenções, em alusão à Washington, e que a ajuda econômica não era suficiente²⁷⁴.

No final dos anos 1990 Maputo hospedou o encontro do Conselho Nacional da Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) e vários outros eventos ligados a causa maubere. Se realizou a "Semana de Acção sobre Timor Leste" inaugurada pelo presidente Chissano²⁷⁵. Nesse fim de década, o panorama político interno foi dominado pelo temas das eleições.

Quando Afonso Dhlakama visitou o Reino Unido em 1998 foi comparado com outro visitante, o general Augusto Pinochet. Em telegrama²⁷⁶ o embaixador afirmou que as autoridades moçambicanas "fazem questão de incluir Dhlakama na lista de convidados a jantares e outros eventos que costumam marcar a visita de dignitários estrangeiros" para evitar que "retome a antiga condição de insurgente".

Em 1998, no quadro da cooperação bilateral e da visita do presidente Chissano à Espanha, o primeiro ministro espanhol deu a conhecer a decisão da Espanha em perdoar 80% da dívida moçambicana. Ao presidente Chissano foi feita a entrega simbólica das chaves da cidade de Madri²⁷⁷.

O antigo secretário de Estado da administração Nixon, Robert Macnamara, visitou Moçambique em 1999 na qualidade de presidente da *Global Coalition for Africa*, uma instituição destinada a combater a corrupção no continente africano. Em conferência de imprensa, o mandatário moçambicano Joaquim Chissano reconheceu que "os baixos salários e as más condições de trabalho constituem forte incentivo para a existência de comportamentos corruptos"²⁷⁸.

Em 15 de novembro de 1999 a rainha da Inglaterra visitou Moçambique por um período de dez horas e recebeu, no Hotel Polana, o líder da RENAMO, com quem afirma-se ter conversado por uma hora. Esse encontro reflete uma questão que preocupava as

²⁷³ Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/655557.stm> .Acessado em 4 de julho de 2017.

²⁷⁴ Disponível em: <http://www.nytimes.com/1998/11/28/world/france-rejects-calls-to-try-congo-leader-for-torture.html> . Acesso em 10 de julho de 2017.

²⁷⁵ Telegrama n° 449 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 07 de outubro de 1997

²⁷⁶ Telegrama n°630 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de novembro de 1998.

²⁷⁷ Telegrama n° 649 Embaixada em Maputo para Exteriores em 26 de novembro de 1998.

²⁷⁸ Telegrama n° 133 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 05 de março de 1999.

autoridades moçambicanas no que tange à valorização da oposição através de gestos, apoio financeiro, acesso aos meios de comunicação e atenção especial em questões políticas²⁷⁹.

No mesmo ano, o embaixador americano em Moçambique, Brian Dean Curran, foi acusado pela FRELIMO de "ingerência nos assuntos internos de Moçambique" porque participou em comício de campanha eleitoral da RENAMO no distrito de Mocuba, na Zambézia. O embaixador teria exigido a contagem paralela das eleições gerais daquele ano enquanto o governo de Washington doou US\$ 500 mil para as eleições²⁸⁰.

Em 2000, o presidente Chissano transferiu a sede do Governo para a província de Nampula, na cidade de Angoche, e realizou, pela primeira vez, a reunião do Gabinete de Ministros fora de Maputo. O embaixador Carneiro de Mendonça acompanhou a viagem à província de influência árabe e fez "transferir para Nampula 200 bolas de futebol para o Governador da Província, sendo muitas delas distribuídas pelo próprio Presidente Chissano nas escolas locais, com sucesso inesperado e extraordinário"²⁸¹. Essas bolas haviam sido doadas na visita presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

O embaixador Carneiro de Mendonça fez pronunciamentos nos comícios políticos, prometeu mais cooperação, registrou as doações "de variada gama de medicamentos, incluindo penicilina e remédios contra a malária" e propôs examinar a possibilidade de transferir uma "casa de farinha" e um "engenho de produção de rapadura, movido a boi", descrevendo-a com uma "tecnologia primitiva da produção da farinha, dos beijus, tapioca e creso, no interior do nordeste, com emprego de mão de obra local" e prosseguiu falando que esses projetos "serão de grande valia para Moçambique".

6.3 O Centro de Estudos Brasileiros em Maputo

O Centro de Estudos Brasileiros foi criado em novembro de 1989 na Embaixada do Brasil em Maputo e foi inaugurado pelo deputado e ministro da cultura José Aparecido de Oliveira que realizou um périplo no continente africano naquele ano. O então ministro, que viajava em um avião da Força Aérea Brasileira, visitou todos os países africanos de língua portuguesa e encontrou os chefes de Estados e ministros para entregar mensagem presidencial de Sarney.

²⁷⁹ Telegrama n° 713 Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de novembro de 1999.

²⁸⁰ Telegrama n° 734 da Embaixada em Maputo para Exteriores em de 25 de novembro de 1999.

²⁸¹ Telegrama n° 745 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de abril de 2000.

As primeiras atividades realizadas no CEB foram exposições de livros, filmes e artesanato brasileiro, cursos regulares e intensivos de língua portuguesa e literatura brasileira, semanas de cinema, feiras de livros, exposições de artistas plásticos, conferências, espetáculos folclóricos, cursos e seminários. No fim de 1990, o CEB havia realizado algumas atividades como a exposição de escultura de Alberto Chissano; o lançamento do livro "Dumba Nengue" da escritora Lina Magaia; algumas exposições de artistas plásticos moçambicanos; exibição de notícias do Brasil e ciclos de cinema brasileiro, atividades executadas com orçamento da Secretaria de Estado. Na comemoração do primeiro ano houve uma palestra sobre "a arte da gravura e seu atual estágio no Brasil"²⁸².

No ano seguinte, houve uma mudança na diretoria do CEB e a brasileira Luiza Helena Bennet assumiu a direção em 11 de maio de 1992²⁸³. Em 1993, pela primeira vez a festa da data nacional (07 de setembro) esteve aberta a todos os brasileiros residentes ou de passagem por Moçambique e a alguns setores da sociedade moçambicana, reunindo um total de 700 pessoas. Para o embaixador havia um certo sucesso na festividade brasileira porque observou que "a conjuntura de paz permitiu que expoentes da FRELIMO e RENAMO e partidos emergentes socializassem com naturalidade"²⁸⁴.

Vale dizer que jornal The New York Times publicou reportagem em 1992 sobre um evento realizado no CEB e o caracterizou como "*a crowded, stylish art opening where guests coul have been forgiven for thinking they were at SoHo gallery in Manhattan*"²⁸⁵. Na ocasião havia uma exposição fotográfica de esculturas Makonde, uma exibição de esculturas de Eugenio Lemos e a presença de artistas moçambicanos como Malangatana, Renata Sadimba e outros.

Uma outra dimensão das atividades do CEB era o interesse da embaixada²⁸⁶ na difusão da língua portuguesa na África Austral e, com financiamento da comunidade europeia, Moçambique pôde incluir o ensino de português nos países anglófonos da região, tais como Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Os cursos eram ministrados por instituições locais e certificados pelo Instituto de Línguas de Moçambique, que mantinha cooperação com o CEB.

²⁸² Telegrama n° 155 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 20 de setembro de 1990. Ostensivo.

²⁸³ Telegrama n° 349 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de outubro de 1992.

²⁸⁴ Telegrama ostensivo n° 524 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 13 de setembro de 1990.

²⁸⁵ PERLIEZ, Jane. "*Maputo Journal: In the Midst of the War, Art is Thriving*". Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/10/24/world/maputo-journal-in-the-midst-of-war-art-is-thriving.html>. Acesso em 10 de julho de 2017.

²⁸⁶ Telegrama n° 560 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de agosto de 1994. "Difusão da Língua Portuguesa na África Austral".

Em 1995 a direção do CEB ficou ao cargo da professora Irene Dias de Oliveira Cezne. O primeiro diretor moçambicano do CEB só viria a ser nomeado décadas mais tarde, apenas em 2006, com o jornalista Calane da Silva, uma vez que os diretores eram sempre selecionados no Brasil. O anúncio da embaixada em manter o CEB encerra um particular interesse de pesquisa porque, dada das dificuldades particulares a esse posto, em 1990 a embaixada do Brasil em Maputo foi a única do Departamento de África contemplado com recursos para atividades culturais²⁸⁷.

Não é de surpreender que o CEB foi concebido como elemento promotor das relações bilaterais com Moçambique e como parte constitutiva de uma concepção estratégica da política externa que ressaltava em Moçambique e Angola como pontos focais para a presença brasileira no continente africano. O Centro se insere no Acordo Geral de Cooperação de 1981, estruturando-se como parte integrante da embaixada.

Nesse sentido, o embaixador Ozório Rosa entendia que o CEB era um instrumento de "exaltação das relações Brasil-Moçambique" e palco de "alta visibilidade nas relações culturais"²⁸⁸. Em mais de uma ocasião, o embaixador cotejou o CEB com o Centro Franco-Moçambicano, instaurado em 1994 em um antigo hotel dos tempos coloniais que estava em ruínas, com investimento de US\$4 milhões do governo gaulês. Nessa competição, o embaixador assumiu em tom quase petulante que CEB foi considerado como "o mais importante pólo de atividades culturais não apenas em Moçambique como na própria África Oriental"²⁸⁹.

Nesse mesmo telegrama, e mantendo o tom pretensioso da competição, o embaixador considerou que o CEB era a

(...) instituição cultural de maior prestígio e presença em Moçambique. Mas, por emulação, logo seria superado por um centro cultural português em edifício super-luxuoso, de vários andares, construído por Portugal, na zona nobre da cidade". Logo depois essa posição portuguesa teria sido "suplantada pela França, que investiu US\$ 9 milhões em um centro cultural ainda mais vistoso e atuante. Telegrama nº 164 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 26 de março de 1996.

O embaixador comentou que "vale registrar, a propósito, que a França tem ideia clara de que os caminhos da cultura são os que mais facilmente levam aos do comércio". Faltou à análise do embaixador considerar a competição entre esses três atores por prestígio em

²⁸⁷ Telegrama nº 51 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de março de 1991.

²⁸⁸ Telegrama nº 164 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 26 de março de 1996. "Assuntos culturais Brasil-Moçambique. Exposição de Pintura".

²⁸⁹ Telegrama nº 442 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 2 de outubro de 1997.

Moçambique. No fim do telegrama reconheceu que "tudo se soma e conspira para que não apenas o Brasil, mas a França se defina como competidora de Portugal nas ex-colônias lusófonas da África".

As atividades culturais da embaixada que eram desenvolvidas no Centro de Estudos Brasileiros foram prejudicadas em 1999 por restrições orçamentárias. A apresentação em Maputo de uma peça teatral produzida pela atriz Fernanda Montenegro foi cancelada; mas o Centro mantinha um particular interesse em promover "grupos musicais, artistas ou intelectuais brasileiros". Para remediar essa falta de recursos, o CEB chegou a ser "instado" a utilizar a Lei "Rouanet"²⁹⁰ para obter recursos a serem usados na promoção cultural brasileira em Moçambique. No entanto, a embaixada informou que a lei "era impraticável em Moçambique"²⁹¹.

Em 1999 o CEB realizou uma semana de cinema brasileiro em parceria com o Centro Cultural Franco-Moçambicano. Por quatro dias foram projetados os filmes Central do Brasil, Saltando a Corda, O que é isso Companheiro, e outros. Em 17 de julho de 2000, o ministro da Cultura Francisco Weffort visitou o CEB acompanhado de Alexandre Melo, da Fundação Palmares e discutiram a possibilidade de restaurar a casa onde residiu o poeta Tomás António Gonzaga. O violino Roberto Corrêa apresentou-se em julho naquele Centro com artistas moçambicanos e portugueses.

Outras atividades do CEB em 1999: exposição dos estudantes do 1º e 2º grau da Escola José Craveirinha; exposição "viagens" do artistas plástico o moçambicano Gemuce e do britânico John Harison, ambos professores da escola de artes visuais de Moçambique; exposição de escultura "Tributo ao Escultor Mor - Alberto Chissano" do artista plástico Mahazul; coletiva de pinturas e esculturas de vários artistas por ocasião da Conferência dos Estados Signatários da Convenção de Ottawa; exposição de instrumentos musicais moçambicanos; exposição "Amizade" de Ibrahim Samate e Nuno Compta; exposição em homenagem a Bento Carlos Muksane dos artistas plásticos Viller e Fiel dos Santos; palestra "Uma visão psicológica dos países em desenvolvimento" do professor Luiz Gibier, da Universidade Federal de Juíz de Fora; mostras musicais; organização no "Fórum da Mulher Moçambicana no dia da mulher moçambicana.

²⁹⁰ Faz parte do Programa Nacional de Apoio à Cultura e busca angariar recursos no setor privado para atividades culturais em distintos setores. Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm. Acesso em 10 de outubro de 2017.

²⁹¹ Telegrama nº 764 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 08 de dezembro de 1999.

Em fevereiro de 2000 as instalações do CEB sofreram inundações e o prédio, alugado da Administração do Parque Imobiliário do Estado, necessitava de reformas. Naquele ano, a biblioteca do CEB tinha 7.050 volumes e atendia cerca de 100 estudantes diários e o CEB coordenava o processo seletivo do PEC-G e PEC-PG. Em outubro de 2008, com a presença do presidente Lula da Silva e do chanceler Celso Amorim, o CEB transformou-se em Centro Cultural Brasil-Moçambique. Dentre as atividades oferecidas, além das aulas de português, duas galerias, um auditório e aulas de capoeira²⁹².

6.4 Cooperação Internacional

A seção aborda os dilemas da cooperação brasileira em Moçambique. No intervalo entre 1987 e 2002, a agenda de cooperação se diversifica e se fortalece. Em 2001, a avaliação da embaixada do Brasil sobre a cooperação internacional era que

(...) por não ser um doador líquido de capitais, as ações brasileiras concentram-se nas áreas de formação de quadros e reforço institucional, bem como de transferência de tecnologia. No caso específico de Moçambique, a ajuda brasileira inclui, ademais, o perdão de 95% da dívida pública desse país com o Brasil, que significa um esforço orçamentário na ordem de aproximadamente US\$ 307 milhões”. citação para parte de CI. Telegrama n° 281 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de julho de 2001.

O envolvimento do governo brasileiro com Moçambique neste período era intenso. Em 1990 o embaixador Nazareth afirmou que Moçambique era um dos países com que o Brasil possuía um maior volume de cooperação técnica e que, por sua vez, a cooperação constituía o "mais importante componente da ação político-diplomática" do Brasil. O embaixador fez alusão a um tripé da presença brasileira: cooperação, comércio e cultura²⁹³. Não é novidade, portanto, que cooperação abre espaço maior margem de manobra no país.

De fato, no que tange a cooperação, é preciso lembrar que as atividades eram descoordenadas e individuais: levavam-se técnicos e consultores brasileiros de instituições específicas (institutos, universidades, ministérios) para trabalhar junto a instituições moçambicanas por um período determinado de dias; missões e grupos de moçambicanos visitavam as instituições brasileiras e isso era anotado como cooperação técnica. Os recursos

²⁹² Disponível em: http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/centro_cultural_brasil-mocambique.xml . Acesso em 10 de julho de 2017.

²⁹³ Telegrama n° 145 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 2 de agosto de 1990. O embaixador fez alusão a um tripé da presença brasileira: cooperação, comércio e cultura.

eram provenientes, em sua maioria, de países desenvolvidos que apoiavam Moçambique. O Brasil arcava com os custos de deslocamento dos seus consultores.

Em Moçambique a cooperação internacional é marcada pela competição entre os doadores na conquista de espaços políticos e econômicos. O Brasil fez o que pôde para conquistar o seu espaço: participou em algumas reuniões da SADC, treinou juizes e outras autoridades moçambicanas, concedeu bolsas, iniciou cooperação em matéria de HIV/Aids nos anos 1990, celebrou acordos internacionais para promover a cooperação incluindo o uso de satélites para monitoramento de dados moçambicanos.

A seguir apresenta-se um quadro (6.2) das atividades classificadas como cooperação internacional entre Brasil e Moçambique. O foco da agenda bilateral na cooperação manteve-se incólume e apresenta continuidade com o período anterior. Esse é um retrato da diversidade de missões, reuniões e áreas tratadas no terreno da cooperação internacional.

No que concerne à cooperação, em sua maioria, são ações absolutamente isoladas, sem nenhum tipo de coordenação, monitoração ou avaliação. Salvo na área de educação e cultura, são atividades pontuais. Qualquer atividade ou ação que envolvesse colaboração entre os dois países era considerada cooperação.

Tabela 6 - Múltiplos projetos de cooperação internacional

Atividade
Missão para montagem do laboratório químico e mecânico-químico da Escola de Minas da UFMG missão técnica e intercâmbio de estudantes.
Cooperação judiciária como visita de magistrados brasileiros, convidados pelo Tribunal Supremo de Moçambique. O desembargador Regis Fernandes de Oliveira proferiu palestra sobre o poder judicial e processo civil no Brasil.
Viagem de juristas moçambicanos para estudar a experiência de outros países no concernente a eleições em sistemas políticas multipartidários.
Colaboração na busca por financiamento para projetos de cooperação com instituições internacionais
Estágio de diplomatas moçambicanos no cerimonial do Itamaraty.
Missão da escola de minas de ouro preto.
Livros enviados por editoras ou universidades/outras instituições.
Cooperação na área de elaboração de sementes e legislação brasileira.
visita ao Brasil dos membros da Assembleia da República para conhecer a experiência brasileira na organização do

secretariado da câmara dos deputados, dos órgãos de assessoramento aos congressistas, da biblioteca e da imprensa do congresso.
Cooperação na área de tele-educação em agricultura irrigada.
Missão da Procuradoria Geral de Moçambique no Brasil para visitar as varas de execução criminal, departamento de inquérito policial, polícia judiciária e coordenação de curadores de menores.
Graduação de oficiais da marinha mercante moçambicana
Cooperação em reflorestamento e processamento e comercialização da mandioca e I seminário afro-brasileiro de mandioca no âmbito da SADCC.
Área da indústria farmacêutica e visita de técnicos brasileiros. Só havia uma empresa em Moçambique que fabricava antibióticos, antigripais, anti-inflamatórios, antiparasitários, antissépticos e multivitamínicos.
Transferência de tecnologia de ensino à distância para elaborar material didático de ensino a distância.
Geógrafos brasileiros para o Ministério da Agricultura e sua Escola de Cartografia.
Curso sobre instrumento meteorológico eletrônicos no RJ com duração de 5 semanas.
Formação de técnicos no setor de eletricidade.
Cooperação técnica entre Universidade Federal do Paraná e a Universidade Eduardo Mondlane para ensino e investigação na área de engenharia florestal.
Curso internacional de manejo de bacias hidrográficas na área floresta.
Reabilitação sócio-psicológica de crianças traumatizadas.
Visita técnica moçambicana para estudar as privatizações rasileiras.
Visita do chefe de Departamento de Estudos do MNE ao Brasil para conhecer instituições relevantes na área de relações internacionais no Brasil.
Visita de Beluce Belucci, coordenador do projeto do Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Candido Mendes.
Visita do vice-ministro de Indústria e Energia ao Brasil, de senadores brasileiros à Moçambique, como Plínio de Arruda Sampaio.
ABC doou dois veículos parati via PNUD em Brasília e PNUD em Maputo.
Doação de medicamentos para tratamento de tuberculose
Promoção comercial Brasil-Moçambique: reuniões com industriais brasileiros, com as federações, com institutos de pesquisa tecnológica.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa no AHI

A primeira obra importante de construção civil brasileira em Moçambique foi iniciada em novembro de 1994, trata-se da modernização da rodovia "Ichope-Vila Machipanda" na província de Manica, com extensão de 153 quilômetros em trecho da estrada nacional número 6, que liga Moçambique ao sistema rodoviário do Zimbábue e integra o corredor de desenvolvimento da Beira, permitindo o escoamento da produção de países da África Central. Foi uma obra da Odebrecht que concorreu com outras oito empresas e contou com o apoio institucional da embaixada. O custo aproximado de US\$ 20 milhões, empregou 488 trabalhadores, 471 deles de Moçambique²⁹⁴.

O PEC-G e o PEC-PG foram os programas de cooperação educacional que mais movimentaram e mobilizaram a embaixada em Maputo e os embaixadores se envolviam pessoalmente na comunicação sobre os candidatos e candidatas. O telegrama urgentíssimo de 1989²⁹⁵ mandava oferta de vagas para o PEC-G daquele ano para Moçambique. A tabela abaixo descreve os cursos e as vagas disponíveis.

Tabela 7- Oferta de Vagas do PEC-G e PEC-PG em 1989

Curso	Vagas
Letras	1 - UFU
Engenharia Mecânica	01 - CEFET Rio
Medicina	02 - UFSM
Agronomia	02 - UFPR
Direito	01 - UFAL
Direito	01- UFPA
Engenharia Civil	01 UFJF
Psicologia	01 UFPE

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos documentos do AHI em Brasília.

Mais tarde Brasília informaria que "em razão das recentes limitações orçamentárias baixadas pelo governo brasileiro, não foi possível garantir bolsas de manutenção para os candidatos que vierem a ser selecionados para as vagas acima" (IDEM) .

Em 1996 a embaixada alertou o Itamaraty que Moçambique estava preparando-se para enfrentar uma "frente unida de doadores determinados a impor condições muito precisas para

²⁹⁴ Telegrama nº 432 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 7 de agosto de 1995. "Promoção Comercial Brasil-Moçambique. Operações Comerciais".

²⁹⁵ Telegrama nº 51 de Embaixada de Maputo para Exteriores em 3 de fevereiro de 1989.

a liberação dos recursos pleiteados" na reunião do Grupo Consultivo do Banco Mundial entre 17 e 19 de abril em Paris. Nessa oportunidade, os embaixadores do Grupo consideraram o empenho do governo em cinco matérias: reforma fiscal e aduaneira, reforma do setor financeiro, desenvolvimento do setor privado, combate a corrupção e democratização como condição *sine qua non* para o desenvolvimento de Moçambique²⁹⁶.

Dentre as exigências dos doadores, esperava-se que fosse assinado contrato com entidade privada para gerir as alfândegas e antes do fim desse ano, estivesse aprovada uma nova tarifa aduaneira. Exigiram a privatização do Banco Comercial e do Banco Popular de Desenvolvimento. Recomendou-se desregular as atividades das microempresas, com introdução de incentivos e liberar importações de petróleo e derivados, então monopólio da estatal PETROMOC. As LAM deveriam ser liberalizadas, junto com todo o setor de transporte aéreo.

Outras exigências do Banco Mundial eram a criação de um mecanismo de informações e medidas para prevenir, reprimir e punir as denúncias de corrupção. Exigiram ainda eleições municipais e reforma do sistema judiciário, bem como o compromisso em transferir os gastos com os órgãos de comunicação social subsidiados pelo governo para o controle do legislativo e do judiciário. O volume dos recursos pleiteados por Moçambique era de mais de um bilhão de dólares.

Ficou registrada²⁹⁷ a atuação da senadora do PT Benedita da Silva em 1997, em um seminário para parlamentares em Maputo que abordou a "conveniência da cooperação trilateral brasileira com as agências de desenvolvimento de terceiros países e organismos internacionais". A senadora estava presente em Moçambique à convite da ONG norte-americana National Democratic Institute for International Affairs. Outros participantes no evento eram parlamentares do Canadá, EUA e Namíbia. Essas observações põem em evidência o fato que o Brasil se comportava conforme o esperado pelas instituições de Bretton Woods no âmbito da cooperação técnica.

Para o embaixador Ozório Rosa, o seminário "evidenciou a enorme vantagem comparativa do Brasil em relação a outros países como interlocutor de Moçambique" e que a "grande estrela do evento foi incontestavelmente a senadora Benedita da Silva". Em síntese "o encontro tornou patente que o Brasil dispõe de condições ímpares para cooperar com Moçambique" e chamou os ganhos do Brasil como um "dividendo bilateral".

²⁹⁶ Telegrama n° 171 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de março de 1996. Ostensivo.

²⁹⁷ Telegrama n° 743 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de dezembro de 1999.

A senadora do Partido dos Trabalhadores considerou "exíguo o número de bolsas para cursos de graduação e pós-graduação e cobrou atuação mais ampla e decidida do CEB como instrumento político da presença brasileira".

Em 1998, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Leonardo Simão, reuniu os chefes de missão em Maputo para comentar a situação política, econômica e social do país²⁹⁸. O embaixador brasileiro, junto com a missão da China, do Canadá, do Irã, da Índia e da Palestina estiveram presentes na exposição de motivos sobre a vida no país durante os últimos dois anos.

A avaliação bastante positiva do ministro destacou a estabilidade política e o "pleno funcionamento dos poderes legislativos" e que "as instituições, refletindo as necessidades da sociedade, estão sendo montadas num Estado ainda em processo de formação". Em matéria econômica, sublinhou que o governo queria incrementar os ganhos e a "participação moçambicana nos novos projetos a serem implementados no país". O chanceler moçambicano "dirigiu apelo aos chefes de missão no sentido de recomendar aos seus nacionais interessados em investir em Moçambique" e lembrou da queda da inflação de 74% em 1984 para 2.7% em 1997. Comentou que 33% das receitas do orçamento do Estado eram destinadas a questões de ordem social.

Na próxima reunião do Grupo Consultivo do Banco Mundial, em 1998, a embaixada não forneceu os dados completos sobre os programas de cooperação desenvolvidos em Moçambique²⁹⁹, porque não estavam contabilizados. Esse era um exercício que os doadores estavam realizando para estimar os recursos gastos em matéria de cooperação internacional no país. As agências mais ativas, segundo o telegrama, eram a USAID³⁰⁰, a CIDA³⁰¹, AFD³⁰², a KfW³⁰³, a GTZ³⁰⁴, a JICA³⁰⁵, o DFID³⁰⁶, a SIDA³⁰⁷ e a cooperação portuguesa. Nota-se que a

²⁹⁸ Telegrama nº 681 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 8 de dezembro de 1998. Reservado.

²⁹⁹ Telegrama nº 510 Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de outubro de 1998. Ostensivo.

³⁰⁰ United States Agency for International Development. Ver em: <https://www.usaid.gov/>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁰¹ Canadian International Development Agency, em 2013 se juntou com o Department of Foreign Affairs. Ver em: <http://www.international.gc.ca>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁰² Agence Française de Développement, ver em: <https://www.afd.fr/en/page-region-pays/mozambique>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁰³ KfW Development Bank da Alemanha, ver em <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁰⁴ German Organization for Technical Cooperation ver em: <http://www.ifa.de/en/culture-and-foreign-policy/organisations/organisations/german-organisation-for-technical-cooperation-gtz.html>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁰⁵ Japan International Cooperation Agency, ver em: <https://www.jica.go.jp/english/>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

cooperação cubana, cuja presença é antiga e engajada em formação escolar no ensino médio e superior não foi citada na reunião.

Nessa ocasião, a delegação moçambicana era chefiada pelo primeiro ministro e incluiu sete ministros de Estados, como Tomaz Augusto Salomão, ministro das Finanças, o ministro da Administração Estatal, Alfredo Gamito, o presidente do Banco Central e outros. Os temas tratados não apresentam nenhuma novidade em relação ao que já foi discutido sobre o liberalismo da década de 1990 no país e o embaixador, em seu pronunciamento, parabenizou o governo moçambicano "pelos resultados alcançados" e mencionou "em caráter genérico, as formas de cooperação desenvolvidos em Moçambique" e chegou a sugerir que "o Brasil se dispunha a examinar formas de cooperação com outros países e programas com os custos compartilhados".

Ao encerrar a visita à Moçambique nesse ano³⁰⁸, a ministra de desenvolvimento internacional britânica Claire Short anunciou o incremento de 20 para 40 milhões de libras o orçamento para os próximos três anos no país. Na percepção da ministra, Moçambique "era um país que merecia carinho da comunidade internacional" e seu país iria "continuar a prestar apoio à Moçambique até quando nos certificarmos de que ele já pode caminhar sozinho". Cabe perguntar se o pensamento brasileiro é muito diferente do pensamento da representante do Reino Unido.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Roberto Pessoa integrou o grupo de observadores informais das eleições autárquicas de 1998. O grupo foi organizado pela embaixada dos EUA e era constituído de diplomatas para acompanhar o desenvolvimento das eleições por todo o país. O brasileiro foi encaminhado para a Beira, para junto do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), que instalou 440 mesas em 35 bairros. O ministro, que visitou quatorze zonas eleitorais e sentiu uma "fraquíssima afluência às mesas de votação e algumas localidades chegaram a registrar 80% de abstenções"³⁰⁹.

Numa intervenção na reunião do grupo de monitoramento das eleições, o embaixador brasileiro assinalou ao governo moçambicano que os chefes de missão consideram o pleito "um total fracasso do ponto de vista político" e lembrou o comentário do embaixador inglês

³⁰⁶ Department for International Development do Reino Unido, ver em: <https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-international-development> . Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁰⁷ Swedish International Development Cooperation Agency, ver em: <http://www.sida.se/English/> . Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁰⁸ Telegrama n° 371 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de agosto de 1998.

³⁰⁹ Telegrama n° 317 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de agosto de 1998.

que " a abstenção mostrava a necessidade de instrução cívica da população". O embaixador brasileiro ressaltou que "isso era exigir demais de Moçambique". Os representantes diplomáticos parecem assumir uma postura que é testemunha de indiferença sobre a realidade do país.

A visita do presidente Chissano ao Brasil em 2001 foi oportuna para avançar na celebração de acordos para ampliar as relações bilaterais. O presidente moçambicano manifestou especial interesse de Moçambique pela cooperação na área de educação e de saúde. No fim do encontro foram assinados sete documentos: três ajustes complementares, na área de controle do HIV/Aids; educação e projeto Bolsa-Escola; educação e programa "Alfabetização Solidária" em Moçambique. Três protocolos de intenções: cooperação técnica na área da saúde; cooperação em matéria de educação; cooperação científica e tecnológica. E um memorando de entendimento na área de cooperação educacional³¹⁰.

Em 2001, a ABC organizou o Curso Internacional de Cooperação Técnica (CICOTEC-2001) sobre cooperação internacional em geral e com o Brasil em particular. O curso tinha como objetivo principal "compartilhar as experiências da ABC com os organismos e instituições responsáveis pela Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento". O programa incluiu as seguintes atividades: reuniões com a direção da ABC e com Chefes de Departamento e Divisão do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, exposições sobre os conceitos de programação conjunta, financiamento de projetos bilaterais, visitas a instituições brasileiras com experiência na cooperação recebida e prestada³¹¹.

A seguir a tabela 6.4 dá conta, sem exaurir o tema, da diversidade de matérias tratadas como cooperação internacional no período estudado.

Tabela 8 - Projetos de cooperação internacional

Data	Atividade	Documento
1989	I Curso para Dirigentes e Supervisores de Instituições de Extensão e Desenvolvimento Rural de Países Africanos de Língua oficial portuguesa.	Telegrama n° 87, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 23 de fevereiro de 1989. AHI, caixa 34. Urgente.
1989	Brasil participou no programa de modernização e informatização do banco de Moçambique.	Telegrama n° 90, de BRASEMB Maputo para Exteriores.

³¹⁰ Telegrama n° 345 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de agosto de 2001. Reservado.

³¹¹ Telegrama n° 424 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 6 de julho de 2001.

		Maputo, 24 de fevereiro de 1989. AHI, caixa 34. Urgente.
1989	Cooperação na área parlamentar, no âmbito do programa de apoio institucional a Moçambique coordenado pelo PNUD com financiamento de diversos países doadores. Criou-se o "Sunny Brazil Program" projeto que organizou viagens de estudos de parlamentares para conhecer os procedimentos do congresso nacional brasileiro relacionados com a elaboração do orçamento federal.	Telegrama n° 369, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 25 de agosto de 1989. AHI, caixa 58. Ostensivo.
1989	A Direção Nacional de Saúde de Moçambique pediu doação de 2.440 doses de vacina anti-rábica. A Varig transportou esses medicamentos no trecho Rio-Paris.	Telegrama n° 303, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 28 de julho de 1989. AHI, caixa 46. Urgentíssimo.
1989	Cooperação técnica na área de balsas fluviais. O vice-ministro dos transportes e obras públicas, Agostinho Mojane, pediu doação a Moçambique de balsas que estão sendo desativadas nas regiões do Brasil onde se constroem pontes, argumentando que o projeto de recuperação das infra-estruturas destruídas pela guerra civil não dispunha dos recursos necessários e que tais balsas poderiam contribuir na integração de zonas isoladas do país à economia nacional	Telegrama n° 469, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 17 de novembro de 1989. AHI, caixa 45. Urgente.
1989	Programa de desenvolvimento de pesca para países da América Latina e da África, criada por convenio assinado em 1987, mas os contatos para a cooperação Brasil - Moçambique iniciaram em 1989.	Telegrama n° 31, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 31 de março de 1989. AHI, caixa 34. Secreto.
1990	Cooperação entre ambos os ministérios da saúde, com cobertura dos gastos pelo Banco Mundial, inclusive de aquisição de material didático, para levar à Moçambique a FIOCRUZ, a Faculdade de Saúde da USP, UNB e UFRJ, a ABRASCO e outras,	Telegrama n° 175, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 175 de fevereiro de 1990. AHI, caixa 42. Secreto.
1989	Missão moçambicana na área de portos e ferrovias para o RJ, para cooperar criação da Escola Nacional de Transportes Rodoviários.	Telegrama n° 04, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 04 de janeiro de 1989. AHI, caixa 34. Urgentíssimo

1990	Reestruturação dos serviços de trânsito e viação; reabilitação pedagógica e reequipamento das escolas de condução de veículo; organização do sistema de transportes urbanos. Responsável: Isaias Muhate.	-
1991	Participação do Ministério da Defesa de Moçambique com um guarda-marinha na viagem de instrução a bordo do navio-escola "Brasil".	Telegrama n° 34, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 23 de fevereiro de 1991. AHI, caixa 24. Secreto.
1991	Três governadores provinciais de Moçambique (Niassa, Cabo Delgado e Zambézia) visitaram o Brasil para cursos em Brasília.	Telegrama n° 39, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 10 de abril de 1991. AHI, caixa 24. Secreto.
1991	O presidente do tribunal supremo de Moçambique, Mario Bartolomeu Mangaze, visitou o Brasil a convite do Dr. Regis Fernandes de Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, para cooperação entre os tribunais de ambos os países e conhecer os aspectos organizacionais da justiça brasileira	Telegrama n° 80, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 6 de junho de 1991. AHI, caixa 38. Secreto.
1994	Brasil entregou ao ministro da saúde de 2,5 toneladas de medicamentos doados como contribuição ao Plano de Erradicação da Tuberculose em Moçambique.	Telegrama n° 406, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 20 de junho de 1994. AHI, caixa 38. Ostensivo.
1994	Moçambique solicitou legislação sobre entorpecentes e psicotrópicos brasileira.	-
1994	Missão empresarial conduzida pelo ministro Celso Marcos Vieira de Souza, no contexto da delegação chefiada pelo embaixador José Aparecido de Oliveira, firmou "Protocolo de Entendimento" entre a Associação Industrial de Moçambique, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a FIERJ para constituir um conselho empresarial mútuo.	Telegrama n° 168, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 22 de março de 1994. AHI, caixa 38. Secreto.

1994	Encontro ministerial sobre recursos naturais e a retomada do interesse brasileiro em cooperar nos dois campos fundamentais para o desenvolvimento das relações entre os países: o projeto de Moatize e o projeto do gás, participou também de eventos culturais e de mostras de livros e divulgação de projetos da CPLP.	Telegrama n° 399, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de julho de 1994. AHI, caixa 27. Ostensivo.
1995	O presidente da Associação de Empresas Privadas de Moçambique solicitou patrocínio do governo brasileiro para missão empresarial cujo tema era o "relacionamento bilateral independente entre micro e médio empresas"	Telegrama n° 399, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de julho de 1994. AHI, caixa 27. Ostensivo.
1995	Cooperação em matéria de ensino à distância. Ao inaugurar o primeiro curso de aperfeiçoamento de professores primários pelo sistema de ensino à distância, o primeiro ministro moçambicano ressaltou a importância dos técnicos brasileiros do CETEB, financiados pelo PNUD, para conceber e implantar esse sistema no país.	Telegrama n° 581, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 11 de novembro de 1995. AHI, caixa 28. Ostensivo.
1996	Visita de parlamentares moçambicanos para assistir o funcionamento do Congresso e das comissões das duas câmaras. Para o Brasil, isso era apoiar a consolidação da democracia em Moçambique	Telegrama n° 389, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 31 de julho de 1996. AHI, caixa 36. Ostensivo.
1997	Visita do presidente do Tribunal Supremo de Moçambique ao Brasil, Mario Bartolomeu Magaze, por convite do presidente do STF ministro Sepúlveda Pertence	Telegrama n° 59, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 07 de março de 1997. AHI, caixa 22. Secreto.
1999	Intercâmbio cultural entre USP e Universidade Eduardo Mondlane. Visita dos professores Kabengele Munanga e José Cesar Aprilanti para lecionar em Maputo, no âmbito do programa de cooperação USP-UEM	Telegrama n° 94, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 19 de fevereiro de 1999. AHI, caixa 36. Secreto.
1999	Cooperação na área de aprimoramento do MNE. O diretor-adjunto do Protocolo do MNE solicitou a cooperação do MRE para a reforma dos serviços diplomáticos de Moçambique, na área de normas institucionais e regulamentos administrativos.	Telegrama n° 170, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 24 de março de 1999. AHI, caixa 44. Secreto.

2000	Cooperação no tocante a transferência de pagamentos para os soldados das tropas moçambicanas em Timor Leste. Ministério da Defesa solicitou o sistema de transferência adotado pelo Brasil para pagar tropas servindo as Nações Unidas.	Telegrama n° 696, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 19 de agosto de 2000. AHI, caixa 73. Ostensivo.
2000	Cooperação no projeto "SIDA não" pelo presidente da ARO Juvenil de Moçambique, da província de Tete. O objetivo era montar um centro de educação para formação de recursos humanos.	Telegrama n° 656, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 28 de julho de 2000. AHI, caixa 73. Ostensivo.
2001	Projeto patrocinado pela UN Foundation, Banco Mundial e UNAIDS Brasil, na área de HIV/Aids, em estratégias de comunicação e gerenciamento de projetos	Telegrama n° 552 de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 23 de agosto de 2001. AHI, caixa 22. Ostensivo.
2001	A ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia de Moçambique, Lídia Brito, visitou o Brasil, especificamente o Ministério da Ciência e Tecnologia e outras.	
2001	A Direção de Planejamento e Cooperação do Ministério da Saúde indicou os senhores Lucas Langue Gulube, Martinho do Carmo Dgedge e Bonifácio Cardoso para missão no Brasil na área de saúde pública	Telegrama n° 387, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 13 de setembro de 2001. AHI, caixa 22. Ostensivo.
2002	Visita técnica da Coordenação Nacional de DST/Aids do MS do Brasil para Moçambique com o objetivo de identificar possibilidades de cooperação.	Telegrama n° 657, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 04 de novembro de 2002. AHI, caixa 22. Ostensivo.
2002	Empresário local Jamú Hassan, superintendente do Grupo MOPAC, solicitou o apoio técnico e financeiro do governo brasileiro, particularmente a EMBRAPA, para projeto de produção de soja.	Telegrama n° 740, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 11 de dezembro de 2002. AHI, caixa 22. Ostensivo.

6.5 O Brasil na ONUMOZ

A participação do Brasil na ONUMOZ foi um dos assuntos mais importantes na agenda bilateral deste período. O General de Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva

esteve no comando da ONUMOZ entre fevereiro de 1993 e fevereiro de 1994 e foi condecorado em 7 de maio de 1993 na embaixada do Brasil em Maputo, cerimônia em que compareceram altos funcionários da ONUMOZ, do governo e o representante das Nações Unidas Aldo Ajello³¹². O Brasil contribuiu com 26 observadores militares, 67 observadores policiais, uma unidade médica e uma companhia de infantaria com 170 militares.

O General de Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva foi substituído pelo general Mohammad Abdus Salam de Bangladesh. A ONUMOZ era integrada por um total de 23 países, com 6.500 homens³¹³. A embaixada brasileira promoveu um curso intensivo de português para voluntários da ONUMOZ e colocou o CEB a serviço do curso.

O embaixador Ozório Rosa cumpriu programa de visita a "centros de acantonamento no Norte e no centro do país" onde ouviu o testemunho dos observadores militares brasileiros. A vigilância exercida pela ONU tinha o objetivo de "garantir as eleições de outubro em clima de paz"³¹⁴. Por conseguinte, coube instalar um posto avançado da embaixada brasileira na cidade da Beira. O acampamento do COBRAMOZ (Contingente Brasileiro na ONUMOZ) estava situado em Mocuba, na província da Zambézia e o custo total da operação foi US\$ 40 milhões³¹⁵.

O embaixador Ronaldo Sardenberg, que nessa época atuava como representante da delegação brasileira nas Nações Unidas, visitou o acampamento da COBRAMOZ em Mocuba³¹⁶. As tropas brasileiras atuaram em operações de desminagem e no processo de desmobilização dos combatentes da RENAMO e da FRELIMO.

Os militares brasileiros comemoraram o sete de setembro com desfile e entrega de medalhas a observadores militares e policiais e hastearam a bandeira brasileira no acampamento apenas uma vez, visto que a bandeira azul da ONU é a única permitida nos efetivos militares³¹⁷. Cabe referir que a ONU gastava mais de um milhão de dólares por dia em Moçambique³¹⁸.

O mandato da ONUMOZ foi encerrado em 07 de dezembro de 1994. A metade dos efetivos havia retornado ao país de origem e os remanescentes deixariam Moçambique até o

³¹² Telegrama n° 323 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de junho de 1993.

³¹³ Telegrama n° 128 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 03 de março de 1994.

³¹⁴ Telegrama n° 319 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de abril de 1994.

³¹⁵ Reportagem do Sistema Brasileiro de Televisão sobre o COBRAMOZ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yZ8Z7c4GK-8>. Acessado em 12 de julho de 2017.

³¹⁶ Telegrama n° 553 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de agosto de 1994.

³¹⁷ Telegrama n° 624 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 9 de setembro de 1994.

³¹⁸ Telegrama n° 633 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 14 de setembro de 1994.

dia 31 janeiro 1995³¹⁹. A partida do contingente brasileiro de 150 homens aconteceu no dia 27 de novembro em um Boeing 707 da FAB da cidade da Beira³²⁰.

Na sua primeira gestão como chanceler Celso Amorim esteve na cidade da Beira em 22 de novembro de 1994 por algumas horas, para a cerimônia de despedida do contingente brasileiro, acompanhado pelo chefe do departamento da África o embaixador Virgílio Moretzshon e do embaixador Mauro Vieira³²¹.

No que se refere às participações do Brasil em missões de paz da ONU houve engajamento em distintas operações desde 1956, na missão para garantir a paz no Sinai e na faixa de Gaza ao mando da *First United Nations Emergency Force* (UNEF-I). Esteve presente na *Operatións de Nations Unies au Congo* (ONUC) entre 1960 e 1964 e, durante os anos 1970, ficou ausente das operações de paz e preferiu "distanciar-se das Nações Unidas" porque a organização estaria no centro do processo de "congelamento do poder mundial" (KENKEL, 2012, p.216).

Em uma outra fase da vida nacional, a partir da democratização de 1988, o Brasil foi membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por cinco vezes (1988-1989; 1993-1994; 1998-1999; 2004-2005 e 2010-2011) e, como consequência, aumentou o número de vezes que participou em missões de paz. No período anterior, o Brasil foi membro do CSNU entre 1946-1947; 1951-1952; 1954-1955; 1963-1964; 1967-1968³²². A participação em missões de paz articula-se com a posição de membro não-permanente no CSNU como partes de um mesmo projeto de inserção internacional do Brasil.

Deve-se reconhecer que a participação brasileira em missões de paz parte de uma concepção que entende que há um aumento da reputação internacional e da projeção de poder do Brasil via missões de paz da ONU. Há, portanto, um projeto de poder e de potência que orienta a conduta e a participação do Brasil nessas missões, pautada pelo esforço de aumentar a margem de manobra internacional da política externa brasileira.

De acordo com o Itamaraty³²³, o país participou em mais de cinquenta missões de paz ao longo dos 75 anos em que é membro da ONU. Há um respaldo constitucional para esse tipo de engajamento no artigo quarto da Constituição de 1988. De acordo com o MRE, o

³¹⁹ Telegrama nº 846 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 7 de dezembro de 1994.

³²⁰ Telegrama nº 817 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 28 de novembro de 1994. Urgentíssimo.

³²¹ Telegrama nº 806 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 24 de novembro de 1994.

³²² Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/en/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/6279-brazil-and-the-united-nations-security-council> . Acesso em 12 de julho de 2017.

³²³ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz> . Acesso em 12 de julho de 2017.

Brasil apoiou a ONU com mais de 33 mil militares e, somente em 2017, faz parte de nove missões de paz, das quais apenas três (Haiti, Chipre e Líbano) estão fora do continente africano (onde participa em missões no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, em Abyei, na Libéria, no Sudão do Sul e na Costa do Marfim).

Um elemento importante para compreender as dinâmicas da participação brasileira em missões de paz é, como aponta Diniz (2006), o fato que, a partir de 1989 o país concentra-se em áreas da América Latina e dos países de língua portuguesa em África, coincidindo com os lugares privilegiados da ação da política exterior do Brasil. Cabe referir que o governo brasileiro tinha na década de 1990 uma clara intenção em obter uma cadeira permanente no CSNU. Desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso o Brasil alimentava a ideia de tornar-se um membro permanente e surgiram dúvidas quanto à pergunta se o Brasil deveria buscar sua inserção internacional pela via militar. Essa postura foi uma constante nos governos nos anos 1990 e 2000 (ARRAES, 2005).

De fato, no plano do apoio à candidatura do Brasil, o embaixador e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (2015, p.304) afirma que "Moçambique foi um dos primeiros países que mencionou nominalmente o Brasil como possível membro permanente do Conselho de Segurança na Assembleia Geral de 1994". O ministro moçambicano era Pascoal Mocumbi. Mais tarde, Angola e Guiné Bissau compartilharam esse apoio.

Segundo Uziel (2015, p.92) os interesses envolvidos na participação da ONUMOZ expostos ao Legislativo em 1993 foram os seguintes: atender solicitação do Secretário Geral da ONU, Boutros-Ghali sobre a possibilidade de enviar tropas; exercer os dispositivos do artigo quarto da Constituição de 1988; ocupar um lugar de destaque na pacificação do país; e aproximar-se de Moçambique.

Ainda como ministro das relações exteriores, Fernando Henrique Cardoso examinou o relacionamento com Moçambique em 1993 e destacou que "estamos buscando (...) intensificar nossa participação no processo de paz de Moçambique (...)". Para o então ministro, o Brasil respondia a um convite que fora feito "pelo excepcional desempenho de nossos oficiais na missão de paz em Angola" (apud BARRETO, 2012, p.256).

Naquela conjuntura histórica de crise, o governo brasileiro sentia-se aparentemente orgulhoso de desempenhar um papel "central" no processo de paz moçambicano. Nesse sentido, o Brasil pôde dizer que participou do processo de reconstrução de Moçambique e fez parte de todo procedimento que culminou nas primeiras eleições democráticas daquele país.

No entanto, o país não contribuiu em nenhum dos fundos da ONUMOZ para o processo de paz.

Não se deve esquecer que o Brasil também participou na primeira operação de paz em Angola, a United Nations Angola Verification Mission I (UNAVEM-I) entre 1989 e 1991; e na UNAVEM-II, entre 1991 e 1995, com o envio de 120 observadores militares. Sua participação e interesse continuou na UNAVEM-III entre 1995 e 1997, uma das maiores participações do país em operações de missões de paz³²⁴.

Em 1993 o país participava em mais quatro operações de paz, além de Angola e Moçambique: em El Salvador, na antiga Iugoslávia, em Ruanda e em Uganda. Poucos anos depois, o Brasil participou na Força Internacional para o Timor Leste entre 1999 e 2000 com observadores policiais e eleitorais³²⁵. Em 2004 iniciaria a missão no Haiti.

6.6 Relações Comerciais

Os fluxos das relações comerciais não são condizentes com os fluxos de cooperação internacional entre os países e havia dificuldades na obtenção de créditos, porque se transformaram em dívida externa, uma vez que o fluxo Moçambique-Brasil era praticamente inexpressivo. Esta seção concentra-se no comércio internacional e na dívida de Moçambique com o Brasil que, em 1999, alcançou os US\$ 300 milhões.

As exportações moçambicanas têm como principal destino os países da União Europeia, da Ásia e da África que em 2014 absorveram 38%, 32% e 26% respectivamente. Individualmente, países como Holanda, África do Sul e China são os destaques. Nesse ano o Brasil foi o 20º maior comprador em Moçambique. A África do Sul foi a principal fornecedora de bens, sua pauta de exportações tem como grupo central os combustíveis (gás de petróleo, energia elétrica) que representaram 30% do total das exportações em 2014. A seguir os alumínio, produtos de indústrias químicas, tabaco, minérios e madeiras. As maiores exportações moçambicanas foram os combustíveis (petróleo refinado, energia elétrica), máquinas mecânicas, automóveis, máquinas elétricas, alumínio, cereais e ferro e aço.

De acordo com o nota do Itamaraty³²⁶ "Moçambique foi o 109º parceiro comercial brasileiro, com participação 02% no comércio exterior brasileiro em 2014". Em relação ao comércio bilateral, um dado que tem se mantido inexorável é o superávit favorável ao Brasil

³²⁴ Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unavem> . Acesso em 12 de julho de 2017.

³²⁵ Disponível em: <http://www.eb.mil.br/interfet> . Acesso em 12 de julho de 2017.

³²⁶ Ver em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/> . Acesso em 17 de outubro de 2017.

em todo o período. Os principais produtos exportados para Moçambique são carnes, obras de ferro e aço, máquinas elétricas, máquinas mecânicas e soja.

Um dos instrumentos usados para a promoção das exportações brasileiras era a participação na FACIM, mas em 1989 o governo não conseguiu financiar o projeto brasileiro para participar na Feira, que teve de ser custeada pelas empresas expositoras, apesar de que o orçamento estava incluído no "programa preliminar de feiras" do MRE³²⁷.

Segundo Nogueira Lima (2015), o crédito do Brasil à Moçambique era proveniente de operações de financiamento às exportações do extinto programa Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX). O argumento político usado pelo governo brasileiro era o mesmo da "comunidade internacional", de dar condições ao desenvolvimento no país e de combater a pobreza.

Uma das matérias mais importantes foi o perdão da dívida externa moçambicana pelo Brasil. As negociações começaram em 1994. A delegação moçambicana foi integrada pelo governador do Banco de Moçambique (Banco Central), Adriano Afonso Maleiane, Esmeralda Fernandes, a diretora do Departamento de Controle Cambial e Dívida Externa. O interesse da comitiva moçambicana era encontrar formas de liquidar a dívida³²⁸. Segundo informação recebida pelo Comitê de Avaliação Créditos ao Exterior³²⁹, o governo brasileiro estaria disposto a iniciar o processo de renegociação da dívida de Moçambique com o Brasil.

O perdão da dívida era uma política diplomática bem-sucedida. Cabe lembrar que, para além de Moçambique, o governo Fernando Henrique Cardoso renegociou dívidas com mais sete países africanos: Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Gabão, Mauritânia, Tanzânia e Zâmbia.

Em 1998 o Comitê reuniu-se no dia 02 de dezembro para avaliar as propostas de compra de parte da dívida moçambicana com o Brasil pelo Banco Bozano Simonsen e pela companhia Foreign Development and Investment Ltda (FDI). A FDI demonstrou interesse em comprar até US\$ 100 milhões de dólares da dívida Moçambique, vencida ou não³³⁰.

Em 1998 realizou-se em Maputo uma conferência internacional sobre a dívida externa moçambicana, que reuniu cerca de 400 participantes, entre nacionais e estrangeiros, sindicatos, ordens religiosas, instituições acadêmicas, bancárias, etc. O objetivo do seminário era "sensibilizar os credores com vistas a maiores concessões no processo de redução da

³²⁷ Telegrama n° 127 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 21 de março de 1989.

³²⁸ Telegrama n° 398 de Embaixada em Maputo para Exteriores de 16 de junho de 1994.

³²⁹ Telegrama n° 321 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 22 de julho de 1996.

³³⁰ Telegrama n° 448 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de dezembro de 1998.

dívida até o seu perdão". Quando o Brasil perdoou a dívida moçambicana, agiu-se, portanto, de maneira normal, em conformidade com a posição dos países desenvolvidos³³¹.

O alívio da dívida do Brasil para Moçambique foi construído *vis-à-vis* compensações políticas e econômicas de Moçambique perante o Brasil. Este episódio ilustra a lógica subjacente das relações entre Brasil e Moçambique: comércio e cooperação como moeda de troca em um contexto de poder desigual.

Sobre o perdão da dívida brasileira por Moçambique, a embaixada estava preocupada com a imagem do país, porque havia um entendimento que o perdão funcionava como uma doação, a despeito de que "o caráter de doação seja despercebido ou não seja reconhecido" e, portanto, teria sido "mais vantajoso, ao invés de emprestar, usar parcela do dinheiro na cooperação técnica e até em doações a fundo perdido, segundo fazem nesse particular os países desenvolvidos"³³². Com efeito, a visão do Brasil sobre a cooperação era pautada por critérios semelhantes aos adotados pelos doadores, de acentuada reprodução de relações de poder assimétricas um contexto de desigualdade.

Vale registrar que, no caso do Brasil, A dívida exterior moçambicana era resultado de empréstimos entre os governos, baseados em critérios de política doméstica, isto é, de atender o interesse dos exportadores e os riscos eram deixados em silêncio, a exemplo de uma linha de crédito concedida ao governo de Maputo em 1979 (WOLOSKI, 1997,p. 121).

Ainda em 1998, o Ministro do Plano e Finanças, Tomaz Salomão, convocou a imprensa para anunciar que o FMI e o Banco Mundial decidiram considerar o país elegível à Iniciativa para o Alívio Dos Países Pobres Altamente Endividados³³³. A dívida externa de Moçambique iria alcançar os US\$ 5.5 bilhões e o ministro esclareceu que o valor total da dívida perdoadada estaria na casa dos US\$ 3 bilhões. Com relação aos credores bilaterais, o ministro recordou que a Rússia era a maior credora e enfatizou que as autoridades desse país decidiram conceder um perdão à Moçambique em torno de 50%. Nas palavras do ministro, essa avaliação permitiu transmitir uma "confiança de que o país está em franca recuperação, o PIB está a crescer, há estabilidade do Metical, redução de inflação, entre outros aspectos"³³⁴.

³³¹ Telegrama n° 613 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de novembro de 1998.

³³² Telegrama n° 510 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de outubro de 1998.

³³³ Em inglês, *Heavily Indebted Poor Countries Initiative*, uma abordagem de ambas as instituições em redução de dívida externa. Ver em: <http://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/16/11/Debt-Relief-Under-the-Heavily-Indebted-Poor-Countries-Initiative> . Acesso em 27 de outubro de 2017.

³³⁴ Telegrama n° 183 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de abril de 1998.

A redução da dívida de Moçambique aprovada pelo FMI e BM, situada em torno dos US\$ 3.7 bilhões, foi considerada "ideal para a sustentabilidade dos pagamentos de Moçambique", terminou por ser a maior operação de alívio de dívida realizada no âmbito do HIPC e quarto país, depois de Uganda, Bolívia e Uganda a obter o alívio³³⁵.

Em 2000, a embaixada não dispunha do estado da dívida moçambicana ao Brasil, mas havia consciência de que Moçambique não tinha condições para pagá-la. O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou na reunião de cúpula da CPLP o perdão da dívida moçambicana ao Brasil em 95%, mas a embaixada tinha dúvidas sobre qual das duas parcelas o presidente estaria falando, porque uma parte da dívida era com o Banco Central e outra com o Banco do Brasil e, para o embaixador, o perdão de 95% anunciado, limitava-se à dívida do Banco Central³³⁶.

A embaixada recebera comunicação do Banco Central de Moçambique com um quadro da dívida em 31 de dezembro de 1998, declarando que no Banco do Brasil eram US\$ 148.8 milhões e no Banco Central US\$ 518.1 milhões. A comunicação apontava para o caso do perdão anunciado não incluir a parcela do Banco do Brasil

Para o embaixador, o perdão da dívida implicaria em "certas perspectivas que se entreabrem com vistas à obtenção de maiores contrapartidas em favor do MRE". Isto quer dizer que, na visão dos tomadores de decisões, o perdão da dívida tornar-se-ia mais um elemento dos laços bilaterais para avançar interesses comerciais brasileiros.

O Grupo Consultivo da Perdão da Dívida, da iniciativa HIPC informou em setembro de 2001 que a quantia total perdoada era de US\$ 3,8 bilhões, e reduziu a dívida moçambicana em 73%. Vale registrar que, ao abrigo da iniciativa HIPC, a contrapartida moçambicana seria elaborar o documento PARPA, mencionado no capítulo anterior e a contínua implementação de políticas macroeconômicas e estruturais apoiadas pelo FMI³³⁷.

A tabela 6.5 a seguir faz um balanço das exportações e importações entre os dois países e mostra que a balança comercial sempre foi favorável ao Brasil.

Tabela 9 - Importações Brasil-Moçambique e Moçambique-Brasil

Ano	Exportações Brasil - Moçambique	Importações	Moçambique-
-----	---------------------------------	-------------	-------------

³³⁵ Telegrama n° 409 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 19 de julho de 1999.

³³⁶ Telegrama n° 308 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 09 de abril de 2000.

³³⁷ Telegrama n° 655 de 01 de outubro de 2001. De Brasemb Maputo para Exteriores. Reservado.

		Brasil
1997	5.536.387	1.424.450
1998	2.705.207	-
1999	2.307.015	821.259
2000	3.438.738	3.034.447
2001	2.743.125	960.012
2002	27.976.652	583.736
2003	10.792.891	4.152.467
2004	23.310.463	14.386
2005	28.245.466	20.313
2006	35.212.324	15.980
2007	27.300.179	37.00
2008	32.387.014	2.136
2009	108.118.396	2.122.484
2010	40.377.825	2.002.508
2011	81.183.579	4.094.377
2012	122.309.182	24.150.326
2013	123.851.994	24.708.597
2014	63.861.374	10.207.074
2015	69.099.529	18.939.135
2016	50.564.778	23.059.016

6.7 Observações Finais

Tal como examinado neste capítulo, a presença em brasileira em Moçambique não apresentou ruptura com o período anterior. Considerando-se o número dos instrumentos assinados, que dão margem para que cada país defina metas, os intercâmbios de autoridades e representantes dos governos, a participação do Brasil na ONUMOZ e a abertura da embaixada em Brasília, não espanta que a divergências entre Brasil e Moçambique tenham sido particularmente menores que no período anterior. O ressentimento de Moçambique chega ao fim com a abertura da embaixada em Brasília e com a participação brasileira na ONUMOZ.

A cooperação brasileira deve ser vista como um gesto político e de criação de boa vontade e mesmo como um acerto de contas, que quer capitalizar politicamente outros benefícios em seu favor, a exemplo dos incipientes benefícios econômicos. Os dados sobre a cooperação bilateral revelam que cabe ter presente as enormes diferenças entre os respectivos cenários políticos e a maneira cautelosa em que a diplomacia brasileira participou na disputa por Moçambique.

Uma faceta importante do relacionamento bilateral é que Moçambique não dispõe do petróleo como elemento estimulador da economia, mas detém imensas potencialidades de exploração econômica, que já eram de interesse ao Brasil, como participação no Plano de Desenvolvimento do Zambeze.

Com efeito, há sinais do adensamento das relações entre os dois países. A agenda bilateral teve repercussões no setor público e no setor privado de ambos os países e observa-se uma "repetição" das práticas derivadas do período anterior. De modo geral, a análise da atuação do Brasil em Moçambique neste período revela um país em busca de resultados positivos e de satisfação de interesses políticos e econômicos que parecem apontar para a busca de uma forte presença diplomática em muitas áreas e para a política de reafirmar os vínculos do Brasil com o continente africano.

Capítulo 7 - Relações bilaterais entre 2003 e 2015

Eu não quero entrar em nenhuma utopia ingênua, porque nós todos temos que saber que cada país tem que lutar pelos seus interesses. O interesse faz parte, naturalmente. Tem que fazer parte. Ao final das contas, os governantes são eleitos, escolhidos, basicamente para defender os interesses dos seus povos (AMORIM, Celso. Discurso proferido em Moçambique em 2007. Brasília: FUNAG, 2007).

The assumption that the common problems and shared experiences of countries in the global South would make South-South cooperation more legitimate and perhaps more effective is frequently mentioned, as a former Brazilian ministry of foreign affairs would say, "for every African problem there is a Brazilian solution" (ESTEVEZ, Paulo et al Is there a Brazilian Solution for every African problem? Contexto internacional, vol 11, n° 2, p.152-176, 2016).

Este capítulo ocupa-se do período mais recente das relações entre Brasil e Moçambique. A política externa do ciclo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) estabeleceu uma ação permanente em Moçambique, marcada pela realização de interesses políticos e econômicos. Houve um engajamento da diplomacia de Brasília, traduzido na transformação desse país africano como o principal destino da cooperação internacional do Brasil. Este estudo encontrou evidências de que os laços bilaterais com Moçambique são sistematicamente associados a tendências multilaterais, como a importância da associação entre países em desenvolvimento em geral e do Brasil com países africanos em particular.

O engajamento do Brasil em Moçambique é visto como um mecanismo temporário de responsabilidade do governo Lula da Silva (2003-2010), em que o Brasil assume o padrão de comportamento que sempre criticou nas potências mundiais. As relações são interpretadas nessa linha: há uma dissonância entre o discurso e a prática da diplomacia brasileira em um momento de reorientação dos interesses brasileiros no continente africano. Esse engajamento não é fortuito, porque as "boas relações" com Moçambique vinham sendo cultivadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso e antes.

O engajamento é o principal aspecto do presente capítulo e pode ser entendido tanto do ponto de vista dos recursos gastos em Moçambique, sobretudo com cooperação técnica, como em função da importância que o governo concedeu ao país do Índico. Ao refletir sobre

este período e buscar os fundamentos da inserção do Brasil vemos que a aproximação que vinha sendo realizada torna-se uma tendência da política exterior do Brasil: a relação com Moçambique é um elemento constitutivo das relações do Brasil com todo o continente africano. Deve-se reconhecer, portanto, que essas relações apresentam um padrão de continuidade e de seletividade das ações.

No que se refere aos elementos constitutivos do engajamento, três aspectos são observáveis no relacionamento com Moçambique: (1) a multiplicação dos recursos gastos em cooperação; (2) a exploração pelo Brasil do complexo mineiro-energético de Moçambique - resultado de um processo de aproximação anterior ao ciclo do PT; e (3) a utilização de Moçambique como uma janela para promoção da cooperação brasileira em estruturas políticas e econômicas internacionais, como o G-20 no caso do ProSavana.

Em linhas gerais, há uma renovação dos interesses do Brasil no continente africano a partir do primeiro governo Lula da Silva. A busca pela "conquista por novos mercados" é uma continuidade dos períodos anteriores e não uma novidade do presidente eleito em 2002. A intensidade dessas relações, contudo, são a grande novidade do governo Lula. Essa intensidade se expressa particularmente sobre os acordos na modalidade "cooperação técnica" do Brasil com países do continente africano.

Conforme apontam Junior & Faria (2015, p.19), houve um aumento de 36 acordos de cooperação do governo Fernando Henrique Cardoso no continente africano para 238 acordos nos governos Lula da Silva. Esse fortalecimento da cooperação, no entanto, conduz a avaliações contraditórias sobre seu papel.

7.1 Relações Bilaterais

Moçambique é testemunha da voracidade do Estado brasileiro, que abriu caminho para a participação de empresas privadas na exploração de recursos naturais no país ao mesmo tempo em que a cooperação era colocada como a modalidade mais importante. A amizade entre os governos tornou-se pública com o aumento de visitas presidenciais e de autoridades governamentais, que multiplicaram-se no governo de Lula da Silva. A partir da visita do presidente Joaquim Chissano ao Brasil, em 2001, os contatos entre os governos passaram a ser muito mais próximos e preenchidos pelo discurso da cooperação sul-sul.

Durante o período 2003-2010, em oito anos de governo, o presidente brasileiro visitou vinte e dois países africanos. Foi três vezes para Moçambique, em 2003, 2006 e 2008; e

realizou quatro visitas para a África do Sul. Ademais, o presidente Lula esteve em Moçambique em 2010 para aula inaugural da instalação do Pólo da Universidade Aberto do Brasil no Instituto Nacional de Educação a Distância em Maputo. Nesse governo foram abertas dezessete embaixadas de países africanos em Brasília. O chanceler Celso Amorim visitou 67 vezes o continente africano, e 31 países, incluindo Moçambique.

O vice-presidente José Alencar atendeu a cerimônia de posse do presidente moçambicano Armando Guebuza em 2005. Na visita³³⁸, inaugurou-se no CEB a exposição "Renascimento", com vinte quadros do pintor moçambicano Malangatana Valente Nguenya. Um deles era um mural de cinco metros intitulado "Grito à Liberdade" homenageando a guerra colonial. Cabe recordar que, em uma passagem por Maputo, o cartunista Ziraldo, comentara que Malangatana era o mais importante pintor vivo do mundo.

Nesse mesmo período, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi uma vez para Maputo, entre os dias 14 e 16 de setembro de 2007, a convite³³⁹ da Universidade Politécnica para participar de formaturas dos alunos e palestras sobre o controle de inflação e a cooperação internacional brasileira. O ex-presidente teceu elogios ao presidente Lula da Silva e compareceu a uma festa da embaixada brasileira na Fortaleza de Maputo.

A documentação³⁴⁰ da embaixada evidencia que o senador Cristovam Buarque (PT) visitou Maputo em 30 e 31 de janeiro de 2005. O senador manteve um encontro com o presidente Chissano e a embaixadora Leda Camargo, reuniu-se com Sérgio Vieira, figura histórica da FRELIMO já mencionada e com o escritor Mia Couto.

Um dia após sua partida, o senador Marcelo Crivella (atual governador do estado do Rio de Janeiro) chegou em Maputo e manteve uma agenda com autoridades moçambicanas, que incluiu entrevista com o novo presidente da Assembleia da República, Eduardo Mulémbwé e com o prefeito de Maputo. O presidente da Assembleia defendeu necessidade de maior intercâmbio entre o parlamento moçambicano e o senado brasileiro e teria lembrado ao senador que a construção da Igreja Universal fora bloqueada em Maputo.

Deve-se ter em conta que havia certo descontentamento com a postura da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Moçambique. No dia 27 de maio de 2005, o jornal "Savana" publicou a notícia "As contas secretas da Igreja Universal"³⁴¹. Segundo o jornal moçambicano, a Igreja Universal do Reino de Deus construiu em Moçambique "um autêntico império, quer na angariação de fiéis, quer na aquisição de propriedades imobiliárias".

³³⁸ Telegrama n°134 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 10 de abril de 2005.

³³⁹ Telegrama n° 710 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 19 de setembro de 2007.

³⁴⁰ Telegrama n°111 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 07 de fevereiro de 2005.

³⁴¹ Telegrama n° 487 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de junho de 2005.

Salienta-se o fato de que "o reino da IURD expande-se por quase todas as cidades do país, tendo como suporte mais visível a rede Miramar". Também tinha um folheto de distribuição gratuita, a "Folha Universal" e, para abrigar a sede da TV Miramar, a IURD adquiriu prédio na Avenida Julius Nyerere. Segundo a reportagem, a IURD comprou o antigo restaurante "Ungumi" por mais que US\$ 1 milhão.

A presidente da República Dilma Rousseff, a exemplo do presidente Fernando Henrique Cardoso, esteve uma vez para Moçambique, entre os dias 18 e 19 de outubro de 2011 para participar das cerimônias de 25 anos da morte do ex-presidente moçambicano Samora Machel. Foi recebida pelo presidente Armando Guebuza e inaugurou uma exposição no CEB e a nova residência da embaixada em Maputo.

No governo Dilma, a pasta das Relações Exteriores foi ocupada por Antonio Patriota e Mauro Vieira. O primeiro visitou Maputo em julho de 2013 para reunião do Conselho de Ministros da CPLP, e o segundo ministro visitou-o em 2015, para firmar um memorando de entendimento na área de facilitação de comércio e foi recebido pelo presidente Nyuz. em um momento em que o comércio bilateral era de US\$ 74,1 milhões.

Na linha das políticas seguidas pelos últimos governos, podemos observar que a troca de visitas entre presidentes e chanceleres, ao menos uma vez em cada mandato é uma tendência do atual estágio das relações bilaterais. Cabe mencionar que na gestão do presidente Michel Temer, o ministro Aloysio Nunes, segundo chanceler de um país sem rumos após José Serra, o qual assumiu o cargo em 07 de março de 2017, visitou Moçambique, Namíbia, Botswana, Malauí e África do Sul em maio de 2017.

O atual chanceler foi para Moçambique pouco depois que visitou a Argentina, sua primeira viagem internacional. Em Maputo, o chanceler foi recebido pelo presidente Nyusi, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Oldemiro Baloi, pelo ministro de Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, e pela ministra de Recursos Minerais e Energia, Letícia Klemens. Esse encontro põe em evidência uma possível continuidade nas relações com Moçambique, porque está direcionado para as principais áreas do relacionamento bilateral. Nessa ocasião, o ministro brasileiro participou na inauguração da ferrovia que conecta o porto de Nacala com as minas de carvão de Moatize construída pela Vale³⁴².

Pelo lado moçambicano, o presidente Joaquim Chissano visitou o Brasil em 2004, e seu sucessor em 2007, quando foi convidado de honra do desfile militar do 7 de setembro, e

³⁴² Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16238-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-alloysio-nunes-ferreira-a-namibia-botsuana-malawi-mocambique-e-africa-do-sul> . Acesso em 17 de outubro de 2017.

em 2009, junto com o ministro Oldemiro Baloi. O presidente Felipe Nyuzi ainda não foi ao Brasil.

Antes de ser eleito presidente, o moçambicano Armando Guebuza visitou o Brasil em 2003, entre 27 e 29 de outubro, para comparecer ao XII Congresso da Internacional Socialista em São Paulo. A deputada Amélia Sumbana, secretária do Comitê Central da FRELIMO para as Relações Exteriores, solicitou que o candidato à presidência de Moçambique se encontrasse com líderes do PT e houve encontro com o presidente Lula³⁴³.

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique realizou visita oficial a Brasília no dia 4 de setembro de 2008 e, além do MRE, esteve na Empraba, no Ministério do Planejamento e no Senado. Em Belo Horizonte o ministro encontrou-se com o governador Antônio Augusto Anastasia e com empresários ligados à Câmara de Comércio Brasil-Moçambique. No Rio de Janeiro foi à FIOCRUZ. Foram assinados quatro instrumentos bilaterais em sua visita.

No Relatório de Gestão³⁴⁴ da embaixadora Leda Camargo consta que ela foi a oitava pessoa na representação brasileira em Maputo. Desde 1975, a embaixada foi encabeçada pelas seguintes pessoas: Ronald Small, Ítalo Zappa, Marcel Hasslocher, Luiz Fernando Nazareth, Luciano Rosa, Helder Moraes, Pedro Carneiro de Mendonça, Leda Camargo, Antonio J. M. de Souza e Silva. Não foi possível identificar todos os nomes dos homens e mulheres que ocuparam o cargo mais alto da embaixada em Maputo.

Mas, nesse mesmo Relatório consta que o chefe da Bancada Parlamentar da FRELIMO, Manuel Tomé (ex-presidente da Assembléa da República, ex-secretário geral da FRELIMO) despediu-se da embaixadora via carta pública, a pedido dos deputados, iniciativa que foi tomada pela primeira vez em função do "apreço" com a pessoa de Leda Camargo.

Durante todo este período, a embaixada esteve em contatos e gestões intensas para ampliar a presença do Brasil no país e na região. Em 2003, investidores brasileiros foram convidados a participar na *II Commonwealth Mozambique Investment Conference* entre os dias 22 e 24 de outubro³⁴⁵. A ideia da participação era promover Moçambique como uma porta de entrada de produtos brasileiros na SADC.

Cabe recordar que o governo moçambicano promovia uma imagem de destino seguro para investimentos estrangeiros. As relações com Moçambique permitiram que o Brasil

³⁴³ Telegrama n° 84 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 11 de fevereiro de 2003.

³⁴⁴ Telegrama n° 029 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 14 de janeiro de 2008

³⁴⁵ Telegrama n° 488 Embaixada em Maputo para Exteriores em 08 de agosto de 2003.

participasse, na condição de observador, na II Cimeira da União Africana em 2003. Em sua participação, limitada apenas aos trabalhos de abertura e de encerramento, o representante do Brasil comentou que:

"Quero, por fim, saudar Vossa Excelência e o Secretário Geral da União Africana, fazendo votos de pleno êxito no exercício de seus mandatos. O Brasil está seguro de que, por força dos especiais laços de amizade e de cooperação com Moçambique, a aproximação, que agora se inicia, entre o Brasil e a União Africana será amplamente favorecida". Telegrama n° 213 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de julho de 2003.

É interessante observar que em 2006, o embaixador da Argentina Carlos Sersale di Cerisano apresentou suas credenciais ao governo de Maputo. Sobre as relações entre Moçambique e a Argentina, a embaixadora brasileira Leda Camargo informou, por meio de telegrama³⁴⁶ que os dois países criaram um sistema de consultas bilaterais que envolveria o deslocamento para uma ou outra capital, mas que a Argentina não tinha "uma política objetiva e eficaz, em relação à África em geral e Moçambique em particular". O próximo passo da Argentina, segundo a diplomata, seria "reverter essa tendência que, pelo que entendo, se estenderia aos poucos a todo o continente africano".

No caso do Brasil, ao contrário, sua "política para Moçambique" seria um pouco mais eficaz, cuja aproximação tem uma dimensão política. Aa embaixada brasileira em Maputo prestou apoio à candidatura do Primeiro Ministro Pascoal Mocumbi ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, inclusive com missão³⁴⁷ do Ministério da Saúde do Brasil e do MRE para apoiar e contou com a presença de Otávio Mercadante, à época, Secretário-Executivo da Saúde³⁴⁸.

Após dez anos sem participar da FACIM (1992-2002)³⁴⁹, o Brasil retornou à fórmula básica de promoção das exportações e a embaixada atuou à frente da coordenação da missão empresarial do Brasil nas diversas edições em que participou da feira. A título de exemplo, em agosto de 2005, em uma reunião em Maputo, compareceram representantes de agências governamentais como ABC e APEX, Embrapa e as empresas Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Vale, a Associação de Empresas de Comércio Exterior. Nesse ano, o pavilhão do Brasil foi composto por doze *stands*, reunindo 31 empresas de distintos setores como alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, material de construção, bijuterias,

³⁴⁶ Telegrama n° 764 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de novembro de 2006.

³⁴⁷ Telegrama n 148 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 10 de março de 2003.

³⁴⁸ Ver mais em Agência Lusa "Pascoal Mocumbi recebe apoio formal da CPLP e janta com Durão Barroso" em: <https://www.publico.pt/2003/01/16/sociedade/noticia/pascoal-mocumbi-recebe-apoio-formal-da-cplp-e-janta-com-durao-barroso-274496/amp> . Acessado em 17 de outubro de 2017.

³⁴⁹ Telegrama n 148 de 10 de março de 2003.

calçados, bolsas e confecções. De acordo com um relatório³⁵⁰ elaborado pela embaixada, foram criados negócios na ordem dos US\$ 500 mil.

Cabe assinalar a criação de um "Balcão de Apoio ao Exportador/Importador" na Feira, operado por representante da APEX, com o setor comercial da embaixada, para orientações a clientes. O presidente da Câmara de Comércio Moçambique-Brasil, Hermenegildo Gamito esteve presente nesse espaço. Realizou-se o seminário "Brasil-Moçambique: Comércio e Investimentos"³⁵¹ que contou com a presença de mais de 70 empresários moçambicanos. Cabe assinalar que o seminário incluiu painéis sobre a cooperação do Brasil e, na mesa "Moatize e Infra-Estrutura", os palestrantes foram representantes das empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht.

No ano seguinte, em 2006, os números aumentaram. O Pavilhão Brasil, de 300 metros quadrados, contou com treze empresas presentes e sessenta empresas representadas, além das instituições APEX/Embaixada e a Câmara de Comércio Moçambique-Brasil³⁵². A organização do pavilhão estava a cargo de Marco Audrá e Russel Dowding, da empresa Q&A, representante da FACIM no Brasil.

A APEX patrocinou o custo do terreno e foi representada pelo analista de projetos Frederico Couto. Pela primeira vez o pavilhão contou com atividades culturais, com a participação do CEB, que manteve dois funcionários no local e realizaram-se apresentações de capoeira e samba, exibições artísticas sobre o Brasil e programas de turismo³⁵³.

O Centro de Estudos Brasileiros permaneceu cumprindo sua função de legitimar o curso de ação adotado pela embaixada pela via da promoção cultural com Moçambique. Em 2005, se realizou o lançamento³⁵⁴ da revista "Textos do Brasil sobre Música Popular Brasileira" e do livro "Políticas Sociais dos Governos do Brasil e Moçambique", produzido pela embaixada com parceria com o Instituto Superior de Relações Internacionais, uma

³⁵⁰ Telegrama n° 686 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de agosto de 2005.

³⁵¹ Telegrama n° 772 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 5 de setembro de 2005.

³⁵² De acordo com a documentação oficial as treze empresas que se fizeram representar são as seguintes: Alegoria Brasil (confecções); Búfalo Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda (produtos de limpeza); Núcleo de Gestão de Negócios Brasil-Moçambique (construção civil, agricultura têxtil, maquinários); Grendene S.A (calçados); Indústria de Motores Anauger (bombas submersas); Pandurata Alimentos Ltda-Bauducco (alimentos); Weg Exportadora Ltda (motores); Saluh Confecções Ltda (confecções); Stemac Ltda (grupos geradores); Sahara-Moçambique (máquinas para fazer tijolos); Oderbrecht Engenharia e Construção; Mahomed e Cia Ltda (alimentos, cosméticos e higiene); Tropicália (refrigerantes e alimentos).

³⁵³ Telegrama n° 333 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de agosto de 2007.

³⁵⁴ Telegrama n° 525 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de junho de 2005.

coletânea de discursos do presidente Lula e do ex-presidente Chissano, entre 2003 e 2004 e incluí a Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza³⁵⁵.

No mesmo ano o livro "Pensando Igual" dos brasileiros Moacyr Scliar e Alberto da Costa e Silva e do moçambicano Mia Couto foi lançado no CEB. O evento contou com a participação de Marcelino dos Santos e José Luís Cabaço. No dia seguinte, Scliar participou em debate na sede da AEMO com a presença de escritores, jornalistas e intelectuais³⁵⁶.

Um outro exemplo dessa "promoção cultural" é a exposição de fotografias "O Brasil em Moçambique através da ONU" sobre a participação brasileira na ONUMOZ, marcada por uma cerimônia em homenagem à Sérgio Vieira de Mello, aberta em agosto de 2005. A homenagem³⁵⁷ ao diplomata brasileiro foi feita pelo Bispo da igreja anglicana, D. Dinis Sengulane, pelo embaixador Carlos dos Santos e pela embaixadora Leda Camargo.

Comemorou-se em 2006 o 31º aniversário das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique com palestra do escritor Mia Couto sobre Guimarães Rosa³⁵⁸. No ano seguinte, em 2007, a Dra. Graça Machel enviou ao CEB um "Diploma de Mérito"³⁵⁹ em "reconhecimento ao apoio prestado ao Centro de Documentação Samora Machel na organização das comemorações dos 20 anos de Mbuzine". O CEB acolheu exposição de fotografia de Azarias Inguane, reporter fotográfico que documentou a última viagem do presidente moçambicano.

Em 2011, as atividades dos centros culturais brasileiros no exterior estavam fundamentadas na difusão da cultura e da língua portuguesa. Os recursos à disposição do CEB destinavam-se ao aperfeiçoamento da língua portuguesa, cursos de redação, literatura, música e teatro. Sobre as atividades letivas, o número de alunos do CEB reduziu-se de 81 em 2010 para 37 em 2011. Em 2011 O Itamaraty informou à Embaixada³⁶⁰ que as "iniciativas voltadas exclusivamente para a arte moçambicana, ou de terceiros países, não deverão integrar as propostas de atividades do CEB".

A embaixada continuou o trabalho de acompanhar a realidade política nacional. Em largos traços, a força mais expressiva da democracia moçambicana para os atores

³⁵⁵ Iniciativa do presidente Lula da Silva nas Nações Unidas, às vésperas da Assembleia Geral de 2004, para angariar recursos em nível global para a temática da fome e da pobreza, mas também uma preparatória para a Cúpula da ONU sobre a Declaração do Milênio em 2005. Disponível em: http://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/Declaration_de_New_York_sur_l_action_contre_la_faim_et_la_pauvret_e_20_septembre_2004.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2017

³⁵⁶ Telegrama nº 121 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 8 de fevereiro de 2005.

³⁵⁷ Telegrama nº 736 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 28 de setembro de 2005.

³⁵⁸ Telegrama nº 801 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de novembro de 2006.

³⁵⁹ Telegrama nº 254 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 14 de abril de 2007.

³⁶⁰ Telegrama nº 587 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 10 de outubro de 2011.

internacionais é o processo eleitoral. Nesse processo há um cuidado do governo moçambicano, no sentido de expor aos principais atores, que o processo eleitoral é democrático e, portanto, legítimo. Neste período três eleições, em 2004, 2009 e 2014, garantiram a continuidade do mesmo partido no poder.

Em 2004, o presidente foi eleito com 63,58% dos votos, contra 31.74% de Dhlakama. O processo eleitoral contou com a participação de 458 observadores internacionais, 3926 observadores nacionais e 520 jornalistas. O ex-presidente americano Jimmy Carter visitou as instalações do Conselho Constitucional de Moçambique.

Em 2009 o presidente Guebuza foi reeleito com uma vitória de 75% dos votos. Houve pedido de suspensão das eleições pela RENAMO e uma série de demandas por mais transparência e insatisfação com a Comissão Eleitoral e seu papel de servir aos interesses do partido dominante³⁶¹. Nas últimas eleições, em 2014, cristalizou-se o poder da FRELIMO por mais cinco anos, garantindo a continuidade do partido, com Filipe Nyusi, eleito com 57,03% dos votos e também a maioria dos assentos parlamentares.

A embaixada brasileira continuava a acompanhar as relações internacionais do governo de Maputo e mantinha atenção especial aos acordos de cooperação. Parte da documentação³⁶² se dedica a observar as delegações internacionais que visitavam o país. Assim, cumpre assinalar que o chanceler do Reino Unido, Gordon Brown, visitou Moçambique nos dias 14 e 15 de janeiro de 2005, no abrigo da iniciativa britânica de impulsionar o G-8 e a UE à "recuperação econômica" da África, sendo recebido pela primeira ministra Luiza Diogo, pelo presidente Chissano e pelo presidente eleito Armando Guebuza. Nesse pano de fundo o representante britânico anunciou o cancelamento da totalidade da dívida moçambicana com o Reino Unido, de US\$ 150 milhões. O acordo entre as partes estipulou que os recursos poupados nessa operação seriam utilizados em projetos sociais no âmbito do PARPA, em ênfase em educação e saúde.

Moçambique apresentava problemas no setor açucareiro, pelo que o governo investira US\$ 320 milhões na reabilitação dessa indústria, principalmente em Maragra, Mafambisse, Marromeu e Xinavane. Nesse sentido, o país foi admitido como membro do Protocolo do Açúcar da ACP/UE em julho de 2003. Também se beneficiou da iniciativa "Tudo Menos

³⁶¹ Ver reportagem de Boaventura Monjane, "Mozambique: A dictatorship of no alternatives, or an alternative to the dictators?" de 20/01/2015. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/security-icts/mozambique-dictatorship-no-alternatives-or-alternative-dictators>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

³⁶² Telegrama nº66 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de janeiro de 2005.

Armas"³⁶³ (EBA) da UE, de maneira que poderia exportar açúcar sem pagar direitos aduaneiros.

Em março desse ano³⁶⁴, a subsecretária do Estado para assuntos africanos do Departamento de Estado, Constance Newman, visitou Maputo. Em entrevista às redes nacionais, a representante da administração Bush considerou Moçambique "um modelo dos esforços com vistas a alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio"³⁶⁵. A cooperação norte-americana em matéria de HIV/Aids passou de US\$ 24 milhões em 2004 para US\$ 48 milhões em 2005. A subsecretária anunciou ainda que Moçambique iria receber recursos da *Millenium Challenge Account*³⁶⁶.

A percepção do sucesso moçambicano era divulgada em outros setores para além do diplomático. O *New York Times* publicou reportagem³⁶⁷ em 2005 no caderno de turismo intitulada "*Mozambique: Africa's Rising Star*"³⁶⁸ elogiando o país. No entanto, convém ter presente o fato que, ainda há algo de desconfiança entre a FRELIMO e a RENAMO.

Esse tema foi assunto de comunicação da embaixada em Maputo informando³⁶⁹ que havia uma possível ameaça dos antigos generais e oficiais da RENAMO em reiniciar a guerra civil, caso o processo de aposentadoria de oficiais daquele partido nas Forças Armadas, colocado como compulsório, não fosse interrompido. O antigo general da RENAMO, Hermínio Morais, Conselheiro para assuntos de Defesa, era favorável ao retorno da guerra civil caso o processo de aposentadoria de 25 oficiais da RENAMO não fosse suspenso. Uma lista divulgada pelo renamista incluía três generais da Marinha, quatro generais do Tribunal Militar e do Comando da Região Norte e outros militares de patente mais baixas. A RENAMO havia acusado o governo de recrutar 150 antigos combatentes do partido em Sofala para desestabilizá-la.

Nesse momento, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique Banze, que fora vice-ministro da Defesa, convocou o corpo diplomático para uma reunião no Centro de Convenções Joaquim Chissano e enfatizou que a reforma das Forças Armadas, implementada

363 Em inglês, a Everything but Arms é um esquema comercial da União Europeia para acesso de produtos de países em desenvolvimento. Lista de países beneficiários disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/import-and-export-rules/import-into-eu/gsp-rules/everything-but-arms/>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁶⁴ Telegrama n° 215 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 4 de março de 2005.

³⁶⁵ Ver em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

³⁶⁶ Uma organização norte-americana privada de ajuda externa, criada pelo Congresso dos Estados Unidos em 2004.

³⁶⁷ Telegrama n° 494 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de junho de 2005.

³⁶⁸ The New York Times, "*Mozambique: Africa's Rising Star*" de Joshua Kurlantiz, em 29/05/2005. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/05/29/travel/mozambique-africas-rising-star.html>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

³⁶⁹ Telegrama n° 774 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 06 de setembro de 2005.

junto o Ministério da Defesa havia sido aprovada na Assembleia da República. Não obstante, Afonso Dhlakama, quando pronunciou-se, afirmou que não havia possibilidade de retomada da guerra.

Essas tensões entre a FRELIMO e a RENAMO não abalaram a confiança das potências em Moçambique. O Banco Mundial anunciou³⁷⁰, no dia 03 de julho de 2006, um alívio da dívida moçambicana em US\$ 1.306 bilhões no âmbito da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI). O total do perdão da dívida chega aos US\$ 2.361 bilhões quando soma-se o montante de US\$ 1.055 bilhões do alívio concedido pela iniciativa *HIPC*. Conforme exposto anteriormente, os critérios usados para confirmar a elegibilidade de um país para as iniciativas do Banco Mundial e do FMI são o desempenho macroeconômico, o progresso na estratégia de redução de pobreza nacional (no caso moçambicano, o PARPA), os "padrões mínimos" de governabilidade e transparência" de recursos públicos. Antes do MDRI, Moçambique deveria pagar US\$ 32 milhões de serviço da dívida junto ao BM no período 2007/2008 e mais US\$ 97 milhões no período 2009/2011.

Um relatório sobre corrupção em Moçambique, intitulado "Avaliação da Corrupção: Moçambique", foi lançado pela USAID em 16 de junho de 2006. Na versão³⁷¹ reproduzida pela embaixada foi possível verificar que, no entender dos consultores, a corrupção chegava a um ponto "alarmante". Conforme o relatório, a ausência de controle e fiscalização do Executivo, a falta de transparência e de responsabilização dos funcionários, dentre outras questões, levam à corrupção sistêmica no país.

Nesse sentido, um dos setores mais criticados foi o Judiciário, em que a corrupção se manifesta na "compra e venda de vereditos, no controle político sobre as decisões de Justiça, na perda de provas ou processos, na intimidação de testemunhas, e na libertação de suspeitos-chave". O relatório citou o caso do presidente do Tribunal Supremo, Mário Mangaze, no cargo deste 1988, tido como "o principal responsável pela corrupção".

O documento ainda cita a possibilidade de que os principais doadores suspendam o apoio concedido. No entanto, a embaixadora americana comentou, em almoço oferecido pela embaixadora brasileira que o relatório havia sido preparado por três consultores independentes e dois funcionários do USAID, os quais haviam passado cinco dias no país, mas que " não reflete a posição do Governo americano, para o qual a cooperação com Moçambique continua normal, refletindo as boas relações bilaterais".

³⁷⁰ Telegrama nº 483 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 07 de setembro de 2006.

³⁷¹ Telegrama nº 444 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de junho de 2006.

Em termos de política externa moçambicana, o país procurava angariar recursos para enfrentar diversos temas e promover investimentos, transferir tecnologia, capacitar e formar quadros e melhorar o acesso dos produtos no mercado regional e internacional. Como já foi mencionado, Moçambique participa em vários arranjos a nível regional, como o Conselho de Governadores do Banco Islâmico, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento da África, o Fórum de Parcerias sobre África e o Fórum Econômico Mundial sobre África e na SADC.

Uma vertente importante da política externa moçambicana são as relações com a China. Entre as iniciativas chinesas destacam-se: a construção de barragens de Mpanda Ncuca (Zambeze), Bué Maria (Sofala) e Moamba Major (Maputo); o fornecimento de equipamentos agrícolas e a prospecção mineral para o corredor de Nacala; a doação de equipamentos a instituições culturais; e os programas de formação para técnicos em múltiplas áreas³⁷².

Registra-se, a propósito, a participação de delegação moçambicana no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2006, chefiada pelo presidente Armando Guebuza e composta pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Indústria e Comércio e Trabalho.³⁷³ O presidente Guebuza participou na mesa "a ascensão da China e a importância do comércio que mantém com a África" e defendeu a cooperação entre a China e a África.

Nessa esteira, o presidente Hu Jintao visitou o país nos dias 8 e 9 de abril³⁷⁴. Essa foi a primeira visita de um chefe de Estado chinês à Moçambique em mais de três décadas de relacionamento bilateral. As linhas de crédito às exportações estavam no valor de US\$ 5 bilhões e os financiamentos somavam US\$ 3 bilhões. Nesse encontro, assinaram um acordo de perdão da dívida de US\$ 20 milhões e foram disponibilizados créditos preferenciais no total de US\$ 155 milhões para a construção do Estádio Nacional de Moçambique, um Centro Piloto de Tecnologia Agrícola em Nampula, um centro de prevenção de malária e duas escolas técnicas rurais.

Em 2007, o Contra-Almirante Michel Lyden do Comando dos Estados Unidos para a Europa, assinou com Moçambique acordo bilateral de cooperação na área militar. O acordo prevê que as forças americanas em África³⁷⁵ recebam apoio moçambicano em operações de

³⁷² Telegrama n° 414 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 13 de junho de 2006.

³⁷³ Telegrama n° 052 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de janeiro de 2006.

³⁷⁴ Telegrama n°097 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de abril de 2007.

³⁷⁵ Para entender o nível do engajamento militar do governo dos Estados Unidos em África ver: <https://news.vice.com/story/us-military-secret-missions-africa> . Acesso em 27 de outubro de 2017.

manutenção de paz, assistência humanitária, resposta a calamidades, exercícios bilaterais, dentre outros³⁷⁶.

De acordo com a documentação da embaixada³⁷⁷, Moçambique era parte dos cinquenta países que firmaram acordos com os EUA na região para implementar o AFRICOM³⁷⁸. Assim, o governo moçambicano anunciou o envio de dois observadores militares a Uganda, Eugenio Matavele e Gabriel Simbine, ambos Tenente-Coronel. Ademais de Uganda, Moçambique tinha observadores militares na República Democrática do Congo, no Sudão, em Darfur, e no Burundi

Cabe ainda referir que o ex-chanceler Leonardo Simão foi acusado por problemas trabalhistas em uma empresa de produção de rosas de sua propriedade. Trabalhadores da empresa "Golden Roses" denunciaram em jornais como o "Zambeze" e o "Savana" que foram escravizados na empresa do ex-chanceler e de sua esposa, Josephine Simão. Essa matéria veio à luz no momento em que o ex-presidente Joaquim Chissano tinha conquistado o prêmio Mo Ibrahim de US\$ 5 milhões, desembolsados em 10 anos e US\$ 200 mil dólares anuais, que seriam transferidos para sua fundação, da qual Simão era o diretor.

7.2 Narcotráfico

Ambos os países são partes de uma rota de narcotráfico cujo destino é a África do Sul ou a Europa. Sem ser exaustivo e usando os dados que surgiram na pesquisa dos arquivos, esta seção apresenta a maneira como o narcotráfico tem sido abordado pelos países.

Convém ter presente que o narcotráfico foi objeto de discussão entre as partes brasileira e moçambicana na primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Moçambique³⁷⁹ Antidrogas para a Prevenção, Controle e Repressão do Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes e Psicotrópicas em 2005. A delegação moçambicana era composta pelo diretor de Relações Internacionais do Ministério do Interior, Joaquim Bule, por funcionários do Departamento de Inteligência das Alfândegas de Moçambique e por funcionários da embaixada em Brasília.

Foi a primeira iniciativa realizada no âmbito do Acordo Bilateral Antidrogas, que encontrava-se em exame no Congresso Nacional do Brasil. Vale considerar que a convocação

³⁷⁶ Ver mais em <http://www.eucom.mil/media-library/article/20896/us-mozambique-sign-military-agreement>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

³⁷⁷ Telegrama nº 301 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de abril de 2007.

³⁷⁸ Comando dos Estados Unidos para a África, criado em 2007.

³⁷⁹ Telegrama nº 417 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de setembro de 2005.

dessa Comissão deveu-se à demanda moçambicana, em função do aumento do tráfico da rota que provinha do Brasil.

Neste caso, o tráfico consiste na compra e transporte de cocaína por via aérea, em pequenas quantidades, levadas dentro do corpo e carregadas principalmente por mulheres moçambicanas, por algo em torno de US\$ 2 mil e US\$ 3 mil em 2005. A substância era transportada a partir de São Paulo ou do Rio de Janeiro, com escala em Portugal ou na África do Sul. O destino da droga não seria necessariamente Moçambique, mas Europa ou África do Sul. Vale recordar que Moçambique também recebe drogas da Ásia, principalmente heroína, para abastecer outros mercados.

Ademais das "mulas", o narcotráfico utilizava contêineres de navios, onde o entorpecente era misturado a mercadorias legais que, pela falta de fiscalização portuária, entravam em Moçambique. O referido telegrama informa que naquele ano algo em torno de 20 cidadãos e cidadãs de Moçambique estavam presos em estabelecimentos prisionais brasileiros, a maioria em espera de julgamento.

Um ano mais tarde, outro telegrama³⁸⁰ volta a mencionar o assunto, porque o jornal "Notícias" publicou a matéria "Consumo de drogas afecta escolas de Maputo" e fez menção à palestra de Inácio Veniche, do Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga sobre o tráfico e consumo de drogas no país. Segundo a reportagem, a despeito das principais rotas mencionadas, outros aeroportos internacionais como Beira, Pemba ou Vilankulo eram utilizados.

O problema do narcotráfico foi abordado em temas como o tratamento de dependentes químicos, o controle de produtos farmacêuticos e substâncias químicas, e a necessidade de ampliar a discussão do narcotráfico para África do Sul, Angola e Portugal.

É forçoso observar que a emergência de uma rota de narcotráfico entre Brasil e Moçambique impulsionou um debate em torno da necessidade de criar um tratado de extradição. As negociações entre ambos os países para criar o Acordo de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas iniciaram-se em novembro de 2006. O texto informado pela embaixada³⁸¹ reforça a necessidade de cooperação entre as partes no trânsito da pessoa condenada. O acordo entra na modalidade de cooperação jurídica, mas Moçambique não tinha legislação interna sobre o assunto e mantinha esse tipo de acordo com poucos países. O acordo ainda não está em vigor.

³⁸⁰ Telegrama n° 531 de Embaixada em Maputo para Exteriores 13 de junho de 2006.

³⁸¹ Telegrama n° 410 de Embaixada do Brasil em Maputo em 06 de dezembro de 2006.

Em 2007, ,o único documento³⁸² encontrado por este estudo que informa um caso concreto de narcotráfico divulga-se a identidade de um cidadão moçambicano preso por tráfico de drogas no Brasil, tendo entrado no país com visto temporário, pela via aérea e com reserva de hotel para duas pessoas. A embaixada informou que o cidadão moçambicano "é um dos que haviam sido adicionados à lista do Setor Consular para futura denegação do visto". O telegrama informa mais nomes de homens e mulheres que poderiam estar envolvidos com o narcotráfico. Este assunto merece mais investigação.

7.3 Relações comerciais

O fato é que a aproximação com Moçambique rende negócios. E os negócios são consequência importante da presença do Estado brasileiro nesse país. E são a causa de múltiplas críticas da sociedade moçambicana ao Brasil. As observações do terceiro capítulo deste trabalho colocaram em evidência o alto crescimento econômico e a capacidade de atrair investimentos externos do governo de Maputo. É um país direcionado à produção de *commodities* para exportação. Segundo Nuno Branco (2015, p.4) entre 2005-2013, 21% do PIB correspondia ao setor da indústria extrativa³⁸³, cujo núcleo é "o complexo mineral-energético e *commodities* agrícolas". No que se refere, por sua vez, à atuação do Brasil, há uma grande concentração nessas áreas.

Os principais produtos do complexo mineral-energético de Moçambique são alumínio, carvão, areias pesadas, energia e gás. As principais *commodities* agrícolas são tabaco, banana, açúcar e madeira. Entre 2005-2012, 39% da pauta de exportações moçambicana era alumínio e, em segundo lugar, carvão (13%). O setor mineral-energético representava, nesse mesmo período, 72% das exportações do país. Sobre as condições da economia moçambicana, Ali e Muianga (2016, p.1) asseveram que

(...) este tipo de estrutura produtiva reproduz uma estrutura de emprego e condições sociais de trabalho não consistentes com os objectivos da legalidade laboral e segurança social. A instabilidade e regularidade do emprego, a baixa remuneração e as precárias condições de trabalho, associadas às condições atuais de organização dos processos produtivos, podem reproduzir uma força e trabalho e uma estrutura económica pouco produtivas, com implicações para a sustentabilidade da própria estrutura produtiva.³⁸⁴

³⁸² Telegrama n° 022 de Embaixada do Brasil em Maputo em 14 de janeiro de 2010.

³⁸³ Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2015/IESE_RA.pdf . Acesso em 19 de setembro de 2017.

³⁸⁴ Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias90.pdf . Acesso em 19 de setembro de 2017.

Nesse sentido, os investimentos brasileiros buscaram acompanhar esse cenário, de maneira que coincidem com os megaprojetos em energia e mineração e na indústria agrícola. O Brasil atua como provedor de capital (nacional e multinacional) para a economia moçambicana, que por sua vez produz e exporta produtos primários, e é marcada pela dependência ao setor externo sem criar transformações sociais. No período abarcado neste capítulo, os investimentos brasileiros alcançam os US\$ 9 bilhões. A maior parte destes investimentos está na área do complexo mineral-energético, sobretudo em construção civil, mineração e energia (ROSSI, 2015).

No contexto de crise política e econômica no Brasil os investimentos podem ser um instrumento de acumulação de riqueza. O chanceler Aloysio Nunes, em visita a Maputo em 2017, chegou a afirmar ao Vice-Ministro de Indústrias e Comércio que "as perspectivas de investimento brasileiro são também uma via de saída, uma via importante de recuperação da capacidade das nossas empresas pelas oportunidades que seu país oferece"³⁸⁵.

Neste período, os nove maiores produtos de exportações brasileiras para Moçambique eram, segundo a APEX (2015), trens e materiais para vias férreas (29,5%), geradores elétricos (28.7%), carne de frango in natura (10,7%), maquinaria e instrumentos mecânicos e produtos metalúrgicos (7,22%), geradores elétricos (3,7%), aviões (2.6%), farinha para animais (2,5%), móveis (2,3%), cereais (2,0).

Em 2015, as principais brasileiras nesse país eram: IAT Fixações Elásticas; BRF S.A; Odebrecht; Romagnole Produtos Elétricos S.A; Indústria de Rações Patense S.A; Universal Leaf Tabacos Ltda; FT Sistemas S.A; AGCO do Brasil Comércio e Indústria Ltda. Cabe recordar que as exportações/importações brasileiras para este período estão em tabela do capítulo anterior.

Em 2005 o Brasil recebeu críticas dos produtores locais de frango pelo aumento das exportações brasileiras de ave à Moçambique, porque estariam "aniquilando a indústria doméstica e aumentando o desemprego, um mal que promete resvalar para convulsões sociais". O fato, no entanto, era positivo para os interesses brasileiros, de maneira que para a embaixadora Leda Camargo, o Brasil "estaria conquistando posição de vanguarda em detrimento da África do Sul, cujas exportações de produtos despencaram". A embaixada

³⁸⁵ De António Silva, Agência Lusa, "Brasil vê investimento em Moçambique como uma via para sair da crise". Disponível em: <http://observador.pt/2017/05/11/brasil-ve-investimento-em-mocambique-como-uma-via-para-sair-da-crise/>. Aceso em 19 de setembro de 2017.

apurou que em 2002 a exportação de frangos do Brasil atingiu 106,7 mil quilos e, em 2003 chegou a 435,3 mil quilos³⁸⁶.

A informação que a embaixada tinha era que industriais desse ramo iriam protestar junto ao Ministério da Indústria e do Comércio em Maputo, contestando a "abertura exagerada" do governo aos frangos do Brasil. Outro documento³⁸⁷ informa que o ministro da Indústria e do Comércio, António Fernando, estava mantendo reuniões com os produtores moçambicanos de frango e que havia um debate no país sobre "frango importado *versus* frango de produção nacional". Segundo o ministro havia "muita insatisfação por parte dos produtores devido ao que alegam ser a concorrência desleal provada pelo frango congelado importado do Brasil".

De acordo com o mesmo documento, o proprietário de uma das empresas visitadas pelo ministro declarou que "caímos no descrédito devido a entrada de frango importado a partir do Brasil. Os importadores saíram a ganhar". Os representantes da União Geral das Cooperativas, a maior produtora de frangos do país naquela altura, pediram ao referido ministério a introdução de cotas na importação de frango congelado ou mesmo a sua interdição, de modo a proteger a produção nacional.

Nesse cenário, foi elaborado um estudo do impacto das importações de frango brasileiras à Moçambique pelo Ministério da Indústria e Comércio moçambicano. O governo moçambicano iria estudar medidas para proteger a indústria local que considera que haveria uma "concorrência desleal" com o produto nacional³⁸⁸.

Por outro lado, o comércio bilateral Moçambique-Brasil tem sido pouco expressivo. Uma reportagem³⁸⁹ no jornal "Notícias" em 2005 afirmou que as "trocas com o Brasil são insignificantes". Apesar da criação do instrumento de cooperação assinado em 1981, o Acordo Geral de Cooperação, as exportações moçambicanas para o Brasil nunca atingiram 0,1% do total da pauta entre 1998 e 2002.

Assim, a balança comercial apresentar-se deficitária para Moçambique em todos os momentos destas quatro décadas. Esse déficit teria atingido seu máximo em 2001, com cerca de US\$ 4,4 milhões de dólares. Isso quer dizer que o valor das exportações moçambicanas para o Brasil não cobre o valor que é gasto com as importações de produtos brasileiros e apresenta um impacto negativo na economia e no comércio do maior destino da cooperação internacional do Brasil.

³⁸⁶ Telegrama n°185 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 24 de fevereiro de 2005.

³⁸⁷ Telegrama n°317 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de abril de 2005.

³⁸⁸ Telegrama n°216 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 05 de março de 2005.

³⁸⁹ Telegrama n°318 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de abril de 2005.

Contudo, para o Brasil, que procura ampliar sua margem de manobra nas relações internacionais, com a abertura do mercado moçambicano ao capital brasileiro o cenário tornava-se mais positivo. A embaixadora Leda Camargo, ao receber informe da abertura do escritório da Odebrecht em Maputo, afirmou que

Com especial satisfação para esta embaixada, a previsível bola de neve positiva da presença brasileira em Moçambique, após o sucesso da Vale na concorrência em 2004, a cada dia se concretiza com novos fatos. Fui hoje contatada pelo diretor da Odebrecht em Lisboa, Dr. Carlos Pascoal, que me comunicou a decisão da empresa de abrir, em breve, escritório em Maputo. Pascoal, que efetuara visita a esta capital de 13 a 15 de fevereiro para ultimar os detalhes, esclareceu que os vários projetos associados à exploração de carvão de Moatize, bem como as inúmeras oportunidades comerciais e de investimento resultantes de obras de infra-estrutura que serão construídas em Moçambique em um futuro próximo, levaram a Odebrecht a decidir ter uma representação neste país". Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama n° 086 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 08 de fevereiro de 2006.

Em 2006, uma delegação da Petrobras entregou proposta de participação na licitação internacional sobre a exploração do Delta do rio Rovuma, na fronteira com a Tanzânia³⁹⁰. A embaixada colaborou no sentido de agendar visitas da delegação com o presidente do Instituto Nacional do Petróleo e com o presidente da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos. A Petrobras manteve encontro com o presidente da Vale Moçambique Galib Chaim, para iniciar cooperação na área de gás natural.

Uma segunda delegação da Petrobras, composta pelo coordenador da África Subsaariana, Humberto Lima, geólogo, e Lino Brito Teixeira, geofísico, deslocou-se à Maputo³⁹¹ mais tarde nesse mesmo ano. A missão tinha o objetivo de apresentar os detalhes da proposta da licitação internacional relativa ao Delta do Rovuma e obter da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, informações sobre a Bacia de Rovuma, a fim de negociar diretamente com o governo as opções não oferecidas nas licitações internacionais.

O diretor do INP, Arsénio Mabote, solicitou esclarecimentos quanto à proposta brasileira, particularmente dos investimentos que a empresa faria em capacitação institucional e esclareceu que, nessa licitação, teriam de ser feitos investimentos na área social, os quais não constavam na proposta brasileira. A embaixada, sobre esse ponto, asseverou à delegação brasileira que

(...) a importância de fazer uma oferta significativa para projetos na área social, o que, a exemplo do que sucedeu na Vale do Rio Doce, pode ser mostrar fator determinante - e com toda a procedência - para vencer uma licitação internacional neste país. Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama n° 144 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 24 de fevereiro de 2006.

³⁹⁰ Telegrama n° 043 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 24 de janeiro de 2006.

³⁹¹ Telegrama n° 144 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 24 de fevereiro de 2006.

Sobre o processo de negociação do acordo, a embaixadora Leda Camago transmitiu que

Confirmando informações confidenciais, que eu recebera anteriormente, e já repassara a informação ao diretor da Vale, Murilo Ferreira, no sentido de que talvez não haja uma vencedora única, o presidente da Petrobras indagou que poderia até estudar o assunto, mas que desejaria manter a operação dos blocos, a fim de assegurar o controle e possibilitar a transferência de 'know-how' da empresa. Ademais, teria que verificar se outra empresa estaria disposta a compartilhar o mesmo nível de investimentos que constam na proposta da Petrobras (...). Mabote disse que as outras empresas participantes indicaram que poderiam estudar uma parceria na proporção 60-40%, desde que igualmente mantivessem a operação (IDEM).

A embaixada em Maputo verificava na altura de 2008 que o Brasil conquistara seu lugar no mercado moçambicano e que "as grandes obras a cargo de empresas brasileiras têm suscitado crescente interesse do empresariado brasileiro por este país"³⁹². A embaixada se via na necessidade de apoiar as atividades da Câmara de Comércio Moçambique-Brasil no intuito de socializar os benefícios do comércio com o país "parceiro". A medida foi que a embaixada apoiaria essa instituição com US\$ 5 mil dólares anuais para financiar encontros e divulgar oportunidades comerciais.

Nesse sentido, argumenta-se que a presença do Estado brasileiro em Moçambique, enraizada na busca por cooperação e por comércio não difere do modelo da ex-potências coloniais ou dos atuais países desenvolvidos. Os mega-projetos garantem a exploração dos recursos naturais existentes e atraem investimentos externos. Castelo-Branco (2014, p.) concentra suas críticas nas isenções fiscais concedidas aos mega-projetos, como a Mozal, Sasol, Kenmare e Moatize. Para ele há um modelo econômico extrativista no país e seu principal reflexo interno é impedir a apropriação da riqueza gerada. O autor identifica uma correlação entre a dependência do setor público e do setor privado ao setor externo e afirma que "se a ajuda externa não existisse, teríamos um Estado a ser questionado pelos cidadãos, porque não iria prover serviço nenhum"³⁹³.

Em que pese o interesse do governo brasileiro pela região de Moatize desde os anos 1990, sua exploração seria negociada somente nos anos 1990. Segundo o diplomata brasileiro Paulo Woloski (1997, 45), o carvão de Moatize é, para o Brasil, o elemento de maior

³⁹² Telegrama nº 328 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 6 de maio de 2008.

³⁹³ Entrevista conduzida por Francisco Carmona e Emídio Beúla a Castelo-Branco "Castel Branco desmascara o discurso de combate à pobreza". Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/10/castel-branco-desmascara-discurso-de-combate-%C3%A0-pobreza.html. Acesso em 27 de outubro de 2017.

importância estratégica em Moçambique e isso poderia ser uma "alavanca para lançamento dos demais processos de inserção em Moçambique na África Austral e Lusófona".

Para Amanda Rossi (2015, p.128), a mina de Moatize foi inaugurada em julho de 2007 e a exploração começa em 2012, com 3.8 milhões de toneladas. O investimento total da Vale em Matize deverá ser de US\$ 8,5 bilhões e em 2012 os investimentos estavam na ordem dos US\$ 2 bilhões.

A presença da Vale é anterior ao governo Lula. Cabe recordar que em 1981 a Companhia Vale do Rio Doce³⁹⁴ assinara acordo com o Ministério de Recursos de Minas e Energia que possibilitava a exploração de carvão na mina de Moatize pela estatal, que não houve avanço. Essas negociações são anteriores a primeira Lei dos Petróleos e de Minas de 1986 que previa o licenciamento da exploração por investidores privados.

No início dos anos 1990 as negociações foram paralisadas por razões de ordem econômica, mas em 1996 a CVRD reuniu-se em com o governo de Maputo para viabilizar a participação de empresas brasileiras no marco do Protocolo de Entendimentos de 1989³⁹⁵. De acordo com Woloski (1997, p.44)

Sem dúvida, o carvão de Moatize continua sendo o elemento talvez de maior importância na estratégia brasileira em Moçambique, especialmente após o lançamento do Corredor de Desenvolvimento de Maputo. Com Moatize teremos a alavanca para o lançamento dos demais processos de inserção em Moçambique, na África Austral e Lusófona (WOLOSKI, Paulo. O Novo Brasil e o Novo Moçambique: a busca dos parâmetros de uma parceria sustentável. Instituto Rio Branco, MRE, Trigésimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XXXIII CAE). Paulo Américo Veiga Woloski. Maputo 1997.

No governo FHC, segundo o diplomata,

(...) o país engajou-se numa concepção excessivamente ambiciosa no projeto de aproveitamento carbonífero de Moatize - que representaria a redenção econômica deste país africano e de interesse comercial e estratégico para o Brasil - e deixou-o de lado a partir de 1990, limitando-se à verbalização do compromisso meramente retórico do ex-presidente da República em 1991 (IDEM).

O presidente Fernando Henrique Cardoso em seu livro a arte da política (2006, p.647) afirma que "iniciei também negociações para a Vale do Rio Doce investir em mineração e recebi várias vezes o presidente Joaquim Chissano". Com vistas a complementar o orçamento

³⁹⁴ A Companhia Vale do Rio Doce, de 1942 e atuou como uma "agência de desenvolvimento e braço regulador brasileiro" ao longo do período em foi uma empresa pública, até 1997 (SILVA, 2004, p.12). A empresa avançava os interesses do Brasil e era voltada para atender necessidades estratégicas de suprimento de matérias-primas minerais aos parques siderúrgicos dos países aliados, tendo sido nacionalizada mais tarde, por ocasião da reconstrução do parque industrial europeu" (PINHEIRO, 1996, p.20).

³⁹⁵ Protocolo de Entendimentos entre a CVRD e o Ministério de Minerais de Moçambique de 20 de junho de 1989. Junto ao grupo sul-africano TransNatal, realizou-se um estudo de viabilidade, que previa a reabilitação da rodovia Moatize-Beira. No entanto, as partes não foram capazes de mobilizar os recursos financeiros para as fases subsequentes.

do Estado brasileiro a Vale prestou apoio em projetos de cooperação, envolvendo a Escola de Minas de Ouro Preto, no Brasil, com o Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize, a partir de um intercâmbio de docentes em cursos de graduação e pós-graduação de várias durações, entre os anos 1992 e 1997.

Um documento de 2006 recupera a memória institucional do subsecretário-geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, embaixador Ivan Canabrava, que apresentou o seguinte ofício ao presidente da CVRD em 1996:

O Projeto Moatize, que figura na agenda bilateral Brasil-Moçambique desde 1988, continuará a merecer a atenção do Ministério das Relações Exteriores, cujo apoio às atividades da companhia Vale do Rio Doce é-me grato reiterar" e que o Itamaraty "espera poder aparar as arestas criadas ao longo do processo. Telegrama n° 271 de Exteriores para Embaixada em Maputo em 13 dezembro de 2006.

Deve-se mencionar que em dezembro de 1996 realizou-se a I Exposição Institucional do Setor Elétrico Brasileiro (EXPOELEC) com participação da Eletrobrás, Furnas, Itaipú Binacional, Companhia Paranaense de Energia, Centro de Pesquisa de Energia Elétrica e Odebrecht. Segundo o mesmo telegrama citado, a feira foi concebida "com total apoio do Itamaraty" e a Furnas convidou "o jornalista moçambicano, Rodrigo Sitoé, editor adjunto do Notícias, a visitar Rio de Janeiro, Curitiba e Foz do Iguaçu para se familiarizar com o que seria exposto".

A Vale foi privatizada no governo Fernando Henrique, em 1997, e vendida por US\$ 3.3 bilhões e hoje é uma das maiores exportadoras do Brasil. De acordo com Rossi (2015, p.115) a Vale "deve investir em Moçambique 8,2 bilhões de dólares de 2008 a 2016, equivalente a 58% do PIB do país em 2012.

No governo Lula da Silva, a embaixada do Brasil em Maputo apoiou a empresa brasileira e articulou a Vale ao projeto de cooperação da fábrica de medicamentos, à qual doou US\$ 4,5 milhões em 2010. Em 2004, com uma licitação internacional do governo de Moçambique, a Companhia Vale do Rio Doce obteve direito de explorar as regiões carboníferas de Moatize.

No final do governo de Fernando Henrique Cardoso, o tema da Vale era recorrente na embaixada:

A Companhia Vale do Rio Doce vem mantendo desde o início de 2002 frequente contato com o governo moçambicano, com vistas a explorar oportunidades de investimento, com parceiros sul-africanos, no Vale do Zambeze, o chamado 'Projeto Moçambique', esforço que inclusive contou com a visita de missão técnica da Vale à Moçambique no período de 20 a 23 de maio de 2002 (...). Os contatos com a CVRD, que tem contado com o total apoio da embaixada em Maputo, vêm frutificando e, em fevereiro de 2003, o ministro de Recursos Minerais e Energias de Moçambique, Castigo Landa, realizou visita oficial ao Brasil para manter entrevistas com os dirigentes da Vale e buscar obter o inequívoco apoio do governo brasileiro".

O presidente da Vale Roger Agnelli visitou Maputo em de abril de 2004 acompanhado de outros altos funcionários e do empresário brasileiro Eduardo Rio Branco. A delegação foi recebida pelo ministro dos Recursos Minerais e Energia, Castigo José Correia Langa e pelo presidente da República. Na avaliação do encarregado de negócios, José Roberto Procopiak, a visita teve o papel de "reverter imagem negativa da empresa deixada no passado pelo que a parte moçambicana considerava uma aparente falta de interesse pelo projeto de carvão de Moatize e projetos associados"³⁹⁶.

O resultado dessa visita foi que o governo moçambicano concordou que a Vale realizasse o estudo de viabilidade de exploração da mina de Moatize, particularmente da avaliação da qualidade e da percentagem do carvão e de seu volume. A maneira de resolver essa questão foi, segundo o documento citado, uma chamada telefônica "do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Chissano na noite de 31 de março, oportunidade em que reiterou o apoio do governo brasileiro à Vale" (IDEM).

A Vale estava interessava na "matriz mina-ferrovia-porto" porque a mina dependeria de uma ferrovia para escoar a produção, com fretes competitivos. No encontro entre o presidente Chissano e o presidente da Vale, o representante moçambicano afirmou que haveria uma licitação internacional para cumprir com as normas do Banco Mundial, mas que "será um concurso suave, para determinar quem dará mais, em termos de qualidade, prazos, custos".

A concessão para a exploração de carvão foi assinada em 27 de novembro de 2004³⁹⁷ no mesmo dia em que jornais publicavam declarações do presidente da RENAMO que seria assassinado pelo governo da FRELIMO. Vale notar que o diretor da Camargo Corrêa, Fernando Tourinho, que participou nas cerimônias de assinatura dos acordos para explorar Moatize, transmitiu o interesse da empresa em investir no país e que iria participar em projetos paralelos em Moatize, estando disposto a estabelecer um representante permanente em Maputo.

Nessa altura, a Vale tinha um escritório em Maputo no qual trabalhavam doze pessoas. Em Moatize, a Vale estava terminando uma reforma do escritório para o pessoal de campo (geólogos, técnicos e funcionários administrativos). A embaixadora Leda Camargo, em

³⁹⁶ Telegrama n° 280 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de abril de 2004.

³⁹⁷ Telegrama reservado n°928 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 29 de maio de 2004.

apoteose da presença brasileira no norte do país, queria abrir um consulado honorário do Brasil em Tete. Em 2008, o chanceler Amorim conectava a participação do Brasil na exploração do complexo mineral-energético de Moçambique com o fortalecimento das relações bilaterais, ao afirmar que:

Mencionei o tema do carvão de Moatize e enfatizei nosso interesse em resolver as pendências o mais rápido possível. Reconhecendo tratar-se de assunto complexo, ponderei que cada semana que se passa sem uma solução são recursos que se perdem, e que quanto mais depressa pudermos avançar nesse dossiê, melhor será para a intensificação das nossas relações. Lembrei o caso de Angola, onde o rápido avanço dos investimentos brasileiros tem aberto novas oportunidades comerciais e de cooperação - o que também poderia vir a ser o caso de Moçambique. Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama nº 425 de 08 de Embaixada em Maputo para Exteriores em setembro de 2008.

Deve-se, portanto, tomar cuidado com o avanço comercial e dos investimentos brasileiros nesse país. Esse processo tem encetado distintos conflitos, como a remoção de moçambicanos e moçambicanas de suas casas e de suas comunidades pela Vale, que começou em 2009. As comunidades foram divididas em dois reassentamentos, em Moatize, destino de 289 famílias e em Cateme, com 716 famílias. Houve protestos de produtores de tijolos que marcharam contra a Vale em 2013 e fecharam as entradas de Moatize. Portanto, não obstante a centralidade das questões políticas, a atuação econômica do Brasil nesse país cria enormes problemas.

7.4 Cooperação Internacional

De forma geral uma das características mais salientes da presença do Brasil em Moçambique é a cooperação que aparece sob o slogan Sul-Sul. Convém assinalar que a cooperação internacional do Brasil durante o período 2005-2009, alcançou o montante de R\$ 2,9 bilhões, sendo que 76% desses recursos foram atribuídos a contribuições em organizações internacionais e bancos regionais (BRASIL, 2010).

Os outros 24% foram gastos em assistência humanitária, bolsas de estudos e cooperação técnica. Nesse mesmo período, os gastos com as bolsas de estudos para estrangeiros estiveram na ordem dos R\$ 284 milhões, ocupando o segundo lugar em termos de recursos gastos por categoria. Em cooperação técnica gastam-se pouco mais que R\$ 252 milhões, ou 8,72% dos recursos totais (BRASIL, 2010, p.20). A cooperação do Brasil em Moçambique está, em sua maioria, relacionada a esta categoria.

Nesse período, do total dos recursos federais gastos com cooperação técnica, 69% concentram-se em atividades de treinamento e capacitação. A cooperação "bilateral", isto é, Estado-Estado, é o maior veículo de canalização da cooperação técnica brasileira e responde a

92% do total. No período mencionado, a Argentina recebeu 8% da cooperação brasileira, Moçambique, Timor Leste e Cuba receberam 4%. Esse dado coloca Moçambique entre os principais receptores da cooperação brasileira das últimas décadas (BRASIL, 2010, p.34).

No entanto, entre 2011-2013, Moçambique torna-se o principal destino da cooperação internacional do Brasil. Em 2011, o governo de Maputo recebeu R\$ 5.771.000; em 2012 aumentou para R\$ 6.618.212 e, em 2013, para R\$ 7.355.734, em um total de R\$ 19.744.946 em três anos. A título de comparação, o segundo país, São Tomé e Príncipe, recebeu nos três anos R\$ 7.674.411 e o terceiro, Timor Leste, alcançou os R\$ 5.008.173 (COBRADI, 2013, p.28). O continente africano aparece como maior destino da cooperação brasileira, com 46.4% de toda a cooperação

O discurso oficial da cooperação internacional nos governos Lula da Silva e Rousseff pode ser sintetizado na seguinte afirmação:

A cooperação técnica do Brasil faz uso das boas práticas de desenvolvimento econômico e social - testadas e bem-sucedidas em âmbito nacional - para adaptá-las a outros países em desenvolvimento com realidades semelhantes, e com os quais o Brasil compartilha aspectos históricos e culturais (COBRADI p.35). IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009. Brasília: IPEA/ABC, 2010.

Logo

No caso da cooperação técnica horizontal, ou Sul-Sul, a atuação do governo brasileiro é balizada fundamentalmente pela missão de contribuir para o adensamento de suas relações com os países em desenvolvimento. Essa cooperação é inspirada no conceito de *diplomacia solidária* (...) com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos" (IDEM).

Para o governo brasileiro (BRASIL, 2010), a cooperação é uma opção estratégica e “[...] consiste na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos, doação de equipamentos e materiais, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos”.

Os princípios que guiam a cooperação sul-sul do Brasil são:

[...] a solidariedade; a construção de parcerias igualitárias e horizontais; a não condicionalidade; o respeito à diferença e à autonomia das organizações; o compartilhamento das responsabilidades; a possibilidade de internalização e manutenção, pelos países beneficiários, das ações iniciadas; a flexibilização e a harmonização dos procedimentos de gestão; a associação de diferentes instituições, de capacidades técnicas e de *expertises* entre os parceiros; e o tratamento não comercial da cooperação prestada (Ministério das Relações Exteriores, 2010, p. 1).

A cooperação do Brasil em Moçambique opera por contatos de alto nível entre autoridades políticas, visitas técnicas ou missões de prospecção para avaliar a viabilidade de

determinado projeto. Em seguida, há intercâmbio de informações sobre legislações, negociações, ajustes e coordenação das atividades para o início de um determinado projeto e cronograma.

Podemos citar alguns exemplos. Em 2004 foi lançado³⁹⁸ em Moçambique o programa "Bolsa Escola", incluído no PARPA. No início, o Bolsa Escola estava atendendo 100 famílias. Ademais, o projeto "Alfabetização Solidária em Moçambique" teve contribuição de missão técnica brasileira, que participou do desenho da "Política Nacional de Alfabetização".

Em 2005, a embaixada brasileira recebeu solicitação³⁹⁹ de Moçambique para cooperação na área do direito do mar, em matéria de demarcação dos limites exteriores da plataforma continental. A Marinha do Brasil seria responsável pelo levantamento dos limites da plataforma continental moçambicana para além das 200 milhas náuticas. Havia a necessidade de solucionar essas questões junto à França, que tinha jurisdição sobre as ilhas Europa e Baça, com a Índia e Madagascar.

Na III Comissão Mista Brasil-Moçambique, realizada em 30 e 31 de agosto de 2005 em Brasília, com a presença da ministra Alcinda de Abreu, e a delegação brasileira chefiada pelo ministro Amorim, apreciou-se o panorama da cooperação bilateral⁴⁰⁰. Na educação, os principais programas, para além do intercâmbio de estudantes, eram o Bolsa Escola, Alfabetização Solidária e Ensino à Distância. A parte moçambicana solicitou cooperação na área de educação técnica e profissional; ensino especial; ensino secundário geral; mencionou ainda uma cooperação entre a UEM, o ISRI, a UNB, a USP e o Instituto Rio Branco. O Brasil teria reiterado o compromisso de aumentar para quarenta o número de concessão anual de bolsas para estudantes moçambicanos e moçambicanas na graduação e pós-graduação.

Na área da cooperação cultural as partes acordaram em cooperar em cinema e patrimônio cultural, na assessoria para restauração de filmes, com apoio para programas de conservação do patrimônio cultural. Em relação aos recursos minerais e energia, as delegações manifestaram apoio ao "estágio atual das relações de cooperação" e decidiram agir nas seguintes áreas: cooperação no setor de hidrocarbonetos (gás natural e petróleo); pesquisa de petróleo em águas profundas na bacia de Moçambique.

Em 2006, um relatório⁴⁰¹ da embaixada em Maputo atualizava as principais iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique. Nas palavras da embaixadora Leda Camargo: "entre os PALOP, Moçambique é um dos países com maior potencial para o

³⁹⁸ Telegrama n° 618 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 31 de agosto de 2006.

³⁹⁹ Telegrama n°515 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 06 de dezembro de 2005.

⁴⁰⁰ Telegrama n°739 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de setembro de 2005.

⁴⁰¹ Telegrama n°552 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de junho de 2006.

estabelecimento de amplo programa de cooperação com o Brasil, em razão de sua estabilidade política, dimensão geográfica e populacional".

Destaca-se a cooperação nas seguintes áreas: ciência e tecnologia, como a transferência de tecnologia para fabricação de soro antiofídico, ou na área de tecnologia da informação na educação à distância. Outra área é a monitoração hidrológica e ambiental para apoio de produção agrícola e combate à fome; na área de educação, o PEC-G e PEC-PG, com uma estimativa de mais de 600 moçambicanos formados em instituições brasileiras. Na área de saúde e combate à Aids implementou-se o "Programa de Cooperação Internacional para Acções de Controle e Prevenção do HIV para Países em Desenvolvimento" e outros.

O quadro a seguir sintetiza o universo das demandas moçambicanas em 2006.

Tabela 10 - Demandas moçambicanas para cooperação com o Brasil

Setor/ Instituição	Demandas moçambicanas
Juventude e desportos	Cursos de treinadores e árbitros para deficientes; apoio em equipamento audiovisual; assistência técnica para fábrica de bolas; intercâmbio de seleções de futebol; capacitação de técnicos de voleibol.
Meio ambiente. Instituições: Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial; Direcção Nacional de Gestão Ambiental; Centro de Desenvolvimento Sustentável para Zonas Costeiras.	Capacitação técnica e institucional em ordenamento territorial; cursos de curta duração em gestão de recursos naturais; ordenação de áreas semi-urbanas; melhoramento do bairro de Natite na cidade de Pemba.
Obras Públicas e Habitações	Formação e capacitação de seus quadros; assistência técnica em estradas, águas e habitações; promoção da habitação com recursos naturais locais.
Gabinete do Plano De Desenvolvimento da Região da Zambeze	Programa de desenvolvimento comunitário; processamento local da produção; cooperação na área de produção/reprodução de produtos agrícolas, agricultura orgânica
Indústria e comércio	Promoção e desenvolvimento da micro, pequena e média empresa; assinatura de protocolo de cooperação com o SEBRAE; tecnologias agroindustriais; criação de banco de dados sobre empresas existentes; formação superior em administração pública.
Turismo	Concessões de bolsas de estudos para

	cursos de nível superior; formação e capacitação de guias turísticos; capacitação institucional; criação de parcerias com empresários brasileiros.
Procuradoria Geral da República	Formação profissional, pesquisas conjuntas; intercâmbio de delegações; troca de informações; estabelecimento de acordo entre a Procuradoria de Moçambique e a Escola Superior de Magistrados da União.
Defesa	Continuar com o benefício de bolsas de estudos para oficiais moçambicanos, a exemplo dos soldados que participaram em curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) no RJ.
Pesca	Controle de qualidade dos produtos cultivados; administração e regulamentação da atividade; formulação de planos e políticas de desenvolvimento.
Trabalho	Assistência técnica ao INEFP; formação de técnicos; construção de um Centro de Formação Profissional.
Mulher e Coordenação da Acção Social	Estabelecimento de acordos com a contraparte brasileira; formação de quadros e capacitação institucional, apoio material e financeiros aos projetos;
Administração Pública	Assistência técnica do Instituto Brasileiro de Ação Local, para capacitação e formação dos funcionários; implantação das lojas do Cidadão em Maputo.
Instituto Nacional do Mar e Fronteiras	Cooperação na área marinha e pesqueira; delimitação de fronteiras;

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de pesquisa no AHM.

No âmbito do projeto "Mapa Geo-Ambiental da Região Metropolitana de Maputo", com o objetivo de transferir tecnologia na área de geologia e recursos minerais foram oferecidos sete cursos internacionais em 2005 e, em 2006, mais sete cursos, em distintas áreas. Um dos temas mais importantes deste setor foi o projeto de "Instalação de um Sistema de Monitoração Hidrológica e Ambiental", iniciado em agosto de 2002 e previa a utilização de satélites brasileiros, que não avançou.

O diretor da EMBRAPA, Sílvio Crestana, asseverou em 2006 que um escritório da instituição deveria ser aberto no continente africano, mas que ainda não havia uma decisão final a esse respeito⁴⁰². O próprio diretor mandou mensagem à embaixadora Camargo, informando o "interesse no projeto de instalação do escritório da empresa em Maputo". Para a

⁴⁰² Telegrama nº 256 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de abril de 2006.

embaixadora esse assunto estava gerando "muita expectativa desde que foi veiculado por meios locais, no ano passado, sendo objeto de consultas periódicas à Embaixada por parte das autoridades moçambicanas" e adicionou que "a cooperação bilateral muito ganharia com a presença física da EMBRAPA em Maputo, cujo escritório já vem inclusive sendo objeto de negociações com a Vale do Rio Doce".

No ano seguinte, em 2007, realizou-se a IV reunião da Comissão Mista em Maputo⁴⁰³. No discurso de abertura, o chefe da delegação brasileira "reiterou a importância atribuída pelo governo brasileiro às relações com Moçambique" em um momento que o escritório da EMBRAPA em Moçambique já existia e havia intenção de abrir uma representação da FIOCRUZ em Maputo.

Os trabalhos da Comissão foram divididos em grupos, como cooperação, comércio e investimentos e assuntos políticos. Neste último a pauta incluiu pedido para apoio à candidatura brasileira ao cargo de Secretário-Executivo da UNCCD⁴⁰⁴ e o Brasil tinha interesse em apoiar o fortalecimento do uso da língua portuguesa em organismos como a SADC e UA.

Nesse contexto, o lado moçambicano apresentou três propostas: a criação de um mecanismo de consultas com o Brasil, pensando em, por exemplo, acelerar as candidaturas a organismos internacionais; elaborar uma declaração sobre biocombustíveis; e a cooperação brasileira na área de fortalecimento institucional da Chancelaria moçambicana.

A delegação brasileira apresentou alguns resultados nas distintas áreas, explicou as dificuldades de ordem administrativa para enviar juízes brasileiros à Moçambique para cooperar em matéria de segurança pública, e se avançou para desenvolver cooperação na área de formação policial. A Polícia Federal conduziu curso de treinamento em repressão ao crime organizado com representantes moçambicanos. A delegação brasileira ressaltou a concessão de exploração do carvão de Moatize à Vale pelo governo moçambicano.

A plataforma Dzowo, uma base de dados de pesquisadores e pesquisadoras, foi construída com base na Plataforma Lattes do CNPq. Nesse ano, a Universidade Eduardo Mondlane recebeu quatro estudantes brasileiros e firmou sete acordos com universidades brasileiras. Ao compilar as atividades de cooperação internacional do Brasil, a embaixadora Camargo afirmou que:

⁴⁰³ Telegrama nº 481 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 06 de junho de 2007.

⁴⁰⁴ United Nations Convention to Combat Desertification, adotada em 17 de junho de 1994.

A abertura do escritório da FIOCRUZ em Maputo foi anunciada pelo Chefe da delegação brasileira na IV COMISTA e pelo presidente Lula no discurso do Itamaraty por ocasião da visita do presidente Guebuza. Tem por objetivo servir como ponto focal para a cooperação com todo o continente africano. Pretende-se inaugurar o escritório a partir de março de 2008. Telegrama nº801 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de outubro de 2007.

Um telegrama⁴⁰⁵ de 2008 informou a abertura do escritório da FIOCRUZ. O governo moçambicano havia pedido "todo o empenho" do governo brasileiro para instalar a FIOCRUZ em Maputo. A instalação da instituição brasileira era vista como essencial para iniciar o projeto da fábrica de medicamentos. Nesse sentido, inaugurado pelo presidente do Brasil em 17 de outubro, o escritório oferece serviços como cursos de pós-graduação e capacitação e para criar projetos de transferência de tecnologia no marco da CPLP e é uma maneira de estender a presença do Brasil em Moçambique a outros países do continente africano⁴⁰⁶. É uma plataforma da cooperação brasileira em Moçambique.

Em 2008 o embaixador Souza e Silva afirma que "não nos surpreende, portanto, verificar que Moçambique é atualmente o principal recipiendário da cooperação técnica brasileira na África, que beneficia 36 países e o segundo do mundo, atrás apenas do Haiti". No projeto da fábrica de medicamentos, o Brasil estava à cargo de seu modelo de gestão, da planta industrial para a implementação da área de embalagem e todo o detalhamento de equipamentos e custos, o detalhamento da área de controle de qualidade e custos, a avaliação da legislação de Moçambique que possa impactar o projeto, o desenho do primeiro treinamento do pessoal e o planejamento orçamentário geral.

A quinta reunião da COMISTA foi realizada entre os dias 16 e 17 de junho de 2010 em Brasília. A delegação brasileira foi chefiada pelo embaixador Piragibe dos Santos Tarragô, o subsecretário geral para Assuntos Políticos III; e a delegação moçambicana pelo ministro da Indústria e Comércio, António Fernando. Na avaliação do embaixador Piragibe, o "desejo dos dois países" era:

(...) estreitar os laços de amizade e de cooperação bilateral, baseados nos princípios universalmente aceitos, na complementariedade de suas economias e no intercâmbio de conhecimento, no quadro da cooperação Sul-Sul, com vistas a democratizar os benefícios da globalização". Telegrama nº 480 de Exteriores para Embaixada em Maputo em 29 de junho de 2010.

Entre 2009 e 2010, as principais atividades desenvolvidas foram a capacitação em dez técnicos moçambicanos na área de engenharia do petróleo por dez meses, no Brasil; e

⁴⁰⁵ Telegrama nº 515 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de setembro de 2008.

⁴⁰⁶ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/node/2721>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

capacitação em 2010 de 24 técnicos moçambicanos na área de inspeção mineira. Na área de agricultura, destacam-se: a reabilitação do Centro Florestal de Machipanda, o projeto "Apoio à Agricultura de Conservação em Moçambique, um projeto trilateral (Brasil, França, Moçambique); o suporte técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique; a implantação de bancos comunitários de sementes; dentre outros. O ProSavana será abordado na próxima seção.

Na educação, destacam-se: a Avaliação da Qualidade do Ensino; a elaboração do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique; o projeto para implantar a Universidade Aberta do Brasil em Moçambique; o Projeto Olodum. Nas áreas de habitação e obras públicas: o apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo, no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo (projeto trilateral Brasil-Itália-Moçambique).

Na área da saúde: a fábrica de antiretrovirais, a abertura do escritório da FIOCRUZ, a capacitação em produção de medicamentos; o fortalecimento do órgão regulador de medicamentos em Moçambique; o apoio ao desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral de Moçambique; o fortalecimento das ações de prevenção e controle do câncer; a primeira turma de mestrado do curso em ciências da saúde foi formada em 2010.

Em fevereiro de 2010, a SERE enviou telegrama⁴⁰⁷ à embaixada de Maputo para informar que colocaria US\$ 100 mil para uma contribuição voluntária ao Programa Mundial de Alimentos⁴⁰⁸ para "adquirir alimentos considerados prioritários pelo governo de Moçambique". A Secretaria informou que as compras deveriam ser feitas por meio da ferramenta "*Purchase for Progress*"⁴⁰⁹ que permite a aquisição de produtos locais.

Em 2011 Brasil e Moçambique assinaram o acordo do Programa Mais Alimentos, voltado para aprofundar a cooperação técnica na área da agricultura entre os países. O Programa cria uma linha de crédito de US\$ 100 milhões para a aquisição de equipamentos do setor agrícola e integra, em Moçambique, o Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2010, cujo objetivo é acelerar o crescimento do setor agrícola em 7% ao ano e ao PARPA.

7.5 PROSAVANA

⁴⁰⁷ Telegrama n° 090 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de fevereiro de 2010.

⁴⁰⁸ Ver em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pma/>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

⁴⁰⁹ Ver em: <http://www1.wfp.org/purchase-for-progress>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

O Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana (Pro Savana) é um mecanismo de cooperação agrícola trilateral bastante criticado pelas populações envolvidas e por movimentos sociais de distintos países lançado em 2009. É um desdobramento das relações entre Brasil e Japão, cujo marco jurídico é o *Japan-Brazil Partnership Program*⁴¹⁰ de 2000, que inclui cooperação com o hospital Josina Machel em Luanda e treinamento de países da Pan-Amazônia em sistemas *agroflorestais*.

Na cúpula do G-8 + 5⁴¹¹ em L'Áquila na Itália julho de 2009, Brasil e Japão decidiram estender o programa agrícola implementado no cerrado do Brasil à savana africana como parte de sua contribuição para uma iniciativa de segurança alimentar anunciada na cúpula, a *Global Food Security Initiative*⁴¹². Esse encontro da agenda bilateral com a agenda global⁴¹³ resulta dos múltiplos interesses que atravessam as relações do Brasil com Moçambique.

O ProSavana compreende a execução de projetos de cooperação técnica ao mesmo tempo em que promove interesses do agronegócio brasileiro no país. Determinou-se que Moçambique seria o beneficiário da parceria entre Brasil e Japão em maio de 2009, a partir de uma missão do Ministério de Agricultura de Moçambique ao Brasil para conhecer o modelo de desenvolvimento agrícola do cerrado, bioma similar à savana. Em setembro do mesmo ano uma missão ABC-JICA apresentou o programa ao governo de Maputo, dando lugar ao memorando de entendimento que criou o programa nesse ano (FINGERMANN, 2015, p.135).

O programa tem um horizonte temporal de trabalho de 20 anos e pretende cobrir uma área de 14,5 milhões de hectares em 19 distritos e em três províncias, sendo 11% na província da Zambézia, 44% na província de Nampula e 45% na província do Niassa. Estima-se que 4,3 milhões de pessoas habitem a região, as quais vivem em áreas rurais e tem na agricultura o principal como meio de vida.

O Prosavana prevê a participação do setor privado. Foram organizados seminários no Brasil e em Moçambique para viabilizar e promover investimentos em agronegócio com apoio de instituições como EMBRAPA, JICA ABC e empresas privadas. A senadora Kátia

⁴¹⁰Disponível em: [http://gwwweb.jica.go.jp/km/FSubject2101.nsf/03a114c1448e2ca449256f2b003e6f57/d1d2bce70d395f4f4925768e0027fce8/\\$FILE/PartnershipProgram_SSC.pdf](http://gwwweb.jica.go.jp/km/FSubject2101.nsf/03a114c1448e2ca449256f2b003e6f57/d1d2bce70d395f4f4925768e0027fce8/$FILE/PartnershipProgram_SSC.pdf) . Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁴¹¹ Grupo dos oito países mais ricos do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia) e as cinco "potências emergentes" (África do Sul, Brasil, China, Índia e México).

⁴¹²Ver a declaração em: https://feedthefuture.gov/sites/default/files/resource/files/afsi_jointstatement_2009.pdf . Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁴¹³ O termo "agenda global" diz respeito a discussão, no grupo de trabalho "Promoting the Global Agenda" da referida cúpula, que definiu os "desafios globais" em termos macroeconômicos do fortalecimento da governança mundial, com objetivos de crescimento econômico, de proteger os investimentos entre as fronteiras e desenvolvimento sustentável. Com isso tem-se a ideia de que os interesses perseguidos na agenda bilateral tem ressonância na agenda internacional. Disponível em: <http://www.g8.utoronto.ca/summit/2009laquila/2009-g5-g8.pdf> . Acesso em 13 de outubro de 2017.

Abreu, do Movimento Democrático Brasileiro, representante da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), foi para Maputo em 2010 para participar em uma reunião com o setor privado e angariar recursos ao Prosavana⁴¹⁴.

Em linhas gerais, a meta do Prosavana é exportar o modelo do agronegócio brasileiro e "modernizar" a agricultura do Corredor de Nacala⁴¹⁵. Está fundamentado no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), um programa de cooperação internacional entre Brasil e Japão de 1974 que visava produzir *commodities* para exportação⁴¹⁶. Em Moçambique, o Programa está articulado ao "Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário 2011-2020"⁴¹⁷. Para os governos envolvidos o objetivo do Programa é "melhorar a vida dos habitantes do corredor de Nacala, através do desenvolvimento agrícola e regional inclusivo e sustentável" (PROSAVANA nota conceitual, 2013). Essa suposição não é, entretanto, aceita por todos os moçambicanos e moçambicanas.

A formulação do Prosavana reúne três projetos: (i) o Prosavana "Pesquisa e Investigação" - o "Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, Moçambique; (ii) o Prosavana "Plano Diretor" - o "Projeto de Apoio ao Plano Director com vista ao Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala, em Moçambique"; (iii) o Prosavana "Projeto de Extensão e Modelos" - o "Projeto de Criação de Modelos de desenvolvimento Agrícola Comunitário com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária".

Os três projetos são coordenados pela ABC, JICA e Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG). De acordo com Fingerhann (2015, p.128) no primeiro projeto, os investimentos previstos estão na ordem dos US\$ 13,4 milhões entre abril de 2011 e março de 2016, sua execução está a cargo da Jicars, Embrapa e IIAMS. O segundo projeto estabelece ações até 2030 com o objetivo de criar uma agricultura orientada ao mercado, cuja execução é de responsabilidade da Oriental Consultants CO, NTC International e Task CO, a FGV Projetos e MINAG. O investimento total do terceiro projeto permanece a ser definido. Os dois primeiros tiveram início em 2011 e o segundo em maio de 2013.

⁴¹⁴ Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/katia-abreu-faz-balanco-da-viagem-de-comitiva-do-sistema-cna-a-mocambique-30517>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁴¹⁵ O corredor de Nacala faz parte de um conjunto de seis "corredores de desenvolvimento" de Moçambique, que visam facilitar o escoamento de mercadorias e conectar o interior ao litoral. O Corredor de Nacala liga Moçambique com Malauí e Zâmbia e tem uma área total de 56 mil quilômetros quadrados.

⁴¹⁶ Disponível em: <http://www.campo.com.br/proceder/>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁴¹⁷ Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130876.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

De acordo com um documento vazado na internet, um rascunho do Plano Diretor de 2013 publicado pela Grain⁴¹⁸, estava dividido em três fases. A primeira entre 2014-2020 seria uma transição para a agricultura fixa, aumentando ganho de produtividade dos agricultores. Na segunda fase, entre 2021-2025, a intenção era criar áreas de canalização das ações do Prosavana, previstas em plantio comercial de grãos (soja) e produção de sementes em larga escala, logística de distribuição e armazenamento agrícola, renovação das plantações de chá e caju e produção familiar de alimentos.

Outro empreendimento brasileiro importante foi a criação, pela Fundação Getúlio Vargas, de um projeto privado com o nome de Fundo Nacala, considerado por Rossi (2015, p.263) como "a iniciativa privada mais importante do Brasil em Moçambique" de 2012, um fundo de investimentos que queria alcançar os US\$ 2 bilhões para investir na produção de grãos no Corredor de Nacala.

O Fundo foi lançado na viagem do vice-presidente Michel Temer à Moçambique, enfatizando o apoio do governo brasileiro ao empreendimento privado. Segundo o relatório da FASE (2015)⁴¹⁹ sobre o mecanismo de financiamento, existem dúvidas e desconfianças na sociedade moçambicana sobre a atração de investimentos privados e os objetivos mais amplos do ProSavana.

No entanto, Rossi (2015, p.248) aponta que até o ano de 2013 "as atividades da EMBRAPA eram as únicas palpáveis do ProSavana". Para a jornalista "a ideia é que os experimentos resultem em sugestões para dois grupos de agricultores: camponeses, que cultivam as roças de subsistência, e investidores de larga escala, que o Prosavana pretende atrair". Nessa altura, a EMBRAPA atuava em dois campos em Moçambique, na cidade de Lichinga e em Nampula.

O programa está acompanhado da emergência de uma narrativa no Brasil que se refere a Moçambique como nova fronteira agrícola do Brasil. As empresas privadas brasileiras foram incentivadas a trabalhar em uma faixa de terra supostamente "disponível" e "improdutiva" esperando ser "desenvolvida". O primeiro ministro moçambicano Aires Bonifácio Baptista, que foi recebido pelo então vice-presidente Michel Temer, afiançou em

⁴¹⁸ Disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears> . Acesso em 13 de outubro de 2017.

⁴¹⁹ Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Fundo_Nacala_Final.pdf .Acesso em 13 de outubro de 2017.

2012 na entrevista "Moçambique é um campo fértil para empresários"⁴²⁰, as possibilidades de lucros para empresários brasileiros do setor do agronegócio.

O ministro da Agricultura de Moçambique em 2011, José Pacheco, afirmou em reportagem na Folha, que "os agricultores brasileiros têm experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que eles fizeram no cerrado 30 anos atrás"⁴²¹. A matéria lança a ideia que "o governo de Moçambique está oferecendo uma área de 6 milhões de hectares - equivalente a três Sergipes - para que agricultores plantem soja, algodão e milho no norte do país".

O Prosavana é responsável por criar conflitos sociais entre as populações afetadas e movimentos sociais com o governo de Maputo, de maneira que é necessário continuar interrogando as dimensões sociais da penetração brasileira no norte moçambicano. Isso, portanto, não impede o Brasil em fazer do Programa uma plataforma para atuação política em foros como a cúpula de 2011 em Cannes do G-20⁴²². Segundo Classen (2013, p.3) o discurso sobre o Prosavana está construído em treze premissas, das quais destacam-se a importância da ideia de "levar o sucesso do cerrado para a África", a "estagnação agrícola de Moçambique" e que a "agricultura como negócio coexiste com a agricultura campesina".

Esses conflitos sociais deram lugar à emergência de rejeição ao ProSavana. Essa rejeição, articulada por movimentos sociais e populações locais, se inserem em um quadro de manifestações sociais em Moçambique que vem ocorrendo nos últimos anos e é abordada a seguir.

7.6 Rejeição

Ao longo das últimas décadas o projeto do Brasil em Moçambique foi objeto de críticas duras, tanto do governo da FRELIMO ainda nos primeiros anos da independência como posteriormente, por setores da sociedade civil e de populações diretamente afetadas, a exemplo dos movimentos populares que aparecem com propostas de rejeição da presença do

⁴²⁰ Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2620044/mocambique-e-um-campo-fertil-para-empresarios-diz-primeiro-ministro>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁴²¹ Patrícia Campos Mello "Moçambique Oferece Terra à Soja Brasileira" Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>. Acesso em 13 de outubro de 2013.

⁴²² A Secretária de Estado dos Estados Unidos referiu-se ao ProSavana na IV Conferência de Alto Nível sobre a Efetividade da Ajuda em Busan, Coréia do Sul, em dezembro de 2011. Ver mais em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2012/01/06/national/oda-transforming-mozambique/#.WeOpwFtSziU>. Acesso em 15 de outubro de 2011.

Brasil. Neste sentido, entende-se a rejeição como um conjunto de interpretações críticas das relações entre Brasil e Moçambique que trazem diferentes perspectivas e chamam a atenção para as crescentes divergências entre os interesses do Brasil em Moçambique e consideram que houve a emergência de conflitos entre Estado e sociedade que podem minar a agenda bilateral.

Cabe referir que o avanço e o fortalecimento das relações bilaterais conduzem, ou pelo menos como defende-se nesta tese, à rejeição dos seus instrumentos mais importantes, a cooperação técnica e as relações comerciais e que é preciso reconhecer que as relações operam em um quadro de poder desigual, com benefício para o Brasil. Esses movimentos populares passaram a trabalhar em propostas para redefinir a presença do Brasil em Moçambique. No entanto, o Estado brasileiro não aceita o conteúdo desses movimentos populares e os caracteriza como inexistentes. Essas vozes importam porque estão em relação de exclusão com o projeto do Brasil em Moçambique.

A rejeição da presença brasileira produziu-se no interior dos setores mais afetados da população moçambicana, que não aceita as condições em que o Brasil avança seus interesses, impostos na lógica da "indústria extrativa" por empresas privadas e pelo governo de Maputo em nome do "desenvolvimento" da região. Precisamente por rejeitar a presença do Brasil sob a forma de questionar programas como o ProSavana e empresas como a Vale, as populações envolvidas tem chamado à defesa de alternativas, como a suspensão total e imediata das atividades do referido programa e da empresa Vale⁴²³.

Nesse sentido, a população moçambicana tem rejeitado, por várias frentes, a presença do Brasil em setores da vida nacional, como a mineração e a agricultura, a exemplo do Prosavana e da Vale em Moatize. Isso implica reconhecer que o avanço dos interesses comerciais e o aprofundamento da cooperação brasileira em Moçambique tem encetado um problema de ordem moral e ética sobre os objetivos que o país busca realizar. Esta seção dá espaço as vozes que opõem-se à presença do Brasil em Moçambique e, portanto, ao discurso oficial brasileiro das relações Sul-Sul.

Sobre os movimentos sociais nesse país, o moçambicano Boaventura Monjane (2016, p.146) entende que a

(...) sociedade civil moçambicana é relativamente fraca, ainda desarticulada e em muitos casos suas agendas e lutas dependentes de ajuda financeira de doadores estrangeiros" mas a "legislação que garante liberdades e direitos à participação

⁴²³ A empresa Vale foi nomeada em 2011 como a "pior empresa do mundo" por um grupo de organizações ambientalistas no *Nobel Price of Shame*, apresentado paralelamente ao Fórum Mundial Econômico de Davos. Ver mais em: <http://amazonwatch.org/news/2012/0130-brazilian-mining-giant-vale-voted-worst-corporation-in-the-world> . Acesso em 15 de outubro d 2017.

democrática é, ao mesmo tempo, limitante e facilita a intervenção repressora do Estado, sempre que essa participação puser em causa a manutenção do status quo ou o questionamento da legitimidade do poder estabelecido.

É necessário reconhecer, no Brasil, a nível político, de governo e de Estado que famílias de camponeses moçambicanos tiveram suas vidas destruídas pela Vale e que há um amplo processo de resistência ao Prosavana no âmbito das sociedades camponesas que habitavam as terras ocupadas. Particularmente dois movimentos sociais tem rejeitado a equação da presença brasileira em Moçambique (cooperação e comércio).

O "Não ao ProSavana" e o "reassentados" pela Vale em Moçambique, que são a linha de frente da rejeição da presença brasileira no país se inserem, em linhas mais gerais, nas manifestações populares mais importantes nos últimos anos em Moçambique, que aconteceram em fevereiro de 2008, setembro de 2010 e em novembro 2012, provocadas pelo aumento do nível de vida e da desigualdade (Brito *et al*, 2015, p.1).

Dentre os movimentos sociais que participaram na formação da "Campanha Não ao Prosavana" destacam-se: União Nacional dos Camponeses (UNAC); Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH); Justiça Ambiental (JA); Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU); Fórum Mulher; Action Aid Moçambique; Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades; Via Campesina; Grain; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE).

A primeira declaração da UNAC sobre o ProSavana é de 2012 e chama a atenção para a "falta de transparência" do processo e da falta de consideração das "demandas, sonhos e preocupações básicas dos camponeses, principalmente os do Corredor de Nacala". A declaração condena "a maneira pela qual o Prosavana foi desenhado"⁴²⁴. Em 2014, lançou-se oficialmente a "Campanha Não ao ProSavana", com o objetivo de "denunciar e repudiar toda a manipulação, cooptação, intimidação e tentativas de criminalizar ativistas", para solicitar ao governo moçambicano "mecanismos democráticos" e garantir um debate público, que considere todas as partes envolvidas.

Segundo Monjane (2016, p.147) a

Campanha Não ao ProSavana é um movimento popular que rejeita a implementação de um ambicioso programa de desenvolvimento agrícola de larga escala no Norte de Moçambique. O ProSavana é já considerado o programa de desenvolvimento mais resistido na história de Moçambique pós-colonial. E por isso, os seus proponentes enfrentam desde 2012 imensas dificuldades na sua implementação (...). Em maio de 2013, vinte e três organizações e movimentos sociais moçambicanos, apoiados por mais de quarenta organizações internacionais, endereçaram uma carta aberta aos governantes do Brasil, Japão e Moçambique, protestando a falta de um debate público profundo e amplo para avaliação do impacto ambiental do ProSavana. Nos

⁴²⁴ Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/21211> . Acesso em 14 de outubro de 2017.

últimos tempos, apesar da Campanha ter-se fortalecido, sofre duros ataques por parte do governo, desde a desinformação, cooptação das organizações integrantes e intimidação.

Essa "carta aberta para deter e refletir de forma urgente o Programa ProSavana"⁴²⁵ critica a estratégia do governo moçambicano de permitir a entrada de corporações transnacionais ao país e entende que o ProSavana é um mecanismo de "alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem-terra". Sobre o Brasil, afirma-se na carta que a solidariedade do país apóia-se em "transacções comerciais obscuras que promovem a usurpação de terras comunitárias" e procede a apontar dez características do Programa que culminam em "impactos negativos irreversíveis para as famílias".

A percepção para as distintas organizações que compõem a campanha "Não ao ProSavana" é que o programa é nocivo à agricultura moçambicana porque é um projeto voltado a satisfazer a demanda de terra do Brasil e de soja do Japão⁴²⁶. Em setembro de 2015, a ADECRU lançou o documentário "ProSavana: terra roubada, vida usurpada"⁴²⁷, um conjunto de depoimentos, histórias e imagens das comunidades que vivem no Corredor de Nacala que foram afetadas pelo programa que responsabiliza os governos pelos danos.

Em abril e junho 2015 foram realizadas audiências públicas nos 19 distritos onde o ProSavana seria implementado, mas foram "condenadas" por serem manipulados pelas organizações envolvidas com o Programa. Em agosto de 2016 a UNAC lançou um "Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil, Japão sobre o ProSavana"⁴²⁸ pedindo a "paralisação do Programa ProSavana e de todas as actividades relacionadas" e a "divulgação de todos os documentos sobre o ProSavana" e é assinado por mais de sessenta organizações.

Existem outras formas de rejeição da presença brasileira em Moçambique, que tem desdobramentos regionais na África Austral, como o julgamento da mineradora brasileira Vale pelo Tribunal Permanente dos Povos sobre Corporações Transnacionais⁴²⁹ de Manzini, na Suazilândia. A Vale é "réu" por violação aos direitos humanos e por danos ambientais, é acusada de repressão com apoio da polícia moçambicana às manifestações em Moatize e porque reassentou 1300 famílias sem fornecer as condições acordadas.

⁴²⁵ Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/37359-carta-aberta-para-deter-e-refletir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

⁴²⁶ Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/23577>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

⁴²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zQ82-C6hHRo>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

⁴²⁸ Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/TICAD-ProSAVANA-Comunicado-Conjunto-pt5Sept2016.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁴²⁹ Ver mais em <https://www.stopcorporateimpunity.org/>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

Importa recordar que em julho de 2017 registrou-se o primeiro assassinato em uma manifestação contra a Vale em Moatize⁴³⁰, aumentando o conflito entre os reassentados e a empresa. Nesse mesmo ano, a JICA iniciou um processo de investigação independente para avaliar a conduta da agência no ProSavana⁴³¹. Seria o caso do governo brasileiro atuar no mesmo sentido. Assim, a tendência é que esses movimentos permaneçam ativos nos próximos anos.

Os tribunais e as campanhas são estratégias adotadas pelos movimentos populares para tornar seus problemas mais visíveis ao mundo. Assim, os debates e opiniões sobre a presença do Brasil em Moçambique em geral, e sobre os valores da cooperação técnica e das empresas brasileiras em particular mostram a despreocupação do Estado brasileiro com essa conjunção de vozes discordantes. Entretanto, o discurso contra o ProSavana ganhou atenção internacional e a rejeição da presença brasileira nos se insere no âmbito dos anseios e lutas de movimentos populares mais amplos na luta pela dignidade das populações.

7.7 Observações Finais

O último capítulo enfatizou as relações bilaterais no período 2003-2015, altura em que Moçambique torna-se o principal destino da cooperação internacional do Brasil e que os investimentos aumentam em função da exploração carbonífera em Moatize pela empresa brasileira Vale. De maneira geral, o capítulo demonstrou que prestou-se cooperação intensiva e que Moçambique está inserido em contexto de interesses comerciais do Brasil. Nesse contexto, procurou-se construir uma dimensão crítica da presença do Brasil.

A cooperação alcançou áreas tão diversas como saúde, agricultura, educação, habitação, esportes, turismo, segurança alimentar, capacitação profissional, ciência e tecnologia, energia e transportes e atualmente existem mais de quarenta projetos em execução. Essa multiplicidade de projetos decorre dos diversos contatos a nível de governo e Estado entre os países. Nesse sentido, a aproximação com Moçambique tem uma dimensão política que não é fortuita: no estudo das relações entre Brasil e Moçambique é importante reconhecer o anseio do Brasil em diversificar os mercados e reforçar a cooperação como uma moeda de troca.

⁴³⁰ Zitamar News "Protester killed by police at Vale Moambique Coal Mine" de 19 de julho de 2017. Disponível em: <https://zitamar.com/protester-killed-police-vale-mozambique-coal-mine/> . Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁴³¹ Disponível em: <https://www.pambazuka.org/global-south/mozambique-independent-examiners-investigate-jica%C2%B4s-conduct-over-prosavana> . Acesso em 15 de outubro de 2017.

A intensificação do relacionamento se traduziu em quatro visitas presidenciais do Brasil à Moçambique e cinco no caminho inverso, e inúmeras visitas de outras autoridades. Este momento representa o engajamento mais importante do Brasil no país, que é uma continuidade dos períodos anteriores, mas torna-se mais assertivo e direciona múltiplos interesses ao país do Índico, públicos e privados.

Também é o momento em que a rejeição a postura do Brasil torna-se mais latente no âmbito da sociedade civil. Da análise dos interesses político-econômicos do Brasil, ressalta-se a negação e a rejeição de setores específicos da sociedade moçambicana sobre os projetos que envolvem o Estado e as empresas brasileiras. Trata-se de dar voz movimentos populares que as autoridades brasileiras não têm o desejo de expor.

CONCLUSÕES

O Dividendo Bilateral

Existem múltiplos interesses entre Brasil e Moçambique. Nesta tese apontou-se que o Brasil alardeou o discurso da cooperação sul-sul, fundamentado em uma suposta identidade cultural e histórica, as similaridades entre os paralelos em que ambos os países estão e mesmo o grau de desenvolvimento das sociedades. Em largos traços, a trajetória dos quarenta anos mostra que o relacionamento bilateral é uma grande conquista.

A política externa brasileira em África não é fortuita. Dá análise dos interesses político e econômicos do Brasil em Moçambique ao longo de quatro décadas ressalta-se a prestação intensiva de cooperação e que Moçambique está inserido em múltiplos contextos de interesses econômicos para o Brasil. A contribuição desta tese foi traduzir uma agenda bilateral de quatro décadas em termos das suas linhas de força, dos atores envolvidos, das instituições e dos desdobramentos, mas, sobretudo, a consideração de que as relações com Moçambique têm uma dimensão política. Espera-se ter contribuído para articular um lugar crítico que reconheça que o Brasil assume um padrão de comportamento que criticou nas potências mundiais.

Impõe-se a constatação que a busca de melhores relações bilaterais com Moçambique teve início apenas em 1975 e que o Brasil não foi o primeiro país a reconhecer a independência de Maputo. A busca por melhorar as relações bilaterais ganhou expressão na lógica da cooperação, mas tratou-se de enfatizar aquilo que os diplomatas não têm o desejo de expor que a cooperação internacional do Brasil redundou em desastres para alguns setores expressivos das populações envolvidas.

A linha do trabalho foi, ademais de narrar uma história, de investigar a política externa brasileira e a história moçambicana, mostrando como a relação foi conduzida a partir de interesses dominantes e articulados entre os governos e como os dois países vieram a tornar-se atores de uma agenda que entrou em conflito com parte da sociedade moçambicana. Discutiui-se, em traços amplos, a busca por articular a diversificação de mercados com a o reforço multilateralismo e que a participação em missões de paz e operações de perdão de dívidas externas tem a ver com o anseio do Brasil por maior participação em questões relacionadas à manutenção da ordem mundial.

Contudo, o Brasil tem que se preocupar em como a atual crise é discutida na sociedade e nos partidos políticos moçambicanos. Outro tema é como se reflete nas relações com Moçambique, principal beneficiário de cooperação e de alívio da dívida externa (95%) do governo Lula, e portador de obras públicas realizadas pela Odebrecht e Andrade Gutierrez, a operação Lava Jato e as denúncias de corrupção dessas empresas.

Na ausência de verdades absolutas cada um tem a interpretação de sua conveniência, mas a ideia do jogo dos espelhos trata de questões que não são aparentes. As contradições entre Brasil e Moçambique aumentam e se fortalecem na medida em que ambos os países alteram seus perfis para fazer face as exigências de uma economia global liberalizante dos anos 1990, e as alterações profundas ocorridas nas relações internacionais.

As circunstâncias históricas particulares favoreceram ao Brasil. Primeiro, no que diz respeito ao continente africano, o lusocentrismo do Estado brasileiro entre 1953-1974 o impediu de manter relações e reconhecer as lutas de libertação nacional em todas as ex-colônias portuguesas. Posteriormente, a rigidez ideológica da ditadura brasileira essencializou as relações com Moçambique no âmbito da Guerra Fria e a diplomacia de Brasília silenciou-se sobre a guerra colonial portuguesa. Em períodos mais recentes, Moçambique tornou-se uma plataforma indispensável para o destino do Brasil em África. Essa história determinou as configurações e estruturas de poder que envolvem a agenda bilateral.

As percepções divergem, mas neste trabalho enfatizou-se que o Brasil está em Moçambique na possibilidade absoluta de lucrar há que um choque de gravidade indiscutível entre a sociedade moçambicana e o Estado brasileiro. Neste sentido, o ProSavana é a distorção do regime da cooperação sul-sul brasileira, que está mais para uma conciliação entre governos e, a despeito da visão triunfalista que conseguiu transformar o Brasil em um país emergente, o gigante da América do Sul se encontra na incomoda posição de ver empresas julgadas por tribunais populares na África Austral.

Até então, a história das relações entre Brasil e Moçambique, articuladas naquilo que denominou-se “o jogo dos espelhos”, tem privilegiado o lado brasileiro. Um diálogo mais assimétrico entre ambos os países não pode ser alcançado sem a descolonização das relações de poder que envolvem ambos os países. Todas as contradições são o produto de um projeto histórico até hoje desenvolvido e incompleto. A conclusão a que se chega após o estudo apurado da agenda bilateral é que Moçambique serviu para o processo de projeção internacional do Brasil.

Recentemente, em agosto de 2017, o embaixador do Brasil em Moçambique afirmou, em reportagem no Globo⁴³² afirma que "a recente visita do ministro das relações exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, serviu para reafirmar condição daquele país-irmão como parceiro prioritário e dissipar temores e rumores de distanciamento do Brasil em relação à África". Não parece impossível que o processo de aproximação continue nos próximos anos, de maneira que é importante seguir interrogando as últimas décadas desta história.

⁴³² "Olhar para Moçambique" de Rodrigo Baena Soares, embaixador do Brasil em Moçambique. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/olhar-para-mocambique-21671757>. Acesso em 9 de outubro de 2017.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS E BIBLIOGRAFIA

A) FONTES PRIMÁRIAS

1. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília

Ofícios Recebidos e Expedidos

1.1 SECRETO

Telegrama Secreto nº 356, de Ronald Small, Embaixada em Maputo para Exteriores, Maputo, 19 de agosto de 1976.

Telegrama secreto nº279, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 06 outubro, 1976.

Telegrama Secreto nº120, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 08 de maio de 1976.

Telegrama Secreto, nº30. De Exteriores para Embaixada em Maputo. Brasília, em 15 de março de 1973.

Telegrama Secreto nº46, de Exteriores para Embaixada Maputo. Brasília, em 22 de outubro de 1976.

Telegrama secreto nº12, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 11 de fevereiro de 1977.

Telegrama secreto nº11, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 11 de abril de 1985.

Telegrama secreto nº240, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 13 de setembro de 1985.

Telegrama Secreto nº128, de Exteriores para Embaixada Maputo. BrasíliaMaputo, 02 de outubro de junho de 1981.

Telegrama Secreto nº224, de Exteriores para Embaixada Maputo. BrasíliaMaputo, 13 de junho de junho de 1980.

Telegrama Secreto nº380, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 01 de outubro de 1980.

Telegrama Secreto nº879, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 17 de novembro de 1977.

Telegrama Secreto Confidencial nº 96, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 16 de abril de 1976.

Telegrama Secreto Confidencial n°293, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 11 de maio de 1978.

Telegrama Secreto-Confidencial n°266, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 02 de dezembro de 1977.

Telegrama Secreto do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores em 3 de março de 1974. "Relações Bilaterais. Encontro com Dr. Murrupa. Pedido de bolsa no Brasil". Caixa n°5, Lourenço Marques 001 a 269.

Ofício n°65 de José Chocrane de Alencar, embaixador do Brasil na Índia, para o embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Nova Déli 15 de fevereiro de 1959. AMRE. Caixa 03 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98).

Memorando Confidencial para o chefe do Departamento Consular, de 17 de fevereiro de 1960. "Criação do Consulado Geral em Lourenço Marques e Consulado Simples em Luanda. Entrepósitos Moçambique e Angola. Relações Brasil-Portugal". Caixa 923 (42) (88).

Telegrama Secreto s/d.

Telegrama Secreto da Embaixada de Lisboa para Exteriores, de 5 de janeiro de 1973, número 11, do embaixador Luís Antônio da Gama e Silva. Caixa Lisboa Ofícios (01) (73).

Telegrama Secreto. Embaixada do Brasil em Caracas para DAO, n° 505, em 15 de junho de 1973. "Relações do Brasil com a África" do embaixador Lucillo Haddock Lobo. Caixa 920 (B46) (A).

Telegrama Secreto. Legação do Brasil na cidade do Cabo para Exteriores, n° 58 de 11 de abril de 1973. "Artigo sobre a política de penetração brasileira na África". Caixa 691.7 (B46) (A30).

Telegrama Secreto do DAO para Secretaria de Estado.. 22/01/1974, n13, Arquivo Antonio Azeredo CPDOC. classificação: AAS mre ag 1974.01.22.

Relatório Contato com os Representantes dos Movimentos de Emancipação de Angola e Moçambique. Missão do Chefe do DAO". AMRE, 900 (B-46) (A) - Relações Políticas. Caixa 273. Secreto.

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda. Sem classificação (ilegível).

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n° 193 em 25 de agosto de 1975. "Remessa de Planos de Evacuação de Brasileiros de Angola". Sem caixa.

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n° 251 em 24 de abril de 1975. "Começo do envolvimento do Brasil na luta entre os movimentos armados angolanos. Caixa ANGOLA 900.2 (F42) (A).

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n° 253 em 24 de outubro de 1975. "Política de Equidistância frente à intervenção estrangeira em Angola". Caixa: 900 (B46) (A19).

Telegrama Secreto do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores em 3 de março de 1974. "Relações Bilaterais. Encontro com Dr. Murripa. Pedido de bolsa no Brasil". Caixa n°5, Lourenço Marques 001 a 269

Ofício n°65 de José Chocrane de Alencar, embaixador do Brasil na Índia, para o embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Nova Déli 15 de fevereiro de 1959. AMRE. Caixa 03 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98).

Memorando Confidencial para o chefe do Departamento Consular, de 17 de fevereiro de 1960. "Criação do Consulado Geral em Lourenço Marques e Consulado Simples em Luanda. Entrepostos Moçambique e Angola. Relações Brasil-Portugal". Caixa 923 (42) (88).

Telegrama Secreto do Chanceler para o Presidente da República em 23/02/1073. CPDOC. classificação AAS MRE 1974.10.00 de 00.10.1974 a 04/03/1979.

Telegrama Secreto s/d.

Telegrama Secreto da Embaixada de Lisboa para Exteriores, de 5 de janeiro de 1973, número 11, do embaixador Luís Antônio da Gama e Silva. Caixa Lisboa Ofícios (01) (73)

Telegrama Secreto. Embaixada do Brasil em Caracas para DAO, n° 505, em 15 de junho de 1973. "Relações do Brasil com a África" do embaixador Lucillo Haddock Lobo. Caixa 920 (B46) (A).

Telegrama Secreto. Legação do Brasil na cidade do Cabo para Exteriores, n° 58 de 11 de abril de 1973. "Artigo sobre a política de penetração brasileira na África". Caixa 691.7 (B46) (A30).

Telegrama Secreto do DAO para Secretaria de Estado.. 22/01/1974, n13, Arquivo Antonio Azeredo CPDOC. classificação: AAS mre ag 1974.01.22

Relatório Contato com os Representantes dos Movimentos de Emancipação de Angola e Moçambique. Missão do Chefe do DAO". AMRE, 900 (B-46) (A) - Relações Políticas. Caixa 273. Secreto.

Telegrama Urgente-Secreto, do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores, s/n, d 12 de junho de 1975. Caixa 900 (B46) (A20).

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda. Sem classificação (ilegível).

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n° 193 em 25 de agosto de 1975. "Remessa de Planos de Evacuação de Brasileiros de Angola". Sem caixa.

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n° 251 em 24 de abril de 1975. "Começo do envolvimento do Brasil na luta entre os movimentos armados angolanos. Caixa ANGOLA 900.2 (F42) (A).

Telegrama Secreto da Representação Especial do Brasil em Luanda para Exteriores, n° 253 em 24 de outubro de 1975. "Política de Equidistância frente à intervenção estrangeira em Angola". Caixa: 900 (B46) (A19).

1.2 CONFIDENCIAL

Telegrama número 350 Confidencial de 15/09/1976, da Embaixada em Maputo para Exteriores. Maputo, 15 de outubro de 1976.

Telegrama confidencial n° 198, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de abril de 1976.

Telegrama confidencial n° 249, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 05 de junho de 1975.

Telegrama confidencial n°485, de Embaixadada Maputo para Exteriores. Maputo, 08 de dezembro de 1976.

Telegrama confidencial n° 192, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 24 de abril de 1976.

Telegrama confidencial n° 258, de Exteriores para Embaixada Maputo. Brasília, 08 de junho de 1976.

Telegrama Confidencial, n°X, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 15 de setembro de 1977.

Telegrama confidencial n°13, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 02 de fevereiro de 1980.

Telegrama Confidencial n°521, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 12 de dezembro de 1982.

Telegrama Confidencial n°277, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 10 de junho de 1976.

Telegrama Confidencial n°280, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 30 de setembro de 1980.

Telegrama Confidencial n°322, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 13 de junho de 1976.

Telegrama Confidencial nº111, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 05 de setembro de 1977.

Telegrama Urgente nº508, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 09 de dezembro de 1986.

Telegrama Confidencial nº 163, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 28 de setembro de 1977.

Telegrama Confidencial nº 023, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em 20 de fevereiro de 1977.

1.3 CONFIDENCIAL-URGENTE

Telegrama confidencial-Urgente nº 472, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de outubro de 1976.

Telegrama confidencial-Urgente, nº178, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, em cinco de abril de 1976.

Telegrama Confidencial-Urgentíssimo nº491, de Embaixada Maputo para Exteriores. Maputo, 23 de junho de 1977.

Telegrama Urgente-Secreto, do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores, s/n, d 12 de junho de 1975. Caixa 900 (B46) (A20).

Telegramas Ostensivos e Reservados (cap 6 e 7, 6 ok)

Telegrama nº 90, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 24 de fevereiro de 1989. AHI, caixa 34. Urgente.

Telegrama nº 90, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 24 de fevereiro de 1989. AHI, caixa 34. Urgente.

Telegrama nº 369, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 25 de agosto de 1989. AHI, caixa 58. Ostensivo.

Telegrama nº 303, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 28 de julho de 1989. AHI, caixa 46. Urgentíssimo.

Telegrama nº 469, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 17 de novembro de 1989. AHI, caixa 45. Urgente.

Telegrama nº 31, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 31 de março de 1989. AHI, caixa 34. Secreto.

Telegrama nº 175, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 175 de fevereiro de 1990. AHI, caixa 42. Secreto.

Telegrama nº 04, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 04 de janeiro de 1989. AHI, caixa 34. Urgentíssimo

Telegrama n° 34, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 23 de fevereiro de 1991. AHI, caixa 24. Secreto.

Telegrama n° 39, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 10 de abril de 1991. AHI, caixa 24. Secreto.

Telegrama n° 80, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 6 de junho de 1991. AHI, caixa 38. Secreto.

Telegrama n° 406, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 20 de junho de 1994. AHI, caixa 38. Ostensivo.

Telegrama n° 168, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 22 de março de 1994. AHI, caixa 38. Secreto.

Telegrama n° 399, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de julho de 1994. AHI, caixa 27. Ostensivo.

Telegrama n° 399, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 27 de julho de 1994. AHI, caixa 27. Ostensivo.

Telegrama n° 581, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 11 de novembro de 1995. AHI, caixa 28. Ostensivo.

Telegrama n° 389, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 31 de julho de 1996. AHI, caixa 36. Ostensivo.

Telegrama n° 59, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 07 de março de 1997. AHI, caixa 22. Secreto.

Telegrama n° 94, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 19 de fevereiro de 1999. AHI, caixa 36. Secreto.

Telegrama n° 170, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 24 de março de 1999. AHI, caixa 44. Secreto.

Telegrama n° 696, de BRASEMB Maputo para Exteriores. Maputo, 19 de agosto de 2000. AHI, caixa 73. Ostensivo.

Telegrama n° 215 de Exteriores para Embaixada em Maputo em de 8 de junho de 1990.

Telegrama n° 019 da Embaixada de Maputo para Exteriores em 21 de fevereiro de 1989.

Telegrama n° 173 da Embaixada de Maputo para Exteriores em 28 de agosto de 1991. Urgente.

Telegrama n° 022 de Exteriores para Embaixada em Maputo em 24 de janeiro de 1997 "Brasil-Moçambique. Audiência do encarregado de negócios de Moçambique com o senhor ministro de Estado" Reservado.

Telegrama n° 420 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de novembro de 1997.

Telegrama n° 189 da Embaixada em Maputo para Exteriores 1989 sem data.

Telegrama n° 121 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de agosto de 1988.

Telegrama n° 223 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de julho de 1992.

Telegrama n° 182 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de julho de 1992.

Telegrama n° 121 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 30 de setembro de 1992.

Telegrama da Embaixada em Maputo para Exteriores em 7 de fevereiro de 1994.

Telegrama n° 581 de Embaixada em Maputo para Exteriores "Política. Brasil-Moçambique. Visita do chanceler moçambicano ao Brasil.

Telegrama n° 716 Embaixada em Maputo para Exteriores "Brasil-Moçambique. Imagem no Exterior. Instalação da TV Record em Moçambique" de 18 de dezembro de 1998.

Telegrama n° 780 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de dezembro de 1999.

Telegrama n° 289 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 28 de maio de 1999.

Telegrama n° 362 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de agosto de 1998.

Telegrama n° 051 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 29 de janeiro de 1998.

Telegrama n° 268 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de julho de 1998.

Telegrama n° 111 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de fevereiro de 2001.

Telegrama n° 182 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 26 de abril de 1999

Telegrama n° 566 de Embaixada em Maputo para Exteriores em e 04 de julho de 2000.

Telegrama n° 317 da Embaixada Maputo para Exteriores em 15 de abril de 2001. Reservado.

Telegrama n° 640 de Embaixada Maputo para Exteriores em 25 de julho de 2000. Reservado.

Telegrama sem data. Secreto.

Telegrama n° 59 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 08 de maio de 1989.

Telegrama de Embaixada em Maputo para Exteriores em 30 de janeiro de 1989.

Telegrama n° 18 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de fevereiro e 1989.

Telegrama n° 21 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de março de 1989.

Telegrama n° 39 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de março de 1989.

Telegrama n°155 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de março de 1989.

Telegrama n° 182 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de agosto de 1989.

Telegrama n° 185 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 16 de agosto de 1989.

Telegrama n° 01 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de janeiro de 1990.

Telegrama sem número de Embaixada em Maputo para Exteriores em 30 de outubro de 1992.

Telegrama n°366 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de julho de 1994.

Telegrama n° 415 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de julho de 1994.

Telegrama n° 431 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de abril de 1994.

Telegrama n° 388 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 31 de julho de 1996.

Telegrama n° 79 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 8 de março de 1997. Ostensivo.

Telegrama n° 99 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de março de 1997. Ostensivo.

Telegrama n° 54 de Embaixada em Maputo para Exteriores 18 de fevereiro de 1997. Ostensivo.

Telegrama n° 589 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 2 de dezembro de 1998. Ostensivo.

Telegrama n° 449 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 07 de outubro de 1997

Telegrama n°630 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de novembro de 1998.

Telegrama n° 649 Embaixada em Maputo para Exteriores em 26 de novembro de 1998.

Telegrama n° 133 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 05 de março de 1999.

Telegrama n° 713 Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de novembro de 1999.

Telegrama n° 734 da Embaixada em Maputo para Exteriores em de 25 de novembro de 1999.

Telegrama n° 745 da Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de abril de 2000.

Telegrama n° 155 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 20 de setembro de 1990. Ostensivo.

Telegrama n°349 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 21 de outubro de 1992.

Telegrama ostensivo n° 524 de Embaixada em Maputo para Exteriores em em 13 de setembro de 1990.

Telegrama n° 560 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de agosto de 1994. "Difusão da Língua Portuguesa na África Austral".

Telegrama n° 51 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de março de 1991.

Telegrama n° 164 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 26 de março de 1996. "Assuntos culturais Brasil-Moçambique. Exposição de Pintura".

Telegrama n° 442 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 2 de outubro de 1997.

Telegrama n° 764 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 08 de dezembro de 1999.

Telegrama n° 145 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 2 de agosto de 1990. O embaixador fez alusão a um tripé da presença brasileira: cooperação, comércio e cultura.

Telegrama n° 432 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 7 de agosto de 1995. "Promoção Comercial Brasil-Moçambique. Operações Comerciais".

Telegrama n° 51 de Embaixada de Maputo para Exteriores em 3 de fevereiro de 1989.

Telegrama n° 171 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de março de 1996. Ostensivo.

Telegrama n° 743 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de dezembro de 1999.

Telegrama n° 681 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 8 de dezembro de 1998. Reservado.

Telegrama n° 510 Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de outubro de 1998. Ostensivo.

Telegrama n° 371 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de agosto de 1998.

Telegrama n° 317 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de agosto de 1998.

Telegrama n° 345 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de agosto de 2001. Reservado.

Telegrama n° 424 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 6 de julho de 2001.

Telegrama n° 323 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de junho de 1993.

Telegrama n° 128 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 03 de março de 1994.

Telegrama n° 319 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de abril de 1994.

Telegrama n° 553 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de agosto de 1994.

Telegrama n° 624 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 9 de setembro de 1994.

Telegrama n° 633 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 14 de setembro de 1994.

Telegrama n° 846 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 7 de dezembro de 1994.

Telegrama n° 817 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 28 de novembro de 1994. Urgentíssimo.

Telegrama n° 806 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 24 de novembro de 1994.

Telegrama n° 127 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 21 de março de 1989.

Telegrama n° 398 de Embaixada em Maputo para Exteriores de 16 de junho de 1994.

Telegrama n° 321 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 22 de julho de 1996.

Telegrama n° 448 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de dezembro de 1998.

Telegrama n° 613 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 18 de novembro de 1998.

Telegrama n° 510 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de outubro de 1998.

Telegrama n° 183 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de abril de 1998.

Telegrama n° 409 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 19 de julho de 1999.

Telegrama n° 308 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 09 de abril de 2000.

Telegrama n° 655 de 01 de outubro de 2001. De Brasemb Maputo para Exteriores. Reservado.

Telegrama n°134 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 10 de abril de 2005.
Telegrama n° 710 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 19 de setembro de 2007.
Telegrama n°111 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 07 de fevereiro de 2005.
Telegrama n° 487 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de junho de 2005.
Telegrama n° 84 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 11 de fevereiro de 2003.
Telegrama n° 029 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 14 de janeiro de 2008
Telegrama n° 488 Embaixada em Maputo para Exteriores em 08 de agosto de 2003.

Telegrama n° 764 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de novembro de 2006.
Telegrama n° 148 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 10 de março de 2003.
Telegrama n 148 de 10 de março de 2003.

Telegrama n° 686 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de agosto de 2005.
Telegrama n° 772 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 5 de setembro de 2005.
Telegrama n° 333 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 27 de agosto de 2007.
Telegrama n° 525 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de junho de 2005.
Telegrama n° 121 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 8 de fevereiro de 2005.
Telegrama n° 736 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 28 de setembro de 2005.
Telegrama n° 801 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 15 de novembro de 2006.
Telegrama n° 254 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 14 de abril de 2007.
Telegrama n° 587 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 10 de outubro de 2011.
Telegrama n° 215 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 4 de março de 2005.
Telegrama n° 494 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de junho de 2005.
Telegrama n° 774 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 06 de setembro de 2005.
Telegrama n° 483 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 07 de setembro de 2006.
Telegrama n° 444 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de junho de 2006.
Telegrama n° 414 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 13 de junho de 2006.
Telegrama n° 052 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de janeiro de 2006.
Telegrama n°097 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de abril de 2007.
Telegrama n° 301 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de abril de 2007.

Comando dos Estados Unidos para a África, criado em 2007.

Telegrama n° 417 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de setembro de 2005.
Telegrama n° 531 de Embaixada em Maputo para Exteriores 13 de junho de 2006.
Telegrama n° 410 de Embaixada do Brasil em Maputo em 06 de dezembro de 2006.
Telegrama n° 022 de Embaixada do Brasil em Maputo em 14 de janeiro de 2010.

Telegrama n°185 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 24 de fevereiro de 2005.
Telegrama n°317 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de abril de 2005.
Telegrama n°216 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 05 de março de 2005.
Telegrama n°318 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 01 de abril de 2005.
Telegrama n° 043 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 24 de janeiro de 2006.
Telegrama n° 144 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 24 de fevereiro de 2006.
Telegrama n° 328 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 6 de maio de 2008.
Telegrama n° 280 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de abril de 2004.
Telegrama reservado n°928 de Embaixada em Maputo para Exteriores em de 29 de maio de 2004.
Telegrama n° 618 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 31 de agosto de 2006.
Telegrama n°515 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 06 de dezembro de 2005.
Telegrama n°739 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 23 de setembro de 2005.
Telegrama n°552 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 17 de junho de 2006.
Telegrama n° 256 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 04 de abril de 2006.
Telegrama n° 481 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 06 de junho de 2007.
United Nations Convention to Combat Desertification, adotada em 17 de junho de 1994.
Telegrama n° 515 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 02 de setembro de 2008.
Telegrama n° 090 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 09 de fevereiro de 2010.

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil Contemporâneo

Telegrama Secreto do Chanceler para o Presidente da República em 23/02/1073. CPDOC. classificação AAS MRE 1974.10.00 de 00.10.1974 a 04/03/1979.

Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra

Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: arquivo, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação, FRELIMO. CHRISTIE, Lainm Daily News, Tanzânia, dezembro de 1973.

Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: arquivo, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação, FRELIMO. MACHEL, Josina. The Mozambican Woman in Revolution: FRELIMO Womes' Detachment: the role of the woman in revolution. Revista Mozambique Revolution, n.41, october-december, 1969.

Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação. FRELIMO. Em 22 de março de 1973, jornal The Star, "Lisbon top Man Keen on Talks".

Centro de Documentação 25 de Abril em: caixa: FRELIMO, nome: Samora Machel "denunciemos e neutralizemos os fantoches" s/d.

Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: arquivos, comunicados e panfletos. Movimentos de Libertação. FRELIMO. Reportagem "Des polites sud-africaines pérant pour l'armée portugaise auraient utilisé de défoiliants.Sem dara.

Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de Abril, sem data.

Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de abril. Agência Lusa em 5 de setembro de 2004. Entrevista a José Luís Cabaço.

Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de abril. Diário de Lisboa em 1974. Entrevista a Samora Machel.

Centro de Documentação 25 de Abril. Caixa: FRELIMO e mudanças políticas. Reportagem "Estratégia de Desenvolvimento em Moçambique" em 29 de dezembro de 1973.

Centro de Documentação 25 de Abril. Reportagem do jornal Público "Sete manifestantes mortos em Moçambique" em 10 de novembro de 2000.

Centro de Documentação 25 de Abril. Reportagem do jornal Público "Moçambique acusado de violação de direitos humanos" em 13 de dezembro de 2000.

2. JORNAIS

Nacionais:

África 21 Digital
Folha de São Paulo
O Globo

Estrangeiros:

Agencia Lusa
Club of Mozambique
Deutsche Welle
Notícias
Voz da América
O País
The New York Times
Pambazuka News

3. INTERNET

AGÊNCIA LUSA. Agência Lusa "Pascoal Mocumbi recebe apoio formal da CPLP e janta com Durão Barroso" em: <https://www.publico.pt/2003/01/16/sociedade/noticia/pascoal-mocumbi-recebe-apoio-formal-da-cplp-e-janta-com-durao-barroso-274496/amp> . Acessado em 17 de outubro de 2017.

ÁFRICA 21 DIGITAL. "Líder da Renamo Acusa Governo Moçambicano de Impedir Comícios". 10/09/2015. Disponível em

<http://www.africa21digital.com/politica/ver/20044924-lider-da-renamo-acusa-governo-mocambicano-de-impedir-comicios>. Acessado em 10/09/2015.

African Economic Outlook. Mozambique 2015. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/country-notes/southern-africa/mozambique/> Acessado em 18/07/2015.

DEUTSCHE WELLE. “FRELIMO e Filipe Nyusi Gaham Eleições Gerais em Moçambique, anuncia CNE”. 30/10/2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/frelimo-e-filipe-nyusi-ganham-elei%C3%A7%C3%B5es-gerais-em-mo%C3%A7ambique-anuncia-cne/a-18030642>. Acessado em 13/08/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Nota a Imprensa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16238-visita-do-ministro-das-relacoes-exterores-aloycio-nunes-ferreira-a-namibia-botsuana-malawi-mocambique-e-africa-do-sul> . Acesso em 17 de outubro de 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Iniciativa do presidente Lula da Silva nas Nações Unidas, às vésperas da Assembleia Geral de 2004, para angariar recursos em nível global para a temática da fome e da pobreza, mas também uma preparatória para a Cúpula da ONU sobre a Declaração do Milênio em 2005. Disponível em: http://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/Declaration_de_New_York_sur_l_action_contre_la_faim_et_la_pauvrete_20_septembre_2004.pdf . Acesso em 10 de outubro de 2017

Notícias, “O Custo Social de Bons Cumpridores”. 15/02/2008. Disponível em <http://manueldearaujo.blogspot.com.br/2008/02/conjecturas-o-custo-social-de-bons.html> . Acessado em 06/10/2015.

O PAÍS. “Afonso Dhlakama Revela Vontade de Jacob Zuma na Mediação”. 12/01/2016 Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/39114-afonso-dhlakama-revela-vontade-de-jacob-zuma-na-mediacao.html>. Acessado em 12/01/2016.

O PAÍS. “Quatro Feridos em Emboscada à Caravana de Afonso Dhlakama”. 14/07/2015. Disponível em <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/37737-quatro-feridos-em-emboscada-a-caravana-de-afonso-dhlakama.html> . Acessado em 14/07/2015.

PAMBAZUKA NEWS. Boaventura Monjane, "Mozambique: A dictatorship of no alternatives, or an alternative to the dictators?" de 20/01/2015. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/security-icts/mozambique-dictatorship-no-alternatives-or-alternative-dictators> . Acesso em 10 de setembro de 2017.

THE NEW YORK TIMES. The New York Times, "Mozambique: Africa's Rising Star" de Joshua Kurlantziz, em 29/05/2005. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/05/29/travel/mozambique-africas-rising-star.html> . Acesso em 10 de setembro de 2017.

UNITED NATIONS. *Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples*, adotada pela Assembléia Geral em 1960. Disponível em: < <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml> . Acessado em 20 de julho de 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Development Report. Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience. New York: United Nations Development Programme, 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2014>. Acessado em 17/08/2015.

UNITED NATIONS. United Nations General Assembly. Resolution 3061 XXVIII. "Illegal Occupation by Portuguese Military Forces of Certain Sectors of the Republic of Guine Bissau and Acts of Aggression Committed by them Against the People of the Republic". Disponível em: < <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/281/33/IMG/NR028133.pdf?OpenElement> > . Acessado em 20 de julho de 2016.

UNITE NATIONS. MILLENIUM DEVELOPMENT GOALS. Ver em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/> . Acesso em 17 de outubro de 2017.

Uma organização norte-americana privada de ajuda externa, criada pelo Congresso dos Estados Unidos em 2004.

UNITED STATES OF AMERICA. African Growth and Opportunity Act (Title I, Trade and Development Act of 2000). Washington D.C: U.S Congress, May, 2000 Disponível em: <http://trade.gov/agoa/> .Acessado em 09/08/2015.

VOZ DA AMÉRICA. "Filipe Nyusi Determina Fim do Desarmamento". 20/11/2015. Disponível em <http://www.voaportugues.com/content/filipe-nyusi-determina-fim-do-desarmamento/3066574.html>. Acessado em 20/11/2015.

VOZ DA AMÉRICA. "Nyusi e Frelimo declarados vencedores das eleições em Moçambique", de 30 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/content/niusy-e-frelimo-declarados-vencedores-das-eleicoes-em-mocambique/2578756.html> acessado em 10/03/2015.

VOZ DA AMÉRICA. "Refugiados Moçambicanos no Malawi com Futuro Incerto". 19/10/2015 Disponível em <http://www.voaportugues.com/content/refugiados-mocambicanos-no-malawi-com-futuro-incerto/3013845.html> . Acessado em 19/10/2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Enabling Trade Report. Geneva: Published by the World Economic Forum, 2014. Disponível em:

http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalEnablingTrade_Report_2014.pdf. Acessado em 10/08/2015.

B) FONTES SECUNDÁRIAS

1. LIVROS

ALOCK, Susan et al. *Empires: Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

AMORIM, Celso. A ONU aos Setenta: Reforma do Conselho de Segurança (apontamentos para um livro de memórias). In: Uziel et al. *O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos*. Brasília: FUNAG, 2015.

AMORIM, Celso. *Breves Narrativas Diplomáticas*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

AMORIM, Celso. *Discurso proferido em Moçambique*. Brasília: FUNAG, 2007.

AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da política externa ativa e altiva*. São Paulo: Elsevier, 2015.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ATMORE, Anthony; OLIVER, Roland. *Africa since 1800*. New York: Cambridge University Press, 2005.

ARDENI, Pier Giorgio. *Economic Growth in Mozambique? An Assessment*. 1999

BADEJO, Diedre L. *The African Union*. New York: Chelsea House Publishers, 2008.

BAMBRA, Gurminder K. *Rethinking Modernity. Post-colonialism and the Social Imagination*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização*. Brasília: FUNAG, 2012.

BARÓ, Silvio. *El neocolonialismo económico en África*. In: ENTRALGO, Armando. *África. Economía, Primera Parte*. Editorial de Ciencias Sociales. Ciudad de La Habana, 1979.

BEGUE, Sandrine. *Le Fin de Goa et de l'Estado da India: Decolonization et Guerre Froide dans le Sous Continent Indien (1945-1962)*. Vol. I. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios do Estrangeiro de Portugal, 2007.

BETTS, Raymond F. *A dominação europeia: métodos e instituições*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*. Comitê Científico Internacional da UNESCO, 2010.

BETTS, Raymond F. *Decolonization. Second Edition*. New York and London: Routledge, 2004.

BIRMINGHAM, David. *The decolonization of Africa*. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.

- BOAHEN, Albert Adu. A África Diante o Desafio Colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935. Comitê Científico Internacional da UNESCO, 2010.
- BONATE, Liazzat. Dispute over islamic funeral rites in Mozambique: a demolidora dos Prazeres by Shaykh Aminuddin, 2005.
- BOXER, Charles. Four Centuries of Portuguese Expansion (1415-1815). Unversity of California Press, 1969.
- BRAGANÇA, Aquino. The Anatomy of Colonialism. in: BRAGANÇA. Aquino; WALLERSTEIN, Immanuel. The African Liberation Reader, 1982.
- BUSH, Barbara. Imperialism and Postcolonialism. History, Concepts, Theories and Practice. London: Pearson Longman, 2006.
- CABAÇO, José Luís. Moçambique: identidade colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CABRITA, João. The tortuous road to democracy. Basingstoke: Palgrave, 2000.
- CABRAL, Amílcar. Unidade e Luta, s/d.
- CAETANO, Marcello. António Enes e sua acção colonial. Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa nº 11 e 12, 1948.
- CAPELA, José. Donas, senhoras e escravos. Porto: Edições Afrontamento, 1996.
- CAPELA, José. Moçambique pela sua história. Ribeirão: Húmus, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Política Externa em Tempos de Mudança: a gestão do Chanceler Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 1994.
- CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. O luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Cláudia castelo. Porto: Edições afrontamento, 1998.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- CLASSEN, Sayaka-Funada. The Origins of War in Mozambique: A History of Unity and Division. Tokyo: Hongo Bunkyoko, published by African Minds, 2013.
- COLLIER, Paul et al. Breaking the conflict trap. Civil war and development policy. A World Bank Policy Research Group. Washington DC: World Bank and Oxford University Press, 2003.
- CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacinal do Brasil sob o signo da democracia. Brasília; FUNAG, 2010.
- COSTA E SILVA, Alberto. Um rio chamado Atlântico. O Brasil na África e a África no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.
- DHADA, Mustafah. The portuguese massacre of Wiriyamu in colonial Mozambique, 1964-2013 Bloomsbury, London and New York 2016.

- DAVIDSON, Basil. Portuguese colonial values: an introduction. In: FERREIRA, Eduardo de Sousa. Portuguese Colonialism in Africa: the end of an era. The effects of colonialism in education, science, culture and information. The Unesco Press: Paris, 1974.
- DAVIDSON, Basil. Portuguese Speaking Africa. FAGE, J.D & OLIVER, Roland. The Cambridge history of Africa Volume 8. From 1940 to 1975. Cambridge Histories Online. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- DELUMEAU, Jean. O cristianismo vai morrer? Amadora: Liv Bertrand, 1978.
- DINIZ, Eugenio. O Brasil e as Operações de Paz. In: ALTEMANI, Henrique ; LESSA, Antonio Carlos. Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, volume 2. Saraiva, 2006
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, CLACSO, 2005. Cap. 2, p.24-32.
- ELAIGWU, Isawa J. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali (ed.). História Geral da África VIII. África desde 1935. Comitê Científico Internacional da UNESCO, 2010.
- ENES, António. A Guerra d'África. Cartas inéditas e um estudo de Paiva Couceiro, Lisboa: Prefácio, 2002.
- FERREIRA, Rita. African Kingdoms and alien settlements in central Mozambique (c. 15th-17th Cent.) Coimbra: Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1999.
- FLECHA, Paulo Tarso. Caminhos Diplomáticos: 10 anos de agenda internacional, 1985-95. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- FONSECA, M. N.S. & MOREIRA, T. T. Panorama das Literaturas Africanas em Língua Portuguesa. In: FONSECA, M.N.S & MOREIRA, T.T. Cadernos CESPUC de Pesquisa - Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007
- GADDIS, John. History, Science and the Study of International Relations. In: WOODS, Ngaire (org.). Explaining international relations since 1945. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- GONÇALVES, Williams da Silva. O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal. Do Tratado da Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.
- HALL, Margaret. Confronting Leviathan: Mozambique since independence. Ohio: Ohio University Press, 1990.
- HANLON, Joseph. Mozambique: Who calls the shot? London: James Currey, 1996.
- HANLON, Joseph; SMART, Teresa. Do Bicycles Equal Development in Mozambique? Rochester: NY and Woodbridge: James Currey, 2008.
- HENRIQUES, Isabel Castro. Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX. Lisboa: Casal de Cambra Caleidoscópio, 2004.
- HOBSON, John A. Imperialism: A Study. New York: James Pott & Company, 1902.

HOMEM, Eduardo & CORRÊA, Sônia. Moçambique: Primeiras Machambas. Rio de Janeiro: Margem, 1977.

HURREL Andrew. On Global Order. Power, Values and the Constitution of the International Society. New York: Oxford University Press, 2007.

KENKEL, Kai Michael. O dilema interno da soberania: a evolução das normas de intervenção. In: KENKEL, Kai Michael et al (org.) O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea, 2012.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, CLACSO, 2005. Cap. 1, p.08-23.

LEITE, Ana Mafalda. Tópicos pra uma história da literatura moçambicana. MENESES, Maria Paula ; RIBEIRO, Margarida Calafate. Moçambique das palavras escritas. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

LIESEGANG, Gerhard. As primeiras sociedades sedentárias e o impacto dos mercadores 300 - 1885. In: SERRA, Carlos. História de Moçambique. Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 2000. Cap. 1, p

LIESEGANG, Gerhard. Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado. Coleccção Embondeiro: Maputo: Arquivo do Património Cultural, 1996.

LIESEGANG et al. A História de Moçambique, 1885-1930. In: História de Moçambique Vol. 3. Moçambique no Auge do Colonialismo. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlan, 1993.

LIEVEN, Dominique. Empire: The Russian Empire and Its Rivals. United States: Yale University Press, 2000.

LING, L. H. M. The Dao of World Politics. Towards a Post-Westphalian, worldist International Relations. New York: Routledge, 2014.

LOBATO, Alexandre 2008. Falta.

LOURENÇO. Vitor Alexandre. Moçambique: Memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje. Lisboa: GERPRESS, 2010.

MACAMO, Elísio. Political governance in Mozambique. Final Report, Maputo: DFID, 2006.

MACHEL, Samora. O Processo da Revolução Democrática Popular em Moçambique. Revolução Proletária, 1975.

MALEKANDATHIL, Pius. The Mughals, the Portuguese and the Indian Ocean: Changing Imageries of Maritime India. Primus Books, 2014

MAZRUI, Ali. Procurai Primeiro o Reino Político. In:MAZRUI,Ali (ed.). História Geral da África VIII. África desde 1935. Comitê Científico Internacional da UNESCO, 2010.

MELO, Ovídio de Andrade. Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty. Brasília: FUNAG/MRE, 2008.

- MENESES, Maria Paula. Subjects of objects of knowledge? International consultancy and the production of knowledge for a decent life. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Another knowledge is possible: Beyond northern epistemologies, 2007.
- MENESES, Maria Paula ; RIBEIRO, Margarida Calafate . Cartografias Literárias Incertas. In: MENESES, Maria Paula ; RIBEIRO, Margarida Calafate. Moçambique das palavras escritas. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- MILANI, Carlos et al. Atlas da Política Externa Brasileira. CLACSO, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.
- MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976.
- MOÇAMBIQUE. Acordo Geral de Paz de Moçambique. Boletim da República, Maputo, outubro de 1992. Disponível em: <http://www.macua.org/blog/AGP.pdf> . Acesso em 9 de novembro de 2014.
- MOÇAMBIQUE. Constituição (1975). Constituição da República Popular de Moçambique. Maputo: Comitê Central da FRELIMO, 1975.
- MOÇAMBIQUE. Constituição (2004). Constituição da República de Moçambique. Maputo: Presidência da República, 2015.
- MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Avaliação Final do Governo de Moçambique ao Desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs). Maputo, abril de 2012.
- MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035. Maputo, julho de 2014.
- MOÇAMBIQUE. Ministério da Planificação e Desenvolvimento; de Brito, L. (2012) Pobreza, “PARPAS” e Governação. In: de Brito, Luís; Castel-Branco, C. N., Chichava, S., Francisco, A. (orgs.)Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, pp. 1-25.
- MOÇAMBIQUE. Constituição da república, 1990.
- MOÇAMBIQUE. Lei de Bases das Autarquias n°. 2/97, de 1997.
- MOÇAMBIQUE. Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035). Maputo, julho de 2014. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/moz147210.pdf> . Acesso em 9 de novembro de 2017.
- MOÇAMBIQUE. O Plano de Acção para a Redução de Pobreza Absoluta (2006-2009). Maputo, 02 de maio de 2006. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d61761.pdf> . Acesso em 9 de novembro de 2017.
- NGOENHA, Severino Elias. Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica.Porto: Edições Salesianas, 1992.
- NOA, Francisco. Literatura moçambicana: os trilhos e as margens. In: MENESES, Maria Paula ; RIBEIRO, Margarida Calafate. Moçambique das palavras escritas. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- NUNES, Artur de Figueiredo Nunes. Moçambique e suas fronteiras. Porto: Africana, 1992.

OGWU, Joy. Nigeria and Brazil: a model for the emerging South-South relations? in: CARLOSSON, Jerker. South-South relations in a changing world order. Upsala: Scandinavian Institute of African Affairs, p.102, 1982.

OLIVER, Roland; ATMORE, Anthony. Africa since 1800. New York: Cambridge University Press, 2005. Dinerman, 2006.

OYA, Carlos. Crise Global, Crescimento e Desafio para Moçambique e sua Estratégia de Desenvolvimento. In: : de Brito, L., Castel-Branco, C. N., Chichava, S., Francisco, A. (org.) Desafios para Moçambique. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. 2012.

PAGDEN, Anthony. Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, 1500-1800. New Haven: Yale University Press, 1995.

PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul. O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.

PINHEIRO, João Cesar de Freitas. Companhia Vale do Rio Doce: O Engasgo dos Neoliberais. Belo Horizonte: Centro de Documentação e Informação, 1996

PINTO, António Costa. O Estado Novo Português e a Vaga Autoritária dos anos 1930 do século XX. In: PINTO, António Costa & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). O corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PLANO, Jack & OLTON, Roy. The International Relations Dictionary. Santa Barbara: Calif AC, 1988.

RAJAN, Balachandra; SAUER, Elizabeth. Imperialisms: Early modern to premodernist. In: RAJAN, Balachandra; SAUER, Elizabeth (ed.). Imperialisms: Historical and Literary Investigations, 1500-1900. New York: Palgrave and Macmillan, 2004. Introdução, p. 1-12.

ROBERTS, Andrew. Portuguese Africa. In: FAGE, J.D & OLIVER, Roland. The Cambridge history of Africa Volume 8. From 1905 to 1940. Cambridge Histories Online. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um ocidente não-Ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal: in: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul: SP, Cortez Editora, 2010.

SARAIVA, José Flávio S. O Lugar da África: A dimensão atlântica da política externa do Brasil. Brasília: Editora da UNB, 1996.

SAUL, John. Mozambique, A difficult road: the transition to socialism in Mozambique. New York: Monthly Review Press, 1985

SAUL, John S. Decolonization and Empire. Contesting the Rethoric and Reality of Resubordination in Southern Africa and Beyond. Merlin Press, 2008.

SCHNEIDMAN, Witney. Confronto em África: Washington e a queda do império colonial português. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

SELCHER, Wayne Alan. The afro-asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1968. Thesis submitted for the degree of PhD of International Relations. The University of Florida, Political Science International Law and Relations, 1970.

SETUBAL, Olavo. Discurso pronunciado por sua excelência o doutor Olavo Setubal por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 15 de março de 1985.

SHERIFF, Abdul. A costa da África Oriental e seu papel o comércio marítimo In: MOKHTAR, Gamal (ed.). História Geral da África Volume II. África Antiga Comitê Científico Internacional da UNESCO, 2010.

SILVA, Márcia Maro. A independência de Angola. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SILVA, Marta Zorzal e. A vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro. Vitória: EDUFES, 2004.

SHUBIN, Vladimir. The hot “Cold War”- The USSR in Southern Africa. London: Pluto Press, 2008.

SPEKTOR, Matias (org.) et al – Azeredo da Silveira: um depoimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Tarp, Finn et al. Facing the Development Challenge in Mozambique: An Economy Wide Perspective. Washington D.C: International Food Policy Research Institute, 2002.

THIONGO, Ngugiwa. Decolonising the Mind. The Politics of Language in African literature. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1981.

THOMSON, Alex. An introduction to African Politics. New York: Routledge, 2004.

TICKNER, Arlene; WEAVER, Ole. Introduction: geocultural epistemologies. In: TICKNER, Arlene; WEAVER, Ole (ed.). International Relations Scholarship Around the World. Worlding Beyond the West. London and New York: Routledge, 2004. Cap.1, p. 1-31.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silencing the Past: Power and the Production of History. Boston: Bacon Press Books, 1995.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha Europeia e Conquista da África: apanhado geral. In: : BOAHEN, Albert Adu (ed.). História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935. Comitê Científico Internacional da UNESCO, 2010.

United Nations Security Council. Resolution 782. S/RES/782. Adopted by the Security Council at October, 13, 1992.

United Nations. ONUMOZ. United Nations Operation in Mozambique. Resolution 792. S/RES/792. Adopted by the United Nations Security Council at December, 16, 1992.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. Economic Changes in Africa in the World Context. In: In: MAZRUI, Ali (ed.). General History of Africa VIII. Africa since 1935. UNESCO Scientific International Committee. Paris: 1993.

VOJTECH, Mastny. The Cold War and the Soviet Insecurity: The Stalin Years. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel (coord.). Abrir las ciencias sociales. Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales. Mexico, 1996.

WOODS, Ngaire. The Use of Theory in International Relations. In: WOODS, Ngaire (org.). Explaining international relations since 1945. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Worger, William et al. Africa and the West: A Documentary History. From the Slave Trade to Conquest 1441-1905. 2nd Edition, Volume 1. Oxford University Press, 2001.

2. ARTIGOS E DOCUMENTOS OFICIAIS

ABRAHAMSSON, Hans. The International Political Economy of Structural Adjustment: The Case of Mozambique. *The European Journal of Development Research*, vol.7, n.º.2, p.297-319, 1995.

AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. Regional Development and Spatial Inclusion. African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Program, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/AEO2015_EN%20(3).pdf . Acesso em 09 de novembro de 2017.

AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. Entrepreneurship and Industrialization African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Program, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/African_Economic_Outlook_2017%20(1).pdf . Acesso em 09 de novembro de 2017.

AFRICA REPORT. Washington D.C. Março/abril de 1969.

ALAO, George. The Development of Lusophone African Literary Magazines. *Research in African Literature*, vol.30, p.169-183, 1999.

ALDEN, Chris. The UN and the Resolution of Conflict in Mozambique. *The Journal of Modern African Studies*, vol.33, n.º1, p.103-128, 1995.

ALDEN, Chris. Mozambique and the Construction of the New African State. From negotiations to nation building. London, New York: Palgrave, 2001.

ALDEN, Chris & SIMPSON, Mark. Mozambique: A delicate Peace. *The Journal of Modern African Studies*, v. 31, n.1, p.109-130, March, 1993.

AKE, Claude (a). Why Africa is not developing? *West Africa Review*, june, 1985.

AKE, Claude (b). The future of the State in Africa. *International Political Science Review*, vol.6, n.º 105, p.105-114, 1985.

ARRAES, Virgílio. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n.º 2, p.152-168, 2005.

ARNDT, Channing et al. Aid and Development: The Mozambican Case. Copenhagen: University of Copenhagen Discussion Papers, 2013.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. *Etnográfica*, vol.16 n.º3 p.461-486, 2012.

BRAGANÇA, Aquino & DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. Maputo: Estudos moçambicanos, n5/6, p.29-52, 1986.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Balanço da Cooperação Internacional. Cooperação Bilateral Prestada. Brasília: 2010.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (COBRADI) 2005-2009. Brasília: . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2010

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (COBRADI) 2010-2013. Brasília: . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2015

BRASIL. APEX. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Oportunidades para as exportações brasileiras. África do Sul, Angola e Moçambique. Brasília, julho de 2015.

BRASIL. Presidente (1961). Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 2009.

BRASIL. Resenha de Política Externa do Ministério das Relações Exteriores, 1975.

BRASIL. Presidente (1961). Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros. Brasília: Fundação Nacional Alexandre de Gusmão, 2009.

BRASIL. Resenha de Política Externa do Ministério das Relações Exteriores, 1975.

BA KA KHOSA, Ungulan. Moçambique e o Mundo da Língua Portuguesa. Que relação, qual futuro? *Luso-Brazilian Review*, vol. 50, n°2, 2013.

BRITO, Luís de et al. Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: Cadernos IESE, 2015.

BOWEN. Merle. Beyond Reform: Adjustment and Political Power in Contemporary Mozambique. *The Journal of Modern African Studies*, vol.30. n°.2, p.255-279, 2008.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains, *Review of African Political Economy*, 41: p26-48, 2014.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nunos. Mega Projetos e Estratégia e Desenvolvimento. Notas para um debate. Outubro de 2002. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2017.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Business and productive capacity development in economic growth and industrialisation. April, 2004.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno et al. Acumulação especulativa e sistema financeiro em Moçambique. IDEIAS. Maputo, 17 de junho de 2015. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf . Acesso em 09 de novembro de 2017.

CERVO, Amado. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.51, n° 2, p.8-25, 2008.

CHISSANO, Joaquim Alberto. Why We Should “Rethink” Aid. Statement by the Former President of the Republic of Mozambique. University of Oxford/ Cornell University. Oxford: Global Economic Governance Programme, 2007.

CLASSEN, S. F. The Analysis of the Discourse and Background of the Prosavana Programme in Mozambique - focusing on Japan role. Tokyo University of Foreign Studies, 2013.

Comunicado de Imprensa nº11 da Procuradoria Geral da República. disp <https://www.dropbox.com/s/zirbbclm86pq5i8/Comunicado%20da%20PGR.pdf?dl=0> . Acesso em 1 de julho de 2017

CUNGUARA, B. & HANLON, J. Whosw Wealth Is It Anyway?. Mozambique Outstanding Economic Growth with Worsening Rural Poverty. Development and Change, vol.43 nº3 p.623-647, 2012.

CUNGUARA, Benedito ; HANLON, Joseph. O fracasso da redução da pobreza em Moçambique. Working paper nº 74, June 2010. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/28467/2/WP74.2portugues.pdf> . Acesso em 9 de novembro de 2017.

DOMINGUES, Patrick. A Database on the Mozambican civil war. Peace economics, peace science and public policy, vol. 17, nº.1, 33p., 2011.

ESTEVES, Paulo *et al.* Is there a Brazilian solution for every African Problem? Contexto Internacional, nº 11, vol 2, p.152-176, 2016.

FERREIRA, Wallace. A África na Política Externa Brasileira: Análise de Distanciamentos e Aproximações entre as Décadas de 1950 e 1980. Revista Acadêmica de Relações Internacionais, vol.2, nº4, s/d.

GLICKMAN, Harvey. Reconstructionist Strategies in Mozambique. A Journal of Opinion. Vol.17 nº1, p.21.24, 1988.

GRIECO, Donatello. Representante do Brasil, Donatello Grieco, na Quarta Comissão da XI Assembléia Geral das Nações Unidas em 30 de janeiro de 1957. Scientia Iuridica, v. IV, nº29, maio-junho de 1957, p.116-123, Sala de Revistas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Acesso em 18 de novembro de 2016.

GROSGOUEL, Ramón. Decolonizing Post-colonial Studies and Paradigms of Political Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking and Global Coloniality. Transmodernity: Journal of the Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World, v.1, n.1, 2011, p.1-37.

GROSGOUEL, Ramón. The structures of knowledge in westernized universities: epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the long 16th century. Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge, vol. 11, nº 1, p.73-90, 2013.

GRUPO MOÇAMBICANO DA DÍVIDA . Dívida Externa e Interna de Moçambique, Maputo, julho de 2006, Moçambique. Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/saber/fd_249.pdf . Acesso em 9 de novembro de 2006.

HANLON, Joseph 2004, Mozambique: a ‘Hospital Pass’? Journal of Southern African Studies, 27(1), pp. 79-103, 2008.

IGREJA, Victor. Politics of Memory, Decentralisation and Recentralisation in Mozambique. Journal of Southern African Studies, vol. 39, nº 2, p.313-335, 2013.

IGREJA, Victor. Memories as Weapons. The politics of peace and silence in post-civil war Mozambique. Journal of Southern African Studies, vol. 34, nº 3, 539-556, 2008.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Republic of Mozambique: Poverty Reduction Strategy Paper, 2001. IMF Country Report, 2001.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Republic of Mozambique: Poverty Reduction Strategy Paper - Joint Staff Advisory Note, IMF Country Report, January 2007. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2007/cr0738.pdf> . Acesso em 9 de novembro de 2017.

JUNIOR, Wilson ; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 58, n° 1, p.5-22, 2015.]

LALBAHADUR, Aditi & OTTO, Lisa. Mozambique's Foreign Policy: Pragmatic Non-Alignment as a Tool for Development. South African Foreign Policy and African Drivers Programme. Occasional paper n° 160. South African Institute of International Affairs, p.1-26, 2013.

HENDERSEN, Robert D'A.vRelations of Neighbourliness – Malawi and Portugal, 1964-74. The Journal of Modern African Studies, vol.15 n°03, p.225-455, 1977.

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la Política Exterior Brasileña. Améric Latina/internacional. vol. 1, n°2, p.27-46, 1994.

LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil no contexto mundial: uma visão do Itamaraty. Working Papers do Núcleo de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo, 1995.

LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil e o atual ordenamento político e econômico mundial: Conferência do Secretário Geral na Escola Superior de Guerra. Cadernos do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 1993.

LUIZ, John Manual et al. Constructing Institutional Measures: Indicators of Political and Property Rights in Mozambique 1990-2005. An International Journal of Policy, Administration and Institutions, vol 26, n°04, p.677-692, 2013.

MACQUEEN, Norman. Mozambique's Widening Foreign Policy. Royal Institute of International Affairs.The World Today, vol.40 n° 1,p.22-28, 1984.

MACHEL, Samora, O processo da revolução democrática popular em Moçambique. 1975.

MATONSE, António. Mozambique: A painfull reconciliation. Africa Today. vol. 39, n°1-2, p.29-34, 1992.

MENESES, Maria Paula et al. Colonial Wars, Colonial Alliances: The Alcora Exercise in the Context of Southern Africa. Journal of Southern African Studies, vol. 43, n° 2, p.397-410, 2017.

MENESES, Maria Paula. Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique. Revista OPSIS, vol.16, n° 1, p.28-47, 2016.

MENESES, Maria Paula. Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul Global. Revista Em Aberto, v.27, n.91, 2014, p. 90-110. Disponível em: http://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Di%20E1logos%20de%20saberes%2C%20debates%20de%20poderes.pdf Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

- MENESES, Maria Paula. Food, recipes and commodities of Empires: Mozambique in the Indian Ocean. *Oficinas do CES*, 335, 2009.
- MENESES, Maria Paula. Images Outside the mirror? Mozambique and Portugal in World History, *Human Architecture*, vol. 9, p.121-137, 2011.
- MENESES, Maria Paula. Guerras e seus silenciamentos. Atores africanos na frente de Moçambique durante a Iª Guerra Mundial. *Revista Crítica y Emancipación*, vol. 12, p.19-58, 2014.
- MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas da violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 106, maio, p.9-52, 2015.
- MENESES, Filipe Ribeiro de Meneses & McNamara, Robert. The origins of Exercise Alcora, 1960-71. *The International History Review*, vol. 35, n.º 5, p.1113-1134, 2013.
- Mittleman, James H. Marginalization and the International Division of Labor: Mozambique's Strategy of Opening the Market. *African Studies Review*, vol.34 n.º03, p.89-106, 1991.
- MONJANE, Boaventura. Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Espaço Público em Moçambique: uma análise crítica. *Cadernos CERU*, vol. 27, n.º 2, p.144-156, 2016.
- NIÑO, Helena Perez & LE BILLION, Philippe. Foreign Aid, Resource Rents and State Fragility in Mozambique and Angola. *ANNALS, AAPS*, p.79-97, 2014.
- OCDE. Organization for Economic Cooperation and Development. What we mean by Technical and Project Implementation Arrangements. In: *Reforming Technical Cooperation and Project Implementation Units for External Aid Provided by the European Commission*. July, 2008.
- OPELLO, Walter C. Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s. *Journal of Southern African Studies*, vol.2, Issue 1, p.66-83, 1975.
- PENNA FILHO, Pio & LESSA, Antonio Carlos. O Itamaraty e a África: as origens da política africana no Brasil. *Estudos Históricos*, n.º 39, p.57-81, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2561/1520>. Acessado em 20 de junho de 2016.
- PENNA FILHO, Pio. Regionalismo, Segurança e Cooperação: o Atlântico Sul Como Espaço de Possibilidades entre o Cone Sul e a África Austral. *XXVII Encontro Anual da ANPOCS*, 22p, 2003.
- PEREIRA PINTO, Paulo Antonio. Brasil e África: parceria e compaixão. *Mundorama*. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2016/06/28/brasil-africa-parceria-e-compaixao-por-paulo-antonio-pereira-pinto/> >. Acessado em 15 de julho de 2016.
- PINHEIRO, Letícia de Abreu. Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government: the President, the Military and the Foreign Minister. Thesis submitted for the degree of PhD of International Relations. Department of International Relations/ London School of Economics and Political Science, 1994.
- PORTUGAL. Acto Colonial. Diário do Governo, 1930. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2017.
- PORTUGAL. Decreto-lei n.º. 43893 que promulga o Estatutos dos Indígenas Portugueses nas Províncias, 1933.

- PORTUGAL. Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, 1954.
- RENZIO, Paolo. & HANLON, Joseph. Contested Sovereignty in Mozambique: The Dilemmas of Aid Dependence. Managing Aid Dependence Project, GEG Working Paper. Department of Politics and International Relations, University of Oxford, 2007.
- RENZIO, Paolo et al. Reforming Aid Practices: What country ownership is and what donors can do to support it. Oxford. Department of Politics and International Relations. 2009.
- ROCHA, Aureliano. Tráfico de escravos, relações políticas e culturais. Uma contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e Brasil - século XIX. Serviço de Documentação Geral da Marinha: Revista Marítima Brasileira, vol. 111, n° 4/6, p.264-305, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n.79, 2007, p.71-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf> Acessado em 20 de janeiro de 2017.
- SANTOS, Vanicléia Silva. Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul. *Revista de Ciências Humanas*, vol.14 n° 2, p.277-301, 2014.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista da Política Africana do Brasil. *Revista Informação Legislativa*. Brasília: a.30, vol. 118, p.219-236, 1993.
- SARAIVA, José Flávio Sombra & GALA, Irene Vida. O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul, 2012. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf 2012.
- SAUL, John. Mozambique – not then but now. *Review of African Political Economy*, vol38 n° 127, p.93-101, 2011.
- SCHNEIDMAN, Witney J. FRELIMO'S Foreign Policy and the Process of Liberation. *Africa Today*, vol 25, n°1, Southern Africa: Confrontation and Conflict, 1978, p.57-67.
- SIMANGO, Uria. Situação Sombria na Frelimo. Anexo I, p. 399-416.
- SIMPSON, Mark, 1993, p.309-337 – Foreign and Domestic Factors in FRELIMO. *The Journal of Modern African Studies*, vol.31, n°2, p.309-337, 1993.
- TAVUYANANGO, Baxter. RENAMO: From military confrontation to peaceful democratic engagement, 1976-2009. *African Journal of Political Science and International Relations*, vol 5, n°.1, p.42-51, 2011.
- UNITED NATIONS. Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, adotada pela Assembléia Geral em 1960. Disponível em: < <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml> >. Acessado em 20 de julho de 2016.
- UNITED NATIONS. United Nations General Assembly. Resolution 3061 XXVIII. "Illegal Occupation by Portuguese Military Forces of Certain Sectors of the Republic of Guine Bissau and Acts of Aggression Committed by them Against the People of the Republic". Disponível em: < <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/281/33/IMG/NR028133.pdf?OpenElement> > . Acessado em 20 de julho de 2016.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT. Human Development Report: Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience. New York, 2014.

VILLELA, Álvaro Machado. O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil. *Scientia Iuridica*, v. III, nº10, outubro-dezembro de 1953, p.244-259, Sala de Revistas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Acesso em 18 de novembro de 2016.

VINES, Alex. Disarmament in Mozambique. *Journal of Southern African Studies.*, vol.4,p.191-106, 1998.

WEBER, Heloise. A political analysis of the PRSP initiative: Social struggles and the socialization of persistent relations of inequality,. *Globalizations*, vol 3, nº 2, p.187-206, 2006.

WENSTEIN, Jeremy. Mozambique: A Fading UN Success Story. John Hopkins University Press: *Journal of Democracy*, vol.13, nº1, p141-156, 2002.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Trade Enabling Report 2016. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GETR_2016_report.pdf . Acesso em 9 de setembro de 2016.

3. TESES E DISSERTAÇÕES

FINGERMANN, Natalia Noschese. A cooperação trilateral brasileira em Moçambique. Um estudo comparado: o ProALIMENTOS e o ProSavana. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV, 2014.

GUSTAFSON, Carolina Onsbring. The Biodiesel Value Chain as a Development Tool for Smallholder Farmers in Rural Mozambique. Upsalla University: Degree Project in Production Engineering, 2012.

NOGUEIRA LIMA, Gislene. Análise das relações comerciais do Brasil com a África durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2015.

MATSINHE, Levi Salomão. Moçambique: Uma longa caminhada para um futuro incerto. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government: the President, the Military and the Foreign Minister. Thesis submitted for the degree of PhD of International Relations. Department of International Relations/ London School of Economics and Political Science, 1994.

SELCHER, Wayne Alan. The afro-asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1968. Thesis submitted for the degree of PhD of International Relations. The University of Florida, Political Science International Law and Relations, 1970.

TOSCANO, Danielle Maria Barandier. A influência do Sistema Petróbras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2004.

WOLOSKI, Paulo Américo Veiga. O Novo Brasil e o Novo Moçambique: a busca dos parâmetros de uma parceria sustentável. Instituto Rio Branco, MRE, Trigésimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XXXIII CAE).

ANEXOS

1. Atos bilaterais entre 2003 e 2015

2. Anexos do Centro de Documentação 25 de abril

3. Anexos do Arquivo Nacional

Título do Acordo	Data	Assunto
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República de Moçambique e o Banco Mundial para Promoção da Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral na área de Meio Ambiente, Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural.	11/05/2017	Fortalecer cooperação nas áreas de desenvolvimento rural, como a gestão sustentável dos recursos naturais, planejamento e uso da terra, adaptação e mitigação às mudanças climáticas, dentre outras ⁴³³ . Em vigor.
Acordo de Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Moçambique.	11/05/2017	Cooperação em previdência social. Em tramitação no MRE.
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique.	11/05/2017	Reconhece o benefício das consultas diplomáticas em diferente níveis. Está em vigor.
Declaração de Intenções entre os Governos da República Federativa do Brasil, o Governo da República de Moçambique e o Governo dos Estados Unidos da América para Pesquisa Agropecuária e Inovação Tecnológica.	23/01/2012	Declaração conjunta. Em vigor.
Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique.	30/03/2015	Em vigor.
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique sobre a Cooperação na Área de Energias Renováveis.	30/03/2015	Cooperação em matéria de energias (bioenergia, hidroeletricidade, solar, eólica e outras renováveis). Está em vigor ⁴³⁴ .
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre a Facilitação da	30/03/2015	Facilitar a entrada e permanência de "Homens

⁴³³Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/147567743/dou-secao-1-24-05-2017-pg-40> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴³⁴Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2015/memorando-de-entendimento-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-de-mocambique-sobre-a-cooperacao-na-area-de-energias-renovaveis/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

Concessão de Vistos de Negócios.		de Negócios nacionais de cada Estado". Em vigor ⁴³⁵
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique.	30/03/2015	Cria diálogo intergovernamental na área de investimentos e apoia empresas em processo de internacionalização ⁴³⁶ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Técnica entre o Governador da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto "Inovação e Formação em Preservação e Conservação Digital de Arquivos em África .	30/10/2013	Cooperação em matéria de informática.
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto "Práticas Educativas Baseadas na Cultura Popular".	30/10/2013	Valorizar as práticas educativas presentes em manifestações culturais afro-brasileiras, como capoeira ⁴³⁷ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique".	23/01/2012	Fortalecer as capacidades de produção e distribuição de produtos agroalimentares em Moçambique ⁴³⁸
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto de Instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos em Moçambique.	22/12/2011	Instalar fábrica de medicamentos em Moçambique. Em vigor ⁴³⁹
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República	19/01/2011	Contribuir na capacitação do corpo de formadores do

⁴³⁵Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2015/protocolo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-sobre-a-facilitacao-da-concessao-de-vistos-de-negocios/> .Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴³⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8511-acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015> .Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴³⁷ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-a-implementacao-do-projeto-praticas-educativas-baseadas-na-cultura-popular/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴³⁸ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-de-mocambique-para-a-implementacao-do-projeto-apoio-tecnico-aos-programas-de-nutricao-e-seguranca-alimentar-de-mocambique/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴³⁹ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-o-projeto-de-instalacao-da-fabrica-de-antirretrovirais-e-outros-medicamentos-em-mocambique> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados”.		"Centro de Formação Jurídica e Judiciária da República de Moçambique" ⁴⁴⁰ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do “Projeto de Modernização da Previdência Social de Moçambique”.	03/12/2010	Planejar, conceber e acompanhar o desenvolvimento do sistema informatizado de previdência social ⁴⁴¹ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, Moçambique”.	09/11/2010	Fortalecer a capacidade de investigação do Instituto de Investigação em Agricultura de Moçambique ⁴⁴² .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo “C” no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo”.	09/11/2010	Melhorar a qualidade de vida da população do referido bairro de Maputo ⁴⁴³ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação	09/11/2010	Fortalecer a capacidade institucional de Moçambique na área de educação ⁴⁴⁴ .

⁴⁴⁰ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201ccapacitacao-juridica-de-formadores-e-magistrados201d/>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴¹ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-201cprojeto-de-modernizacao-da-previdencia-social-de-mocambique201d/>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴² Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201cincremento-da-capacidade-de-pesquisa-e-de-difusao-tecnologica-para-o-desenvolvimento-agricola-do-corredor-de-nacala-mocambique201d/>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴³ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201capoio-a-requalificacao-do-bairro-chamanculo-201cc201d-no-ambito-da-estrategia-global-de-reordenamento-e-urbanizacao-dos-assentamentos-informais-do-municipio-de-maputo201d/>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴⁴ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-201cprograma-de-cooperacao-entre-a-universidade-aberta-do-brasil-uab-o-ministerio-da-educacao-mined-a-universidade-pedagogica-up-e-a-universidade-eduardo-mondlane-uem-de-mocambique201d/>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

“Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique”.		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique”	09/11/2010	Implementar o referido projeto ⁴⁴⁵ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique”.	09/11/2010	Implementar o referido projeto ⁴⁴⁶ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo”.	05/10/2010	Criar um laboratório de referência em prótese dentária ⁴⁴⁷ .
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas para a Promoção da Cooperação Técnica Triangular em Moçambique.	28/07/2010	
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República	16/07/2010	Implementar o referido projeto ⁴⁴⁸ .

⁴⁴⁵ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201capoio-a-implantacao-do-centro-de-tele-saude-da-biblioteca-e-do-programa-de-ensino-a-distancia-em-saude-da-mulher-da-crianca-e-do-adolescente-de-mocambique201d> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴⁶ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201cimplantacao-de-banco-de-leite-humano-e-de-centro-de-lactacao-em-mocambique/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴⁷ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201capoio-ao-sistema-de-atendimento-oral-de-mocambique-2013-implementacao-de-laboratorio-de-referencia-em-protese-dentaria-em-maputo201d> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴⁸ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de>

Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique, como Recurso de Promoção da Saúde.		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer em Moçambique.	16/07/2010	Apoiar o desenvolvimento de um sistema de informações em câncer e demais atividades ⁴⁴⁹ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique”	17/06/2010	Implementar o referido projeto ⁴⁵⁰ .
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação.	17/06/2010	Validar as carteiras de habilitação. Em vigor ⁴⁵¹ .
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II”.	07/06/2010	Implementar o referido projeto ⁴⁵² .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Suporte Técnico à	12/05/2010	Implementar o referido projeto ⁴⁵³ .

mocambique-para-implementacao-do-projeto-201cimplantacao-de-projeto-piloto-de-terapia-comunitaria-em-mocambique-como-recurso-de-promocao-da-saude . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁴⁹ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201cfortalecimento-das-acoes-de-prevencao-e-controle-do-cancer-em-mocambique/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵⁰ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201capoio-ao-desenvolvimento-de-um-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-de-mocambique201d/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8341.htm . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵² Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/programa-executivo-do-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-implementacao-do-projeto-201capoio-ao-desenvolvimento-urbano-de-mocambique-2013-fase-ii201d/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵³ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-de-mocambique-para-a-implementacao-do-projeto-201csuporte-tecnico-a-plataforma-de-inovacao-agropecuaria-de-mocambique201d/> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique”.		
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Implantação de Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique”.	21/07/2009	Implantar o "Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique" ⁴⁵⁴ .
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Capacitação Técnica em Matéria de Prisões”.	21/07/2009	Implementar o referido projeto ⁴⁵⁵
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Reabilitação do Cefloma – Centro Florestal de Machipanda”.	21/07/2009	Implementar o referido projeto ⁴⁵⁶ .
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Desenvolvimento do Turismo.	16/06/2009	Intercâmbio de informações e cooperação técnica na área de turismo ⁴⁵⁷ .
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique e para o Projeto “Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Estado”.	08/05/2009	Implementar o referido projeto ⁴⁵⁸ .
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”	06/05/2009	Implementar o referido projeto ⁴⁵⁹ .
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa.	26/03/2009	Promover a cooperação na área de defesa ⁴⁶⁰ .
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da	16/10/2008	Incentivar a cooperação em matéria de

⁴⁵⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6388/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6387/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵⁶ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6386/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵⁷ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6371/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵⁸ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6335/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁵⁹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6333/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶⁰ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6315/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Cooperação em Matéria de Comunicação Social.		comunicação social ⁴⁶¹ .
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa Brasil e o Governo da República Federativa Moçambique nas Áreas Audiovisual e Cinematográfica.	16/10/2008	Promover cooperação bilateral na referida área ⁴⁶² .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa de Moçambique, para Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique”.	16/10/2008	Implementar o referido projeto ⁴⁶³ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República de Moçambique, para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Desportiva – Fase II”.	16/10/2008	Implementar o referido projeto ⁴⁶⁴ .
Memorando de Entendimento para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e da Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas do Brasil em Moçambique e de Moçambique no Brasil.	16/10/2008	A República de Moçambique cedeu o direito de uso de terra para construir a Embaixada do Brasil em Maputo ⁴⁶⁵ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto fortalecimento Institucional e Técnico do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique”.	04/09/2008	Implementar o referido projeto ⁴⁶⁶ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação em Produção de	04/09/2008	Implementar o referido projeto ⁴⁶⁷ .

⁴⁶¹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_235/ . Acesso em 19 de setembro de 2017. Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶² Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_234/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶³ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_233/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_232/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_231/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶⁶ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_205/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶⁷ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_204/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

Medicamentos Anti-Retrovirais e outros Medicamentos”.		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como Agente Regulador do Setor Farmacêutico”.	04/09/2008	Implementar o referido projeto ⁴⁶⁸ .
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África.	04/09/2008	Estabelecer o quadro jurídico para instalar a sede da FIOCRUZ África ⁴⁶⁹ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Ciências Florestais”	02/07/2008	Implementar o referido projeto ⁴⁷⁰ .
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área de Biocombustíveis.	06/09/2007	Estabelecer um plano de ação em matéria de biocombustíveis ⁴⁷¹ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água de Chuva in situ e Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique”.	06/09/2007	Implementar o referido projeto ⁴⁷² .
Protocolo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Moçambicanos.	06/09/2007	Criar o “Programa de Incentivo à Formação Científica” ⁴⁷³ .
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique sobre Cooperação Técnica na	06/09/2007	Prestação de cooperação técnica na área de educação à distância ⁴⁷⁴ .

⁴⁶⁸ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_203 . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁶⁹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_202/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷⁰ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_141/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷¹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_184/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷² Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_183/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷³ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_182/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

Área da Educação à Distância.		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique".	09/07/2007	Implementar o referido projeto ⁴⁷⁵ .
Acordo de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique.	06/07/2007	Compromisso em entregar indivíduos que se encontrem procurados pela autoridades. Está em ratificação ⁴⁷⁶ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição".	06/07/2007	Implementar o referido projeto ⁴⁷⁷ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique".	06/07/2007	Implementar o referido projeto ⁴⁷⁸ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horto-Fruticultura e Moçambique".	06/07/2007	Implementar o referido projeto ⁴⁷⁹ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Moçambique para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique".	23/04/2007	Implementar o referido projeto ⁴⁸⁰ .
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	08/12/2006	Implementar o referido projeto ⁴⁸¹ .

⁴⁷⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_181/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_126/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷⁶ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_125/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷⁷ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_124/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷⁸ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_123/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁷⁹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_122/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸⁰ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_64/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸¹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_196/ Acesso em 19 de setembro de 2017.

República de Moçambique para Intercâmbio e Cooperação Técnica na Área de Inclusão e Promoção dos Direitos Juvenis.		
Primeira Emenda ao Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área do Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial, firmado em 31 de agosto de 2004.	23/02/2006	Atualizar o Protocolo em algumas áreas ⁴⁸² .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto "Estudo de Viabilidade Técnico Econômico para Instalação de Fábrica de Medicamentos em Moçambique para Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e Outros".	03/11/2004	Implementar o "Estudo de Viabilidade" ⁴⁸³ .
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica na Área de Formação de Pessoal Especializado em Prisões.	31/08/2004	Prestar cooperação técnica na área de "formação de pessoal especializado em prisões" ⁴⁸⁴ .
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área do Combate à Discriminação e promoção da Igualdade Racial.	31/08/2004	Prestar cooperação na área de combate ao racismo ⁴⁸⁵ .
"Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique Sobre Cooperação na Área da Comunicação Social".	31/08/2004	
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas.	31/08/2004	Intensificar a cooperação no combate à produção e tráfico de substâncias ilícitas ⁴⁸⁶ .

⁴⁸² Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_38/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸³ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-geral-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-de-mocambique-para-o-projeto-de-instalacao-da-fabrica-de-antirretrovirais-e-outros-medicamentos-em-mocambique> . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_90/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_89/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6748.htm . Acesso em 10 de setembro de 2017.

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Saúde.	05/11/2003	Fortalecer a cooperação bilateral na área da saúde ⁴⁸⁷ .
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa de Moçambique sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública.	05/11/2003	Desenvolver cooperação na área de administração pública ⁴⁸⁸ .
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.	05/11/2003	Promover cooperação nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral ⁴⁸⁹ .
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique em Matéria de Meio Ambiente.	05/11/2003	Cooperação em questões ambientais ⁴⁹⁰ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área de Educação para a Implementação do Projeto "Bolsa-Escola".	05/11/2003	Formação de recursos humanos ⁴⁹¹ .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Piloto Nacional de Alfabetização de Moçambique.	05/11/2003	Implementar o referido Programa ⁴⁹² .
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto Pci-Ntwanano no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil.	05/11/2003	Implementar o referido projeto ⁴⁹³ .
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da	05/11/2003	Implementar o referido acordo de cooperação ⁴⁹⁴ .

⁴⁸⁷ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_134/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸⁸ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_133/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁸⁹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_132/at_download/arquivo . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁹⁰ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_131/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁹¹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_130/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁹² Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_129/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁹³ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_127 . Acesso em 19 de setembro de 2017.

República Federativa do Brasil e Governo República de Moçambique para a Cooperação no Campo dos Esportes.		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do "Projeto de Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Pesquisa Agropecuária da República de Moçambique"	05/11/2003	Implementar o referido Projeto ⁴⁹⁵ .
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República do Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária.	05/11/2003	

⁴⁹⁴ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_126/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

⁴⁹⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_125/ . Acesso em 19 de setembro de 2017.

Comunicado militar do comando-chefe das forças armadas

MOÇAMBIQUE:

3 ANOS DE GUERRA

A 8/73
1.12
3.4/5/4/73

LOURENÇO MARQUES, (MOÇAMBIQUE)
(ANI) — O comando chefe das Forças Armadas em Moçambique distribuiu um comunicado militar sobre a acção e resultados das tropas, no período de 31 de Março de 1970 a 31 de Março de 1973.

Segundo o referido comunicado, que foi distribuído aos órgãos de Informação sob a forma de dois gráficos, a actividades das Forças Armadas, no período em referência, sintetiza-se como segue:

OPERAÇÕES TERRESTRE:

De 31 de Março de 1970 a Dezembro de 1970, mil trezentas e doze.

Em 1971, três mil seiscentas e cinquenta e sete. Em 1972 seis mil e trinta e oito.

Em 1973 (até 31 de Março), mil novecentas e trinta e oito. Total, doze mil novecentas e trinta e oito.

MISSÕES AÉREAS:

1971 — Catorze mil trezentas e noventa e oito.

1972 — Quinze mil quatrocentas e sessenta e uma.

1973 — (Até 31 de Março) Quatro mil cento e sessenta e seis.

TOTAL — Trinta e quatro mil e vinte cinco. Elementos transportados por via aérea por motivos operacionais:

1971 — Sessenta e sete mil setecentos e trinta e nove.

1972 — Quarenta e sete mil novecentos e oitenta e quatro.

1973 — (Até 31 de Março) — Treze mil quatrocentos e quarenta e oito.

Total — Cento e vinte nove mil cento e setenta e um.

CARGA TRANSPORTADA POR VIA AEREA POR MOTIVOS OPERACIONAIS (EM TONELADAS):

1971 — Três mil duzentas e vinte e três.

1972 — Três mil trezentas e quarenta e quatro.

1973 — (Até 31 de Março) — Quinhentas e quarenta e duas.

Total — Seis mil cento e nove.

HORAS DE VOO EM MEIOS DE DIFUSÃO SONORA DE ACÇÃO PSICOLÓGICA:

1971 — Mil quatrocentas e dezassete.

1972 — Duas mil duzentas e oitenta e cinco.

1973 — (Até 31 de Março) — Quatrocentas e oitenta e duas.

Total — Quatro mil cento e oitenta e quatro.

PANFLETOS LANÇADOS DE AVIÕES EM ACÇÕES PSICOLÓGICAS:

A partir de 31 de Março 1970 — Um milhão e setecentos mil.

1971 — Dois milhões cento e oitenta e

quatro mil duzentos e cinquenta.
1972 — Quatro milhões oitocentos e noventa e nove mil e cem.

Total — Nova milhões seiscentos e oitenta e oito mil quatrocentos e cinquenta.

Um segundo gráfico diz respeito aos resultados obtidos pelas nossas forças:

BASES INIMIGAS DESTRUÍDAS:

1970 — (A partir de 31 de Março) — Sessenta e uma.

O total de bases inimigas só diz respeito ao ano de 1970, pois desde então nunca mais o inimigo conseguiu estabelecer bases em Moçambique.

REFUGIOS INIMIGOS DESTRUÍDOS:

1970 — (A partir de 31 de Março) — Cento e sessenta e cinco.

1971 — Quinhentos e vinte e oito.

1972 — Setecentos e quinze.

1973 — (Até 31 de Março) — Trezentos e dois.

Total — Mil setecentos e dez.

ARMAS INIMIGAS APREENHIDAS:

1971 — Setecentas e noventa e uma.

1972 — Novacentas e sessenta e duas.

1973 — (Até 31 de Março) — Duzentas e Cinco.

Total — Mil novecentas e cinquenta e oito.

ELEMENTOS INIMIGOS ABATIDOS OU GRAVEMENTE FERIDOS (INFORMADOS):

1970 — (A partir de 31 de Março) — Setecentos cinquenta e um.

1971 — Mil e quarenta e um.

1972 — Mil cento e quarenta.

1973 — (Até 31 de Março) — Trezentos e trinta e seis.

Total — Três mil cento sessenta e oito.

ELEMENTOS INIMIGOS CAPTURADOS OU APRESENTADOS:

1971 — Duzentos e noventa e nove.

1972 — Duzentos e setenta e quatro.

1973 — (Até 31 de Março) — trinta e sete.

Total — Seiscentos e dez.

CHEFES DA «FRELIMO» CAPTURADOS OU APRESENTADOS:

1971 — Vinte.

1972 — Catorze.

1973 — (Até 31 de Março) — Três.

Total — Trinta e sete.

BAIXAS TOTAIS DO INIMIGO:

1971 — Mil trezentas e sessenta.

1972 — Mil quatrocentos e vinte e oito.

1973 — (Até 31 de Março) — Trezentos e setenta e seis.

Total — Três mil oitocentos e quinze.

POPULAÇÃO LIBERTADA DO DOMÍNIO DO INIMIGO:

1971 — Onze mil duzentos e sessenta e sete.

1972 — Mais de doze mil.

1973 — (Até 31 de Março) — Dois mil cento e sessenta e nove.

Total — Mais de vinte e cinco mil quatrocentos e trinta.



'No Caetano visit' call after Portuguese massacre

KEEP THIS BUTCHER

We say

OUT OF BRITAIN!

NO HUMAN BEING worthy of the name could read without feelings of revulsion and horror the description of Portuguese atrocities in Mozambique by Father Adrian Hastings.

The village of Wiriyamu will go down in history with Belsen, My Lai and Sharpeville as epitomising the bestiality and savagery of fascism and colonialism.

Though the revelations in The Times have come as a shock to many people, they only bear out the truth of accounts of many similar barbarities which the liberation forces have described over recent years.

They are in the vile tradition of generations of colonialists who have tried to terrorise and subjugate the people of Africa.

It will be an outrage to extend the hand of friendship to the Prime Minister of the regime responsible for such crimes, as the Tories propose to do on Monday.

The tide of opposition to this visit must become a mighty flood, with a massive demonstration on Sunday to voice the national protest against the Portuguese torturers.

Morning Star Reporters

DEMANDS for the cancellation of the visit to Britain on Monday of Lisbon's fascist Premier Marcello Caetano reached new heights yesterday following shocking revelations of Portuguese massacres in Mozambique in which "children at the breast" were slaughtered with their mothers.

A report in yesterday's London Times, that on December 16 last year 400 villagers were massacred in the Mozambique village of Wiriyamu, has outraged Labour MPs. The Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guine has urged a stepping up of the campaign to stop the visit.

In the Commons, Labour leaders called on Mr. Heath to cancel the visit and tabled a motion seeking an early debate on the issue.

During question time, Mr. Wilson and Mr. Robert McLennan (Lab. Caithness and Sutherland), against a background of continual jeers from Tory MPs, failed in a move to get an emergency debate.

MISSION REPORTS

Mr. Wilson intervened during a question on nuclear tests to say to Mr. Heath: "Unless you are in a position to repudiate The Times account of the bestialities in Mozambique would you not be wise to cancel the Portuguese Prime Minister's visit?" There were loud Labour cheers.

There were even louder Tory cheers when Mr. Heath angrily replied: "No," claiming that this was an abuse of a question by the leader of the Opposition.

There were Tory cries of "What about the terrorists." One Labour MP shouted back: "There is only one terrorist coming here — Dr. Caetano."

Mr. Wilson also issued a statement about The Times' "authentic and highly specific account of the massacre last December by the Portuguese troops of over 400 men, women, children and babies in the village of Wiriyamu in Mozambique.

"The obscene savagery described, above all the treatment of babies shot in their mothers' arms and survivors kicked to death, if true, has no parallel in the scales of genocide since the days of the Nazi massacres."

It exceeded My Lai in Vietnam and justified the charge "that there is no comparable episode on record in the history of 20th century colonialism in Africa."

In a TV interview last night, Mr. Wilson said: "If these reports have a semblance of truth I cannot see — I hope I cannot see — a British Prime Minister sitting down dining, wining and shaking hands with the Portuguese leader."

CHILDREN MURDERED

The International Confederation of Free Trade Unions, which groups 52 million workers in 90 nations, yesterday in Brussels called for an immediate investigation.

In The Times, Father Adrian Hastings of the Birmingham College of the Ascension makes the charge in an article based on reports from Spanish missionaries who served in the area. At least two such missionaries are now in jail.

"Faced with the growth of guerilla activity the Portuguese forces have grown ever more brutal, carrying out the systematic genocidal massacre of

people in villages thought to have helped FRELIMO," he says.

"There was a whole series of such massacres in the Mucumbura area between May and September 1971." Since the last known massacre—that at Wiriyamu—all the missions in the area have been closed down.

From mission sources Father Hastings has been able to compile a list of names of many of those killed in Wiriyamu, which he provides and gives extensive details of the colonial troops' murderous ferocity.

"One group of soldiers got together a part of the people in a courtyard. By means of a signal a soldier indicated whom he wished. The person stood up. The soldier shot him. The victim fell dead.

"This procedure brought about the largest number of victims. Many children at the breast and on the backs of their mothers were shot at the same time as their mothers. One woman called Vaina was invited to stand up. She had a child in her arms, a boy of nine months. The woman fell dead with a shot.

"The child fell with his mother and sat by her. He cried desperately and a soldier advanced to stop him crying. He kicked the boy violently destroying his head.

"Other soldiers forced people into their huts which they set alight and the people burnt to death inside them. Other soldiers amused themselves by grasping children by their feet and striking them on the ground."

Father Hastings also charged that the soldiers ripped open the belly of a pregnant woman, showed her the foetus and then burned both in the ruins of a hut.

MESSAGE TO HEATH

Other villagers were murdered and mutilated outside the village. "The corpses were lying about in different positions. Some piled up in mounds, others thrown aside. There were indications that there had been some ghastly game before the victims were massacred. There were no survivors to explain what happened."

Lord Gifford, chairman of the Committee, yesterday delivered a letter to the Prime Minister demanding that he should withdraw the invitation made to the Portuguese Prime Minister.

In his letter he wrote: "It must now be out of the question for the British government to play host to the head of a government guilty of such butchery."

If the visit takes place it will undoubtedly be met with massive protests and demonstrations both at the march to be held on July 15 and throughout the week of the visit, by all who are outraged at the presence of such a blood-stained dictator in Britain, the Committee said.

Support is building up for the End the Alliance demonstration on Sunday, July 15, which will assemble on Charing Cross Embankment at 2.30 p.m. before marching to Downing Street and the Portuguese Embassy.

Another protest will take place today at the Earl's Court, London, Royal Tournament when the Portuguese workers' co-ordinating committee have called for support in a protest against the presence of the Portuguese National Republican Guard. The picket will be at 6.30 p.m.

The Portuguese embassy in London last night "most vigorously" repudiated the massacre allegations.

Massacre in Mozambique

The visit of Dr Caetano, Prime Minister of Britain's oldest and least reputable ally, ought never to have been arranged, and must now be cancelled. The appalling allegations published in the Times yesterday, of massacres by Portuguese soldiers in Mozambique, and specifically the slaughter last December of the entire population of the village of Wiriyamu—more than 400 men, women, children, and babies—require the kind of immediate, full, and impartial investigation that a regime like Dr Caetano's is incapable of mounting or indeed of tolerating. The promise of an investigation by the regional governor in Tete is wholly inadequate; allegations of atrocities have been coming out of Mozambique—as also from Angola—for a long enough period of years now for any Portuguese official serving there to be quite unacceptable as an impartial investigator.

The Portuguese authorities are now seeking to present the Times article by a Catholic priest, Father Adrian Hastings, as a carefully timed attempt to wreck the Caetano visit. The timing of his revelations, composed with some care from the reports of missionaries in Mozambique, does not detract from their seriousness. Because of the medieval nature of the Portuguese regime, and particularly of its behaviour in Africa, most of the limited information coming out of Mozambique has to be pieced together from such sources. Many priests have suffered harassment, exile, and imprisonment because of their

opposition to the harsh way in which the war against the Frelimo guerrillas is being allowed to affect the civilian population.

When Dr Caetano succeeded Dr Salazar more than four years ago there were some hopes that Portuguese society might slowly change. With large sections of the Catholic clergy becoming disenchanted with policies in Africa, with even the Rhodesian security forces saying privately that the harshness of army behaviour is alienating the African population and losing the war in Mozambique, with stories of atrocity circulating in South Africa, one might have expected that the regime would have shown some sensitivity to criticism, some will to reform.

The massacre alleged at Wiriyamu is not only numerically larger and in detail more harrowing than that at My Lai in Vietnam. The reaction of the Portuguese authorities reveals none even of the eventual willingness shown in the United States to investigate My Lai. This is the difference between a closed and an open society. If Dr Caetano's visit held out the hope of proper inquiry into these terrible allegations, if pressure within his own country, combined with what Mr Heath could say, might bring about a change in behaviour in Mozambique, the visit might be tolerable. But as matters stand, Mr Wilson's demand for its cancellation, "in the absence of authenticated and validated repudiation" of the reports, deserves the strongest support.

substantiate allegations of massacre by Portuguese troops

House of Lords

LORD GIFFORD (Lab)—asked whether in the light of press and public reaction to the reports of massacre perpetrated by Portuguese armed forces in Mozambique the Government would cancel the forthcoming visit of the Prime Minister of Portugal.

LADY TWEEDSMUIR of BELHELVIE, Minister of State, Foreign and Commonwealth Office—No. (Conservative cheers.)

LORD GIFFORD—The main object of Dr Caetano coming here is to gain further British support for his colonial posture maintained by these methods of barbarity. Are the Government still anxious, in the face of this evidence from courageous priests in Mozambique, to provide that?

This dictator is regarded with contempt by the British people, who next week will match their views with appropriate action.

LADY TWEEDSMUIR—The visit of President Caetano to this country is in connexion with the 600th anniversary of the alliance between Britain and Portugal. (Renewed Conservative cheers.) While naturally the allegations in the press would cause concern to anyone who read them, we have no facts to substantiate them and the Portuguese Government and the Portuguese Embassy here have repudiated them. (Further Conservative cheers.)

LORD GRIMSTON of WESTBURY (C)—As the alleged incident took place over six months ago, is it not odd that the first news of it appears just five days before the visit of the Prime Minister of Portugal?

LADY TWEEDSMUIR—I understand that Father Hastings, who wrote the article which gave rise to these reports, said on BBC 2 last night that he had had the reports for some time but had withheld them until they could have the best effect.

LORD HARVEY of PRESTBURY (C)—Two months ago the Leader of the Labour Party said in Prague "Let bygones be bygones" and some of us have not forgotten that.

LORD KENNET (Lab)—Is not this discussion getting a bit wild? Did the minister herself see the English priest on television last night? That is not what he said. I saw him and remember his saying something quite different: that he had not arranged this to create any special effect and that he had not had the reports long, although he did not specify how long he had had them.

Would she not have found the straight answer "No" more appropriate if the Portuguese Government had said they would inquire into the matter? Has not our own Prime Minister this afternoon said that he is launching an appropriate inquiry through British diplomatic sources?

May we not contrast this with the outright refusal of the

LADY TWEEDSMUIR—We are naturally in touch with the Portuguese authorities as well as our Ambassador in Lisbon and our Consul General in Lourenco Marques. This is not a matter for the British Government, but I understand that the Portuguese Secretariat of State for Information said in a statement in Lisbon that this case will certainly be investigated, in accordance with the established procedure, if the place named could be identified, but it could not be traced on the map of Mozambique.

Similar past cases have been investigated. Where guilt has been established those responsible have been punished, though such cases have been few.

LORD WADE (L)—Would the Portuguese Government allow a body such as Amnesty International to make an inquiry in a national such as this? It is in pre-emptive this kind of case where a body known not to be ideologically biased should, if possible, be called in. In that case it would set at rest the uneasiness felt by a great many people.

LADY TWEEDSMUIR—I am sure that the Portuguese Government will take note of this comment. This is entirely a matter for them. (Conservative cheers.)

LORD COLERAINE (C)—On BBC 1 last night Father Hastings confessed that he did not write the article in *The Times* which appeared under his name, but appeared under his name, but only the first paragraph. The rest was compiled from unidentified sources. Is the minister satisfied that *The Times* had checked the evidence before publishing the article. Does she not think that perhaps this is a matter which should be referred to the Press Council to see whether *The Times* did check its sources?

LADY TWEEDSMUIR—I was not aware of that particular point which he says was made by Father Hastings. The Government are not responsible for the articles which appear in the public press. It is entirely their responsibility to check the facts.

Colonialist policy

LORD BROCKWAY (Lab)—Does not this issue go much deeper even than this appalling report of massacre? Does it not go to the point of whether the Government are supporting the Portuguese Government in its whole colonialist policy in Africa? (Labour cheers.)

If the Portuguese do send their Prime Minister or other representative to this country it will be with the opposition of the majority of the people of this island. (Further Labour cheers.)

LADY TWEEDSMUIR—I would hesitate to say that one represented the majority of the people of this island. He is brave to do so. We value our relations with Portugal as a Nato ally. (Conservative cheers.)

policies towards Africa, but do not consider that a reason for refusing to have good relations with her. (More Conservative cheers.)

LORD MERRIVALE (C)—Raising this matter at this specific time is against the British principle of fair play, courtesy and decency. In effect, what some of us are doing in raising this matter now is not so much criticizing the Portuguese Government but the Portuguese people.

LADY TWEEDSMUIR—It is not for the Government to comment on the timing of an article in the newspapers.

The EARL of ONSLOW—If the Portuguese Government is guilty of covering up a massacre of this sort then, from my personal point of view, Premier Caetano is not welcome.

LADY TWEEDSMUIR—That also will be noted by the Portuguese authorities. Where our responsibilities are concerned, we have no facts to substantiate these allegations.

LORD DONALDSON of KINGSBRIDGE (Lab)—I heard this clergyman on the BBC last night and I will stake my life that he did not say that the article was unquoted.

Political motivation

LORD GEORGE-BROWN (Lab)—For a long time now, under Labour and Conservative governments, we have been willing to accept tyrants who ran colonialist policies even in Europe. Some Labour peers are falling into the trap of choosing which tyrants, which colonialist policies, they are willing to accept.

A number of us who have experience in this area know that Roman Catholic missions could not provide the clinical evidence that Mr Rees-Mogg published yesterday. It could not possibly have been checked in that detail.

Many of us who are socialists detect a political motivation in this that has nothing to do with social democracy but just wishes to reject one tyrant they think we should not have.

Speaking for myself, if we are going to apply this policy to our foreign policy, Mr Brezhnev would never appear here. (Conservative cheers.)

LADY TWEEDSMUIR—If we always commented on the internal affairs of countries with whom we have diplomatic relations and sought to criticize them there would perhaps be few people who could be received here.

LORD KENNET—In view of the unspeakable nature of the charges—and the newspaper concerned does not often fail to check its facts—(Conservative interruptions)—and that the Portuguese Embassy in London at least has rejected the charges without investigation it might be desirable to find a tactful opportunity of postponing this visit. (Conservative cheers.)

able secret reports he received from Mozambique.

Commenting on a Portuguese Government spokesman's statement which cast doubt upon the existence of the village of Wiriyamu, Father Ferrando said: "They are right. It does not exist—not any more."

But the village, where 400 people are alleged to have been killed, was located in the district of Tete, three miles from the San Pedro mission in the African quarter of the city of Tete, between Reglo Matambo and Fumo Chimatsu, near the Caroeira mountains.

Father Ferrando said that he knew the area well because he personally founded the Mukumbura mission and spent eight years there. He spoke not of one attack by Portuguese soldiers on African villages in the area but of at least 19, carried out within Mozambique by both Portuguese and Rhodesian troops.

He added that at least one of these brutal punishment

Portuguese Prime Minister, and to other Portuguese government officials in the autumn of 1970, denouncing the first massacres at Mukumbura. Dr Caetano did not reply, but another government official did.

Guerrilla activity had been increasing in Mozambique over the past three years, in spite of the "punishment raids" carried out by government troops on villages suspected of sheltering or aiding guerrillas.

Father Ferrando said the Africans often gave shelter to the guerrillas, but sometimes it was because they were coerced. The Mozambique Liberation Front (Frelimo) had about 6,000 trained and equipped guerrillas.

Father Ferrando was one of the priests who contributed to a controversial report signed by Father Luis da Costa, a Portuguese missionary, denouncing tortures and atrocities. The report was rejected by the Portuguese Government which

and Father Antonio Vaz-erde. Four other Spanish missionaries were expelled from Mozambique early this year, presumably for criticizing Government policies with regard to the Africans.

Shortly before Father Ferrando was expelled himself from his mission, he saw, he said, more results of Portuguese repression carried out in three raids at Mukumbura on March 16, 18, and 20, 1972. They were "one of the biggest military offensives carried out by the Portuguese army in that zone."

Because of his enforced departure from the region, he was able to gather only partial information on the results of the attacks, but he said he saw the bullet-ridden bodies of two villagers.

He also saw the body of Macaza, an old man who died from torture at the hands of Portuguese police. "In March, 1972", he said, "I saw Macaza arrive at Mukumbura. I knew him personally. He was brought

H. Lucas
saw a woman who had been crushed by the Portuguese torturers. But, according to a Portuguese official inquest, these things did not happen."

News of the inhuman treatment of residents of Mozambique were kept from the world by Portugal's policy of allowing foreign journalists to enter Mozambique only on Government-sponsored guided tours, and by not allowing them to leave the official, established route except in unusual cases, and then only in the company of official escorts.

Referring to official denials of massacres and maltreatment in the jungle villages of Mozambique, Father Ferrando said: "We missionaries of Tete and Beira do not have enough imagination to invent all of the names, the dates, and the places. I wish that all of these incidents really were non-existent."

Protest reports, page 6

Reports from envoys sought by Mr Heath

By Michael Hatfield
Political Staff

The Government last night resisted pressure from the Labour Opposition for a debate in Government time next week on the reported massacres in Mozambique.

Although the Opposition asked for a debate, the Government view is that it was up to the Opposition, if they insisted on a debate, to use their own supply time.

The Opposition have three opportunities next week to raise the issue—on Monday when they have a supply day on Scottish affairs, on Wednesday when there is an Opposition motion on inflation, and on Thursday when it is expected there will be a Second Reading debate on the Consolidated Fund Bill.

Earlier yesterday, the Opposition were optimistic that the Government would allow Government time for a debate during the visit of Dr Caetano, the Prime Minister of Portugal.

In the meantime the Government is seeking reports from the Ambassador in Lisbon and the Consul-General in Lourenco Marques.

Hugh Noyes, Our Parliamentary Correspondent, writes:

Lord George-Brown, Labour's former Foreign Secretary, speaking on the reported massacre by Portuguese troops in Mozambique, told the House of Lords today that some Labour

peers were falling into the trap of choosing which tyrants and which colonialist policies they were willing to accept.

As Lady Tweedsmuir, Minister of State at the Foreign and Commonwealth Office, was rejecting demands from the Labour Front Bench for the official visit to Britain next week of Dr Caetano, the Portuguese Prime Minister, to be cancelled, Lord George-Brown said that, for a long time under both Labour and Conservatives, Britain had been willing to accept tyrants who ran colonialist policies, even in Europe. Those who had experience in these matters knew that Roman Catholic missions could not have provided the clinical evidence that Mr William Rees-Mogg, Edit. of *The Times*, published yesterday. It could not possibly have been checked in that detail.

Lord George-Brown detected a political motivation which had nothing to do with social democracy but was simply a rejection of one tyrant whom it was thought should not be there. If this were to be applied to foreign policy, Mr Brezhnev, the Soviet leader, would never appear in Britain.

But, as Conservative peers cheered, Lord Kennet, from the Labour Front Bench, repeated his call for the visit to be abandoned.

Parliamentary report, page 8

Portugal to launch an investigation

From Jose Shercliff
Lisbon, July 11

The Portuguese Government is holding an inquiry into the alleged genocidal massacres in Mozambique, reported in *The Times* yesterday.

All rumours of irregular behaviour by troops, which have been reported, have been investigated and the culprits punished when their guilt was established, according to a statement by the Ministry of Information published in all newspapers in Lisbon this morning.

The statement says: "The case reported in the London newspaper with the obvious aim of starting a scandal on the eve of the visit of the Portuguese head of Government and smirch the nation and people he represents, will not fail to be the subject of inquiry in the established way, if the spot where the events are said to have occurred can be found, since this name is ignored on the map of Mozambique."

The statement accuses various European countries of having exploited accusations of violence by Portuguese troops in Mozambique, "based on assertions of the missionary who left the province after proof of complicity with Frelimo" (Front for the Liberation of Mozambique).

"In his hatred of Portugal this priest has published articles and given lectures in which he

seeks to defame our country, attack its overseas policy and insult the armed forces. His assertions have been refuted publicly various times.

"In spite of the extremely suspect source of the assertions, the Portuguese Government gave at the time instructions to the Commander-in-Chief in Mozambique to make rigorous inquiries whenever there were rumours of any irregularity in the thousands of operations which the armed forces carry out each year in the province.

"This has been done, and most of the inquiries have shown the inanity of the accusations, the offenders being punished when guilt was discovered, which was rare..."

An official spokesman in Lisbon today stated that there is no change in the planned visit of Dr Caetano, the Portuguese Prime Minister, to London from July 16 to 19 as arranged.

All reference to the Mozambique report was censored in yesterday evening's newspapers. However, today's morning press gives it front page prominence with the full text of the statement by the Portuguese Embassy in London repudiating the allegations of massacres and of the statement by the Ministry of Information in Lisbon.

Editorial comment is sharply critical of *The Times*.

Portuguese 'butchered women and children'

Guardian 11/7/73

A Roman Catholic priest, Father Adrian Hastings, said yesterday that Spanish priests had given him a statement describing massacres of African villagers in the Portuguese territory of Mozambique.

Father Hastings, who was speaking at the College of the Ascension, Birmingham, an ecumenical training college for missionaries, said he had been given the information when he was in Madrid recently by a group of missionaries, the Burgos Fathers, one of whom had recently been expelled from Mozambique.

He said it was impossible for the priests to publish the information in Spain and they trusted him because he had been a missionary in Africa for 12 years and had written books on Africa.

One document tells how the Portuguese armed forces systematically killed several hundred people in the village of Wiriyamu on December 16 last year. This was only one of a series of massacres in the Mucumbura area the previous year each rivaling the atrocities of Vietnam or the Second World War.

'Expelled'

After protesting, two Fathers, Martin Hernandez and Alfonso Valverde, have been in solitary confinement in Lourenco Marques, the capital of Mozambique for 18 months. Father Hastings said yesterday: "several others had been expelled and those still remaining are now sure to be expelled or worse."

Portuguese government officials in Lisbon and London denied that any massacres had taken place and denied the existence of Wiriyamu or the river nearby at which many of the villagers were killed.

Father Hastings has recently been in Rhodesia but had only briefly set foot in Mozambique. He said many African villages and many small rivers were not marked on any map.

The Burgos Fathers claim that there were more than 400 victims at Wiriyamu on December 16 when armed forces attacked the village.

"Following a bombardment, soldiers who had been trans-

ported by helicopter invaded it with ferocity, began ransacking the huts, and the massacre of the people followed immediately. One group of soldiers got together a part of the people in a courtyard to shoot them. The villagers were forced to sit in two groups, the men on one side and the women on the other. By means of a signal a soldier indicated whom he wished, either man or woman.

"The indicated person stood up, separating himself from the group. The soldier shot

him. Many children at the breast and on the backs of their mothers were shot at the same time as their mothers."



The report refers to a woman who was shot. Her child fell with her, crying. A soldier kicked the boy violently, destroying his head, and saying "Shut up, dog." The prostrate child cried no more and the soldier returned with his boot covered with blood.

"His fellow soldiers acclaimed the deed with a round of applause—'Well done, you are a brave man.' His companions followed his example." Other soldiers forced people into their huts and set them alight. Sometimes before burning the huts they threw hand grenades inside.

In another incident the soldiers are said to have found a pregnant woman named Zostina. They asked her the sex of her child. "I don't know," she replied. "You soon will," they said. Immediately they opened her stomach with knives,

and extracted her entrails. Showing her the foetus, they said: "Look, now you know." Afterwards the woman was burnt.

There then follows a list of children who were picked up by their feet and killed by dashing their heads on the ground.

The report refers to several officers of the Directorate-General of Security (DGS), accompanying the soldiers and taking part in the killing. The next day many corpses of teenagers and children were found at the Nyantawatawa River. Dozens had been totally mutilated—some decapitated, some with their heads smashed, some piled in heaps, and numbers scattered along the river.

I put it to Father Hastings that the report contained such detail of who died under what particular circumstances—in spite of the terror of any witnesses, shock, noise, flames and smoke—that the allegations could be disputed. He said that a dozen or so survivors, helped by the painstaking work of the missionaries, had put the report together.

"I would expect inaccuracies in one way or another but the missionaries were very careful in collecting the information. There is no political diatribe in the report or my suggestion that it came from a nationalist source."

'Ruthlessly'

"I am quite prepared to believe that Frelimo (the Mozambique African nationalist guerrilla group) kills people ruthlessly. I am not a Frelimo man but I trust this story. The priests have nothing to gain and everything to lose by getting this report out." He had no photographic evidence, and documentation of earlier massacres was being translated from the Spanish.

Father Hastings will be speaking at a lunch in London today organised by the Catholic Institute of International Relations several months ago to coincide with the visit of the Portuguese Premier, Dr Caetano. Another speaker will be Lord Caradon, former British Ambassador to the United Nations.

Leader comment, page 10

PETER NIESEWAND examines the latest reports of Portuguese atrocities in the Mozambique bush

The massacres of Mucumbura

IN Mozambique, soldiers are everywhere. In the towns and cities along the coast, and the smaller administrative posts pocked over the vast and wild territory, the men in uniform lounge in bars drinking iced beer, or lean against military vehicles waiting to go out on patrol.

The plainclothes police, and their informers, are everywhere too, and the movements of citizens and strangers are carefully watched.

Sensitive rural areas are declared out of bounds to unauthorised persons. Journalists from outside are screened by the Government in Lisbon before being issued with visas, and once in Mozambique, the security police keep an eye on their movements, and monitor their reports.

Only one non-Government group can move freely into and around the remote areas—missionaries and priests,

and it is mainly from these people that reports of atrocities have come.

A Roman Catholic priest, Fr Luis Afonso da Costa, left Mozambique last year to begin a "campaign of conscience" and alert the world to the treatment of Africans by Portuguese troops.

Fr da Costa has documented a number of alleged massacres in the Mucumbura district—a thickly bushed area which guerrilla organisations use as a base for training men and storing arms and ammunition. A Rhodesian pilot who flew for hundreds of miles over Mucumbura commented: "They could hide an army in there." In fact, Frelimo and the Rhodesian guerrilla organisation, ZANU (the Zimbabwe African National Union) have what amounts to an army in the district, and the Portu-

guese have made a number of unsuccessful attempts to dislodge them.

Fr da Costa says that Portuguese troops, believing that African villagers were aiding the guerrillas, attacked the villages of Kapinga and Catacha on May 7, 1971.

He says: "When the missionaries arrived, they found no one. The villages were totally abandoned: chickens, cattle, pigs wandering loose. The wives and children of 14 dead men had fled on the day of the massacre . . . some (nearby) villagers told us that they thought the men buried there had not been shot, but beaten to death. They showed the missionaries some clubs they had found which must have been used to kill the victims."

Fr da Costa also quotes "an African army informer,"

who, he says, was with the troops at the time, as telling the missionaries: "We killed many men. I myself hit them and disembowelled them with the machete."

Fr da Costa says a second massacre took place in Mucumbura early in September 1971, and he alleges that "several" Rhodesian soldiers were involved.

Fr da Costa says the Rhodesians arrived by helicopter on September 1 and stayed for about a week. "On the third they killed three boys," he says. "Jacob, son of Zenda, Sanfuri son of Aroni, and Paul, son of Zirisa. All three were in the bush hunting birds . . . Sanfuri and Paulo were 12 years old. Their families took charge of their graves. Jacob was 18. As he did not die outright, he was taken by heli-

copter to the Rhodesian hospital in Chironga, where he died shortly afterwards. All three came from the villages of Deveteve."

Fr da Costa says that in the space of a few days, the Portuguese and Rhodesians killed 18 Africans.

The third alleged massacre listed by the priest took place early in October, 1971. "The Dak villages were the scene of many tortures and killings by the 'Special Group' of the Portuguese militia. The victims were innocent villagers."

Fr da Costa says that 19 people died, including Damiao Conga, a mission teacher. "They beat him to death," says Fr da Costa. "They forced his pregnant wife and his children to watch. He held out for two hours, then died. Days later,

his wife reached the mission and told the Fathers everything."

During a fourth massacre in the Murumbura district in 1971, Fr da Costa says, 23 civilians were killed by Portuguese Commandos who attacked the territory of Chief Buxo.

He goes on: "In front of the shop of Señor Gabriel, in Antonio, the Fathers found five bodies impossible to identify, as only skeletons of charred bodies remained. All they could say was that among the bodies was that of a child of 2 or 3 years old. Near the shop were 20 head of cattle dead inside a pen that the army had shot. The missionaries burned them, to avoid disease in the area."

At the time of the alleged massacres, thousands of Mozambique Africans fled

across the border into neighbouring Malawi, and an estimated 5,000 set up camp in friendly villages.

In interviews with journalists, several villagers said they were sympathetic to Frelimo, and had fled to avoid ill-treatment by the Portuguese. Some women said troops had raided their villages and committed atrocities. In particular, they said the Portuguese soldiers had ordered mothers to pulp their children to death in "ntondos"—large wooden pestles for grinding maize.

For their part, the Portuguese deny responsibility for actions against civilians, and say that in fact, these are Frelimo tactics. There have been a number of reports of Frelimo guerrillas planting booby trap mines in bags of grain belonging to pro-Government Africans, and the

Portuguese military command has reported instances in which they say guerrillas tortured and killed black villagers.

Without free access to the territory, it is impossible to judge the truth of individual reports of atrocities—but taken as a whole, it seems likely that the Portuguese have indulged in actions against civilians.

The Rhodesian security forces receive regular intelligence reports from Mozambique, and, worried about the deteriorating security situation in the neighbouring territory, they scrutinise them with care.

Privately, the Rhodesians use the word "atrocities" to describe some incidents involving Portuguese soldiers. A senior security source told me last year: "It's not surprising really that the Portuguese are doing badly in some areas, because they are coming down too hard on some African villages. You cannot expect cooperation from civilians if you commit atrocities. We are very worried."

THURSDAY, JULY 12, 1973

135, FLEET STREET, LONDON, E.C.4.

TEL: 01-353 4242. TELEX: 22874/5/6.

CLASSIFIED ADVERTISEMENTS: 01-583 3939.

WELCOME FOR
Daily Tel
 PORTUGAL AT
12.7.73
 TOURNAMENT

By Air Cdr E. M. DONALDSON

THE display from Portugal at this year's Royal Tournament was given an enthusiastic reception by an almost full house at the preview of the show at Earls Court yesterday.

The Charanga of the Republican National Guard, in colourful uniforms and playing marital music at the canter on magnificent white thoroughbreds, was one of two new items at this year's show, which opens to the public today.

The other was a display by the Bands of the Royal Barbados Police, which also received much applause.

I found it hard to believe that the Junior Parachute Company, which gave a spectacular performance including great leaps into the air with double somersaults, had had only six weeks training.

Dashing drive

This year's programme is much as usual, with a blend of the traditional and the modern.

There were more loud bangs than usual, but the favourites, were the energetic Royal Navy field gun competition, the dashing drive of the King's Troop Royal Horse Artillery, parachute demonstrations by the R.A.F. and a helicopter attack by the Fleet Air Arm on an enemy patrol boat.

There are two performances a day except Mondays, July 16 and 23, the last performance is on Saturday July 28, when Lord Mountbatten takes the salute.

The Queen will be at the afternoon performance on Wednesday, July 25, and the Queen Mother on Tuesday, July 17.

PORTUGAL ACCUSED

ALTHOUGH THE OPPOSITION in Parliament and many newspapers accept Father ADRIAN HASTINGS's allegations in the *Times* of a massacre in Mozambique as a "report" which it is up to Portugal to "disprove," the first thing to be said is that Father ADRIAN has so far produced no shred of evidence whatsoever for his allegations. No witnesses have been named, and the allegations are based on third-hand hearsay or worse. More than that, there are internal inconsistencies in his account, as well as external circumstances which cast doubt on it. His account, drawn from unnamed Spanish priests, says that "there were no survivors to explain what happened," but immediately goes on to say that "a voice with authority kept on shouting 'kill them all that no one be left': if there were no survivors except the military, it is inconceivable that any soldier would have referred to a witness to "a voice with authority," as he would have known well whose voice it was. It is fair to add that there is a later apparently contradictory statement that "some victims managed to escape death by flight."

Secondly, Father ADRIAN's sources are unlikely to be impartial. The Spanish missionaries have long been antagonistic to the Portuguese authorities. The reference in the allegations to My Lai (without, for example, any reference to Hue, where the North Vietnamese massacred at least fifty times as many civilians as could conceivably have been massacred at My Lai) gives an ideological hint. In such circumstances, some evidence is doubly essential. But there is none. Father ADRIAN does not even know the whereabouts of the village he names and it is not on any map. It is not likely that any such ghastly episode could have taken place without being reported to some journalist in Mozambique. Frelimo itself has heard nothing whatever about it. The *Times* seems not to have made the most cursory check before publication. Our own correspondent is now in the area. We have also located some of the Spanish priests, but without getting any nearer to actual evidence.

It is a novel idea that any Government or person is under an obligation to disprove allegations made in such circumstances and unsupported by any evidence. Nevertheless, even allegations like these very often contain some quantum of truth, and under the appalling conditions of jungle guerrilla war against merciless enemies soldiers (not excluding the African soldiers who make up more than half the Portuguese army in Mozambique) can go berserk. Frelimo has certainly massacred many African villagers. In view of the fearful nature of the allegations and the astonishing disposition of the British Left to accept them almost as fact, Dr CAETANO would be well advised to press ahead with the enquiries already started, however vague the allegations. Meanwhile, it would be outrageous for the British Government to try to stop Dr CAETANO's visit because of these unsupported accusations. Whether Dr CAETANO chooses to postpone his visit is up to him.

Reports from envoys sought by Mr Heath ^{TIMES 12-7-73} Portugal to launch an investigation

By Michael Hatfield
Political Staff

The Government last night resisted pressure from the Labour Opposition for a debate in Government time next week on the reported massacres in Mozambique.

Although the Opposition asked for a debate, the Government view is that it was up to the Opposition, if they insisted on a debate, to use their own supply time.

The Opposition have three opportunities next week to raise the issue—on Monday when they have a supply day on Scottish affairs, on Wednesday when there is an Opposition motion on inflation, and on Thursday when it is expected there will be a Second Reading debate on the Consolidated Fund Bill.

Earlier yesterday, the Opposition were optimistic that the Government would allow Government time for a debate during the visit of Dr Caetano, the Prime Minister of Portugal.

In the meantime the Government is seeking reports from the Ambassador in Lisbon and the Consul-General in Lourenco Marques.

Hugh Noyes, Our Parliamentary Correspondent, writes:

Lord George-Brown, Labour's former Foreign Secretary, speaking on the reported massacre by Portuguese troops in Mozambique, told the House of Lords today that some Labour

peers were falling into the trap of choosing which tyrants and which colonialist policies they were willing to accept.

As Lady Tweedsmuir, Minister of State at the Foreign and Commonwealth Office, was rejecting demands from the Labour Front Bench for the official visit to Britain next week of Dr Caetano, the Portuguese Prime Minister, to be cancelled, Lord George-Brown said that, for a long time under both Labour and Conservatives, Britain had been willing to accept tyrants who ran colonialist policies, even in Europe. Those who had experience in these matters knew that Roman Catholic missions could not have provided the clinical evidence that Mr William Rees-Mogg, Editor of *The Times*, published yesterday. It could not possibly have been checked in that detail.

Lord George-Brown detected a political motivation which had nothing to do with social democracy but was simply a rejection of one tyrant whom it was thought should not be there. If this were to be applied to foreign policy, Mr Brezhnev, the Soviet leader, would never appear in Britain.

But, as Conservative peers cheered, Lord Kennet, from the Labour Front Bench, repeated his call for the visit to be abandoned.

Parliamentary report, page 8

From Jose Shercliff
Lisbon, July 11

The Portuguese Government is holding an inquiry into the alleged genocidal massacres in Mozambique, reported in *The Times* yesterday.

All rumours of irregular behaviour by troops, which have been reported, have been investigated and the culprits punished when their guilt was established, according to a statement by the Ministry of Information published in all newspapers in Lisbon this morning.

The statement says: "The case reported in the London newspaper with the obvious aim of starting a scandal on the eve of the visit of the Portuguese head of Government and smirch the nation and people he represents, will not fail to be the subject of inquiry in the established way, if the spot where the events are said to have occurred can be found, since this name is ignored on the map of Mozambique."

The statement accuses various European countries of having exploited accusations of violence by Portuguese troops in Mozambique, "based on assertions of the missionary who left the province after proof of complicity with Frelimo" (Front for the Liberation of Mozambique).

"In his hatred of Portugal this priest has published articles and given lectures in which he

seeks to defame our country, attack its overseas policy and insult the armed forces. His assertions have been refuted publicly various times.

"In spite of the extremely suspect source of the assertions, the Portuguese Government gave at the time instructions to the Commander-in-Chief in Mozambique to make rigorous inquiries whenever there were rumours of any irregularity in the thousands of operations which the armed forces carry out each year in the province.

"This has been done, and most of the inquiries have shown the inanity of the accusations, the offenders being punished when guilt was discovered, which was rare..."

An official spokesman in Lisbon today stated that there is no change in the planned visit of Dr Caetano, the Portuguese Prime Minister, to London from July 16 to 19 as arranged.

All reference to the Mozambique report was censored in yesterday evening's newspapers. However, today's morning press gives it front page prominence with the full text of the statement by the Portuguese Embassy in London repudiating the allegations of massacres and of the statement by the Ministry of Information in Lisbon.

Editorial comment is sharply critical of *The Times*.

TIMES 12-7-73

Un prêtre britannique assure détenir la preuve des atrocités imputées aux forces portugaises

Au cours d'un déjeuner organisé par l'Institut catholique des relations internationales à Londres, le 11 juillet, un prêtre britannique, le Père Adrian Hastings, a confirmé les informations qu'il avait données au *Times* sur les massacres qu'auraient récemment commis les troupes portugaises au Mozambique (*le Monde* des 11 et 12 juillet).

Le Père Hastings a affirmé être en possession de preuves formelles selon lesquelles, entre mai 1971 et décembre 1972, plusieurs centaines d'Africains ont été tués par les militaires portugais.

A Madrid, des missionnaires espagnols récemment expulsés du Mozambique, les Pères Julio Moure Cortes, Enrique Ferrando et Buendia Gomes, qui appartiennent à l'Institut des missions étrangères de Burgos, ont confirmé le massacre des quatre cents habitants du village de Wiriyamu auquel, ont-ils précisé, des soldats rhodésiens auraient pris part. Ils tiennent ces informations des Pères Alfonso Valverde et Martin Hernandez, qui sont actuellement emprisonnés au Mozambique. Selon les trois prêtres, le massacre de Wiriyamu est le quatrième et le plus atroce d'une série qui s'est déroulée dans la région de Mucumbura au cours des deux dernières années. Le Père Ferrando, qui a passé quatorze ans au Mozambique, a souligné qu'il avait été le témoin direct de meurtres et de tortures dans la région de Tete, où se trouve précisément le village de Wiriyamu, près des montagnes de Carreira.

A Lourenço Marques, le général Kaulza de Arriaga, commandant en chef des forces portugaises au Mozambique, s'est refusé à commenter les informations parues dans la presse européenne. Son porte-parole a cependant déclaré que le général était « fatigué par les allégations fantaisistes des amis du Frelimo » (Front de libération du Mozambique). Dans les milieux proches du haut commandement, on confirme la remarque des porte-parole officiels de Lisbonne, selon laquelle le village cité par le Père Hastings ne figure pas sur la carte du Mozambique, et on souligne qu'il n'existe pas, dans le pays, de village dont la population soit aussi importante que le nombre des victimes citées par le religieux britannique.

A Dar-es-Salaam, le siège du Frelimo déclare n'avoir appris la nouvelle qu'à la lecture du *Times*. Il observe que le nom de Wiriyamu est peut-être la déformation de Williamo, localité située entre Magué et Mukumbura, à la frontière rhodésienne.

A Londres, où la visite que M. Marcello Caetano doit faire du 14 au 19 juillet soulève de plus en plus de critiques, le directeur des

affaires étrangères, le parti libéral a décidé de suivre l'exemple des travaillistes et de boycotter la visite du premier ministre portugais. Au cours d'une conférence de presse donnée au siège du parti travailliste, M. Mario Soares, secrétaire général du parti socialiste portugais, qui vit en exil à Paris, a demandé l'ouverture d'une enquête internationale.

Aux Nations unies, le président du comité de décolonisation, M. Salim Ahmed Salim (Tanzanie),

a publié une déclaration dans laquelle il déclare que ces informations corroborent les constatations déjà faites par divers organismes proches de l'ONU. M. Salim qualifie de « grotesques » les démentis publiés le 11 juillet par Lisbonne.

Au Vatican, un porte-parole a rappelé que le Saint-Siège avait déjà exprimé à plusieurs reprises sa désapprobation à l'égard de la situation au Mozambique. -- A.P., A.F.P., Reuter, U.P.I.)

L'AMBASSADE DU PORTUGAL : des détails révoltants et dépourvus de crédibilité

Après la publication dans nos colonnes (*le Monde* du 11 juillet) d'informations concernant le massacre de Wiriyamu, l'ambassade du Portugal à Paris nous a adressé le communiqué suivant :

« A l'approche de la visite du président du conseil portugais à Londres, une vaste campagne s'est déclenchée pour présenter sous le plus mauvais jour l'action des forces militaires portugaises contre le FRELIMO.

» Le *Times* a été le premier journal à publier des récits au sujet de prétendues atrocités commises au Mozambique. La presse en France a repris les accusations soit du récit du *Times*, soit, comme dans le cas du *Monde*, de son correspondant à Madrid. Ces accusations font suite à d'autres, de même nature, qui inspiraient la campagne menée par un missionnaire qui a quitté le Mozambique après avoir été étroitement lié aux guérilleros du FRELIMO.

» Malgré la source plus que suspecte des accusations ainsi lancées depuis un certain temps,

le gouvernement portugais a donné, en temps voulu, au commandement en chef du Mozambique des instructions de procéder sans délai à une enquête rigoureuse chaque fois que surgiraient des bruits d'une quelconque irrégularité dans les milieux d'opérations qui ont lieu annuellement sur le territoire.

» Ces instructions ont été exécutées. Dans la grande majorité des cas, l'enquête a démontré que l'accusation était dépourvue de fondement. Par contre, les responsables ont été punis quand des fautes ont été constatées, ce qui d'ailleurs fut bien rarement le cas, malgré les risques inévitables d'une guerre de guérilla où l'ennemi est traître et ne regarde pas aux moyens qu'il emploie pour dominer les populations natives et attaquer ceux qui lui résistent.

» Les accusations sont marquées non seulement par les vastes proportions qu'auraient prises les prétendues atrocités mais encore par des détails si monstrueux et révoltants qu'ils finissent par leur ôter toute crédibilité. »

Questions for Dr Caetano *Guardian 13-7-73*

Many doubts are now being cast on the authenticity of the reports of a massacre of more than 400 villagers in the Tete district of Mozambique. This was inevitable. No country, not even one so used to the disapproval of international opinion as Portugal, could afford to let an allegation of such horror go unchallenged. The criticisms include suggestions that the priests through whom the allegations have come are *parti pris* in the Mozambique civil war; that the details bear remarkable similarity to massacre stories from other countries at other times; and that some of the victims' names given are only known in tribes several hundred miles away from this area.

The defence, in sum, is that this horrible story is either entirely manufactured, or else that its details have been richly embroidered for propaganda effect. In the history of guerrilla warfare neither of these possibilities is without precedent. But surely that only makes it more essential that Dr Caetano's Government should face up to the reality of its dilemma: its denials will not be accepted, its own internal inquiries will not be trusted, and even assuming that the allegations are wrong or greatly exaggerated, they will not be disbelieved unless a proper international investigation takes place.

Father Adrian Hastings and those priests from whom he received his information have established a prima facie case of atrocity which any civilised government ought to wish to have fully examined. Even were Lisbon to agree, the inquiry would be difficult to mount. The Portuguese regime is hostile to the United Nations and suspicious of the Catholic Church, which has shown an understandable wish to cultivate what it regards as the side of the future in southern Africa. Yet surely it should not be impossible to find a balanced investigating panel—perhaps one person appointed by each of the UN, the Vatican, and South Africa. For the issue in this case is not who is right in the war, but a quite specific allegation of massacre.

The task of such an inquiry would doubtless be made harder by the fears of local Africans—fear of what the Portuguese might do to them or of what Frelimo might do. This is in the nature of guerrilla war. In the end the evidence may come down to that of the army and of Christian missionaries, at least two of whom have been imprisoned since last year. But unless Dr Caetano is prepared to facilitate such an inquiry, unless he is prepared to allow the imprisoned priests and others to give evidence, he ought to abandon his visit to Britain.

Guardian 13/7/73

'Folly' of not supporting Portuguese

By PETER NIESEWAND

The supporters of guerrilla movements can expect "relentless suffering and frequently death," according to the commander-in-chief of the Mozambique armed forces, General Kaulza de Arriagn. The general makes the statement in a book, "The Portuguese Answer," to be published on Monday.

He also says that if the Governments of Tanzania and Zambia continue to aid Communist penetration of Southern Africa, it is likely that a mixture of conventional and guerrilla warfare is going to be seen in Southern Africa within half a dozen years.

Discussing Portuguese counter-subversion operations in Mozambique, General de Arriaga says they are vitally concerned with the social progress and try to communicate truth to the people through psychological warfare. "Through this we try to spread knowledge of the rightness of our cause and of our strength and successes."

"We try to stress the advantages of being Portuguese, whether black or white, and of being on the side of Portugal; and on the other hand, the misery of the war, and the automatic pardon which is given to everyone who surrenders to the Portuguese authorities."

The general says: "We made fear that the alternative was relentless suffering, and frequently death, for those who persist in belonging to anti-Portuguese movements, especially Frelimo and Coremo; or those who support these movements through folly or fear."

However, later in the book, the general says "Regarding the casualties inflicted upon the enemy by our forces, there are two points to be borne strongly in mind. First, our main aim is to win the hearts and minds of the population, and not to kill or maim. The casualties that we do inflict are therefore the lowest possible."

"Secondly, it must always be remembered that the enemy casualties issued by the Mozambique High Command in fact fall considerably short of the actual number. This is because they do not include injured enemy elements who are carried back by their colleagues in their retreat, many of whom die or certainly are never restored to full health. Nor do our High Command figures include those killed or injured as the result of the aerial bombing of military objectives."

The publishers of the book,

Initially it was difficult for the Portuguese to deal with this, but the regrouping of Africans into fortified villages—"aldeamentos"—isolated Frelimo and made it easier for the Portuguese to "neutralise, capture or destroy" them.

Looking to the future, General de Arriaga says that the present guerrilla war could not now be lost by the Portuguese. "It is only a question of time before it is finally won. And indeed, I foresee this happening within a relatively short space of time."

"By a successful conclusion to the war, I mean as follows: that there will be an immediate detection by our Portuguese forces of any infiltration from across the border, and that the neutralisation or destruction of the infiltrated group will be achieved within a matter of days, or even hours."

For Southern Africa as a whole, he holds out little comfort. The "great battle" is now being fought between communism and Western civilisation, and Africa is the battleground.

The Portuguese Answer, published by Tom Stacey Ltd. 1.50.

Rhodesia 'was not involved'

From HENRY MILLER

Salisbury, July 12

The Rhodesian Government today flatly denied allegations that Rhodesian troops shot and killed eight Mozambique Africans in September, 1971.

Reports reaching here said Spanish priests in Madrid

AFRIQUE

Les massacres de populations au Mozambique

UN DÉBAT AURA LIEU AUX COMMUNES

pendant la visite du président du conseil portugais

A la suite des révélations publiées dans le *Times* sur le massacre perpétré par les troupes portugaises à Wiriyamu, au Mozambique, le gouvernement britannique a été contraint d'accepter qu'un débat ait lieu, mardi 17 juillet, à la Chambre des communes pendant la visite officielle à Londres de M. Marcello Caetano, premier ministre portugais. Le leader de l'opposition travailliste, M. Harold Wilson, utilisant la procédure parlementaire, est parvenu à faire inscrire ce débat à l'ordre du jour de la Chambre des communes.

Exceptionnellement et pour des raisons de sécurité, le Foreign Office ne publiera pas le programme officiel de la visite et aucune indication d'horaires ou même de jours n'a été donnée à Whitehall. Les télespectateurs britanniques ont pu voir, jeudi soir, sur leurs écrans des militaires portugais incendier un village désert, situé dans la province de Tete, soupçonné d'avoir abrité des maquisards du Front de libération du Mozambique (Frelimo).

Intervenant après le R.P. Adrian Hastings, dont les révélations ont

été publiées au début de la semaine, Mme Isabel Turner, juriste et interprète britannique, a apporté un nouveau témoignage sur cette tuerie, confirmant les propos du missionnaire. Tandis que la section britannique d'Amnesty International exige l'ouverture d'une enquête internationale au Mozambique, un porte-parole du Foreign Office a déclaré jeudi que le gouvernement britannique ne possède pas de preuves accréditant le récit du massacre. Et le *Times* a publié jeudi une lettre ouverte d'un certain M. Faul, ayant séjourné au Mozambique, qui prend le contrepied du témoignage du Père Hastings, estimant notamment que le rapport du missionnaire contient des contradictions qui « le rendent tout à fait incroyable ».

Tandis que les dirigeants portugais dénoncent la « cabale internationale » et lancent un appel à « l'unité autour du gouvernement », les réactions sont très nombreuses à travers le monde.

● A NEW-YORK, M. Kurt Waldheim, secrétaire général de l'ONU, a convoqué jeudi le chargé d'affaires du Portugal aux Nations unies pour lui exprimer l'inquiétude que lui causent les informations faisant état des massacres au Mozambique. Après cet entretien, le chargé d'affaires portugais a refusé de s'entretenir de cette affaire avec M. Tang Ming-chao, sous-secrétaire général chargé des affaires politiques.

● A MOSCOU, la *Pravda* affirme que le nom de Wiriyamu est synonyme de « la barbarie infinie du colonialisme » et souligne que le choc créé par l'annonce du massacre est « pire pour les Britanniques, conscients de la complicité de leur pays », rappelant que les investissements britanniques au Portugal dépassent 300 millions de livres sterling.

● A ROME, comme l'indique notre correspondant, le supérieur général des Pères blancs a fait l'éloge du R. P. Adrian Hastings, et il a confirmé les massacres.

● A LA HAYE, un groupe de missionnaires néerlandais a également confirmé les déclarations du R. P. Hastings, affirmant que les faits révélés par lui étaient « connus depuis un mois aux Pays-Bas ».

● A MADRID, où il est arrivé jeudi, le R. P. Hastings doit s'entretenir avec les missionnaires qui lui ont fourni les informations à partir desquelles il a rédigé son article. D'autre part, un missionnaire espagnol, le R. P. Ferrando, a affirmé qu'il possédait la preuve de cinq massacres commis au Mozambique par les troupes portugaises.

● A DAR-EL-SALAAM enfin, les membres du bureau du Frelimo ont déclaré n'avoir reçu aucune information au sujet du massacre de Wiriyamu, tout en ajoutant qu'ils n'étaient cependant pas surpris, « car de tels événements sont monnaie courante », précisant : « Il est normal pour les soldats portugais de massacrer, tuer

Le supérieur général des Pères blancs confirme les tueries perpétrées par l'armée portugaise

De notre correspondant

Rome. — Les informations publiées sur les massacres du Mozambique ont été confirmées, au cours d'une conférence de presse, jeudi 12 juillet, par le Père Théo Van Asten, supérieur général des Pères blancs. Selon lui, le Vatican a été pleinement informé de la situation dans les colonies portugaises, au moins par un Livre blanc que les missionnaires ont rédigé. Ce document n'a pas été publié mais peut être consulté.

Interrogé sur le comportement des évêques portugais du Mozambique, le R. P. Van Asten a déclaré : « On avait nommé deux nouveaux évêques, mais l'un d'eux est mort. Un changement lent, sans doute graduel, se remarque. Mais, pour nous, plus importante que la conversion des évêques, c'est d'éveiller la conscience du monde et il me semble que nous l'obtenons. »

Le Père Van Asten a fait les plus vifs éloges du Père Hastings, « prêtre excellent et homme digne de foi ». « Ses révélations n'ont pas été pour nous des nouveautés. » Le Père Van Asten a, d'autre part, déclaré que l'Eglise devait parler publiquement et qu'elle ne pouvait faire « de la politique secrète à travers les canaux de la diplomatie ».

L'un des dirigeants du Mouvement

du 7 novembre, qui avait convoqué la conférence de presse, a rappelé toutes les informations publiées depuis 1971 sur les massacres dans les colonies portugaises. Il a, d'autre part, publié le statut des missions, stipulé en 1940 entre le gouvernement portugais et le Saint-Siège.

Un représentant des conférences épiscopales africaines aurait récemment demandé à Paul VI de dénoncer cet accord, mais aucune réponse n'a été connue officiellement. En 1971, Mgr Pio Gaspari, membre du conseil pour les affaires publiques, fit un voyage au Mozambique et rapporta au pape un rapport qui n'a pas été connu. L'*Osservatore Romano*, dans son numéro de jeudi soir, a publié un commentaire discret précisant que le Saint-Siège a chargé le nonce au Portugal « de prendre des informations et de renouveler la condamnation des toutes formes de violence ». Le journal ajoute : « Nous nous unissons aussi à la dénonciation très ferme de tous actes de brutalité et de violence et nous formulons le vœu que dans les territoires intéressés reflorisce une tranquillité fondée sur le respect des droits fondamentaux des individus et des peuples ».

On semble accorder au Vatican une valeur particulière à ce commentaire, dont le titre précise que des « massacres » sont perpétrés au Mozambique. — J. N.

MASSACRE REPORTS 'RELIABLE'

By MICHAEL FIELD
in Madrid

TWO Spanish priests, members of the National Seminary of Foreign Missions yesterday reaffirmed the "absolute truth" of stories from fellow missionaries in Mozambique about atrocities by Portuguese troops.

Father Enrique Ferrando, 34, and Father Alberto Font, 32, who have both spent several years in Mozambique, insisted that reports of alleged massacres published in Britain by Father Adrian Hastings were reliable. "There are witnesses of everything that happened. I shall not say any more because I cannot," said Fr Ferrando. "If you want to know more, go and ask the Bishops of Mozambique and the Papal Nuncio in Portugal."

Both Fr Ferrando and Fr Font insisted that their actions had nothing to do with politics and that they were concerned only with human rights and justice.

"Saw massacre"

Fr Ferrando said he had witnessed "the last known" massacre at Mucumbura, about 150 miles west of Wiriyamu, near the Rhodesian frontier, "in March or April, 1972." He did not know Wiriyamu and had never been there.

When asked whether the priests sympathised with the African guerrilla movement Frelimo, Fr Ferrando said: "I abstain from answering that question. I am a defender of the rights of man. We know nothing of politics; but we consider it our duty to denounce abuses."

Later both priests denied having contacts with Frelimo. "We are with the people," said Fr Ferrando.

They insisted that it was difficult to understand the situation unless one was familiar with the nature of the war in Mozambique.

Violent reaction

They did not blame the Portuguese white and African soldiers for doing things which were understandable in such a context.

"If they have had a friend killed it is not surprising that they should react violently," they said.

Fr Ferrando said that he had been chased from Mozambique by the police and managed to escape. Fr Font had, however, been expelled "for attempting to overthrow the sovereignty of Portugal in Africa."

The National Secretary of Foreign Missions, to which the Mozambique missionaries belong, have about 300 members working in several African countries, including Rhodesia, Zambia and Burundi and also throughout Latin America. The Director General is Fr Genaro Artazcos.

Wilson would have Lisbon out of NATO

BY OUR POLITICAL STAFF

Mr Harold Wilson said last night that a Labour Government might seek to expel Portugal from NATO. Mr Wilson, appearing on BBC television, was asked whether a future Labour Government would take this step. "I think it is a matter to consider. My own view is that she is now outside the pale of civilised society . . . and not alone Portugal in NATO is outside the pale of civilised society."

"An alliance directed towards freedom is one that she and Greece could well be outside." Mr Wilson then added: "I think the answer is—yes." He said Portugal's whole record since the war was one of outrageous oppression "both at home—they are a fascist state—and in their colonies."

Asked if there were not African governments as bad as Portugal's, Mr Wilson said he did not accept this though he would make an exception for General Amin. "Amin ought to have been in the hands of a psychiatrist before he got above the rank of lance corporal," he said. He would like to see Uganda expelled from the Commonwealth if its present conduct continues.

Our Diplomatic Correspondent writes: The African guerrilla organisation Frelimo has released details of a whole catalogue of alleged massacres in which—according to their information—a total of 670 Mozambique Africans have lost their lives at the hands of Portuguese soldiers.

The compilation has been carried out at the exile headquarters of Frelimo in Dar es Salaam, the Tanzanian capital. The worst single episode, the machine-gunning of an unarmed crowd of 500 people, is reported to have taken place in 1960 and was the event that stimulated the founding of Frelimo by Dr Eduardo Mondlane.

Last night's statement from Frelimo welcomes the publication of material by Father Hastings and says that these accounts from Church sources simply corroborate what the Frelimo organisation has itself encountered at first hand.

Father Hastings himself has been in Madrid for the past two days, talking to the Spanish missionaries who supplied him with the dossier they had compiled from material received from Mozambique.

When he arrived back at London Airport yesterday afternoon he said he was very satisfied with the additional material he had obtained: "I have brought back certain evidence which proves, without a shadow of doubt, that the incidents happened. I cannot say anything further, but will be making a full, detailed statement quite soon."

Father Hastings says that 400

Africans were massacred in a single episode on December 16 in the Tete district, when Portuguese troops went on the rampage, disembowelling pregnant women and killing children as well.

The Frelimo organisation, while claiming no knowledge of this incident, says in its long policy statement that while the outside world may find such accounts hard to believe, the things described by Father Hastings are identical at many points with massacres witnessed by Frelimo supporters in the villages. The statement then itemises the deaths of 670 people, including little children, in these six massacres:

1. Mueda. The original massacre in northern Mozambique in 1960 which led to the founding of the guerilla movement. A peaceful demonstration by African men and women, with speeches calling for independence, was abruptly ended when Portuguese troops arrived on the scene. Death roll: 500 people "slaughtered by grenades and machinegun fire."

2. Joao. In Tete province, June 1970. All 60 inhabitants of this village, including the smallest children, were ordered by troops to take part in digging a long ditch, supposedly for the soldiers to use as a shelter. When it was completed, the villagers were ordered into the ditch at gunpoint and all shot, even babies.

3. Xiddecunde. February, 1973. Villagers (perhaps suspected of being Frelimo sympathisers) herded into one house and the doors locked. Portuguese troops then lobbed grenades in through the windows. Total dead 15. One escaped to tell the story.

4. Angonia. Tete district, September 28, 1972. Portuguese troops rounded up 30 villagers at gunpoint, locked them in an African hut, and fired the grass roof. All inside died.

5. Tete. December, 1972, outskirts of Tete. Immediately after a Frelimo raid on the district capital, Portuguese troops rounded up 60 Africans for reprisal treatment. Technique the same as Angonia. All 60 died in blazing house.

6. Mucumbura: May, 1973, in border village 150 miles west of Tete. "Rhodesian troops

Britain props up a murderous regime

by J. PINA*

AS reports of Portuguese atrocities in Mozambique horrify the world, particularly the December massacre of 400 men, women and children of Wiriyamu, attention becomes focused on the fascist gang who today rule Portugal, particularly on Premier Caetano due to visit Britain on Monday.

Too little is known in Britain about the situation in Portugal where a fascist dictatorship has ruled for 47 years.

No political parties are allowed there except the ruling fascist party (ANP, standing for National People's Action), no democratic elections have ever been allowed there; democratic liberties are non-existent; press censorship operates; and all this for the exclusive benefit of a small minority of industrial and finance capitalist monopolies and their foreign backers.

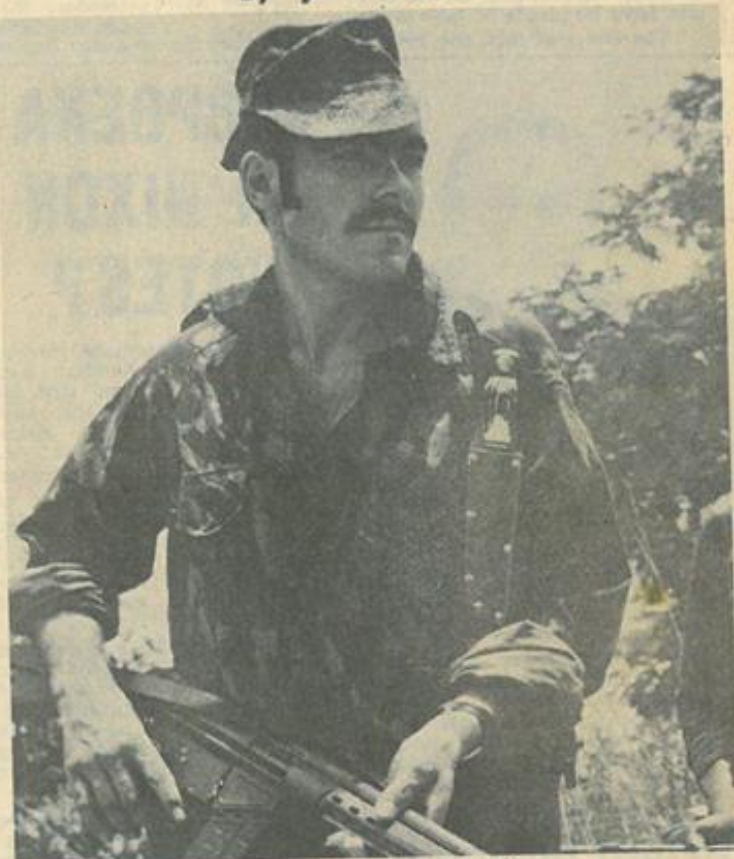
Secret police

Free trade unions are forbidden, strikes are punishable by law. A ruthless secret police (DGS-PIDE) arrests, tortures and even murders the opponents of the regime with complete impunity.

Two other armed police forces, backed by the NATO-equipped Portuguese army, keep "law and order" in the streets by attacking demonstrators and protesters with well-tryed violent methods.

All this has only brought to the Portuguese people increased exploitation by the ruling monopolies. Portugal has today, in relation to the rest of Europe, the lowest standard of living and the lowest salaries (on average four times lower than in Britain with prices only slightly lower than here).

She has also the highest illiteracy, child mortality and tuberculosis rates in Europe, and one of the highest emigration



Portuguese soldier in Africa.

rates, with nearly 150,000 people leaving Portugal every year to escape misery and the colonial wars. Two million Portuguese or one fifth of the total population now live abroad.

These facts seem of more than average importance for justifying a better knowledge and information in Britain about the situation in Portugal.

The fact that there is, daily, inside Portugal, a persistent,

stubborn and untiring struggle by the majority of the people against the fascist regime, adds even more to their importance.

This struggle is headed by the Portuguese working class, led by the clandestine Portuguese Communist Party.

This is one of the reasons why the majority of the press and mass media here talks little about Portugal or, when it does, tends to present an incomplete or distorted view of the struggles and of the life there.

It is very annoying for capitalist Britain and for the capitalist West that there is in Portugal today one of the most potentially revolutionary situations in

Europe, with an underground Communist Party which is undoubtedly, the strongest party there in terms of mass following and support.

It is most annoying also because for years, there has been a steady flow of foreign investment into Portugal, to help prop up the tottering fascist regime and being attracted by the big profits that can be made out of the savage exploitation and low salaries of the Portuguese workers.

In this respect the British ruling class has excelled, and total British investments in Portugal and her colonies must today reach approximately £300 million, the largest of the total foreign investment there.

Plessey, for instance, has three factories in Portugal, employing 4,300 workers, mainly women, with wages five or more times lower than those paid in Britain.

Leyland assembles motor-cars there, which cost the same or more than they cost in Britain, despite the much lower salaries paid to the Portuguese workers.

ICI, Unilever, Shell, BICC, Reckitt and Colman, Coates Patons, Cable and Wireless, Rio Tinto, Charter Consolidated, British Oxygen, Beecham, Rank, Hill Samuel, Lazard Bros., Barclays, etc., are in Portugal making fat profits with investments that are much needed in Britain.

Strategic

Portugal is also today the largest old-style colonial empire in the world, with her African colonies occupying an area 22 times bigger than Portugal itself and bigger than Britain, France, West Germany and Italy put together.

Colonial wars have raged in the African colonies with three successful liberation movements opposing the Portuguese—in Angola for over 12 years, in Guine for ten years, in Mozambique for nine years.

To crown it all, Angola and Mozambique are in a vitally important strategic position in relation to the rest of Southern Africa, being the outer bastions of the South African racists and with their huge accumulation of resources and foreign investments act as buffers for them in

relation to the rest of black Africa.

All these reasons seem perfectly sufficient to explain the curtain of silence draped round Portugal.

News about the Portuguese colonies is slightly more frequent in the capitalist press and mass media than news about Portugal itself. The reason for this is that the imperialist circles with interests in Portugal and her colonies know that the liberation wars in those colonies will tend to be prolonged as long as the Portuguese fascists are in the saddle in Portugal.

But they also know very well that if the Portuguese fascist regime is overthrown in Portugal, the colonial wars will have to stop.

The Portuguese anti-fascist and democratic opposition, with the Portuguese Communist Party at its head, is committed to end these wars and to grant full independence to the Portuguese colonies.

Prince Philip went to Portugal in June; Caetano is coming to London on Monday.

The Portuguese regime, facing growing opposition in Portugal and more and more isolated in relation to international public opinion, desperately needs all the support it can get from the British ruling class and monopolies.

These, on the other hand, have a growing need in the present economic situation, to harvest as many quick profits as possible from the brutal exploitation of Portugal and her colonies.

All this is done against the interests of the British people, because the investments in Portugal and her colonies would be very welcome for the development of the economy in Britain.

Same price

Britain is also Portugal's main trading partner. Large amounts of cheap Portuguese imports, including textiles, electric household goods and machinery, rush into Britain, giving Portugal one of her rare positive trade balances and competing unfairly with British-made goods.

Other Portuguese imported goods include wood and wood-pulp, wines, tomato concentrates and tinned fish, which could very well be bought elsewhere at the same price.

But the British government, which already had Portugal as a partner in EFTA, made very sure of leading her into the Common Market last year, with preferential treatment under protectionary measures.

The growing internal and external isolation of the Portuguese fascist and colonialist regime makes silences and distortions of the Portuguese situation more and more necessary for the

imperialist interests in Portugal and her colonies, and also in Southern Africa.

This explains too the recent celebrations of the 600th anniversary of the Anglo-Portuguese "alliance." This "alliance" has, for the last 300 years, been a mere instrument for the exploitation of Portugal and her colonies by the British ruling class and British big business, stifling Portugal's industrial development and explaining her present backwardness.

The British workers and all progressive sections of the British people can help the struggle of the Portuguese people against fascism and the struggle for independence in the Portuguese colonies, by demanding the end of the alliance and of the British economic, diplomatic and military help to Portugal; and by opposing the repression in Portugal and the colonial wars and oppression in Angola, Mozambique and Guine.

An amnesty for all the Portuguese political prisoners would help all the anti-fascists in Portugal.

There is a chance to voice all this openly, protesting against Caetano's visit, by joining the demonstration in London tomorrow (assemble 2.30 p.m. Charing Cross embankment, march to Downing Street and Portuguese Embassy).

Portuguese fascism and colonialism can and must be stopped. You can help!

* J. PINA is the pen-name of a militant of the illegal Portuguese Communist Party. On Monday he will write about the struggle inside Portugal.

AVISO À POPULAÇÃO

O inimigo atravessa o Rio Zambeze para fugir da presença da Tropa e também para fazer milando com outras populações.

A Tropa tem que defender as populações desses bandidos. Mas a Tropa quando vê gente no rio não sabe se é gente da população, se é bandido.



A população não deve atravessar o rio.
A população não deve andar junto com bandido.

Tropa vai matar bandido que atravessar
o Rio Zambeze.

Tropa vai deitar fogo a todos os barcos.
Não atravessem o rio. Foge dos bandidos.

SE NÃO, MORRERÁS.



SOLDADOS PORTUGUESES COM A FRELIMO
dois capturados e tres desertores.

Da esquerda para a direita:

JOAO BORGES GOMES, soldado (capturado)

MANUEL DA SILVA LOPES, soldado (desertor)

MANUEL DE JESUS SANTOS, soldado (desertor)

AMERICO NEVES DE SOUSA, soldado (desertor)

FERNANDO DOS SANTOS ROSA, 1o cabo (capturado)





JOAO BORGES GOMES

Caros Amigos
 João Borges Gomes fui espetado
 pelos Soldados da Frelimo no posto do
 Chói no dia 4 de Março de 1968 tendo
 a ser ferido - anos que fui ferido gravemente
 nos braços e pernas - os meus Amigos
 Soldados tendo sido a informação que não é
 nada como os comandantes dizem e tudo
 mentira a Frelimo trata - nos também em
 melhor que o Exército Português por isso
 não tentais mais em fazerem como
 Frelimo que depois vão ficar certos de que
 o que ~~os~~ ^{os} dizem ^{os} ^{portugueses} é tudo uma falsidade e
 que não são nobres o que é a liberdade
 de um Soldado Português

Moçambique

Em Território controlado pela Frelimo

João Borges Gomes

11 de Novembro de 1968





MANUEL DE JESUS SANTOS

Comandadas do exército
portugueses especiais e não especiais, a
todos boa noite. Espmo que saibam
seem está o falo; sou o Santo do Pelato
de construção fusido de muda no dia
12 do passado mês de Outubro; espmo
comandadas que está em casa em cheser
at' vez mas milhos e audição.
Comandadas saibem o que me levou a
fazer a minha fusão para a Frente de
Liberação dos Povos de Moçambique?
foi por um tanto erro na parte do
exército e militares que os especiais nos
diziam; diziam se um soldado
fusio para esta frente que era morto
e espancado e executado; é tudo mentira.
Eu cheguei a mi fã a vários dias e
estou satisfeito na acção que fiz; o que
fiz no passado mês fã o devia ter feito
no mais tempo. Comandadas não sabem não
nem em entrar-se por que
agui ninguém lhe faz mal; desde o povo
até ao mais alto comandante a tratada é
boa; não sabem do caminho por que não a
vão não a tigre no caminho, é um
caminho firme; ^{metopa portuguesa} ai o caminho é de espelhos

Teófilo e Beafalos. Chamada a quem pose⁵
das suspensões da vida que te ~~encam~~
percam não te deixam andar à vontade,
põe-te em liberdade, não seiras ser
mandado como um cão, humilha-te a ti
próprio; espalha-te pelo mundo, mas não
esse mundo ~~de~~ abafado que nem se ser
podes respirar por tão chio de mal
tratantes que está. Chamada já reparaste
que andas a lutar, panta a tua vontade?
Já reparaste que andas a sofrer por causa
dos Senhores ^{Castelantes} ! por que não
deixas isso para irer para liberdade?
Pensa pouco no que andas a fazer ~~dos~~
Mocambicanos; andas a lutar em terra
estranheira e de amanhã tu saes?
Para quê? para nada gozares, só para te
amassar erares. Escolhe o caminho da
paz e não dos sacrificios se andas a
fazer pelo modo de Mocambique. Chamada
e avoame - eu sei saber que andas enfiado
por um portuguêsismo, a minha vontade era
salvar o país, todos, tirar-los do sofrimento,
mas não posso, e se a nossa existência é
em liberdade - não é preciso ir a buscar
procurar e recusar nos nos Frente de
Libertação de Mocambique. Por hoje nada
seis até à próxima boa noite

11 de Novembro de 1968

a todos os meus colegas Mocambicanos
e conhecidos portugueses
Manuel de Jesus Santos Santos





AMERICO NEVES DE SOUSA

Soldados Portugueses

A

tenho por entre-medio deste posto Radio, transmitir
simples palavras para vossos bem, e para o vosso Futuro;
Eu o antigo soldado n.º 42439/61 Americo Neves de Sousa
que fuji do Quartel de Moeda, no dia 13.10.68
pelas 2 horas da tarde, eu não estou arrependido
deste passo que dei, porque donde-me encontro
sinto-me muito feliz e alegre, sou bem tratado,
e sou bem estimado, eu segui o meu caminho,
e a resão é simples; como muitos colegas
sabem que eu no exercito Português já andava
há 8 anos de castigo, eu era um escrabo e nao
um soldado, eu não quiz mais ser escrabo, vi
a resão e a verdade, e por ver a resão é que
dentro de mim apoderou-se um espirito de
Revolucionario, e agora falando eu pela verdade
e a resão.

qual é a tua resão de andares a lutar, a dures
tu sangue, a tua vida, sem teres nem sequer
um palmo de terra nestas provincias, amatares
e aiscorraçães, os verdadeiros dónos destas terras,
eu vou-te dizer qual é a resão que o governo
Português anda a fazer estas guerras completamente
injustas, ele não quer dar ao dono o que não
lhes pertence, porque ele é egoista, por causa
das fortunas, das minas de minerio que cá se
encontra nestas provincias, e depois aproveitou-se
dos filhos dos outros para o defenderem, ele faz
a guerra e os soldados é que sofrem, pensa
bem no que te digo, é depois me darás a
Resão.

MENSAGEM DA FRELIMO AOS SOLDADOS PORTUGUESES



Esta mensagem é destinada aos soldados portugueses, àqueles soldados que vieram de longe, de muito longe, de um outro continente, invadiram a nossa terra e estão a matar o nosso povo, a queimar os nossos campos, a violar as nossas irmãs.

SOLDADO PORTUGUÊS, queremos dizer-te que o que tu estás a fazer é mal feito, é cruaz é desumano, é criminoso. Pensa bem: Se nós saíssemos da nossa terra, da África, e fossemos invadir a tua terra na Europa, como é que tu sentirias? Se nós Moçambicanos fossemos destruir os campos que os teus pais e tu próprio com tanto esforço e carinho cultivaram, se queinásemos as tuas casas, se pilhássemos os teus bens, se assassinássemos os teus filhos, se violássemos a tua mãe, a tua noiva e as tuas irmãs, se nos instalássemos como donos da tua terra - tu ficarias de braços cruzados como um poltrão? Aceitarias tu ser humilhado, batido, roubado, acorrentado sem te revoltares? Não, tu não agirias assim. Tu havias de pegar em armas, e lutar contra o invasor. Os teus antepassados fizeram isso - quando foram invadidos pelos Árabes, pelos espanhóis, pelos franceses, eles lutaram heróicamente para defenderem a sua independência, recusaram submeter-se a um poder estrangeiro. E é isso precisamente o que nós estamos a fazer.

SOLDADO PORTUGUÊS, tu lutas contra nós porque nunca pensaste no que estás a fazer. Foste apanhado no campo, onde tranquilamente ajudavas os teus a cultivarem a tua terra. Meteram-te em barcos e desembarcaram-te em Moçambique. Meteram-te uma arma na mão e disseram-te: "Vai combater os terroristas". E tu foste, como um autómato, como um instrumento, sem pensares se essa guerra que te mandavam fazer era justa ou injusta, sem saberes, para que lutas, contra quem lutas.

É tempo de fazeres um exame de consciência. Tu és homem como nós, tu não nasceste criminoso: São aqueles que te mandaram para a guerra que te tornam criminoso. O povo português, o teu povo, é honesto e trabalhador, não é um povo de assassinos. Nós sabemos isso. Porque então tu vens matar o nosso povo? Tudo o que queremos é viver em paz, na nossa terra africana, como donos da nossa terra. Temos esse direito. E é precisamente porque esse direito nos é negado que nós lutamos. Lutamos contra ti, soldado português, porque és tu que te opões à paz e progresso no nosso país. Se não fosses tu, se em vez de estares aqui a lutar contra nós, tu estivesses na tua terra a cultivar os teus campos, nós não teríamos de lutar, não haveria guerra na nossa terra, poderíamos em paz construir os nossos lares, amar as nossas mulheres e os nossos filhos, desenvolver a nossa riqueza. Mas isto não será possível enquanto tu aqui estiveres, com as armas apontadas contra nós.

E para que é que tu lutas? Disseram-te que tu vinhas defender a tua Pátria - mas a tua Pátria é Portugal, não é Moçambique nem Angola, nem a Guiné. Cada um destes países é uma pátria diferente da tua, com um povo diferente, com costumes, tradições e História diferente. Viste algum Moçambicano, ou Guineense, ou Angolano, ameaçar a tua verdadeira pátria que é Portugal? Não, não viste. Quem te ameaça é a Pide, são os oficiais que te apanharam, te tiraram do teu trabalho e te trouxeram para aqui, para lutares contra o nosso povo. Eles inventaram essa mentira de que a tua pátria está ameaçada para te mobilizarem, para justificarem a guerra.

Porque de facto, a única razão que leva os dirigentes do teu país a fazerem a guerra contra nós, é que eles não querem devolver-nos as riquezas que nos foram roubadas há já muito tempo. Talvez não saibas, soldado português, mas a verdade é que Portugal é Governado por uma minoria de 27 famílias. Essas 27 famílias controlam todas as riquezas - de Portugal e das colónias. Elas são donas das terras, das fábricas, das minas, do comércio. O resto, a quase totalidade do povo português, vive na miséria. Não precisamos de dizer-te tu sabes melhor do que nós. Camponeses trabalham em Portugal de sol a sol, e o que ganham mal lhes chega para comprarem a broa. A família vive em palhotas, os filhos estão rotos e esfomeados, quando alguém adoce não há dinheiro para os remédios. E entretanto, esses grandes capitalistas vivem rodeados do maior luxo, têm vários carros para eles, para as mulheres, para os filhos, enviam os filhos para a Universidade para serem senhores Doutores e amanhã tomarem o lugar deles como gerentes, ministros, directores dos bancos. E não roubam e exploram só o povo português: eles estendem esse roubo aos nossos povos, a Moçambique, a Angola, à Guiné. E agora que os nossos povos decidiram dizer BASTA à opressão e exploração, eles enviam-te a ti soldado português, para defenderes para eles as riquezas da nossa terra.

Porque de facto, o que é que tu lucras das riquezas de Moçambique? Nada, absolutamente nada. Dos nossos minérios, das nossas culturas, do nosso petróleo alguma vez recebeste algum? Não, são os grandes capitalistas que aproveitam. E eles vão para a guerra - ficam em Lisboa ou Lourenço Marques, em segurança, a receber o produto da exploração, a frequentar os casinos, banquetes, recepções - e mandam-te a ti para o mato onde a morte te espreita em cada arbusto, em cada esquina do caminho, em cada posto. Milhares de companheiros teus

morreram já desta maneira - numa emboscada ou numa mina, sem glória, só para salvar os interesses dos grandes capitalistas.

SOLDADO PORTUGUÊS, é tempo de reveres a tua posição. O colonialismo não vai durar muito, ele é condenado em todo o mundo. A própria Organização das Nações Unidas declarou já que o colonialismo Português é um crime contra a humanidade. Muitos países criticam abertamente o governo português por causa da sua política colonial. São muitos os países e organizações internacionais que nos dão apoio, moral e material. Assim, o desenvolvimento da nossa luta vai processar-se em ritmo mais acelerado. E se fores apanhado neste processo, nesta luta, serás morto pelos guerrilheiros da FRELIMO; e terás morrido para nada, nem sequer terás a glória de teres morrido heróicamente. Pois sabes que o teu governo preocupa-se mais com o material do que com as vidas humanas? Depois da ofensiva que lançou contra as zonas da FRELIMO, o ano passado, quando foi forçado a retirar-se, o vosso comandante Kaulza de Arriaga declarou que "o pior foi o material destruído, que custa muito dinheiro. Os soldados mortos podem substituir-se facilmente". Já vêg em que estima os teus superiores te têm. É mesmo isso: para eles és pura e simplesmente carne de canhão, um instrumento menos valioso do que uma G-3 ou um carro.

SOLDADO PORTUGUÊS, nós não queremos influenciar-te a tomares uma decisão. Tu és homem, tens consciência, tens capacidade para fazeres os teus próprios julgamentos. Se achas que estás a fazer bem fazendo a guerra, assassinando o nosso povo, então continua. Mas se, segundo a razão e a justiça, compreendes que a luta que estás a travar é injusta e imoral, e queres pôr termo a ela, então deserta para o nosso lado. Já vários soldados portugueses desertaram e acolheram-se à protecção da FRELIMO. Por exemplo, LUIS MACHIAL, AMÉRICO NEVES DE SOUZA, MANUEL DE JESUS SANTOS, MANUEL DA SILVA LOPES, EUSEBIO MARTINHO DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DA MATA, JOSÉ AUGUSTO LOPES. Dois outros renderam-se durante um combate, JOÃO BORGES GOMES e FERNANDO DOS SANTOS ROSA. Foram todos confiados pela FRELIMO à Cruz Vermelha Internacional, que os tomou ao seu cuidado. A maior parte quis ir para a França ou Argélia trabalhar - e estão lá hoje, livres da guerra, trabalhando em paz. Só um soldado que foi feito prisioneiro pela FRELIMO num ataque ao posto de Nambudé em Cabo Delgado, João Borges Gomes, preferiu voltar para Portugal. Ele foi ferido e rendeu-se durante o ataque, os guerrilheiros trouxeram-nos para as nossas zonas, trataram-no e quando foi entregue à Cruz Vermelha disse que queria voltar para Portugal. Foi-lhe feita a vontade - mas depois de voltar para Portugal não mais ouvimos falar dele.

É esta a nossa política: acolher como nossos irmãos, como nossos aliados, os soldados portugueses que desertam e que por esse acto, mostram opôr-se à política colonial contra o nosso povo.

SOLDADO PORTUGUÊS, é possível, é natural que tenhas dúvidas, hesitações em dares esse passo decisivo para a tua liberdade. Nós sabemos a propaganda que os oficiais portugueses espalham entre os soldados - dizem-te que todo o soldado português apanhado pela FRELIMO é morto, torturado, dizem-te que somos terroristas, assassinos, e outras coisas semel-

hantes. Mas fica certo disto: os únicos que massacram, torturam, assassina, são as autoridades colonialistas portuguesas, ou os soldados por ordem das autoridades. NUNCA nós maltratamos um soldado que deserta ou se rende ou mesmo um prisioneiro. Numa reunião com o povo, há poucas semanas, o Presidente da FRELIMO disse: "se algum de vocês maltratasse um soldado português que desertou ou se rendeu, isso seria um crime tão grande como matar ou maltratar um camarada, um irmão vosso". Também nós nunca definimos o inimigo pela cor da pele, ou pela origem ou nacionalidade. Há brancos, portugueses, que trabalham e lutam connosco, no nosso movimento. E há pretos que lutam contra nós, ao lado dos colonialistas. A cor da pele portanto não pode ser critério para a definição do inimigo.

Isto quer dizer que todos os receios que possas ter são absolutamente infundados. A nossa orientação é profundamente humana e justa. Todos os soldados portugueses que desertarem da tropa colonial, ou se renderem, serão bem-vindos à FRELIMO.

Solidariedade Moçambique-Brasil

• CRIADA A ABRASSO

A Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade para com os Povos — AMASP — fez recentemente a apresentação aos órgãos de informação de uma nova associação de amizade. Trata-se da ABRASSO — Associação Brasileira da Amizade ao Povo moçambicano.

Na conferência de imprensa, a direcção do núcleo em Moçambique expôs como havia nascido a Associação e quais iriam ser os seus passos imediatos.

A ABRASSO foi criada em Novembro de 1980 na cidade de São Paulo no Brasil. A iniciativa partiu de cidadãos brasileiros que haviam estado a cooperar em Moçambique. De regresso ao seu país — só possível para muitos deles devido à amnistia saída em fins de 1979 — estes brasileiros, identificados com a luta do Povo moçambicano, sentiram a necessidade de continuar a solidariedade já iniciada. Assim nasceu a ABRASSO que muito logicamente teve a sua primeira delegação em Moçambique.

O núcleo aqui criado em Maio deste ano, integra já 48 associados.

Trabalha em estreita relação com a AMASP e embora conte somente dois meses tem já algumas realizações em vista. Vão por exemplo, em conjunto com diversas outras organizações, propor a realização duma semana de solidariedade com o Povo de El Salvador. Esperam igualmente levar a cabo na 2.ª quinzena de Agosto uma semana de amizade entre os Povos brasileiro e moçambicano. Têm ainda outros trabalhos em vista, entre os quais a recolha de material junto do INLD para enviar para o Brasil, a recolha de fundos, a organização de palestras sobre a situação no Brasil, e apoio à AMASP na criação dum serviço de documentação.

Os princípios da ABRASSO vêm referidos numa Carta de Princípios editada em São Paulo pela sua sede. Nela pode ler-se que a ABRASSO se fundamenta na Solidariedade com o Povo moçambicano na sua luta pela construção du-

ma nova sociedade, na sua luta anticolonialista, anti-imperialista, contra o racismo, o apartheid e todas as formas de opressão e exploração e pela paz e amizade entre os povos.

O núcleo em Moçambique estruturou-se na comissão de solidariedade, comissão de divulgação e comissão de cooperação técnica.

É de destacar o papel que a ABRASSO pode desempenhar no campo da cooperação técnica com

Moçambique, quer seja pela vinda de novos cooperantes, quer seja no apoio que lhes possam dar quando cá chegarem para enfrentarem uma nova realidade. Neste campo o núcleo de Moçambique vai fazer algumas propostas à Sede no Brasil, no sentido de se estabelecerem vínculos e mesmo convénios com associações profissionais brasileiras. Por exemplo, com as Organizações de Jornalistas de alguns estados, com sindicatos dos médicos, dos engenheiros, arquitectos e outros. Esperam para breve a chegada duma delegação de juristas brasileiros que aqui virão desenvolver várias actividades com a AMASP.

A ABRASSO é a primeira organização de solidariedade com Moçambique que se cria na América do Sul. Vários são as razões que ocasionaram o significativo peso dos cooperantes brasileiros que estiveram e ainda estão entre nós.

É sabida a influência africana na cultura brasileira. Isso duplica a responsabilidade da ABRASSO particularmente na colaboração a dar à AMASP, ela própria ainda muito nova.

A. Marmelo

Doc. 2



700-3-10

PCB Antecâmara do sétimo Congresso

Entrevista com Teodoro de Melo

Exclusivo Tempo



Infelizmente o tempo não nos permitiu fazer aquela entrevista que tínhamos em mente com Teodoro de Melo, membro do Bureau Político do PCB — Partido Comunista Brasileiro. O avião das Linhas Aéreas de Moçambique já estava a receber os passageiros do voo para Paris e foi entre dois pedidos do pessoal do protocolo para aquele responsável se dirigir à pista que falámos.

Ficámos impressionados com os progressos já alcançados na recuperação da economia moçambicana.

Porquê esta frustração? Porque Teodoro de Melo foi o primeiro dirigente do PCB a visitar Moçambique depois da retirada (através de um complexo processo político interno) de Luís Carlos Prestes da tarefa de Secretário-Geral daquela formação política tão cheia de tradições de luta. Com razão, muitos moçambicanos interrogavam-se sobre a questão «Prestes» e sobre as relações do nosso Partido com o PCB. A Frente de Libertação de Moçambique, durante a luta armada estabeleceu relações bastante estreitas com o Partido Comunista Brasileiro.

Na entrevista realizada com Teodoro de Melo fizemos a seguinte pergunta, aliás inevitável.

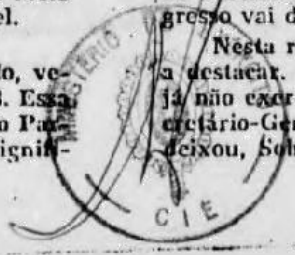
TEMPO — Em princípios do ano passado, verificou-se uma mudança na direcção do PCB. Essa mudança provocou polémica dentro e fora do Partido Comunista Brasileiro. Qual o seu real signifi-

cado em termos históricos e terá motivado uma mudança de estratégia na linha programática do PCB?

TEODORO DE MELO — Não, não houve isso. O que houve foi apenas a mudança do Secretário-Geral. A substituí-lo foi eleito o camarada Giocundo Dias. O camarada Prestes por questões de divergência interna vinha já há tempos sem exercer a sua função de Secretário-Geral e, por isso, foi substituído.

Quanto à questão da linha da política externa do Partido vamos realizar um Congresso e o Congresso vai decidir sobre essa linha.

Nesta resposta há duas questões fundamentais a destacar. A primeira é que Luís Carlos Prestes já não exercia há algum tempo as funções de Secretário-Geral do PCB quando oficialmente as deixou. Sobre esta matéria ele mesmo, numa car-



fortalecer cada vez mais. E achamos que isso é um facto extremamente positivo na luta pela democracia em nosso país e por futuras transformações revolucionárias.

Os círculos imperialistas têm insistido muito nos últimos tempos — pelo menos segundo as agências noticiosas, — na formação de um pacto militar no Atlântico Sul e que, por isso mesmo, se chamaria Organização do Atlântico Sul. Este belicismo ganhou novo ímpeto com a nova administração americana. Fariam parte desse pacto a África do Sul, a Argentina e o Brasil. Portanto uma potência militar em África e duas potências militares na América-Latina. (2)

Interrogado sobre esta questão o nosso entrevistado respondeu:

Claro que nós, como partido, somos contra a organização desse pacto porque é contra o movimento de libertação dos povos africanos. No entanto, a posição da política externa do Governo brasileiro — este Governo actual — é contra isso. Ele vem desde há muito tempo (já há uns três anos ou mais) que se opõe à criação desse pacto. Não é da política externa do Governo brasileiro até agora a criação desse pacto e a participação nele.



Luís Carlos Prestes: «Reconheço que sou o principal responsável pela situação no PCB».

TEMPO — 24-5-81

44
No entanto não está excluída a hipótese de que possa vir a ocorrer. Nós estamos vendo com preocupação uma reunião que está marcada agora para a Argentina com representação dos Estados Unidos, Brasil, África do Sul e a própria Argentina, para tratar dessa questão do Pacto do Atlântico — pelo menos segundo o que têm dito os jornais.

PCB - FRELIMO:

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES

T — Quais são as suas impressões sobre a visita efectuada a Moçambique?

TM — Ficámos impressionados com os progressos já alcançados na recuperação da economia do país. Tínhamos uma informação que julgamos perfeita, das dificuldades que o país enfrentou logo que alcançou a independência. A herança que o colonialismo deixou na economia — arruinada, desorganizada. Quando estivemos aqui no III Congresso da FRELIMO pudemos sentir isso de perto e agora constatamos que há uma recuperação acelerada e preparado um Plano de construção da economia nacional. E não temos dúvidas que vai ser cumprido com muito sucesso e mesmo superado e que lançar-se-ão as bases para tirar Moçambique do subdesenvolvimento.

T — O PCB e a Frente de Libertação de Moçambique mantiveram relações desde os tempos da luta de libertação nacional. Essas relações continuaram após a fundação do Partido FRELIMO. Em que é que esta visita veio beneficiar ou ampliar essas relações?

TM — Ela veio estreitar as relações sem dúvida e reforçar as vias de cooperação que nós podemos prestar no trabalho de reconstrução do país. Por outro lado veio demonstrar como a vitória do Povo moçambicano na luta contra o colonialismo tem importância na queda da força e do «prestígio» do imperialismo. E isso beneficia a luta de todos os povos que hoje têm de enfrentá-lo em todas as frentes.

Entrevista conduzida por:

Albino Magaia

Fotos de Nafta Ussene e Arquivo

ULTIMA HORA: O jornal cubano «Granma» informou na passada 2.ª feira, dia 18, que o Brasil e a Argentina declararam não aceitar a constituição de um pacto militar com a África do Sul.

- (1) Partido fascista que liderou a ditadura no Brasil
- (2) A propósito, a rádio RSA tem vindo a anunciar que a partir do dia 1 de Junho próximo irá iniciar dois programas especiais um em português, dirigido ao Brasil e outro em espanhol, para o resto da América Latina.

Na próxima edição daremos mais informação sobre a história do Partido Comunista Brasileiro.



Cooperação com Moçambique é afirmação de soberania

A visita do ministro de Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, Joaquim Chissano, ao Brasil, abre nova e esperançosa etapa nas relações entre os dois países. Para Chissano, que acaba de participar da 36ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Moçambique tem enorme interesse no desenvolvimento e aprofundamento das relações de cooperação entre moçambicanos e brasileiros.

No momento, o interesse do povo irmão africano concentra-se nas áreas de implantação de projetos agrícolas e na contratação de professores brasileiros. Para o futuro, as possibilidades de cooperação e troca nos terrenos cultural e econômico são praticamente inesgotáveis, incluindo aí a possibilidade de uma expressiva exportação de manufaturados brasileiros em troca, entre outros, do carvão moçambicano.

Nos campos político e diplomático também são convergentes e mutuamente vantajosos os caminhos que podem vir a ser mais estreitamente trilhados pelos dois países. Ambos agora empenhados na luta pelo estabelecimento de uma nova Ordem Económica Internacional, no esforço para a redução e eliminação das relações económicas injustas e na busca de um mundo livre do colonialismo, do racismo, do apartheid e outras odiosas formas de espoliação nacional.

Agora, quando os povos da África Meridional sofrem uma nova escalada na agressão que lhes taouse a República da África do Sul, o crescimento das expressivas relações entre Brasil e Moçambique tem também o papel de fortalecer a luta daqueles povos africanos. É assim altamente desejável que o governo brasileiro dê continuidade à sua nova política africana e dela retire todas as conclusões na direção de um firme posicionamento contra o racismo e o colonialismo.

Cooperação que atinge agora um novo patamar, a nível de governo, pois que no terreno informal e não oficial já é bastante rica a experiência e a tradição de solidariedade entre os dois povos. Solidariedade política e combativa no período da luta de libertação nacional e, após a independência, cooperação permanente e expressiva de centros de técnicos brasileiros na construção do país.

Mais que uma simples reafirmação de interesses comerciais mútuos, a assinatura de um amplo e diversificado acordo de cooperação entre os dois governos é uma exigência da comunidade de múltiplos interesses que unem os dois povos. É, ainda, um passo significativo no exercício da soberania brasileira frente às insultuosas pressões do imperialismo e seus agentes internos contra a política do Itamarati.

Solidariedade ativa dos brasileiros aos povos da África Meridional

Com um auditório completamente lotado e participante, a Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano-ABRASSO, e a Frente Negra de Ação Política de Oposição-FRENAPO, promoveram no último dia 10, na ABL-SP, um debate sobre "Perspectivas Atuais da luta anti-colonialista". O debate teve a participação de Ivyna Pessoa, destacada ativista das causas de solidariedade internacional; Jean-Yves Merriam, membro do Partido Socialista Francês e vice-reitor da Universidade de Rennes II; Carlos Serrano, professor da USP nascido em Angola; e Kambengele Munanga, do Zaire.

Munanga falou sobre os principais traços da luta anti-colonialista da África e as dificuldades de processo e método entre os movimentos de libertação logo após o fim da II Guerra e os que tiveram lugar na década 60/70. Agora, enfatizou Kambengele Munanga, a agressão armada da África do Sul à Angola é mais uma manifestação desta forma peculiar de colonialismo que é o apartheid.

Carlos Serrano examinou em detalhes o processo de libertação angolano do jugo colonial e destacou o papel de Agostinho Neto, cujo segundo aniversário de fale-

cimento foi lembrado no ato. O professor angolano encerrou sua exposição lembrando o importante papel da solidariedade dos democratas brasileiros à luta de Angola já nos primeiros anos da década de sessenta.

Kunio Suzuki da ABRASSO e ex-cooperante brasileiro em Moçambique, destacou a necessidade de um amplo movimento de solidariedade aos povos da África Meridional, vítimas de continuada agressão da África do Sul aos seus mais legítimos direitos. Suzuki destacou a resolução da ONU apoiada pelo Brasil que define o apartheid como crime contra a humanidade e propõe o isolamento político, diplomático, econômico e militar do regime sul-africano.

O debate, aberto por Carlos Botazzo, da ABRASSO e presidido por Mário Assunção, da FRENAPO, foi encerrado com a aprovação de uma moção de solidariedade ao povo e governo angolanos e veemente repúdio à agressão da África do Sul. O documento sugere ainda a imediata adoção pelo governo brasileiro das sanções recomendadas pela ONU e apoio ao recém-criado Comitê de Solidariedade aos Povos de Angola, Namíbia e África do Sul.

Doc 4



NAO A BOMBA DE NEUTRONS

